

ISABEL CRISTINA MARTINS GUILLEN ¹⁹⁴⁶

O IMAGINÁRIO DO SERTÃO:
LUTAS E RESISTÊNCIAS AO DOMÍNIO DA COMPANHIA
MATE LARANJEIRA. (MATO GROSSO: 1890 - 1945)

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas.

*este exemplar corresponde
à redação final da dissertação
fundiada e aprovada pela
comissão julgadora em
9/12/91
Alc. Lenharo*

ORIENTADOR: ALCIR LENHARO, 1946-

G946i

DEZEMBRO DE 1991

16369/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

"Pisa no chão

pisa na lage,

nós semos home,

semos home de corage"

"Nós semos home,

até no osso

Vamos a vê

os confins de Matto Grosso..."

(Canção da coluna tenentista de
Isidoro Dias Lopes recolhida por
João de Talma - Da Fornalha de
Nabucodonosor.)

A lembrança de minha avó, Isabel
Ortega, que me contava histórias
vivas no sertão. Ao Tiago, meu
filho, a quem espero contar
muitas histórias.

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a colaboração de muitos amigos. Em primeiro lugar, e especialmente, aos amigos do curso de História do Centro Universitário de Dourados - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Regina, Odirce, Valdeir, Irene, Marina, Lachi, Wilson, Céres Jorge e Gilson, que durante dois anos assumiram muitas aulas para que eu pudesse me dedicar à pesquisa e aos créditos. Foi essa disponibilidade generosa que me permitiu levar adiante o trabalho. Ainda em Dourados pude contar com o apoio amigo de Vera e Zé para superar os entraves burocráticos da UFMS.

Também aos amigos do Mestrado, que comigo discutiram e apontaram leituras: André, Diana, Regina, Ivone, Rui, Silvana, Nicolina, Anicleide, Mirza e Emerson. Nossas discussões me encorajaram a arrojá-los mais.

Ao Alcir, pela orientação segura, incentivo constante e completa autonomia, sem nunca esquecer as críticas cabíveis nos momentos certos. Sua sinceridade e honestidade foram imprescindíveis.

Agradeço ao Gilmar por ter me apresentado o arquivo da Companhia Mate Larangeira, bem como a Fernando Jorge Mendes Gonçalves que me facultou a consulta sem exigir compromissos. Muitos amigos me contaram "histórias" da Companhia e que foram o ponto de partida desta pesquisa. Especialmente ao Beto, cuja indignação pela perda da memória nunca me deixou desistir. Onde você estiver, este trabalho, no que ele tem de bom, é seu. Não poderia esquecer de Maria Helena, que me apresentou a vida em Campanário; Heitor Torraca, que me indicou velhos trabalhadores da Companhia; Mariano, que me hospedou em minhas andanças por Cuiabá; Ary Alves da Silva, que me cedeu o material fotográfico de seu pai, Camilo Hermelindo da Silva, e Hélio Serejo, que me deu generosamente alguns de seus livros, fonte imprescindível para a pesquisa. Muitos outros amigos me deram livros velhos e esquecidos sobre Mato Grosso, e a todos agradeço, especialmente ao Gil, por ter me emprestado e indicado alguns deles. Ao Lu, Fábio, Luis Fernando e Centro de Comunicação (UNICAMP), pelo trabalho fotográfico, apesar de todas as adversidades.

Não poderia esquecer os funcionários das diversas bibliotecas e arquivos por onde andei, dentre os quais se destacaram os funcionários da Câmara Municipal de Ponta Porã que caçaram da poeira livros velhos nunca antes consultados, e "seu" Eliseu, do Arquivo Nacional.

Marco Aurélio Garcia e Cláudio Batalha sempre apontaram leituras e deram dicas de onde e o que pesquisar.

Também aos dois agradeço a oportunidade de ter discutido o projeto inicial nos seminários de Movimentos Sociais.

Na Fundação Joaquim Nabuco sempre encontrei estímulo para continuar a escrever a história de um sertão tão distante. Agradeço em especial a Joselice e Clóvis que me liberam de outros encargos nos momentos finais da redação; Sylvia que leu parte dos originais e Ariane por ter me ajudado nos caminhos da computação. Igualmente importante foi a ajuda de Luciana no CPD do IFCH, com paciência para aturar os constantes pedidos de socorro.

Finalmente ao Lu, aprendiz de feiticeiro, companheiro constante na pesquisa, na redação e na vida. Este trabalho não se concretizaria sem sua ajuda. A Lica e ao Chico, meus pais, que sempre me cobraram quando a tese ficaria pronta e não me deixaram desistir. Na última estadia em Campinas, o apoio de André e Mariangela, Miro e Kátya, Wedson e Vera, Fernando e Ana foram imprescindíveis. Devo sinceras desculpas ao Tiago por te-lo retirado de sua casinha e me ausentado em muitas horas de convívio.

Nenhuma das pessoas citadas pode ser responsabilizada pelo resultado do trabalho. Mas no que ele tem de valor, a ajuda de todos pode ser encontrada, principalmente na longa caminhada pelas estradas lindeiras do sertão. Caminhos invios da minha identidade...

INDICE

| | |
|--|-----|
| Abreviaturas | 07 |
| Relação das Fotografias | 08 |
| Introdução | 11 |
| Parte I - Civilizando o Sertão | 40 |
| 1 - Projetos Políticos de Ocupação | 42 |
| 1.1 A Formação da Companhia Mate Larangeira | 45 |
| 1.2 Um Estado no Estado | 52 |
| 2 - A Marcha para o Oeste | 72 |
| 2.1 A Defesa da Companhia | 77 |
| 2.2 O Arrendamento em Questão | 81 |
| 3 - A Materialidade do Progresso | 99 |
| 3.1 Monumentos de Progresso e Civilização | 100 |
| 3.2 Testemunha Ocular | 117 |
| Parte II - A Luta pela Terra | 132 |
| 1 - Um Levante nos Ervais | 140 |
| 1.1 A Liga dos Combatentes | 145 |
| 2 - O Confronto com o Progresso | 157 |
| 2.1 Pequenos Produtores | 169 |
| 2.2 Contrabando | 174 |
| Parte III - Os Insubmissos da Fronteira | 186 |
| 1 - O Mundo do Erval | 190 |
| 1.1 Recrutamento e Manutenção da Mão-de-obra | 192 |
| 1.2 O Rancho Ervateiro | 211 |
| 1.3 Resistência Cotidiana | 226 |

| | |
|--|-----|
| 2 - Nas Orilhas do Poder | 255 |
| 2.1 Cidades e Vilas Fronteiriças | 257 |
| 2.2 Bailando e Brigando | 281 |
| 2.3 Banditismo Inaudito | 297 |
| 2.4 A Campanha de Nacionalização da Fronteira | 304 |
| Mapas | 328 |
| Fotografias | 330 |
| Glossário | 362 |
| Bibliografia | 367 |

Abreviaturas

AN - Arquivo Nacional

ACML - Arquivo da Companhia Mate Larangeira.

APMT - Arquivo Público de Mato Grosso.

BN - Biblioteca Nacional

BPMMA - Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade.

CEFF - Comissão Especial de Revisão da Concessão de Terras na
Faixa de Fronteiras.

CSN - Conselho de Segurança Nacional.

Relação das Fotografias

- 1 - Thomaz Larangeira.
- 2 - Francisco Mendes Gonçalves.
- 3 - Heitor Mendes Gonçalves.
- 4 - Vista Geral de Campanário (anos 30)
- 5 a 7 - Casas de Campanário.
- 8 - Rancho Campanário.
- 9 e 10 - Ruas de Guaira.
- 11 - Hospital de Guaira.
- 12 - Hotel de Guaira.
- 13 - Tropa.
- 14 - Carretas.
- 15 - Frota de Caminhões.
- 16 - Trem Decauville Guaira - Porto Mendes.
- 17 - Chatas no Porto de Guaira.
- 18 - Construção de um navio no porto de Guaira.
- 19 - Poda de um erval.
- 20 - Detalhe da foto anterior.
- 21 - Erval podado.
- 22 - "Arrasta"
- 23 - Preparando o sapêco.
- 24 - Sapêco.
- 25 - "Depinico".

- 26 - Raídos.
- 27 - Detalhe da foto anterior.
- 28 - Transportando o raído.
- 29 - "Cargadeiro".
- 30 - Pesando o raído.
- 31 - Carregando erva no "cargadeiro".
- 32 - Descarregando erva no "barbaquá" ou no rancho da "tambôra".
- 33 - "Tambôra".
- 34 - Barbaquá rústico.
- 35 - Barbaquá do Rancho Campanário.
- 36 - Trabalhador do Barbaquá (Uru).
- 37 - Moinho.
- 38 - Ensacando erva: "ataqueio".
- 39 - "Mineiros".
- 40 - Heitor Mendes Gonçalves com peões de gado.
- 41 - Trabalhadores em Guaira.
- 42 - Trabalhadores de um rancho.
- 43 - Administradores do Rancho Campanário.
- 44 - Senhoritas de um rancho ervateiro.
- 45 - Senhoras de Campanário.
- 46 - Moradores de Campanário (anos 30).
- 47 - Em visita a um rancho ervateiro.
- 48 - Churrasco na Fazenda Margarida.
- 49 - Grupo indígena com violões.
- 50 - Índios Guarani
- 51 e 52 - Concurso hípico em Campanário.
- 53 a 55 - Mineiro e detalhes.

56 e 57 - Barbaquá e detalhe do uru.

58 e 59 - Grupo indígena e detalhe.

60 - Escolares durante a visita de Getúlio Vargas a Guaira.

61 - Getúlio Vargas em Guaira.

Introdução

"O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido."

Walter Benjamin

"El valor de una imagen se mide por la extension de sua aureola imaginaria."

Gaston Bachelard

Palco de lendas e histórias, o sertão de Mato Grosso foi caracterizado no início do século por viajantes e literatos como paradisíaco. Imagens dispersas, fragmentos de um mosaico apenas delineado, o quadro imagético que se formou do sertão de Mato Grosso não está isento de ambiguidades. Como o paraíso revisitado, ou o eldorado, o sertão era provido de uma natureza benfazeja e punjante, e em seu solo se ocultavam imensas riquezas. Sertão dos grandes espaços vazios, da amplitude geográfica, se apresentava como o cenário ideal para se colocar o sertanejo, desprovido das malícias e dos vícios do homem moderno. Homem não corrompido e, sobretudo, bravo e destemido. O sertão se configurava neste contexto como o palco ideal do bandeirante, embuído de espírito empreendedor; nesse sentido o sertão se constituía como o elemento genuinamente nacional - reserva moral contra a corrupção civilizatória.

Contrapondo-se ao resto do país, que trilhava as

sendas do progresso e da civilização, o sertão por outro lado era um imenso vazio que precisava ser ocupado. Suas potencialidades ocultas precisavam ser reveladas, seu espaço desbravado. Em suma, tornava-se necessária a conjugação harmoniosa do capital e do trabalho.

O Oeste e a Amazônia representavam para o imaginário social reservas de mistérios, de encantamento, pois ocupavam grande parte de um território completamente inexplorado: eram as fimbrias do mundo conhecido. Raros viajantes tinham percorrido aquela vasta região no século XIX. Os mistérios eram muitos e povoavam a imaginação, a ponto de se crer que as terras eram ricas, principalmente em pedras e metais preciosos. À exemplo de Colombo, a convicção da riqueza era anterior à experiência. (1)

É quase desconhecido por nós o Estado de Mato Grosso, cujas extraordinárias riquezas naturais estão ainda por explorar. Dotado de feracíssimo solo, cuja seiva alimenta as mais alterosas florestas, de campos criadores extensísimos e férteis, possui ainda ricas jazidas de carvão e de ferro, toda sorte de minerais preciosos e cristais que oferecem remuneração segura e generosa ao trabalho inteligente em qualquer ramo da indústria e da agricultura. Só falta o trabalhador adstrito ao solo a que tenha ligado o seu interesse e a estabilidade de seu futuro, para que a terra produza, e se aproveitem tantos elementos de riqueza, asseguradores de prosperidade imediata e de infalível progresso; só falta que o encurtamento das distâncias por meio da construção das vias aceleradas e do melhoramento da navegação, venha por termo a esse quase exílio secular, que tem oprimido e esterilizado tão bela parte do território brasileiro, tolhendo-

lhe as conquistas do progresso e conservando-a estacionaria, quando andam caminho da riqueza os demais estados, seus irmãos. (2)

Eis em síntese o imaginario do sertão de Mato Grosso: o desconhecimento das riquezas ocultas no solo, a falta de mão-de-obra e de vias de comunicação que poderiam facilitar ou ser o veículo que retiraria do solo adormecido a riqueza e o progresso. Mato Grosso dorme um longo sono, desde o final dos anos auríferos. E somente começa a despertar para um futuro promissor no final do século XIX, pois a partir do declínio da mineração o Estado teria entrado em franca decadência:

"Tudo o que outrora existia está perdido pela indolência de seus habitantes e pela falta de braços... não se deve esperar nada do interior desta província, que nem ao menos soube conservar a facilidade de comunicação em outro tempo ali estabelecida, e pelo contrario, por sua inqualificável e imperdoável doença, deixou estragar tudo o que pelos primeiros habitantes fora feito com muito custo e grandes dispêndios." (3)

Palco de ação passada dos bandeirantes, Mato Grosso esperava que o gênio e a operosidade de novos bandeirantes descortinasse suas riquezas e colocasse o Estado em pé de igualdade com o desenvolvimento de outras regiões. Um exemplo dessa combinação entre as potencialidades do Estado e seu efetivo atraso são dadas por Bartolomé Bossi nos anos de 1860:

Mato Grosso necessita população, necessita empresas de colonização em grande escala para que suas colossais

riquezas, inertes e esquecidas se evoquem à superfície das sociedades ávidas de ouro, de movimento comercial e de indústrias." (4)

O imaginário social do sertão se coaduna com o imaginário da grande potência formado para todo o país já no século XIX, consubstanciado no ideário positivista e republicano. (5) Os influxos da modernização tecnológica ocorrida na Europa e Estados Unidos durante a segunda revolução industrial chegavam como ondas impactantes no país, dando o tom da premência para que o Brasil se inserisse na dinâmica do desenvolvimento capitalista. (6)

Ao final da guerra da Triplice Aliança, abria-se o promissor Estado aos investimentos estrangeiros, ao mesmo tempo em que as comunicações eram facilitadas pela livre navegação do rio Paraguai e seus afluentes, anteriormente obstaculizadas pelo governo paraguaio. As casas comerciais se firmavam e os negócios timidamente começavam a florescer. (7) Máquinas a vapor singravam as águas do Paraguai levando todas as espécies de mercadorias para os portos de Corumbá e Cuiabá, e até mesmo uma usina de açúcar pode ser vista subindo o rio toda desmontada. (8)

O progresso ficava a meio caminho, pois no imaginário social sobressai a imagem de uma terra abandonada, esquecida pelos homens e pelos poderes públicos. A origem dos problemas que o Estado enfrentava estaria no atraso material causado pela falta de mão-de-obra e de capitais que não se estabeleciam na região devido às dificuldades de acesso aos mercados consumidores. Em suma, Mato Grosso não se

desenvolvia dado o isolamento do sertão. É nesse sentido que, desde meados do século XIX, incentivavam-se estudos para tornar viáveis novas vias de comunicação terrestre e fluvial, objetivando diminuir as distâncias dos centros mais desenvolvidos, como Rio de Janeiro e Buenos Aires. Tais estudos foram apoiados financeiramente tanto pelo governo federal como estadual, concedendo-se favores especiais a quem se propusesse contruir estradas ou ferrovias. (9)

Todos os problemas provocados pelo atraso e pelo isolamento do sertão desapareceriam como num passe de mágica quando efetivamente se concluíssem novas vias de comunicação. (10) No início do século, tão logo começaram os trabalhos de construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, depositaram-se esperanças de que finalmente o progresso estava chegando.

Foram inúmeros os estudos de comunicação efetuados, que objetivavam ligar Mato Grosso a São Paulo, visando majorar as potencialidades da rede hídrica combinadas com estradas de ferro ou rodagem. Assim, após vários estudos e decisões políticas, resolveu-se adotar o plano de Schnoor (1903) para a construção da ferrovia. Desse modo a Noroeste não mais atingiria Cuiabá como ponto terminal, tal como se almejava, mas terminaria em Corumbá para fazer a ligação férrea entre o Brasil e a Bolívia. (11) Na medida em que as transformações ansiadas não aconteciam na velocidade esperada, culpava-se as constantes mudanças no trajeto e sua inconclusão. Efetivamente, a Noroeste não trouxe para Mato Grosso o desenvolvimento e o progresso esperados, se

comparadas com as transformações ocorridas na parte paulista da ferrovia. (12) Mesmo assim, para o sul do Estado, a Noroeste significou um impulso nunca antes experimentado, pois ao longo de seu traçado algumas cidades se desenvolveram e se formaram grandes fazendas de criação de gado, em sua grande maioria de capital estrangeiro. (13)

Aos poucos, as evidências de que as riquezas eram imaginárias se impunha, levando ao abandono dos sonhos, destruindo fantasias. Durante a construção da linha telegráfica de Cuiabá ao Amazonas, acreditava-se que, não só riquezas seriam descobertas, mas que o progresso chegaria finalmente, como relata Levi-Strauss:

"Por volta de 1900, o planalto setentrional continuava uma região lendária (...). Essa ignorância, combinada com as narrativas da penetração, ainda recente, do "Far-West" norte-americano e da corrida do ouro, inspirou loucas esperanças à população de Mato Grosso e mesmo à do litoral. Atrás dos homens de Rondon plantando seu fio teleográfico, uma onda de imigrante ia invadir um território de recursos lendários, para nele construir qualquer Chicago brasileira. Perderam-se as ilusões: (...) a Serra do Norte ia se revelar num campo semi-desértico e uma das zonas mais ingratas do continente. Além disso, o nascimento da rádio-telegrafia, que coincidia, por volta de 1922, com a conclusão da linha, fazia com que esta última perdesse todo interesse, reduzida à condição de vestígio arqueológico de uma idade científica ultrapassada, no próprio momento em que se acabava de concluir. Conheceu ela um momento de glória, em 1924, quando a insurreição de São Paulo contra o governo federal cortou este último do interior. (...) Depois foi o declínio: o punhado de entusiasta que disputara um emprego,

refluiu ou caiu no olvido. Quando ali cheguei, não recebiam, há muitos anos, nenhum abastecimento. Não se ousava fechar a linha; mas ninguém se interessava por ela. Os postes podiam cair, o fio se enferrujar; quanto aos últimos sobreviventes dos postos, sem coragem para partir e sem meios de fazê-lo, extinguíam-se lentamente, comidos pelas doenças, pela fome e pela solidão." (14)

Levi-Strauss não poderia ter entitulado melhor sua "narrativa de viagem". Os elementos desencantadores do mundo desconhecido, ou o seu próprio conhecimento, faziam com que o mundo, agora esquecido, se tornasse triste. Em alguns momentos patético.

No entanto, no final dos anos 30 o imaginário do sertão novamente aflora. Percebe-se que algo mudava, pela quantidade de publicações que surgiam e de expedições organizadas. (15) Em última instância, a figura do sertanista se firmara através de Rondon. Durante o Estado Novo há uma instrumentalização ideológica dos elementos do imaginário, fundidos na justificativa da conquista do Oeste, da incorporação do sertão ao corpo da Nação. (16) A reativação desse imaginário justificava a necessidade de expansão capitalista e a política do Estado. O discurso estado-novista, ao se fundamentar na idéia de que o sertão era vazio, procurava negar a existência de uma luta pela terra em Mato Grosso, legitimando e isentando sua proposta de colonização de compromissos como os posseiros.

Num mundo aparentemente desencantado, o sertão significava uma reserva potencial de mistérios - o fato de ser inexplorado alimentava a imaginação que nele via oculto

“
cidades perdidas e minas inexploradas. A viagem para o sertão significava a esperança de reencontrar o mistério que a civilização perdera: era uma compensação para um mundo pobre e limitado. No entanto, a certeza do mistério que se queria ver e descobrir, tornava os homens cegos ao verdadeiro mistério, ou seja, as sociedades indígenas que progressivamente foram incorporadas ao nosso mundo desencantado da agricultura, da escrita e das roupas esfarrapadas.

Há um exemplo nessa história, que não pode ser omitido. Um homem, desconsolado com a hipocrisia e a imoralidade deste mundo, resolveu se abrigar entre os índios "Baicarys", em 1861. Durante vinte e sete anos ele passa na selva a ensinar aos índios os princípios da agricultura, a ler e a escrever e a fazê-los esquecer seus mitos originários por considerá-los uma crença absurda. Ao voltar à civilização cuiabana, em 1888, justificou sua atitude:

"... cansado de viver num sociedade cheia de preconceitos e convenções, resolvi abandoná-la, procurando na selva lenitivo às atribulações de meu espírito. (...) Parecia-me que entre os aborígenes de meu país, longe do bulício do mundo, sem as preocupações que absorvem o homem moderno, teriam fim meus incômodos morais." (17)

O que ele busca lhe é vedado de antemão pela impossibilidade do reconhecimento do outro. Como escolher qual o melhor dos mundos possíveis? Nosso homem, como Robinsom Crusoe, está de tal forma embuído de seu próprio mundo que só consegue se propor a recriá-lo. O viajante do

século XX já aprendeu, como Cândido, que "aquilo que não passa pelo crivo do desejo e não é obtido pelo trabalho, não tem valor. A natureza prodigaliza bens, mas só os braços laboriosos podem se apropriar deles." (18)

Afinal, teria se consolidado a idéia de que o mundo burguês é o melhor dos mundos possíveis? Para a terra da promessa, a superação do atraso e o desenvolvimento material do Estado só se daria nos moldes com que vinha a mais de trinta anos fazendo a Companhia Mate Larangeira, construindo o progresso através do trabalho.

O quadro imagético do sertão poderia ser considerado verdadeiro para o século XIX, mas não corresponde à realidade do século XX. Mato Grosso em nenhum momento consegue se realizar, efetivar suas potencialidades. Domina um quadro imagético informado pela noção de que os espaços eram vazios e que precisavam ser ocupados. O que queremos demonstrar é que esse imaginário do sertão se destinava a legitimar formas de dominação políticas e sociais, bem como sustentar formas de ocupação da terra que interessava manter intactas. Como coloca Lenharo, ao analisar os projetos de colonização durante o Estado Novo:

"Na verdade, os espaços não se encontravam tão vazios assim: as usinas de açúcar às margens do rio Cuiabá; a imensa extensão de terras ocupadas com a exploração do mate, principalmente pela Cia Matte Larangeira; as fazendas de gado no pantanal matogrossense; cidades e propriedades surgidos à beira da estrada de ferro Noroeste do Brasil; amplas regiões de garimpo de ouro e diamante; outras tantas da exploração da borracha

ou de drogas do sertão, vem atestar, no caso de Mato Grosso, um quadro de colonização complexo, mapeado de grandes propriedades particulares, boa parte delas de origem estrangeira." (19)

Se Mato Grosso foi apresentado, inclusive pelo Estado Novo, na Campanha da Marcha para o Oeste, como uma região de espaços vazios, deve-se ao fato de que o imaginário do sertão se apresentava como um solo que possibilitava se plantar projetos políticos de ocupação conflitantes. Encontramos nos discursos diferentes argumentações, mas que podem ser resumidas no princípio de que o sertão precisava de capital e trabalho para se inserir na dinâmica de desenvolvimento do resto do país, implantando-se a civilização, o progresso e a modernidade. Mas o mesmo imaginário atraiu correntes migratórias de gaúchos, nordestinos e paraguaios que, ao pretenderem refazer suas vidas, encetaram outros projetos de ocupação.

Assim, nesse quadro imaginário de sertão, escolhemos estudar as relações de poder engendradas pela ocupação da Companhia Mate Laranjeira na região sul de Mato Grosso, fronteira com o Paraguai. Atuando na região desde o final do século XIX ao final do Estado Novo, a Companhia estabeleceu seu domínio através do monopólio que exercia sobre as terras, uma vez que detinha o arrendamento de cerca de dois milhões de hectares para a extração e elaboração da erva-mate nativa. Empregava mais de cinco mil trabalhadores e sua receita era maior do que a do Estado. Construiu duas cidades encravadas no sertão - Guaira e Campanário - com ruas planejadas e arborizadas, luz elétrica, esgoto, armazéns,

oficinas, e diversas opções de lazer. Também construiu uma estrada de ferro de bitola estreita que contorna os saltos de Guaira e facilitava as comunicações na região do oeste paranaense. Razões de sobra para que a Companhia se julgasse como o único elemento civilizador do sertão.

Alguns observadores inadvertidos, ao percorrer a literatura e a historiografia sobre Mato Grosso, e em especial sobre a Companhia Mate Laranjeira, poderia pensar que a história da região se confunde com a história da Companhia. Advertimos logo que, no entanto, a história da região se fez contra seu domínio. Ainda que se apresente como civilizadora do sertão, o projeto político da Companhia foi combatido. É na luta pela terra, contra as condições de trabalho nos ervais, lutando pela preservação de uma cultura e de um modo de vida que os moradores da região fizeram sua própria história.

O imaginário do sertão trabalha com a intemporalidade. Imagem idealizada que lança um projeto de futuro, ocultando o processo de ocupação efetiva, seus impasses e resistências. Pretende-se uma força paralizadora da história, estabelecendo um *sursis* até o futuro desejado. Negação da história enquanto fazer-se e sua conformação a um projeto de futuro estabelecendo uma identidade entre história e progresso. (20) Assim, os que se opõem aos projetos definidos como progressistas, foram considerados tradicionalistas e obstaculizadores do desenvolvimento que o Estado merecia alcançar, dentre os quais se destacam os

posseiros que lutavam pela terra, e os trabalhadores, caracterizados como indolentes e errantes, pois não se fixavam à terra e estavam sempre propensos a abandonar o trabalho por uma farra qualquer. Trabalhadores e posseiros foram tratados no discurso que pregava a civilização para o sertão com uma indiferença insolente às suas necessidades e a seus padrões culturais. Deviam se conformar ao projeto de civilização do sertão como mão-de-obra ordeira e pacífica, construindo a ordem e o progresso para o Estado.

Em 1923, Pedro Celestino Correa da Costa abre sua mensagem presidencial à Assembléia evidenciando a crise por que passava o Estado, que contudo ia gradativamente se reestabelecendo. Podia contar com suas fontes tradicionais de renda, como a exportação de erva-mate e o gado, sem computar as indústrias novas que poderiam surgir, "pois que, poucas das poderosas fontes econômicas do Estado se acham apenas no começo de desenvolvimento; a grande maioria aguarda ainda iniciativas, capital e braços para a sua incorporação à riqueza pública e particular." (21)

Mais uma vez Mato Grosso aparece como uma terra da promessa remetida para um tempo futuro que se espera seja em breve. A indústria extrativa se mostrava promissora não só para a borracha e erva-mate, mas também para a ipecacuanha e babaçu entre outras. A mineração de diamantes aparece como possibilidade de povoamento da região leste; mas é a indústria pastoril e agrícola que permitiriam ao Estado potencializar o progresso, "antes de atingir seu período de indústria fabril que caracteriza os países mais adiantados da

Europa e Norte América." (22) É nesse sentido que destaca as xarqueadas e os curtumes: como etapas e indícios de um futuro desenvolvimento industrial. Detendo-se na agricultura, considerada inexpressiva mas com grandes possibilidades de progresso, esta é tratada como a grande potencializadora para o futuro almejado, uma vez que possibilitaria o adensamento da população do estado. Fica patente nesta mensagem que Pedro Celestino era favorável à franquia das terras devolutas à colonização oficial, rompendo com o padrão até então determinante das grandes propriedades. Para Pedro Celestino, o povoamento do Estado só se daria via colonização oficial, uma vez que, das concessões que objetivavam povoar o Estado, e que tinham recebido extensas áreas de terras para formar colônias agrícolas, nenhuma tinha efetivamente passado para o terreno da ação. Assim, "a colonização oficial é a que se impõe como única solução de resultados positivos ao maior interessado, que é o Estado, em rotear os seus campos, desenvolver as suas indústrias, aumentar e melhorar a sua população com a colaboração de operários inteligentes e adestrados." (23)

No quadro geral do imaginário do sertão, o sul do Estado, principalmente a região do planalto de Amambai, não ficou isenta de um futuro promissor, sempre almejado. No início dos anos 20, se apresentava "como de grande riqueza, na atualidade, para a criação e de um futuro ainda auspicioso para uma série de produções, como de café, alfafa e cereais." (24)

Mas efetivamente as terras estavam tomadas pela Companhia Mate Larangeira, bem como em todo o Estado por grandes latifúndios. Especificamente para a região em questão, o governo estadual não promoveu nenhum projeto de colonização, como veremos no primeiro capítulo da Parte I: Civilizando o Sertão, onde analisaremos os meandros políticos percorridos pela Companhia para deter o controle sobre as terras, bem como as discussões políticas geradas por essa ocupação. Poderemos observar que os direitos da Companhia foram contestados e combatidos politicamente, a favor da fragmentação da região em pequenas propriedades.

Não se pode afirmar que predominava a idéia de que o Estado devia cumprir sua vocação natural dedicando-se à criação de gado ou à agricultura. Ao contrário, almejava-se atingir o estágio industrial, como fica patente na Mensagem de Pedro Celestino citada acima.

Na verdade, a vocação de Mato Grosso se firma com a Marcha para o Oeste durante o Estado Novo; seu destino era a agricultura e a pecuária que melhor poderiam aproveitar suas vantagens naturais. Nesse sentido, a obra de Sodré reafirma essa vocação, colocando os pés no chão de uma porção de sonhadores que ainda achavam que ouro e diamantes medrariam facilmente do solo dadivoso. A Marcha para o Oeste consolidou para Mato Grosso a idéia de que a natureza só é pródiga com o trabalho. (25) Contudo, o domínio da Companhia sobre as terras constituía um empecilho para os planos de colonização do Estado Novo, e por esse motivo, no início dos anos quarenta, a Companhia foi alvo de constante fiscalização

pelo governo central, até que se decretasse o final dos contratos de arrendamento em 1944, não sem antes haver uma intensa campanha jornalística e política defendendo os interesses da Companhia como se fossem interesses do Estado. Esta questão será discutida no segundo capítulo da primeira parte, onde se analisará o embate político entre a Companhia Mate Larangeira e a Marcha para o Oeste para civilizar o sertão.

Como um dos componentes essenciais do imaginário do sertão está o dualismo que o contrapõe à cidade, esta última enfeixando significações que passam pelo desenvolvimento conseguido, ordem e progresso estabelecidos, modernidade e riqueza. Já o sertão consubstancia o que há no país de atraso e pobreza. A imagem do sertão projeta a idéia de que o Brasil vive num descompasso entre o desenvolvimento dos centros urbanos como Rio de Janeiro e São Paulo e o atraso do sertão. E essa angústia desempenhou um papel central na política. Convém lembrar que, como coloca Marson, "ação e pensamento não podem ser isoladas uma da outra, pois se originam num mesmo movimento em que um sujeito constitui e é constituído na história." É de sua junção que advém a significação de uma política. (26) Volpato lembra muito bem que o aparecimento de explicações mitológicas de tradição oral em Mato Grosso se deve à presença do imaginário de um passado faustoso, e que tais explicações mitológicas estão presentes hoje justificando o isolamento do Estado e o seu não desenvolvimento. (27) Mas o mesmo não se podia afirmar

sobre as cidades da Companhia, que atuavam no imaginário social como paradigmas do futuro que o Estado almejava alcançar. Na verdade, veremos no terceiro capítulo da primeira parte, que Campanário e Guaira não podem ser consideradas cidades, pois foram planejadas como centros disciplinares do trabalho, visando normatizar as relações sociais, internalizar hábitos e valores que se adequassem à formação de um trabalhador ordeiro e pacífico, que melhor se coadunava com a imagem construída para o progresso e para a modernidade.

A imagem de sertão servia, em síntese, para ocultar as contradições inerentes ao processo de ocupação da terra, principalmente as lutas travadas entre grandes proprietários e posseiros, justificando a formação de grandes latifúndios uma vez que, dado o isolamento do sertão, pequenas propriedades não trariam o desenvolvimento para o Estado, pois dificilmente conseguiriam colocar seus produtos no mercado de forma competitiva. Assim, desqualificava-se a luta de posseiros no sul do Estado que almejavam as terras monopolizadas pela Companhia. No quadro de sertão, só uma grande companhia de capital estrangeiro, do porte da Mate Larangeira, poderia construir o progresso para a região, já que possuía capital para construir cidades, desbravar as matas, abrir estradas e estabelecer portos. Tarefa considerada onerosa para o Estado e impossível de ser realizada por pequenos proprietários.

Ao mesmo tempo, o quadro de sertão servia de suporte para o ideal positivista de ordem e progresso. Como

coloca Marilena Chaui, as imagens tem "força persuasiva e até mesmo contrangedora" na medida em que permitem "uma ordenação do real sem transtornar as aparências". "Abolindo a distância entre o mundo e o discurso, as imagens soldam o real e a palavra fazendo com que o primeiro se organize de acordo com os parâmetros da segunda que se torna, então, organizadora da realidade e da ação." (28) De certa forma legítima que os destinos de todos sejam traçados como um único: o progresso de Mato Grosso. Desse modo, as ações individuais devem convergir para o sentido ditado pelos que detêm o conhecimento do futuro, ou seja, os donos do poder.

No entanto, ao mesmo tempo em que se compunha o quadro imaginário do sertão, formulavam-se projetos, sonhos, desejos e intensões, e se dava uma forma de ocupação concreta, que não era a correspondência ou o transporte imediato para o real, nem do imaginário, nem dos projetos encetados. Há diferentes sentidos de sertão em diferentes momentos históricos. O que permite destacar as lutas pela terra levadas a efeito durante todo o período estudado. Na região sul do Estado, desde o final do século XIX uma importante corrente migratória originária do Rio Grande do Sul foi atraída pelo imaginário dos campos da Vacaria, assemelhando-se aos pampas gaúchos, e que seriam supostamente desocupadas. (29) O choque com a Companhia Mate Larangeira foi inevitável. O quadro de sertão foi composto de imagens selecionadas que objetivavam materializar o sertão imaginário, dar-lhe forma e substância. A imagem de sertão

imposta e difundida conferia poder e legitimidade lógicas e racionais a quem supostamente lutava pela civilização e pelo progresso. E o melhor exemplo dessa realidade era a Companhia Mate Larangeira, uma vez que, em Mato Grosso, nada se comparava às suas realizações. Bastava olhar para Campanário e Guaira, ou para as estradas de ferro por ela construídas, os portos aparelhados, os ervais plantados, e assim poderíamos continuar relacionando suas realizações ad nauseum. A Companhia parecia comprovar que dominava o sertão. Mas não dominava os posseiros que, durante todo seu domínio lutaram pela liberação das terras. Veremos na Parte II: A Luta pela Terra, que havia na cidade de Ponta Porã uma incipiente organização política que visava acabar com os arrendamentos da Companhia, fazendo-lhe oposição sistemática no final dos anos vinte, culminando com os ataques de Christiano Ortt a alguns ranchos da Companhia. Acusado de bandido, Ortt consubstancia os quase cinquenta anos de luta dos posseiros contra o domínio da Companhia sobre as terras ervateiras, o que o torna um caso exemplar, analisado no primeiro capítulo, enquanto que no segundo capítulo discutiremos o sentido da terra para os posseiros bem como as estratégias utilizadas para penetrarem nos domínios da Companhia, elaborando os ervais clandestinamente e contrabandeando erva-mate para o Paraguai.

No imaginário do sertão há uma relação que poderíamos chamar de busca de identidade entre a "ação civilizadora" levada a efeito no início do século com o passado de Mato Grosso. Essa identificação imaginária entre

os novos desbravadores do sertão com os bandeirantes, transforma a história num poderoso instrumento ideológico de legitimidade pois, ao cobrir de heroísmo tanto o posseiro como as grandes empresas oculta as lutas ocorridas. Mais do que isso, desloca a luta para um campo comum, uma identificação imaginária: o esforço desbravador e civilizador contra o atraso do sertão. Unificando no discurso interesses antagônicos, legitima a luta contra o "atraso" e desqualifica a luta de classes. A colonização do Oeste é entendida como uma empreitada delineada pelos bandeirantes e que tem seus seguidores, tornando-se dessa forma a história numa solução de continuidade, deslocando a ação para um tempo linear e progressivo. Perpassando o imaginário, essa questão é posta com mais contundência durante o Estado Novo.

Podemos afirmar, apoiados no quadro até aqui traçado, que o sertão foi forjado pelos próprios sujeitos para justificar projetos políticos de dominação. É nesse sentido que se constrói uma imagem do sertão, e que não correspondia à efetiva ocupação do Estado. O sertão é uma instituição imaginária que dá suporte para os sujeitos entenderem seu próprio proceder, ou sua condição. (30) Para nós, a importância do estudo do imaginário social se desdobra em duas questões: em primeiro lugar, como foi formulado enquanto instrumento de intelecção da realidade histórica, ou seja, como a sociedade matogrossense se percebia e se julgava em comparação ao resto do país. Em segundo lugar, como a condição imaginária de sertão justificava as políticas

públicas em relação às terras, ao trabalho, à colonização do Estado, ocultando sempre que possível, ou distorcendo quando necessário, os reais processos de ocupação da terra, a exploração do trabalho, as lutas e dissensões políticas. A imagem de sertão desqualificava os argumentos daqueles que contestavam as políticas públicas, como os posseiros que lutavam contra os arrendamentos da Companhia Mate Larangeira, ou os trabalhadores ervateiros que resistiam às suas estratégias disciplinares, uma vez que, nesse sertão paradisíaco, as relações de trabalho eram infernais.

Em todo o Estado predominavam relações de trabalho que primavam pela escravização do trabalhador às dívidas contraídas nos armazéns, fossem da Companhia nos ervais, ou nas usinas de açúcar, ou mesmo nos barracões dos seringais. (31) A situação de escravização dos trabalhadores foi questionada no próprio Estado, e até em jornais operários de São Paulo, (32) constituindo uma fissura no quadro imaginário pois as relações de trabalho conflituosas eram ocultadas. Quando surgiam notícias de escravidão em pleno século XX, atribuiu-se tal ordem de coisas à própria condição de sertão que o Estado vivia; seu isolamento e atraso propiciariam o não desenvolvimento de relações de trabalho harmoniosas e cordiais. Urgia pois modernizar o sertão para que o trabalho entrasse no compasso do mundo civilizado.

Por outro lado, o sertanejo, visto sob a ótica do positivismo, fosse ele trabalhador ervateiro ou posseiro, foi considerado um obstáculo ao progresso do Estado, trazendo todos os sinais de sua inferioridade: analfabetismo,

comportamento rude, vestuário e linguajar grosseiros. Suas características básicas apontadas foram a indolência, a ignorância e a irracionalidade, sendo considerados capazes de cometer, não só pequenos crimes e contravenções, mas também a violência selvagem, o que justificava para as elites cultas do Estado um inquestionável direito de legislar e elaborar políticas públicas, decidindo o que era melhor para o desenvolvimento do sertão e, conseqüentemente, para os trabalhadores. Vistos como incapazes de discernir o que era melhor para si próprios, foram submetidos a uma estreita supervisão, e o medo de que provocassem desordens aparece como justificativa das políticas governamentais e empresariais, como ocorreu em relação à terra, em que efetivamente se ignorou os constantes apelos por um fim aos contratos de arrendamento com a Companhia Mate Larangeira.

O mundo do trabalho mostrava a outra face do sertão. Percorrendo a literatura e os relatos de viagem sobre a região dos ervais, um aspecto se destaca: a violência. "A lei, naquelas paragens, era a vontade do mais forte." (33) Assolada por bandos de bandidos que atacavam as fazendas e se internavam no Paraguai, o quadro se complementa com algum cruel assassinato ocorrido numa bailanta fronteiriça ou numa casa de jogo.

Quanto aos trabalhadores dos ervais, em sua grande maioria arregimentados no Paraguai, foram qualificados de beberrões, briguentos, preguiçosos e supersticiosos. Não afeitos ao trabalho, preferindo ficar "horas a fio nas casas

de negócio, cantando e tocando sanfonas, violões e violinos."(34) Investidos de caracteres negativos, os trabalhadores ervateiros tiveram sua cultura e seu modo de vida desqualificados. Condenados moralmente por sua incivilidade, foram alvos de estratégias que visavam, a partir de um outro ponto de vista cultural, valorizar a ordem, a lei e o trabalho: objetivava-se delinear um outro perfil para o trabalhador. A terceira parte: "Os Insubmissos da Fronteira discutirá as relações de trabalho na Companhia e o processo de elaboração da erva-mate, bem como as resistências insidiosas opostas pelos trabalhadores ao poder disciplinar da Companhia; o último capítulo discutirá a vida cotidiana nas cidades fronteiriças e a cultura paraguaio-guaraní, assim como o teor violento da vida cotidiana procurando mostrar como a cultura aparece como um forte dispositivo de resistência aos projetos civilizadores do sertão.

O discurso que denigre a cultura guaraní caminha no mesmo sentido do que engrandece a obra civilizadora da Companhia Mate Larangeira: visava a transformação das relações sociais e culturais através de uma disciplinarização capitalista: amor ao trabalho, economia do corpo e do tempo útil, obediência à lei e à ordem. Objetivamos resgatar as resistências opostas às estratégias disciplinares nas constantes fugas dos ervais, no desrespeito ao código disciplinar, no contrabando de bebidas e armas, nas rodas de tereré, enfim, na vida cotidiana nos ranchos ervateiros e pelas estradas lindeiras.

Se durante o Estado Novo o trabalhador guarani foi apresentado como o inimigo da Nação e elemento desnacionalizador da fronteira, porque não se adequava aos moldes disciplinares, cumpre ao historiador tecer outra trama e desfazer a monumentalidade da memória histórica. Ao resgatarmos a dinâmica das resistências pontuais, objetivamos dar a justa dimensão política para práticas consideradas como bárbaras e incivilizadas. Afinal, podemos considerar que "sertão é onde o pensamento da gente se forma mais forte que o poder do lugar." (35)

Notas

Introdução

(1) TODOROV, Tzvetan - A Conquista da América. (A Questão do Outro) - São Paulo, Martins Fontes, 1983, pp. 18 e passim.

(2) BARRETO, Grozimbo Muniz - Breve Notícia sobre a Grande Propriedade do Descalvado no Estado de Matto Grosso - Rio de Janeiro, Typ. Companhia Editora Fluminense, 1891, pp. 3-4.

(3) WAEHNELDT, Rodolfo - "Exploração da Provincia de Matto Grosso" in: Revista do Instituto Historico, Geographico e Ethographico do Brasil, tomo XXVII:193-229, 1864 pp.199-200.

Ver também a descrição de Camapuã feita por FLORENCE, Hercules - Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas (1825 a 1829) - São Paulo, Edusp/ Cultrix, 1977, pp. 76 e passim. Para a crise da mineração ver: LENHARD, Alcir - Crise e Mudança na Frente Deste de Colonização - Cuiabá, UFMT/ Imprensa Universitária, 1982; VOLPATO, Luiza Rios Ricci - A Conquista da Terra no Universo da Pobreza - São Paulo, HUCITEC/ INL, 1987.

(4) BOSSI, Bartolomé - Viage Pintoresco por los rios Parana, Paraguay, Sn Lorenzo, Cuiabá y el Arino tributario del grande Amazonas con la descripcion de la Provincia de Mato Grosso bajo sus aspectos fisicos, geografico, mineralogico y sus producciones naturales - Paris, Libreria Parisiense Dupray de la Mahérie, 1863, pp. 125.

(5) SALLES, Iraci Galvão - Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada - São Paulo, HUCITEC/INL, 1986.

(6) HOBBSAWN, E. P. - A Era do Capital (1848 - 1875) - Rio de

Janeiro, Paz e Terra, 1977; HARDMAN, Francisco Foot - Trem Fantasma. A Modernidade na Selva - São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

(7) ALVES, Gilberto Luiz - "Mato Grosso e a História: 1870-1929. Ensaio sobre a Transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro" in: Boletim Paulista de Geografia, (61):5-81, 1984.

(8) BUENO, Francisco Antonio Pimenta - Memoria justificativa dos trabalhos de que foi encarregado à Provincia de Matto Grosso segundo as instruções do Ministerio da Agricultura de 27 de maio de 1879 - Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1880.

(9) Idem. Bueno tinha a incumbência de estabelecer um trajeto terrestre que ligasse Cuiabá à Corte em menos tempo.

(10) Quem expressou esses anseios e promessas de desenvolvimento com a construção de uma ferrovia que cortasse o Oeste Paulista adentrando por Mato Grosso foi CUNHA, Euclides da - "Viação Sul Americana" in: À Margem da História - São Paulo, Cultrix/ INL, 1975, pp. 109-124.

(11) LISBOA, Miguel Arrojado Ribeiro - Oeste de São Paulo - Sul de Matto Grosso - Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do Commercio", 1909.

(12) AZEVEDO, Fernando de - Um Trem Corre para o Oeste - São Paulo, Edições Melhoramentos, 2. ed., s/d, pp. 81-82.

(13) Houve um violento processo de expulsão de posseiros que ocupavam as terras marginais ao trilho e sua compra a "preços módicos". Um exemplo que merece ser lembrado é a Fazenda

Taquarussu, da Brasil Land & Cattle. Ver: NOGUEIRA, Júlio - Excursão a Matto Grosso - São Paulo, PocaWess & C., 1915; CORREA FILHO, Virgílio Alves - Questões de Terras - São Paulo, Seccção de Obras de "O Estado de São Paulo", 1923, pp. 21-23, que considerou a questão um "grilo monumental".

(14) LÉVI-STRAUSS, C. - Tristes Trópicos - São Paulo, Editora Anhembi, 1957, pp. 275.

(15) Na década de 40, o quadro imagético do sertão e sua relação com os bandeirantes foi veiculada pela formação de algumas "bandeiras", como a "Piratininga", organizada por Willy Aurely, que percorreu a região do Roncador e do Rio das Mortes, seguindo os passos da Fundação Brasil Central. Outras bandeiras foram organizadas anteriormente, dentre as quais se destaca a "Anhembi" na qual participou Hermano Ribeiro da Silva. Sua obra teve uma segunda edição que completou uma tiragem de quarenta e cinco mil exemplares, um verdadeiro "best seller" para a época. Ver: SILVA, Hermano Ribeiro - Nos Sertões do Araguaia - São Paulo, Ed. Saraiva, 1949, 2ª ed.

(16) Ver LENHARD, Alcir - Sacralização da Política - Campinas, Papyrus, 1986.

(17) GOMES, Manoel de Souza - 27 annos na Selva - sem indicações, Biblioteca Municipal Mário de Andrade, São Paulo.

(18) CHAUI, Marilena de Souza - Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo - São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 156

(19) LENHARD, Alcir - Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste - Campinas, Ed. da UNICAMP, 1985, pp. 60.

(20) Para a relação entre o imaginário social e o tempo

histórico ver: "CASTORIADIS, Cornelius - A Instituição Imaginária da Sociedade - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, pp. 244 e passim.

(21) CORREA DA COSTA, Pedro Celestino - Mensagem dirigida a Assembléia Legislativa ao instalar-se a sua 3. sessão ordinária da 12 legislatura em 22 de maio de 1923 - Cuiabá, Typ. Official, 1923, pp. 01.

(22) Idem ibidem, pp. 06.

(23) Idem ibidem, pp. 09.

(24) "Estado de Matto Grosso" in: Aspectos da Economia Rural Brasileira. Contribuição do Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas para a Comemoração do Centenario da Independencia do Brasil - Rio de Janeiro, Officinas Graphics Villas Boas, 1922, pp. 949.

(25) "A marcha da agricultura, com o advento da pequena propriedade, será o avanço civilizador e nacionalizador que atenuará e há de concluir por acarretar o desaparecimento das forças contrárias que jogam no cenário do Oeste. Representará a emancipação humana das massas entregues ao abandono e ao extermínio. A mudança radical de processo econômico, com os reflexos na alteração do ritmo social, dará novas linhas a um desenvolvimento que se fez, até aqui, descontínuo e disperso. Corrigidas pela marcha evolutiva da produção, as anomalias que se traduzem na instabilidade e na pobreza, o Oeste assumirá condições bem diversas e poderá estruturar uma fase nova no seu desenvolvimento - fase de riqueza e de libertação." in: SODRÉ, Nelson Werneck - O Oeste. Ensaio

sobre a Grande Propriedade Pastoril - Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1941, pp. 201.

(26) MARSON, Adalberto - "Reflexões sobre o procedimento histórico" in: SILVA, M. (org.) - Repensando a História - Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984, pp. 50.

(27) VOLPATO, Luiza Rios Ricci - op. cit., pp. 15-18.

(28) - CHAUI, Marilena de Souza - "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" in: Ideologia e Mobilização Social - Rio de Janeiro, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

(29) LIMA, Astúrio Monteiro de - Mato Grosso de Outros Tempos. Pioneiros e Heróis - São Paulo, Editora Soma Ltda, 1985, pp. 40-45; BARBOSA, Emílio G. - Panoramas do Sul de Mato Grosso - Campo Grande, Empresa Correio do Estado Ltda, 1963, pp. 10-11.

(30) CASTORIADIS, Cornelius - A Instituição Imaginária da Sociedade - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986. Ver também BACHELARD, Gaston - El Agua y los sueños. Ensayo sobre la imaginación - Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1976; Idem - El Aires y los Sueños. Ensayo sobre la imaginación del movimiento - Mexico, Fondo de Cultura Económica, 1986.

(31) Para o regime de trabalho nas usinas de açúcar às margens do rio Cuiabá, ver: CORREA FILHO, V. A. - Pantaneais Matogrossenses (Devassamento e Ocupação) - Rio de Janeiro, IBGE, 1946, pp. 108. Também Rondon denunciou a escravização dos índios terena no início do século in: Relatório dos trabalhos realizados de 1900 a 1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do Estado de Mato Grosso, apresentado as autoridades do Ministério da Guerra - Ministério da

Agricultura, Conselho Nacional de Proteção aos Índios, publicação 69-70 - Rio de Janeiro, Depto de Imprensa Nacional, 1949.

(32) - "A Plebe", São Paulo, 11.08.1917, publicou um longo artigo denunciando a escravização dos trabalhadores e os assassinatos dos que tentavam a fuga das usinas, bem como noticiou a formação de organizações operárias em Corumbá, notadamente entre os marítimos. "A Plebe", de Cuiabá, em 23.01.31, continuava a publicar denúncias de igual teor. Por outro lado, as queixas patronais em relação aos trabalhadores iam no sentido de que, ao adotarem o "sistema salarial", enfrentavam resistências dos trabalhadores que estavam "provocando greves, criando dias santificados, enfim, um sem número de obstáculos para diminuir o serviço." apud ARRUDA, João Pedro de - "Camaradas e Patrões" in: Correio do Estado, Cuiabá, 07.11.1920, pp. 03. A denúncia das condições de trabalho nos ervais da Companhia Mate Larangeira foi feita pelos tenentes que, em seus escritos, descreveram a escravização dos ervateiros em cores tétricas.

(33) PUIGGARI, Umberto - Nas Fronteiras de Mato Grosso. Terra Abandonada... - São Paulo, Casa Mayença, 1933, pp. 05.

(34) MELO E SILVA, José de - Fronteiras Guaranis - São Paulo, Imprensa Metodista, 1939, pp. 126.

(35) A citação é de Guimarães Rosa, retirada de Grande Sertão Veredas.

PARTE I - Civilizando o Sertão

Na década de 70 do século XIX existia um projeto que visava construir uma estrada de rodagem que permitisse a ligação entre o porto das Sete Voltas à Vila de Miranda, para facilitar o transporte fluvial entre os afluentes dos rios Paraná e Paraguai, ligando São Paulo e Cuiabá. Contudo, Pimenta Bueno observou que a comunicação mixta por Miranda seria de "acanhadas proporções, porque a navegação do rio Brilhante não comporta navios senão de pequenas dimensões." Como única riqueza a ser explorada na região em questão estavam os ervais nativos, já conhecidos mas ainda inexplorados. A respeito da conjugação entre a exploração dos ervais e os meios de transporte e comunicação com os centros consumidores, o mesmo autor colocou que:

"E quando mesmo sejam explorados os ricos ervais desse distrito, como são os do Paraguai, que constituem a principal riqueza dessa república, nunca os fabricantes enviarão as suas manufaturas para os portos do Brasil, porque é no Rio da Prata onde tem mais extração a erva-mate, e pelo rio Paraguai terão transporte mais favorável." (1)

Pimenta Bueno aponta o eixo por onde se definiria a história da região ervateira, qual seja, sua vinculação com os mercados consumidores do Prata. É integrada às repúblicas vizinhas que a região sul do Estado se desenvolve, bem como se define sua economia e as flutuações conjunturais. A

exploração da erva-mate, dominada pela Companhia Mate Larangeira, forneceu o substrato econômico para a história da região até o final do Estado Novo. Em torno da Companhia parecia que a vida girava, e contra seu domínio se definiram as lutas políticas levadas a efeito durante o período estudado.

1 - Projetos Políticos de Ocupação

Iniciada após a Guerra da Triplíce Aliança, a exploração dos ervais nativos foi concedida a Thomaz Laranjeira pelo governo imperial em 1882. Ao participar da Comissão de Limites, que após a Guerra demarcou a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, como encarregado do abastecimento, Thomaz Laranjeira conheceu a região e os extensos ervais nativos ainda inexplorados.

A concessão para a exploração dos ervais tinha como área os terrenos devolutos que ficavam entre os limites de Mato Grosso com o Paraguai entre os rios Verde e Amambai. Até obter a concessão, Laranjeira se estabeleceu no Paraguai, explorando erva-mate, e se utilizou da amizade conseguida com o Barão de Maracajú durante os trabalhos da Comissão para obter a concessão. Ao mesmo tempo, fundava em Mato Grosso a fazenda Estrela, destinada à criação de gado e suporte para sua futura exploração ervateira. (2)

Também tinham participado da Comissão os irmãos Raul e Francisco Mendes Gonçalves, auxiliando a Thomaz Laranjeira. Francisco se estabeleceu em Buenos Aires, onde fundou a sociedade Francisco Mendes & Cia, destinada a moer e comercializar erva-mate no mercado platino. (3) Formava-se uma sociedade promissora entre Thomaz Laranjeira e Francisco Mendes, na qual o primeiro fornecia a matéria prima e o segundo se encarregava de colocá-la no mercado após passar

por um processo de beneficiamento em seus moinhos instalados em Buenos Aires.

Thomaz Laranjeira não foi o único a pretender explorar os ervais nativos da região. Em 1875, a Casa Travassos & Cia requisitou ao presidente da Província concessão para explorar os ervais da região de Miranda, obtida em 1880. (4) Em mensagem dirigida à Assembléia, o presidente da província Joaquim G. Pimentel afirmou que:

"meu antecessor declarou a Pacífico de Vargas que poderia ele continuar a explorar os ervais da região até que o governo imperial resolvesse sobre a licença solicitada para esse fim. Além destes cidadãos e dos moradores da localidade que acaso sobrevivam de colher erva-mate, ninguém mais tem autorização de aplicar-se ali a essa indústria; e por isso constatou-me apenas a probabilidade que há de desenvolver-se este ano extraordinariamente por escassez nos ervais da República vizinha, mandei expedir ordens terminantes ao comandante do posto militar e agente fiscal de Ponta Porã, proibindo a exploração a quem não esteja devidamente autorizado a fazê-la."
(5)

Muitos pequenos ervateiros exploravam os ervais sem a preocupação de legalizar suas atividades em terrenos devolutos, tanto que o governo cria agências fiscais na Serra de Amambai, em frente ao potreiro Capivari e no Nhuguassu, com o intuito de controlar a exportação e impedir o contrabando. (6) Fica claro que, ainda que não facultada livremente, a exploração dos ervais nativos não era monopólio de Thomaz Laranjeira.

Muitos pretendentes, como Ernesto de Castro

Moreira, que obteve uma concessão e a vendeu posteriormente para Furtado & Cia de Buenos Aires, não conseguiram levar adiante suas pretensões devido aos favorecimentos que Thomaz Laranjeira obtinha dos chefes políticos locais, como o General Antonio Maria Coelho, presidente da província em 1890, que ordenou ao comandante do destacamento de Ponta Porã a expulsão de intrusos que estivessem elaborando erva-mate na região, após ter considerado a concessão a Ernesto de Castro Moreira caduca. (7)

Percebe-se nestas evidências que os ervais se apresentavam com possibilidades de vir a ser um negócio lucrativo, do mesmo modo que a concorrência para explorá-los foi acirrada. Incidentalmente, vários pretendentes são citados nas mensagens presidenciais. Assim, como Thomaz Laranjeira conseguiu o monopólio da extração da erva-mate em Mato Grosso? A resposta a esta questão permitirá o entendimento de todas as lutas travadas na região pela posse da terra monopolizada pela Companhia Mate Laranjeira por mais de cinquenta anos através de sucessivos contratos de arrendamento que impediam a exploração de erva-mate a não ser pela Companhia ou seus prepostos. É necessário percorrer os meandros da política estadual para, não só entendermos como se consegue o monopólio, mas para discutirmos outros projetos políticos de ocupação da região engendrados no debate sobre o desenvolvimento das terras ervateiras.

1.1 - A Formação da Companhia Mate Laranjeira

A concessão obtida em 1882 por Thomaz Laranjeira, foi confirmada em 1886 e prorrogada em 1889 por mais cinco anos. Com a proclamação da República ascende ao poder Antonio Maria Coelho, que no ano seguinte amplia a zona arrendada a Thomaz Laranjeira, assegurando por lei seus direitos contra outros concorrentes que se apresentavam para a exploração dos ervais. (8)

Com a derrota de Antonio Maria Coelho na revolução de 1892, ascende ao poder estadual Generoso Ponce, apoiado pela família de Joaquim Murtinho. Como a política de terras tinha ficado sob a incumbência das constituições estaduais, em 1892 foi criada em Mato Grosso a repartição de terras e em seguida aberta a concorrência para o arrendamento dos ervais. (9) Já então a família Murtinho se interessava diretamente pela exploração dos ervais.

Gilmar Arruda muito oportunamente atenta para as modificações paulatinamente inseridas nas cláusulas contratuais que se referiam aos direitos dos que já elaboravam erva na região e dessa atividade garantiam sua sobrevivência. (10) O decreto de 1882, cláusula VI, rezava que "o concessionário não poderá direta ou indiretamente impedir a colheita de erva-mate aos moradores do território (...) que viverem de semelhante indústria e dela tirarem os indispensáveis meios de subsistência." No decreto de 1890,

cláusula IV, a concessão obrigava a zelar pela conservação dos ervais, "não permitindo que estranhos ali se estabeleçam sem autorização legal..." Contudo, não podia impedir a colheita pelos moradores que vivessem exclusivamente da elaboração de erva, bem como "os que já tenham anteriormente obtido concessão legal para isso." A lei de 1892, art. 19, impede a exploração dos ervais a quem não tivesse assinado com o governo do Estado um contrato de arrendamento. Nessa lei, estabelece-se o arrendamento das terras ervateiras, acabando com as concessões, bem como desconsidera-se fragorosamente os direitos anteriormente preservados aos posseiros, que a partir de então passam a incorrer em crime por elaborar clandestinamente os ervais situados em terras devolutas do Estado. Estava consolidado legalmente o monopólio para a exploração dos ervais nativos.

No contrato de 1893, o arrendatário não podia permitir que estranhos ali se estabelecessem "sem autorização do concessionário", e em 1894, no texto do contrato de arrendamento aparece claramente um pronome possessivo a indicar que a Companhia Mate Lorangeira detinha o domínio sobre os ervais, pois ninguém ali podia se estabelecer sem a sua autorização.

Ao analisar essas cláusulas, Arruda afirma que "a empresa conquista o poder de polícia e vigilância sobre todas as terras do contrato. Passa a contar também com a possibilidade de legislar ou conceder direitos aos outros. A defesa da propriedade, através de violência legítima, deixa de ser exclusividade do Estado." (11) O que, no entanto,

escapa à Arruda, apesar de reconhecer que o monopólio funcionava "como um poderoso instrumento de poder e disciplina sobre os trabalhadores dos ervais e habitantes da região" (12), que se tratava de uma luta também ideológica sobre o povoamento e o desenvolvimento econômico dos ervais. Sua argumentação se dirige essencialmente para a necessidade de manutenção dos "espaços vazios" como forma de controle, analisando o domínio da Companhia Mate Larangeira a partir da confluência entre o público e o privado na esfera política que favorecia os interesses da Companhia, culminando na privatização dos interesses públicos, o que possibilitou a implantação pela Companhia da política dos espaços vazios, mantendo legalmente os ervais livres de intrusos. Entretanto Arruda não analisa as dissensões internas na esfera da política estadual, as propostas dos oponentes políticos da Companhia a respeito de como se deveria proceder a ocupação das terras ervateiras, não discutindo as grandes pretensões aos ervais nem as propostas políticas de ocupação da região. É de se entender portanto, porque sua argumentação acaba privilegiando a privatização do público, como se a formação da Companhia Mate Larangeira fosse apenas um negócio lucrativo para a família Murtinho, e não estivesse embuída de um projeto político de dominação.

Estas observações, no entanto, não anulam as análises de Arruda. A indistinção entre o público e o privado aparece nitidamente quando remetemos para o controle efetivo que a Companhia exercia cotidianamente, principalmente no que

se refere à segurança pública. Nenhum movimento armado, fosse revolucionário ou ataque de bandidos, se desvinculava em seu ideário da atuação da Companhia, bem como as autoridades, na repressão dos movimentos, não podiam dispensar seu auxílio material. Em todos os movimentos revolucionários havidos em Mato Grosso, a Companhia manteve homens armados lutando pela preservação da ordem e manutenção de seu status quo.

Ao finalizar o século XIX, a Companhia Mate Larangeira detinha por arrendamento todas as terras compreendidas entre a fronteira com o Paraguai, delimitadas pelos rios Brilhante, Ivinhema, Paraná, percorrendo a linha fronteiriça até a cabeceira do Rio Apa.

Em 1892, após ter assinado o contrato de arrendamento com o Estado, Laranjeira teria manifestado interesse em vender sua concessão ao Banco Rio e Matto Grosso, de propriedade da família Murtinho. Como o contrato de arrendamento impedia a venda da concessão a terceiros, formou-se a Companhia Mate Larangeira, cujas ações eram em sua maioria de propriedade do Banco. (13)

O contexto de transferência de arrendamento para a Companhia foi analisado por Nícia Vilela Luz, ao afirmar que, tendo aparecido concorrentes que ameaçavam o monopólio de Laranjeira, "ao governo do Estado ofereceu-se a oportunidade de tirar partido da situação, exigindo do concessionário condições que ele não quis aceitar". (14) Tal afirmação baseia-se num memorando redigido por Antonio Correa da Costa, onde discutia se era interessante ao Estado manter o arrendamento com Laranjeira. (15) Assumindo o poder a família

Murtinho, teria sido o concessionário pressionado a vender seus direitos de arrendamento.

Definida por Correa Filho como uma "escaramuça", a questão aponta não só para os interesses da família Murtinho, mas acima de tudo que começava uma discussão que percorrerá toda a vida política partidária do Estado no sentido de definir como deveriam ser explorados os ervais, se franqueado a vários pretendentes ou sob o regime de monopólio. A revolução de 1892, ao depor Antonio Maria Coelho, nas palavras de Arruda, foi muito lucrativa para os Murtinho, pois ao assumirem o poder dirigiram a questão a favor do monopólio e na defesa de seus próprios interesses.

(16)

O programa de empreendimentos de Joaquim Murtinho, que se concretizaria através do Banco, não pode ser resumido a um butim do patrimônio do Estado, mas evidentemente que significava também um enriquecimento pessoal. Numa carta a Antonio Correa da Costa, Joaquim Murtinho afirma:

"devemos aproveitar a boa disposição dos capitais daqui para enriquecer o nosso Estado. Precisamos não nos absorver só na política e tratar do progresso material da nossa terra." (17)

Antonio Correa da Costa, que se tornou superintendente do Banco, publicou em 1903 um artigo no jornal "A Reacção" expressando os projetos que o Banco seria capaz de desenvolver:

"Eu ligava à Empresa (quanto me enganava!) a idéia de um vasto programa

de melhoramento para o Estado; acariciava-me o pensamento de que com os grandes recursos proporcionados pela Companhia Mate Larangeira, o Banco, no seu próprio interesse, iniciaria em pouco tempo, a construção de uma via férrea do porto à zona dos ervais, abrindo a região do planalto da Serra de Maracaju, com a navegação do Alto Paraná, e seus afluentes, um vasto campo para colonização e povoamento do sul do Estado." (18)

O programa dos Murtinho era grandioso. Em 1890, Joaquim Murtinho tinha conseguido para seu irmão Francisco a concessão para a construção de uma estrada de ferro que atravessava todo o sertão de Goiás e Mato Grosso, passando por Cuiabá até atingir o Guaporé. (19) Já o Banco pretendia desenvolver a colonização do Estado através de dez núcleos agrícolas de 50 mil hectares cada um. É dentro desse plano que Joaquim Murtinho pediu a Correa da Costa que demarcasse o primeiro burgo e fizesse o reconhecimento de um terreno para a construção de um porto para a exportação de erva-mate às margens do rio Paraguai. O próprio Correa da Costa escolheu o local - a fazenda Três Barras, onde se fundaria Porto Murtinho. A via férrea de bitola estreita é iniciada e se constrói cerca de 60 km ligando o porto à São Roque.

Contudo, surgido na euforia do Ensilhamento, o Banco não resistiu à política do "foanding loan" e foi à falência em 1902. De suas atividades, apenas a Companhia Mate Larangeira se sobressaía e se firmara economicamente. A forma como se deu a liquidação do Banco foi alvo de crítica por parte do grupo que, liderado por Generoso Ponce, se opunha ao governo de Totó Paes, apoiado pelos Murtinho. Segundo A

Reacção, a Companhia Mate Larangeira "de 1892 a 1899 conseguiu o fabuloso lucro de 14 mil contos, com uma despesa de apenas 5 mil, incorporando ao seu acervo a quantia de 9 mil contos que devia estar em poder do Banco..." (20) Além do mais, o espólio do Banco estava sendo vendido a Thomaz Laranjeira por 2.500 contos, e a Companhia vendida a Francisco Mendes & Cia., de Buenos Aires, por 3.000 contos. (21) Generoso Ponce levantou suspeitas de que a liquidação se efetuava de forma fraudulenta, pois os 9 mil contos deveriam estar incorporados ao acervo do Banco, já que era acionista majoritário da Companhia. Generoso Ponce não entendia como o Banco estava sendo liquidado com prejuízos. (22) A partir de então, Francisco Mendes Gonçalves tornou-se proprietário da Companhia Mate Larangeira, que durante o período estudado mudou sua razão social diversas vezes, chamando-se, por exemplo, Empresa Mate Larangeira ou Larangeira, Mendes & Cia.

A lucratividade da Companhia Mate Larangeira é simplesmente espantosa, se os dados apresentados por Generoso Ponce forem verdadeiros, e comparados aos que pagava ao governo do Estado: pelo arrendamento de 1.600 léguas de terra, durante os anos de 1894 a 1902, 160 contos, e 2.750 contos de imposto de exportação. (23)

A Companhia, no início do século, exportava sua produção por Concepción, no Paraguai, sendo que seu centro de atividades em Mato Grosso estava em Porto Murтинho. Em 1907, obtêm do governo estadual autorização para exportar pelo rio Paraná, quando começa a construir Guaira, principal porto de exportação do mate a partir de então.

Durante os cinquenta anos de seu domínio, a Companhia foi acusada de se constituir num Estado no Estado pois, além de ter uma renda maior do que a de Mato Grosso, tinha plenos poderes na região onde se instalara. A acusação foi formulada com grande contundência em 1907, e a análise de seu contexto político nos permitirá entender as oposições ao império da Companhia, bem como outros projetos de ocupação da região.

2.2 - Um Estado no Estado.

Em 1902, assim que a Companhia é vendida à Francisco Mendes & Cia., assina-se um novo contrato de arrendamento dos ervais que vigoraria até 1916, nas mesmas bases do anterior. No entanto, já se questionava a validade do monopólio e as contribuições que efetivamente traria para o progresso da região ervateira, principalmente diante da migração gaúcha que se avolumava a todo dia e que era obstaculizada pelo monopólio exercido pela Companhia. (24) Os gaúchos ficavam circulando pela fronteira, sem poderem se estabelecer nas terras devolutas arrendadas, criando um ambiente tenso. (25)

Em 1906, Generoso Ponce teria manifestado a idéia de dividir os ervais em lotes de 450 hectares a serem arrendados num máximo de 10, ficando sua venda proibida. O próprio Ponce considerou o projeto uma "bomba". (26) No ano seguinte, a Companhia enviou à Assembléia Legislativa um memorial onde se propunha a impulsionar a indústria da erva-

mate e criar novos empreendimentos mediante a concessão de alguns favores, entre os quais estava a prorrogação do contrato de arrendamento até 1930, permissão para organizar força policial própria e a concessão de 15 lotes de até 3.500 hectares gratuitamente. Quando tudo parecia favorável à Companhia, o memorial que tinha sido examinado por uma comissão da Assembléia foi impugnado sob a alegação de que "a formação de um estado dentro do Estado não deverá jamais ser permitida." (27)

Sem dúvida, a Companhia Mate Larangeira contava com a ligação política de Generoso Ponce e Murtinho ao apresentar o projeto que objetivava expandir e consolidar seu domínio sobre a região ervateira. Vejamos a argumentação utilizada para se negar o pedido da Companhia. Em primeiro lugar a proposta foi considerada lesiva aos interesses públicos. A respeito da venda das terras, a comissão emitiu o parecer de que a venda implicava "na proibição do povoamento da região da serra acima do sul do Estado, medida que, além de não consultar o interesse geral, reveste-se de um caráter profundamente odioso e injusto, pois que a importante corrente migratória, que cada vez mais se avoluma nesta região, sofreria deste modo violento choque de efeitos contrários ao público interesse." Sobre a força policial própria pretendida pela Companhia, a comissão achou que "os poderes públicos não podem fazer qualquer concessão a este respeito; terá, ao contrário, a estreita obrigação de impedir o regime pretendido, por constituir ameaça de subversão da ordem pública." (28)

A recusa da Assembléia Legislativa em aprovar a petição da Companhia foi contesta por Manoel Murtinho em já conhecida carta dirigida a Generoso Ponce:

"(...) a proposta submetida pela referida empresa à deliberação da Assembléia, além de consultar altos interesses do Estado, tanto no presente como no futuro, conforme se demonstrou a meu ver cabalmente, na exposição de motivos que acompanhou, ainda viria facilitar a solução de um temeroso problema, que não pode deixar de preocupar a alta administração do Estado. Aludo à imigração rio-grandense que, de dia a dia vai se avolumando e estendendo pelo sul do Estado, onde os adventícios tratam logo de ocupar terrenos devolutos pela facilidade que encontram, e que faz prever que, dentro de mais alguns anos, essa colônia dominará, pelo seu número e extensão, toda aquela região, constituindo por assim dizer, um Estado no estado. E como o governo estadual, atenta a grande distância da sua sede para ali, e a dificuldade de comunicação, não terá meio para fazer sentir a sua ação, a consequência será a possibilidade de freqüentes sedições, ou ao menos de resistência ou desacato ao poder constituído. Daí a palpável conveniência de certos centros de resistência àquela poderosa expansão, o que proporcionaria muito naturalmente e sem geral suspeita, o estabelecimento das empresa que se propunham fundar a Comp^a Laranjeira, e seriam exploradas por uma companhia sucessora, organizada com capitais ingleses, pois as terras devolutas cedidas por compra ou arrendamento passariam a ser ocupadas pelo pessoal da sociedade anônima e assim estariam à merce dos primeiros ocupantes da corrente migratória rio-grandense, que teriam de respeitar a posse mantida por uma companhia estrangeira poderosa que no caso de conflito, poderia provocar por via diplomática, a intervenção federal. Ocorre assim, que a nova Companhia tinha também em vista custear uma força armada criada pelo Estado para operar o

policiamento da região em que tivessem de estabelecer as empresas. No entanto, é provável que por causa do receio de ser mal recebida pelos rio-grandenses a concessão requerida, fosse ela indeferida, quando sua outorga conjuraria o perigo iminente, que assim continuará a ser o pesadelo da alta administração estadual." (29)

A carta aborda como questão central o progressivo povoamento da região pela corrente migratória gaúcha. Ao contrário do parecer da comissão, seriam os gaúchos que representavam um perigo de se constituírem num "Estado No Estado". A carta é significativa pois expressa o pensamento dos Murtinhos em relação ao desenvolvimento do sul e sua forma de ocupação. A pretensão de se formar uma Companhia de capitais ingleses a partir do arrendamento dos ervais baseado na petição de 1907, que garantia total domínio sobre a região, tinha como objetivo conter a corrente migratória gaúcha que ocupava os terrenos devolutos e desacatava as autoridades. Para Arruda, a carta expressa o reconhecimento por parte da Companhia de que "não estava conseguindo manter e impor a sua ordem na região." (30) Por outro lado reafirma um projeto de ocupação da região sul via grande propriedade, de preferência de capital estrangeiro, que cumprisse o papel do Estado no sentido de policiar a região e impedir a ocupação de terras por posseiros. Assim, o conflito entre a Companhia Mate Larangeira e os gaúchos que pretendiam a posse da terra já estava instaurado, e de agora em diante, passa a ser a questão mais discutida.

A Companhia envia em 1912 um novo memorial a Assembléia pedindo a renovação do contrato até 1935. Tendo

obtido um parecer favorável da comissão que analisou a proposta, a Companhia é surpreendida por uma forte oposição que, liderada por Pedro Celestino Correa da Costa no jornal "O Matto Grosso", leva alguns deputados a obstruírem os trabalhos da Assembléia, visando impedir a votação da proposta da Companhia e sua consequente aprovação, uma vez que eram minoria. No jornal discute-se a situação da região dos ervais, a atuação da Companhia no seu desenvolvimento, advoga-se a fragmentação dos ervais em pequenas propriedades e o fim do monopólio sobre as terras do sul. Nesse contexto de forte oposição e ânimos acirrados, a Companhia retira sua proposta, para que a Assembléia pudesse votar o orçamento do Estado, acabando com as obstruções de seus oponentes. (31)

Conhecida como "Questão Mate", o que se observa nessa disputa político-partidária é a presença de dois projetos de ocupação do sul. O projeto preconizado pela Companhia afirma que só a concentração da propriedade e do capital seriam os caminhos necessários para se chegar ao progresso. Por outro lado, e querendo minar as bases políticas da Companhia no governo estadual, Pedro Celestino e os deputados obstrucionistas assumem o projeto dos posseiros que desejavam ver a legalização de suas posses e seus direitos garantidos. É nesse sentido que advogam a fragmentação dos ervais em pequenas propriedades.

A comissão da Assembléia que analisou a petição da Companhia era de opinião que a proposta atendia aos interesses do Estado principalmente porque um novo contrato

com outras empresas pertubaria o que já estava organizado, pois seriam necessários vários anos para se ter o o porte da Mate Larangeira. Sobre a possibilidade de fracionar os ervais em pequenos lotes, a comissão era do parecer que pequenos produtores não suportariam os encargos devido as dificuldades de transporte. Também era contrária a que o Estado arrecadasse os impostos de exportação pois tal medida implicaria na implantação de postos fiscais que onerariam o estado já que este arrecadaria as mesmas quotas que a Companhia se obrigava a pagar. (32) é interessante se observar que até 1912 o Estado não tinha conhecimento efetivo dos terrenos que arrendava à Companhia, não sabendo a verdadeira extensão dos ervais nem sua capacidade produtiva. (33)

A "Questão Mate" é de suma importância para entendermos os projetos políticos de ocupação do sul. Já vimos que para a Companhia e seus defensores só a exploração dos ervais por uma grande empresa "que disponha de grandes capitais e que esteja convenientemente aparelhada" poderia fazer progredir a indústria da erva mate e ao mesmo tempo propiciar ao Estado "auferir resultados satisfatórios". A fragmentação dos ervais só traria prejuízos para o Estado, além de facilitar a ocupação da região pelos gaúchos e conseqüentemente correndo o risco do Estado perder seu controle. Assim, defendendo diretamente os interesses da Companhia, tal discurso propala a concepção de que só uma empresa de capitais estrangeiros poderia fazer progredir a região dos ervais. (34) Defendida em princípio por Joaquim

Murtinho, na época da questão mate tal concepção tinha como seu principal defensor o senador Azeredo.

Atente-se que os discursos produzidos em torno das terras ervateiras tem como veio norteador o progresso da região: de um lado o monopólio favorecia os interesses do Estado, enquanto que a corrente que defendia o fracionamento argumentava a favor dos interesses da população. (35)

Há indícios de que a "Questão Mate" tenha sido uma manobra política de Pedro Celestino para cooptar os coronéis sulistas a seu favor, pois no momento se encontrava alijado do poder instituído. A derrota da Companhia na "questão mate" foi também uma derrota infligida indiretamente ao senador Azeredo. Da mesma forma, anteriormente Generoso Ponce procurou as simpatias da população sulina atacando o monopólio das terras ervateiras, em 1902 e 1907. Durante esse período houve no sul um movimento que visava separar a região do resto do Estado. Assim, a questão do monopólio redundava em dividendo políticos, sempre que era colocada em discussão, pois é inegável o interesse da população sulina na divisão dos ervais em pequenas propriedades.

A "Questão Mate" suscitou um intenso debate na imprensa matogrossense, no qual se situava o deputado Brandão Junior advogando a fragmentação dos ervais. Descrevendo o planalto do Amambai e suas possibilidades econômicas na criação de gado e exploração da madeira, Brandão Júnior se detém na extração da erva-mate para considerar que:

"Atualmente, o planalto do Amambai é

"habitado por uma população de 20.000 almas, e por tal motivo, os poderes públicos já não são livres de disporem do seu território como se se tratasse de um pedaço de terra ainda deserta." (36)

É por essa razão que defende a divisão dos ervais e sua entrega ao domínio particular. Não faltaria mão-de-obra para sua exploração uma vez que já existia na região uma "população numerosa, afeita aos trabalhos dessa indústria." Além do mais, o fracionamento e a conseqüente proliferação de pequenos proprietários propiciaria um maior desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Contudo, reconhece que o fracionamento dos ervais poderia acarretar numa crise durante a transição de um regime a outro, que poderia ser sanada reservando um lote à Companhia com capacidade produtiva de um milhão de quilos anuais arrendado pelo prazo máximo de oito anos.

O que fundamenta politicamente a "questão mate" é o regime de propriedade a ser adotado na região com um conseqüente modelo de desenvolvimento econômico. Brandão Júnior observa que não mais se poderia ignorar a corrente migratória - urgia que o Estado reconhecesse os anseios dessa população e facilitasse aos que pudessem a compra das terras.

Evidentemente que os planos de Pedro Celestino não se resumiam à defesa dos interesses dos posseiros ou no ataque ao senador Azeredo. Havia interesses mais concretos: uma disputa pelo domínio das terras ervateiras. Durante a gestão de Generoso Ponce, o governo do Estado assinou um acordo com Gustavo Estienne para a construção de uma via férrea, ligando o porto das Sete Voltas ao Porto Murtinho. O

contrato possibilitava ao concessionário substituir os terrenos marginais ao trilho, à que tinha direito, por lotes de 36.000 hectares no planalto de Amambai ou à margem dos rios tributários do Paraná, bem como deveria o Estado reservar uma área de 350 léguas quadradas dos terrenos devolutos. Como a região em questão estava arrendada à Companhia Mate Larangeira, o contrato previa a preferência ao concessionário para a compra dos terrenos devolutos tão logo findasse o arrendamento em 1916, além de assegurar, caso quisesse, o direito de explorar a erva mate, pagando ao Estado 60 contos anuais, "diminuindo essa contribuição até se extinguir, à medida e em proporção das áreas desses terrenos que forem sendo entregues à colonização e à lavoura." (37) No acirramento da "Questão Mate", um boletim anônimo distribuído na Assembléia Legislativa comentava a concessão Estienne, fazendo sutis ligações com os interesses de Pedro Celestino na derrota da Companhia (alguém de sua família seria sócio de Estienne). (38) Importa destacarmos que, se o projeto tivesse sido concluído, ou mesmo iniciado, a concessão amarrava legalmente o fim dos arrendamentos à Companhia Mate Larangeira. É de se estranhar que a concessão nunca tenha sido mencionada pela historiografia matogrossense, como se dela ninguém tivesse conhecimento. Talvez por que Estienne perde a concessão, ou talvez tenha sido esquecida porque se encontrou uma solução negociada entre Pedro Celestino e a Companhia. (39) No entanto, a questão Estienne é mais um indício de que a forma como se processava a ocupação da

região sul se fazia politicamente de forma muito conflituosa.

A questão do arrendamento tem um desfecho durante o governo de Caetano de Albuquerque, que no entanto precisa ser analisado detidamente para desfazermos explicações mitológicas incritas na "historiografia" matogrossense. A lei 725 estabeleceu que o arrendamento se daria mediante concorrência pública; a área arrendada não ultrapassaria 400 léguas (1.400.000 ha) e a exportação não seria inferior a seis milhões de quilos anuais, além de estabelecer um imposto sobre a quantidade excedente. A área restante seria então vendida, além de se assegurar os direitos de compra a quem pudesse comprovar moradia habitual e cultura efetivas anteriores a 1914 dentro da área arrendada, desde que fossem terras pastais e lavradas, ou contivessem pequenos ervais. Assegurava por outro lado o direito de compra de dois lotes de 3.600 hectares cada um, fora da área de arrendamento, a quem pudesse pagá-los nos termos da legislação vigente, ou seja, em duas parcelas. (40) Cumpre observar que as terras ervateiras eram as mais caras do Estado. Desse modo, excluía-se grande número de posseiros que não tinham pecúneo suficiente para comprar terras e que continuariam na ilegalidade, elaborando erva-mate clandestinamente. Em nenhum momento discute-se a possibilidade do Estado subsidiar uma colonização da região através da venda facilitada de terras. Por outro lado, há que se reconhecer que, mesmo para os padrões da época, 3.600 ha. não poderiam ser considerados uma pequena propriedade, ainda que dedicada exclusivamente à criação extensiva de gado.

Um novo contrato com a Companhia, respeitando os termos da lei, foi assinado em 1916. Nesse contrato estabeleceu-se o prazo de dois anos para serem feitas as justificações de posse anteriores a 1914, "devendo, findo esse prazo, mandar o governo proceder à medição das terras que compreendessem os grandes e pequenos ervais disputados pela empresa e pelos pequenos posseiros." (41) Contudo, até 1919 a área arrendada não tinha sido demarcada.

O que fica latente no discurso que acusa a Companhia de auferir vultosos lucros às custas do favorecimento dado pelo Estado através do arrendamento é finalmente expresso por Pedro Celestino em sua mensagem de 1924. Feitos os cálculos, a empresa teria como receita bruta cerca de 30 mil contos enquanto a receita do Estado orçava em 5 mil. Era necessário um "novo regime que melhor consulte os interesses recíprocos do Estado e dos produtores. (...) que melhor assegure não só a prosperidade dessa indústria, como a sua contribuição mais equitativa para o desenvolvimento geral do Estado." Isto sem falar da produção que não explorava toda a capacidade dos ervais. (42)

Durante o governo de Mário Correa da Costa, a Companhia assina um novo contrato de arrendamento, que limitava a área a 1.000.000 de ha., aumentava a taxa de arrendamento e o imposto de exportação, além da Companhia se obrigar a construir um quartel em Ponta Porã e outro em Campo Grande. (43) Em comparação com os contratos passados, a Mate Larangeira teria saído perdendo, se não levarmos em

consideração o aumento considerável da produção. Ainda a Companhia, como parte de sua obrigação contratual, emprestaria ao Estado 3.000 contos de réis, com os quais o governo ia "realizando obras que só vizam o nosso progresso material e o engrandecimento econômico de Mato Grosso." (44) Em 1928 foi feito um aditamento ao contrato de 1926 arrendando à Companhia mais 900.000 hectares de terras. (45)

As terras ervateiras não foram disputadas apenas entre os posseiros e a Companhia Mate Laranjeira. Além dos primeiros pretendentes que concorreram com Thomaz Laranjeira, as terras foram cobiçadas por outros grupos que tinham interesse em se estabelecer em Mato Grosso. Dois grandes processos judiciais, disputando as terras ervateiras, foram muito discutidos na imprensa da época, e não só em Mato Grosso. O primeiro processo foi movido por Enrique Venâncio Lopes, filho de Solano Lopes e Eliza Lynch. Sua mãe teria recebido de Solano as terras ervateiras durante a guerra, e alguns de seus prepostos começaram a explorá-las mas não teriam conseguido se estabelecer na região devido à animosidade dos índios, abandonando-as em 1866. Como herdeiro de Madame Lynch, Venâncio entra na justiça com um pedido de reconhecimento de posse em 1895, e no ano seguinte passa a ser defendido por Rui Barbosa. Em 1900 a justiça federal em Mato Grosso julga a ação improcedente, cuja sentença é confirmada em 1902 pelo Supremo Tribunal Federal. (46)

O segundo processo teve não só maior vulto, como provocou uma repercussão e celeuma mais acirrada na região sul do Estado. Tratava-se do espólio do Barão de Antonina.

Nos anos de 1840, o Barão financiou e organizou uma série de expedições cujo objetivo era fazer o reconhecimento da região e atrair os índios. Já conhecedor do projeto que regulamentaria a propriedade da terra, o Barão teria determinado que se efetuasse a compra de terras. No entanto, as terras não foram ocupadas por seus prepostos, nem os supostos vendedores eram proprietários legais. Enfim, as escrituras apresentadas no processo, que se referiam a todas as terras ao sul da cabeceira do Apa, foram consideradas falsas e as terras devolutas na época. (47)

O processo envolvendo o espólio do Barão de Antonina levantou uma grito geral no sul do Estado, pois se tratava das terras ocupadas pela Companhia Mate Larangeira, além de terras de propriedade já reconhecida pelo Estado. Os compradores do espólio, não só registraram na Repartição de Terras em Cuiabá 6 títulos, como começaram a vender essas terras, o que gerou um "protesto popular" assinado por 421 habitantes da região em 1906. (48) A cobiça pelas terras ervateiras atinge seu auge no processo de demarcação do arrendamento dos ervais à Companhia em 1916, pois em 1920 os compradores do espólio do Barão interpõem um protesto no Juízo Federal de Mato Grosso contra o arrendamento das suas terras à Companhia Mate Larangeira, ao mesmo tempo em que pediam a demarcação da fazenda "Dourados", de mesma área ao do arrendamento. O Estado de Mato Grosso entra na justiça com uma ação de manutenção de posse como terceiro senhor e possuidor, defendendo não só os proprietários que tinham

adquirido terras, como o arrendamento da Companhia, uma vez que essas terras eram consideradas devolutas e não de propriedade do Barão. O processo e todos os recursos judiciais cabíveis, dando ganho de causa ao Estado de Mato Grosso, só terminaria em 1931. (49)

No imaginário do sertão, a Companhia representava concretamente o progresso e o desenvolvimento que o Estado deveria alcançar. Tal concepção, no entanto, foi combatida pelo Estado Novo através da Marcha para o Oeste.

Notas

Parte I - Civilizando o Sertão

1 - Projetos Políticos de Ocupação

(1) BUENO, Francisco Antonio Pimenta - Provincia de Mato Grosso - Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1880, pp. 47.

(2) CORREA FILHO, Virgílio Alves - À Sombra dos Hervaes Mattogrossenses - São Paulo, São Paulo Ed., 1924, pp. 15.

(3) NAZAR, Horácio E. - Francisco Mendes Gonçalves. Pioneiro de la Cuenca del Plata - 06 pp., datitografado, ACML.

(4) "Os estragos que tem sofrido os ervais do Paraguai, despertou em muitos a idéia de empreender a extração do mate na zona brasileira do Apa." in: Relatorio com que o Exmo. Snr. Dr. João José Pedrosa, Presidente da Provincia de Matto Grosso, abriu a 2 sessão da 22 legislatura no dia 1. de outubro de 1879, manuscrita, APMT, pp. 236-237. Para a questão com a Casa Travassos & Cia ver: Relatorio com que o General Barão de Maracaju, Presidente da Provincia de Mato Grosso, abriu a 1 sessão da 23 legislatura no dia 1. de outubro de 1880, manuscrita, pp. 57, APMT.

(5) Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Matto Grosso pelo Presidente da Provincia, Dr. Joaquim Galdino Pimentel, no dia 12 de junho de 1886, manuscrita. APMT.

(6) Relatório do Barão de Maracaju de 1880 apud CORREA FILHO, V. A. -op. cit., pp. 17.

(7) CORREA FILHO, V. A. -op. cit., pp. 18-19.

(8) Idem, ibidem, pp. 20-21.

- (9) ARRUDA, GILMAR "República e Revolução em Mato Grosso - 1889/1892" in: História, Assis, (4):61-69, 1985. Para a Revolução de 1892 ver também CORREA FILHO, V. A. - "A República em Mato Grosso" in: Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, ano XVI, tomos 33 e 34, 1935; Idem - Joaquim Murtinho - Rio de Janeiro, Depto de Imprensa Nacional, 1951.
- (10) ARRUDA, Gilmar - Frutos da Terra. Os Trabalhadores da Matte Larangeira - Assis, UNESP, 1989, mimeo.
- (11) Idem, ibidem, pp. 44.
- (12) Idem, ibidem, pp. 46.
- (13) CORREA FILHO, V. A. - Joaquim Murtinho..., cit., pp. 50-51.
- (14) LUZ, Nícia Vilela - Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho - Brasília; Senado Federal, Rio de Janeiro; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980, pp. 27.
- (15) As informações sobre o memorando, datado de 17.04.1891, podem ser encontradas em CORREA FILHO, V. A. - À Sombra..., pp. 21-23.
- (16) ARRUDA, Gilmar - Frutos da Terra..., pp. 68.
- (17) CORREA FILHO, V. A. - Joaquim..., pp. 51.
- (18) apud CORREA FILHO, V. A. - A Sombra..., pp. 28-29; Idem - Joaquim..., pp. 52.
- (19) Idem Ibidem pp. 50.
- (20) A Reacção, Assunção, 30.07.1902.
- (21) Idem, 20.05.1903.
- (22) Discurso de Generoso Ponce no Senado Federal em 30.10.1902, apud CORREA FILHO, V. A. - À Sombra..., pp. 41-42; A Reacção, 20.07.1902 e 30.07.1902.

(23) Os dados para o cálculo encontram-se no contrato de 1894 firmado entre o Estado de Mato Grosso e a Companhia Mate Larangeira in: SEREJO, Hélio (et alli) - Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul (1883-1947) - Campo Grande, Instituto Euvaldo Lodi, 1986, pp. 284; Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso, Coronel Antonio Paes de Barros, à Assembléa Legislativa em sua 3 sessão ordinária da 6 legislatura em 04 de março de 1905, manuscrita, APMT.

(24) Nos anos de 1902 e 1903, as críticas e questionamentos à ação da Companhia partiam do jornal A Reacção, dirigido por Generoso Ponce, como parte da campanha que visava atingir Totó Paes e a família Murtinho.

(25) Para a migração gaúcha ver também SEREJO, Hélio - Palanques da Terra Nativa - sem indicações, pp.10-14; "O Planalto do Amambahy" in: AYALA, A. S. & SIMON, F. - Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso - Corumbá, s/e, 1914, pp. 427, onde se pode observar como a migração gaúcha atuava no imaginário dos opositores da Companhia.

(26) Carta de Generoso Ponce a Antonio Correa da Costa, Cuiabá, 05.12.1906, apud CORREA FILHO, V. A. - À Sombra..., pp. 45.

(27) Idem, ibidem,, pp. 53.

(28) Idem, ibidem, pp. 52. A proposta da Companhia e o parecer da Comissão de Indústria da Assembléa foram publicadas no jornal O Matto Grosso, Cuiabá, 05.07.1912, pp. 02-04.

(29) Carta de Manoel Murtinho a Generoso Ponce, Rio de

Janeiro, 25 de outubro de 1907, apud: CORREA FILHO, V. A. - Joaquim, pp. 110.

(30) ARRUDA, Gilmar - Frutos, pp. 57.

(31) A petição da Companhia foi publicada no jornal O Debate, Cuiabá, 03.07.1912, pp. 02 e 03. Em 1913 a Companhia publicou um justificativa para a petição: "Exposição apresentada ao Estado de Matto Grosso pela Empreza ?Larangeira Mendes e Comp." in: O Debate, Cuiabá, 11.07.1913, pp. 1; 12.07.1913, pp. 1 e 2; 13.07.1913, pp. 3; 16.07.1913, pp. 3; 17.07.1913, pp. 3; 19.07.1913, pp. 1 e 2.

(32) CORREA FILHO, V. A. - À Sombra, pp. 66-67.

(33) Ver as ressalvas do deputado João Cunha à proposta da Companhia, idem, ibidem, pp. 67-68.

(34) Defendendo a Companhia em seus propósitos estava o jornal O Debate.

(35) O que não significa posicionamentos ideológicos conflitantes, uma vez que os dois discursos se pautam nos princípios do liberalismo. Para uma discussão do discurso liberal que veicula o progresso e o desenvolvimento ver: SALLES, Iraci Galvão - Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada - São Paulo, HUCITEC/INL, 1986; CAPELATO, Maria Helena - Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista (1920-1945) - São Paulo, Brasiliense, 1988; BRESCIANI, Maria Stella Martins - Liberalismo: Ideologia e Controle Social (Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910) - São Paulo, FFLCH/USP, 1976, mimeo.

(36) "O Planalto do Amambahy" in: AYALA, S. C. & SIMON, F. - op. cit. - Corumbá, s/e, 1914, pp. 422-429. Trata-se de

artigos publicados também em O Matto Grosso, 04.08.1912 e 01.09.1912, assinados por Brandão Júnior.

(37) O Matto Grosso, 14.07.1912, pp. 01.

(38) Segundo O Debate, 21.08.1913, pp.01-02, parte da concessão Estienne pertencia a Antonio Correa da Costa. Ver também o dia 03.08.1913, pp. 01-02.

(39) O contrato de Estienne com o governo do Estado de Mato Grosso foi lavrado em 26.03.1908, de acordo com a lei n. 482 de 03.10.1907, prorrogado em 1911 e 1912, considerado caduco em 1918. Estienne apelou para o Supremo Tribunal Federal, cuja apelação foi indeferida. Ver: Supremo Tribunal Federal, Apelação Cível n. 4020. Apte. Gustavo Estienne. Apdo. O Estado de Mato Grosso. Razões do Appelante pelo advogado Paulo Domingues Vianna - Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do Commercio", 1921, Biblioteca Nacional.

(40) Resolução 725 de 24 de setembro de 1915, apud SEREJO, Hélio (et.alli) - op. cit., pp. 287-288.

(41) Termo de Contrato Celebrado entre o Estado de Mato Grosso e a firma Laranjeira, Mendes & Companhia..., idem, ibidem, pp. 289-293.

(42) CORREA DA COSTA, Pedro Celestino - Mensagem dirigida á Assembleia Legislativa ao installar-se a sua 4 sessão ordinaria da 12 legislatura em 12 de maio de 1924 - Cuiabá, Typ. Official, 1924, pp. 77-79.

(43) CORREA DA COSTA, Mário - Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa, ao installar-se a sua 3 sessão ordinaria da 13 legislatura em 13 de maio de 1926 - Cuiabá,

Typ. Official, 1926, pp. 20-43.

(44) Idem, ibidem, pp. 24. Em 1931, a dívida do Estado para com a Companhia era de 4.322 contos devidos a empréstimos realizados em 1926, 1928 e 1930. Ver: BOUÇAS, Valentim F. - Finanças dos Estados do Brasil - Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1934, pp. 212.

(45) Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto Grosso, Dr. Mário Correa da Costa, á Assembleia Legislativa e lida na abertura da 3 sessão ordinária da 14 legislatura em 13 de maio de 1929 - Cuiabá, Typ. Official, 1929, pp. 128-137.

(46) ALMEIDA, Mário Monteiro de - Episódios Históricos da Formação Geográfica do Brasil. Fixação das Raias com o Uruguai e o Paraguai - Rio de Janeiro, Pongetti, 1951.

(47) Para o processo do espólio do Barão de Antonina ver: ALMEIDA, Mário Monteiro de - op. cit.; REZENDE, Astolpho - O Estado de Matto Grosso e as suppostas terras do Barão de Antonina - Rio de Janeiro, Papelaria Sta. Helena - S. Monteiro & Cia. Ltda., 1924; BEVILACQUA, Clóvis (et. alli.) - As Propriedades do Barão de Antonina em Matto Grosso. Contestação aos Embargos de Terceiro Senhor e Possuidor apresentadas pelo Estado de Matto Grosso - São Paulo, Secção de Obras d "O Estado de São Paulo", 1925.

(48) Publicado em: REZENDE, A. - op. cit.

(49) ALMEIDA, Mário Monteiro de - op. cit. O autor foi advogado do Estado de Matto Grosso, juntamente com Rezende. Em sua obra afirma que por trás da questão das terras estava um grupo de capitalistas de São Paulo, sem contudo nomeá-los.

2 - A Marcha para o Oeste

Mato Grosso não poderia mais ser considerado um grande desconhecido, um sertão bruto e intocado. A situação do Estado passa a ser divulgada e conhecida quando da passagem da Coluna Prestes. Alguns tenentes divulgaram em seus escritos a situação do sul do Estado, a atuação da Companhia Mate Larangeira, e as relações de trabalho dominantes no mundo dos ervais. (1)

Já na década de 20, a Noroeste do Brasil mudara significativamente o panorama econômico e populacional da região sul. (2) Somando-se à Sorotabana, cujos trilhos alcançavam o rio Paraná em Porto Epitácio, a Noroeste facilitou o abastecimento da região, bem como o escoamento das mercadorias produzidas no Estado. Dessa forma, Mato Grosso, ainda que precariamente, encontrava-se mais próximo dos mercados consumidores, principalmente São Paulo. (3) Com essas novas vias de comunicação e transporte, algumas cidades pareciam como que paradas no tempo, devido ao declínio do transporte fluvial pelo rio Paraguai. Outras cidades surgiram ao longo do traçado da ferrovia, como é o caso de Campo Grande que, de simples povoado, passou a ser o pólo econômico da região sul.

Essas modificações econômicas fizeram recrudescer os movimentos que visavam separar a região sul do resto do Estado, principalmente após a derrota do sul de Mato Grosso

na revolução constitucionalista de 1932. (4)

Se a Revolução de 30 não correspondeu às expectativas, (5) provavelmente se deve ao fato de que não houve, até o Estado Novo, um governo estadual duradouro. Todo o período foi marcado politicamente pela troca seguida de interventores, criando uma instabilidade político-administrativa no Estado. Desse modo, não se conseguiu estabelecer o tão proclamado cerco ao coronelismo. O que não quer dizer que não tenha sido tentado. Antonino Mena Gonçalves promoveu, durante seu curto governo, um cerco ao coronéis nortista, principalmente os usineiros, chegando a prender alguns deles, sob a acusação de imporem a escravidão branca em suas propriedades.

Já a partir do Estado Novo, o cerco aos coronéis implica em medidas mais efetivas, que passam pelo desarmamento forçado de toda a população sulina, "decretando à força o desaparecimento dos remanescentes do coronelismo guerreiro no sul." (6) O Estado Novo também promoveu uma repressão às campanhas separatistas, e uma acirrada perseguição aos bandos de bandidos que atuavam na região.

Contudo, é a partir de 1938, quando se lança a Marcha para o Oeste, que Mato Grosso vai ser objeto de atenções. Perpassada de uma série de conteúdos míticos e construções imaginárias, a campanha possibilitava ao Estado Novo apresentar uma imagem homogênea de nação e do Estado superador dos conflitos sociais. Nesse sentido, a Marcha

permitiu ao Estado Novo falar pelos outros, "o conjunto dos brasileiros, de quem precisava interpretar corretamente seu pensamento e para quem precisava encaminhar diretrizes políticas, que todos, supostamente, desejam e aprovam." (7) É nesse contexto que Vargas lança o lema da campanha: O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o oeste."

Segundo Lenharo, a "construção da Marcha atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontram vedados." (8)

Apresentando o Oeste como uma região de espaços vazios e, portanto, espaço para a conquista, a propaganda da Marcha ocultava que o Oeste estava ocupado de "complexas relações de poder." (9) Apesar de escassamente povoadas, as terras em Mato Grosso estavam politicamente ocupadas. A campanha da Marcha para o Oeste esbarrava de um lado, no plano discursivo e ideológico; de outro, com o império político e econômico da Mate Larangeira, localizado no sul de Mato Grosso e oeste do Paraná. Na medida em que monopolizava as terras através do arrendamento, a Mate Larangeira impunha obstáculos à política de colonização, via pequena propriedade. Mais do que isso, atestava uma ocupação de mais de cinquenta anos do sertão dito vazio. Na verdade, é preciso explicitar o significado de vazio. O sertão estava ocupado,

mas não politicamente pelo Estado, e sim, por grandes propriedades de companhias estrangeiras e por um bando de trabalhadores considerados incivilizados e estrangeiros. Para o Estado Novo, o sertão de Mato Grosso ainda era vazio pois fugia ao seu domínio. Tornava-se necessário integrá-lo ao corpo da nação, expulsar os estrangeiros e nacionalizar a fronteira. Era a si que cabia a obra civilizadora do sertão.

É nesse contexto que podemos entender o significado do inimigo na retórica da Marcha. Só a Marcha para o Oeste seria capaz de "vencer ideologias e imperialismos estrangeiros." (10) No seu esforço de uniformização da política, o inimigo da nação serve como poderoso instrumento para o ocultamento das diferenças sociais e projetos políticos divergentes ao do Estado Novo. (11) Se o projeto político da marcha para o campo era a criação de colônias agrícolas compostas de pequenas propriedades, formando-se um cerco ao latifúndio, ele esbarrava no sul de Mato Grosso com um outro projeto, já instalado, de ocupação do sertão por meio de grandes propriedades, considerado o único meio de trazer para o Estado o progresso e o desenvolvimento, atestado pela ocupação da terra pela Companhia Mate Larangeira. Para o projeto político expresso na Marcha tornava-se necessário destruir o latifúndio que emperrava o desenvolvimento da agricultura, ao mesmo tempo em que impedia que se estendesse ao campo as conquistas sociais já alcançadas nas cidades. (12) É preciso lembrar que o problema agrário, já no Estado

Novo, não era apresentado como uma questão meramente técnico-econômica. O cerco ao latifúndio tinha entrado para o domínio das representações, convertendo-se num elemento de político-ideológica. (13) O latifúndio representava o que de pior tinha este país, impedindo o progresso e o desenvolvimento da nação: sinônimo de atraso, o latifúndio impediria a afirmação da nacionalidade. No discurso da Marcha para o Oeste, a nação já estaria constituída, tratando-se de confirmar o que já fora conquistado no passado pelos bandeirantes. Tal afirmação já fora adiantada por Cassiano Ricardo, quem melhor elaborou a vinculação entre a bandeira e a Marcha para o Oeste. Em sua obra, Ricardo "repensou a Nação do seu momento a partir da premissa de que a Marcha para o Oeste corrigia e direcionava a linha da história brasileira para um ponto final necessário: a confluência para o 'Estado Novo.'" (14)

Assim, a Companhia Mate Larangeira foi apresentada como inimiga do projeto de colonização e nacionalização da fronteira, na medida em que obstaculizava o avanço da Marcha. (15) Detendo as melhores terras através de arrendamento, trabalhando na desnacionalização da fronteira, empregando estrangeiros nos altos postos administrativos, controlando a navegação do Alto Paraná e principais vias de transporte na região, a crítica à Companhia pode ser resumida em uma única assertiva: constituía-se num Estado no Estado.

2.1 - A Defesa da Companhia

Para a Companhia, longe de se constituir num Estado no Estado, a Mate atuava no sentido de preservar para a Nação uma região esquecida pelos poderes públicos. Segundo Assis Chateaubriand:

"O que a Mate Larangeira realiza no Brasil Meridional é a mesma obra de civilização que Ford empreende na Amazônia. Ambos lutam contra o deserto, contra o Brasil abandonado pelos governos brasileiros. (...) O capitão da indústria é quem realiza hoje, com espírito de ocupação, aquelas entradas civilizadoras - e com que outra envergadura! - que o bandeirante realizava, há dois séculos, com um espírito de quase nomadismo." (16)

Chateaubriand, por ocasião de sua visita a Guaíra em 1941, publicou uma série de reportagens sobre a Companhia e sobre sua ação civilizadora do sertão, sempre enaltecendo um de seus fundadores: Francisco Mendes Gonçalves. Num editorial, Chateaubriand resume o teor da defesa da Companhia: "Os novos bandeirantes do sul de Mato Grosso e do Alto Paraná e seus afluentes da margem direita, são os pioneiros da Mate Larangeira. Tudo aquilo foi desbravado, conquistado e povoado pela ousadia destas bandeiras. A Mate Larangeira integrou no Brasil milhares de quilômetros quadrados que nós não os possuíamos, porque não os dominávamos com o nosso suor, o nosso sangue e a nossa inteligência. (...) Na zona em que se encontra a Mate Larangeira faz tudo e a tudo deve prover. A vida do homem

civilizado não existia nestas paragens. Ela data do seu aparecimento. O que ali preexistia eram os índios e o paraguaio (...) uma força civil de ocupação (...)fazendo palpitar o coração do trabalho onde outrora o que existia era o deserto. (...) ela abriu a selva, até então escassamente povoada pelo índio e o paraguaio, ao progresso, à civilização (...)." (17)

É preciso a qualquer custo que a Companhia Mate Larangeira se apresente frente às críticas com uma postura nacionalista. Mais do que uma empresa que se preocupa exclusivamente com o lucro, a Mate Larangeira faz uma distribuição desse lucro "sob as formas mais variadas de assistência coletiva, entregando o que é essencial à vida de seus trabalhadores." (18)

O objetivo dessa série de reportagens é demonstrar que a Companhia Mate Larangeira, longe de ser um empecilho para a Marcha, traduz o seu verdadeiro espírito. Às críticas de que a Mate trabalhava na desnacionalização da fronteira, a Companhia responde com as escolas que construiu em Guaíra e Campanário, onde ensinava o português a centenas de crianças, filhos de paraguaios. Nessas escolas, os professores recebiam instruções da diretoria da Companhia no sentido de instruir civicamente as crianças, e torná-las "aptas a serem arguidas pelas autoridades." (19)

O argumento mais contundente da Companhia, no entanto, refere-se à presença do Estado na região. Enquanto o

sul de Mato Grosso ficou esquecido dos poderes públicos por mais de cinquenta anos, a Companhia abriu estradas e portos na selva bruta; pontilhou a região de cidades e povoados, pois Ponta Porã, Porto Murtinho, Dourados e outras povoações deviam sua existência à sua presença na região. Enquanto o Estado estava ausente, a Companhia povoou e tornou produtiva uma região esquecida pelo resto da nação. Para Heitor Mendes Gonçalves, não fora um erro a Companhia ter substituído os poderes públicos na região, mas um dado da lógica histórica pois, "aqui (...) como nos Estados Unidos e em todos os demais países novos, são as grandes empresas que exercem (...) a função de poder público na fase colonial ou de desbravamento das regiões longínquas." (20)

É preciso ficar atento à essa positividade do poder da Companhia expressa em seus discursos. Sua atuação é toda carregada de progresso. Progresso econômico na medida em que promoveu o aproveitamento racional dos ervais, contribuindo dessa forma com uma maior renda para o Estado. Da mesma forma pode ser entendida a construção de estradas e povoados, se esquecermos que tais construções foram necessárias à Companhia para formar a infra-estrutura de sua produção e ao escoamento da erva-mate. Evidentemente que essa tarefa, na argumentação da Companhia, deveria ter sido feita pelo Estado. No entanto, a Companhia apresenta tal fato como sendo fruto de sua benevolência e preocupação com o progresso econômico da região. O progresso é também social, pois sua atuação significou a nacionalização da fronteira; e

moral, graças à rígida disciplina implantada nos ervais, à lei seca e à proibição de porte de armas. (21)

Progresso e desenvolvimento fornecem à Companhia um princípio de coerência à sua ação na região. Ainda que tal unidade seja dada a posteriori, ela é necessária para que a Companhia possa se contrapor ao discurso que a apresenta como inimiga, ou obstaculizadora da Marcha para o Oeste. Essa série de reportagens produz uma origem legitimadora do poder que a Companhia exercia na região.

Difícil tarefa para a Companhia: destruir a argumentação das críticas que lhe são feitas em nome da Marcha para o Oeste, sem afetar seus objetivos. Nenhuma crítica direta aos objetivos da Marcha é feita em nenhum momento. Tanto que, quando se decide no início de 1941 anular o contrato de arrendamento dos ervais assinado em 1937, à revelia das orientações do Conselho de Segurança Nacional, Heitor Mendês Gonçalves afirma:

"Estou convencido que ao concordar com o parecer da Comissão de Fronteiras o Presidente Getúlio Vargas supunha dar um passo a fundo na Marcha para o Oeste."
(22)

Nas palavras de Heitor, o presidente não tinha conhecimento das dificuldades de se colonizar uma região distante dos mercados consumidores, e sem meios de transporte. Se o tivesse, reconheceria que "é cedo demais para se passar para a pequena propriedade." Naquele momento, o máximo que se poderia fazer seria:

"reduzir a área da Mate Larangeira tentando colonizá-la sem entorpecer a atividade industrial da Companhia que é sem dúvida nenhuma o fator preponderante do desenvolvimento econômico e de progresso de uma região situada a mais de 400 quilômetros da linha férrea e a mais de 2.000 dos centros civilizados e populosos do Brasil." (23)

Impunha-se à Companhia inserir-se nos objetivos da Marcha para o Oeste; para isso utiliza-se da mesma imagem cara aos intelectuais da Marcha: a Bandeira. É necessário que a Companhia também se faça bandeirante. Referindo-se à obra de Francisco Mendes Gonçalves, um dos fundadores da empresa, Chateaubriand o qualifica como bandeirante, sertanista e porta-estandarte da idéia imperial, no Novo Mundo (24)

O que estava em questão, evidentemente era o arrendamento dos ervais, cujo contrato estava sendo discutido desde 1937. Por isso, para a Companhia, a renovação do contrato de arrendamento equivalia a um "imperativo categórico para a Marcha para o Oeste." (25) Ou seja, sem a ação civilizadora da Companhia, os objetivos da Marcha estariam comprometidos na região.

2.2 - O Arrendamento em Questão

Para que se possa entender a derrocada do império construído pela Companhia Mate Larangeira no sul de Mato Grosso, faz-se necessário reportar ao contexto da política de nacionalização da fronteira implantada pelo Estado Novo. Circunscrever-se à ação da Companhia e ao seu discurso

civilizador seria perder de vista a dinâmica de como se processa a política do Estado Novo para a região, expressa na Marcha para o Oeste. A estratégia utilizada foi submeter a Mate Larangeira à fiscalização direta do governo federal. Ao criar os territórios federais de Ponta Porã e Iguazu, retirava da alçada dos governos de Mato Grosso e Paraná a área na qual a Mate Larangeira atuava. (26) Os prenúncios dessa estratégia, ou seja, do cerco ao latifúndio e às companhias estrangeiras proprietárias de grandes extensões de terras, foram delineados na constituição federal de 1937, artigo 165, que criava a faixa de fronteira. O artigo determinava que dentro de uma faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira, toda concessão de terras, ou vias de comunicação, seriam concedidas com a anuência do Conselho Superior de Segurança Nacional, bem como as indústrias instaladas nessa faixa deveriam demonstrar o predomínio de capital e trabalhadores nacionais.

Em 1939 foi criada a Comissão Especial de Revisão de Concessão de Terras na Faixa de Fronteira (CEFF). Diretamente subordinada ao Conselho de Segurança Nacional e à Presidência da República, a Comissão retirava dos governos estaduais o direito de arrendamento ou venda de terras na faixa de fronteira. Somente o governo federal podia permitir a instalação ou continuidade de qualquer atividade econômica na região, bem como a autorização para a venda ou arrendamento de terras devolutas. (27)

Vejamos um exemplo dos poderes que tinha a CEFF: João Batista Benitez, de nacionalidade paraguaia, ervateiro no município de Ponta Porã, foi obrigado a solicitar à CEFF, permissão para continuar explorando seu ramo de negócio. Apesar de cumprir todas as exigências legais, a CEFF considera que, pelo fato de ser paraguaio, casado também com uma paraguaia e sem filhos brasileiros, Benitez só poderia continuar exercendo suas atividades desde que, em prazo determinado pela Comissão, admitisse sócio ou gerente brasileiro nato. Do mesmo modo, foi negado a Diego Antônio Molas o título definitivo de um lote de terras em Ponta Porã, sob a alegação de que a região já estava bastante povoada pela colônia paraguaia. (28) Demonstrando uma enorme preocupação com a nacionalização da fronteira, a maior parte dos processos termina com parecer similar. No que se refere à fronteira paraguaio-matogrossense, a grande maioria dos requerentes são estrangeiros e tem suas atividades sob o controle da CEFF.

Por trás da retórica da Marcha para o Oeste, e como principal objetivo da CEFF, estava em questão o controle sobre as terras. A responsabilidade pelo despovoamento da fronteira é atribuída ao Estado de Mato Grosso, que teria contribuído para que suas terras caíssem em mãos de companhias estrangeiras. Ao contrário do Rio Grande do Sul, que tinha fomentado o povoamento de sua fronteira com pequenos proprietários, o Estado de Mato Grosso tinha preferido conceder grandes propriedades a Companhias

estrangeiras, que colocavam em risco a segurança nacional, na medida em que não promoviam o povoamento e não fixavam o homem na terra. A pequena propriedade, dentro da retórica da Marcha para o Oeste, constituía o substrato para a conquista territorial. Pequenos proprietários serviriam melhor à causa da nacionalização das fronteiras e da segurança nacional.

Essa política de cerco ao latifúndio pode ser melhor entendida se analisarmos as razões que a CEFF expõe para negar ao governo de Mato Grosso autorização à permuta da gleba de Monte Belo, de propriedade de Heitor Mendes Gonçalves, por uma área de dez mil hectares, denominada Nestor Cuê, situada em Ponta Porã, e de propriedade do Estado. A permuta foi requerida à CEFF em 1939, e em Monte Belo o Estado pretendia fundar um núcleo colonial. As terras eram apropriadas à agricultura e se achavam situadas próximas à Noroeste do Brasil, o que facilitaria o escoamento da produção. A gleba de Monte Belo, apesar do Estado ser proprietário de grandes extensões de terras devolutas nos diversos municípios do Estado, melhor atenderiam aos objetivos de colonização apregoados pela Marcha. Ora, se era objetivo da Marcha espalhar pequenos proprietários pelo interior do Oeste, quais as razões para a negação da permuta, frustrando assim um plano de colonização?

Em primeiro lugar encontra-se o beneficiário direto de tal permuta: quem receberia os dez mil hectares situados em Ponta Porã seria Heitor Mendes Gonçalves, diretor da Companhia Mate Lorangeira. Levantando as razões para a

negativa, a CEFF faz ver que "os interesses da colonização e povoamento do país condenam a acumulação de terras em poder de pequeno número de proprietários." Heitor, além de acionista da Mate, já era proprietário da fazenda Pacuri, de 4.060 ha., situada também no município de Ponta Porã. Interessava desnudar um santo para vestir outro? A CEFF reconhece que, consumada a permuta, o patrimônio de Heitor Mendes Gonçalves seria aumentado. Tal fato estaria fora dos propósitos da Comissão. Mais do que isso, o relator do processo admite que seria mais útil ao Estado e à Nação que se promovesse o loteamento da gleba de Nestor Cuê. É interessante observar que as terras de Nestor Cuê estavam sendo reueridas à CEFF por posseiros e, apesar do parecer no caso da permuta, a concessão do título de propriedade aos posseiros se arrasta longamente. (29)

Sob fiscalização direta do governo federal, a Companhia teve todas suas atividades esquadrihadas. Foi obrigada a nacionalizar seu capital e a cumprir a lei dos 2/3. Já em 1931 a Companhia vê-se na obrigação de possuir uma maioria de trabalhadores brasileiros! Para tanto, irá recrutá-los nas favelas do Rio de Janeiro. A experiência foi considerada desastrosa pela Companhia, pois os trabalhadores seriam "vagabundos e altamente perigosos". (30) Sob o pretexto de que os trabalhadores brasileiros não se adaptavam ao trabalho nos ervais, a Companhia visava manter intacta as relações de trabalho que sustentavam o seu império.

Com relação aos trabalhadores estrangeiros, a Companhia não tinha folga. A todo momento lhe era cobrado o respeito à lei dos 2/3. Um caso significativo refere-se aos práticos das embarcações da Companhia, que faziam a navegação do Paraná. Após várias cobranças de nacionalização dos práticos, a Companhia termina com seus navios temporariamente impedidos de navegar no Alto Paraná. (31)

Em 1937, aproximando-se o término do contrato de arrendamento dos ervais, firmado com o Estado de Mato Grosso, a Companhia começa as negociações para a assinatura de um novo contrato. O edital para o arrendamento foi discutido no Conselho de Segurança Nacional, e as atividades da Companhia Mate Lorangeira passam a ser objetos de análise e discussão. (32)

O Conselho de Segurança Nacional exita quanto ao arrendamento das terras ervateiras; o processo se arrasta por longo tempo e termina com mudanças substanciais no edital de concorrência pública para o arrendamento dos ervais. A principal mudança sugerida pelo Conselho referia-se à diminuição da área de arrendamento. No entanto, o governo estadual não acata as sugestões do Conselho e assina com a Companhia um contrato mais brando, que foi imediatamente impugnado pelo Conselho.

Os ervais em questão constituíam apenas um décimo da área proposta para o arrendamento. Segundo a argumentação da Companhia, tornava-se necessário arrendar toda a área, pois os poderes públicos não tinham condições de "assegurar

na região as garantias de ordem necessárias à disciplina de seus trabalhos." Ou seja, o Estado não atuava na região, impedindo o estabelecimento de bolichos à beira das estradas que davam acesso aos portos de embarque da erva-mate, que venderiam cachaça aos seus trabalhadores, o que acarretaria na "desorganização completa dos serviços." (33)

O presidente do Instituto Nacional do Mate, Dinis Júnior, consultado sobre a atuação da Companhia na região dos ervaais matogrossenses e sobre o edital de arrendamento, não via uma solução pronta para o caso, uma vez que "a simples idéia de um golpe" afigurava-se-lhe "insensata". Segundo Dinis Júnior, a Mate Larangeira tinha montado na região uma situação particularíssima de "Estado no Estado", pois ela tudo previa "desde os problemas morais aos de ordem econômica". A situação em discussão resultava de uma atuação de mais de 50 anos na região, e que envolvia "vultoso emprego de capitais" Dinis Júnior se perguntava: "como improvisar os meios de substituí-la?" Nesse sentido propunha uma solução de longo prazo, com a inclusão no contrato de arrendamento de objetivos que modificassem a situação na região, impondo restrições imediatas ao poderio da Mate Larangeira, tais como: encampar a via férrea Guáira-Porto Mendes; tornar públicas as estradas de rodagem que percorriam as terras arrendadas e os portos do rio Paraná e afluentes; estabelecer na região os serviços do Estado, como controle fiscal, bancário, policial e militar; e fazer com que a Companhia substituísse os trabalhadores e funcionários estrangeiros por

nacionais. (34)

Muitas autoridades do governo reconheciam que a situação criada no sul de Mato Grosso, com o arrendamento dos ervais por mais de 50 anos, tinha sido culpa do Estado, por não ter desenvolvido uma política agrária e de colonização para a região. Não obstante, o Estado Novo inaugurava-se "sob o imperativo do reconhecimento de todos esses erros". Assim, a Marcha para o Oeste não seria um mero programa, mas "uma atitude em face da história." (35)

Até que a CEFF desse um parecer sobre a questão do arrendamento, a Companhia continuou trabalhando nos ervais, graças a uma prorrogação concedida pelo Interventor Federal.

No início de 1941, atendendo a recomendações da CEFF e da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, após uma devassa nos domínios da Companhia feita por Dulphe Pinheiro Machado, Diretor do Departamento de Imigração e Colonização, Getúlio Vargas negou a autorização para a renovação do contrato de arrendamento dos ervais. Recomendava-se o estabelecimento de um regime de livre exploração dos ervais, bem como as terras sob o domínio da Mate deveriam servir para uma colonização racional por intermédio do Ministério da Agricultura. A Mate Larangeira teria o prazo de um ano, tempo necessário para que se desse a transição à livre exploração dos ervais, durante o qual continuaria a vigorar o contrato de arrendamento. A Estrada de Ferro Guaira-Porto Mendes foi federalizada, bem como

oficializadas as cidades e povoados de Guaira, Porto Mendes, Campanario e Porto Felicidade. O Conselho de Seguranca Nacional tomou tal atitude baseado na "sã politica (...) de extirpacao dos latifundios, de fomento da colonizacao e da nacionalizacao e povoamento das fronteiras." (36)

Heitor Mendes Goncalves jogou todo seu prestigio e influencia para tentar reverter tal decisao: conseguiu que o Ministro da Aeronautica fizesse uma visita a Campanario e a Guaira. Esse jogo prosseguiu com a visita de Getulio Vargas a fazenda Pacury, de propriedade de Heitor, quando o presidente voltava de viagem ao Paraguai. Até 1943, a Companhia continuava atuando na regioao como se nada tivesse acontecido. No inicio do ano seguinte, apos visitar Guaira, Vargas autorizou a recomendacao da presidencia da CEFF para que as autoridades dos Territorios Federais de Ponta Porã e Iguacu executassem o que fora aprovado em 1941. (37)

A partir de 1938, quando a Companhia Mate Larangeira recebeu criticas numa serie de artigos publicados no jornal "O Radical", ao mesmo tempo em que o edital para o arrendamento dos ervais estava em discussao no Conselho de Seguranca Nacional, a Mate publicou uma serie de artigos nos principais orgaos da imprensa do Rio de Janeiro e São Paulo, cujo conteudo era sempre o mesmo: o papel civilizador da Companhia no sul de Mato Grosso. (38) Publicando depoimentos de militares e outros viajantes, que visitaram a regioao sobre seu dominio, a Companhia objetivava não só se defender dos

ataques da imprensa, mas, principalmente, demover as autoridades da intenção de não se permitir o arrendamento das terras ervateiras. Evidentemente que o arrendamento em si não era discutido; oculto, atuava como poderoso elemento articulador da lógica discursiva: o não dito. (39)

Nesses artigos, a Companhia Mate Larangeira pretendia imprimir um sentido para a história da região. Participando de uma explicação do real histórico, tanto o real do passado como do presente, a Companhia dava sua versão dos acontecimentos e procurava assegurar seus interesses imediatos. Assim, civilização, progresso e desenvolvimento funcionavam como alavancas que projetavam a ação da Companhia e davam a necessária legitimidade para o seu poder. A Companhia procurava mostrar que tinha desenvolvido na região, sobre seu domínio, "uma obra patriótica". Mais do que isso, sua ação na região não se constituía num domínio, mas num dos "grandes instrumentos de progresso e civilização." (40)

Mas não bastava que a Companhia afirmasse isso. Frente às críticas que lhe eram dirigidas, isso nada significava. Dessa forma, as afirmações sobre a ação civilizadora da Companhia provinham de autoridades proeminentes, principalmente do exército, reconhecidas nacionalmente, tais como o General Rondon e Malan, que atestavam a obra civilizadora da Companhia. (41) Se no plano discursivo a Companhia atestava sua ação civilizadora através de depoimentos, no plano substantivo Campanário e Guaira davam a prova concreta do progresso e da civilização

implantados. É dessa forma que podemos entender porque todos os artigos repetiam, ad nauseum, depoimentos de militares, ou descrições de Campanário ou Guaíra. (42) Mais do que isso, a Companhia promovia visitas de autoridades a seus domínios, para que todos pudessem ver e acreditar, a exemplo de Chateaubriand, do Ministro da Aeronáutica e do próprio Getúlio Vargas. (43)

Dessa forma, pretendia-se justificar o arrendamento dos ervais nas mesmas condições anteriores, bem como as relações de trabalho por ela imposta nos ervais. (44) Civilização e Progresso lhe davam a autoridade suficiente para falar em nome de toda a população da região, do mesmo modo que pretendia calar a crítica que lhe era dirigida por elementos por ela considerados subversivos ou impatriotas, uma vez que estes colocavam em dúvida a legitimidade do domínio da Companhia.

Ao se confrontar com o Estado Novo, e disputando com a Marcha para o Oeste, a Companhia Mate Larangeira elegeu um lugar onde se colocar. Lugar privilegiado, único capaz de conferir sentido à sua ação: o lugar da história. A Companhia procurou se colocar junto ao Panteon dos heróis forjadores da nacionalidade: os bandeirantes, precursores da Marcha para o Oeste. Deslocando-se no espaço discursivo, a Companhia procura ocupar o lugar do poder, ou melhor, o lugar que o poder (especificamente o Estado Novo) quer instituir como seu. A luta entre a Companhia Mate Larangeira e o Estado Novo

foi também uma disputa pela dominação do passado, da memória. A Companhia em seu discurso não admite que o Estado Novo faça tábua rasa de sua ação civilizadora, nem admite passar-lhe o marco inaugural da história da região, desconsiderando sua atuação na região por mais de 50 anos. Tanto a Companhia como o Estado Novo tomam história como sinônimo de civilização e progresso. Antes de cada um se instituir como sujeitos da história, nada existia. Dessa forma, pretendia-se apagar da memória/história a ocupação indígena e dos ervateiros sazonais que atuavam na região antes que os "sujeitos" aparecessem no cenário. Para a Mate Larangeira, o Estado Novo queria assumir para si uma tarefa que ela própria já cumprira. Afinal, se a região não mais podia ser considerada um sertão bruto e intocado, devia-se à ação da Companhia, que abria estradas, portos, construía cidades e ocupava milhares de trabalhadores em atividades produtivas.

O Estado Novo, demiurgo como a Companhia Mate Larangeira, também procurava se situar no terreno da história pois, ao colocar em evidência o sul de Mato Grosso com a Marcha, tentava imprimir uma imagem de futuro: finalmente integrada ao corpo da Nação, a região da fronteira alcançaria o progresso e o desenvolvimento que parte do país já desfrutava. Estariam ao seu alcance as conquistas já feitas pelo resto da Nação - industrialização, desenvolvimento da agricultura e legislação social. Essa imagem de futuro (civilização, progresso e desenvolvimento) necessariamente se constrói com a recusa do passado, com uma certa imagem do

passado (atraso, pobreza, isolamento e banditismo). O Estado Novo, através da Marcha para o Oeste, pretende-se o restaurador do passado, uma vez que parte do princípio que pode reparar os erros e as omissões cometidas pelo poder público, que deixou a região ao descaso, alvo fácil de Companhias estrangeiras que trabalhavam na desnacionalização da fronteira. Ao se instituir como restaurador do passado, também se instituiu como origem do futuro, marco inaugural da história. Ninguém melhor expressou esse pensamento que Diniz Junior: A Marcha para o Oeste "é uma atitude em face da história". Essa atitude desconsidera o passado da cultura guarani e dos trabalhadores paraguaios, vistos em muitos autores como inimigos, perigosos elementos desnacionalizadores da fronteira. Recalcitrantes quando se trata de adotar hábitos civilizados, índios e paraguaios têm outra história para contar. História que remete a outros caminhos, outras tradições e outros passados. (45)

Notas

A Marcha para o Oeste

(1) Ver Cabanas, João - A Coluna da Morte - Rio de Janeiro, s/e, 1927; TALMA, João de - Da Fornalha de Nabucodonosor. Correspondência de um Revolucionário - Buenos Aires, s/e, 1926.

(2) ALVES, Gilberto Luiz - "Mato Grosso e a História: 1870-1929. Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro." in: Boletim Paulista de Geografia, (61):05-81, 1984

(3) Para uma descrição da viagem para Mato Grosso, via estrada de ferro Noroeste do Brasil ver: NOGUEIRA, Júlio - Excursão a Matto Grosso - São Paulo, Pocaivess, 1915; para uma descrição de uma viagem pela Sorocabana ver: SILVA, Hermano Ribeiro da - Garimpos de Mato Grosso - São Paulo, Editora J. Fagundes, 1936.

(4) Ver CORREA, Valmir Batista - Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1890-1940) - São Paulo, FFLCH/USP (tese de doutorado), 1982, mimeo.

(5) Puiggari afirma que houve um "renascer de esperanças" com a Revolução de 1930, de que a relação entre o sul e o norte se modificaria em favor do desenvolvimento do sul, sentimento esse que, contudo, não foi correspondido. PUIGGARI, Umberto - Nas Fronteiras de Mato Grosso. Terra Abandonada - São Paulo, Casa Mayença, 1933, pp. 167.

(6) CORREA, Valmir Batista - op. cit., pp. 162

- (7) LENHARO, Alcir - Sacralização da Política - Campinas, Papirus/ Editora da Unicamp, 1986, pp. 53.
- (8) Idem, ibidem, pp. 15.
- (9) LENHARO, Alcir - Colonização e Trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste - Campinas, Editora da Unicamp, 1985, pp. 60.
- (10) RICARDO, Cassiano - A Marcha para o Oeste - apud. LENHARO, Alcir - Sacralização..., pp. 69.
- (11) LENHARO, Alcir - Sacralização..., pp. 71.
- (12) Na verdade, pretendia-se traçar um novo perfil para o trabalhador rural, bem como aliviar as tensões sociais no campo. Ver: LENHARO, Alcir - Colonização e Trabalho no Brasil, pp. 59 e passim.
- (13) Idem, ibidem, pp. 15-57, onde o autor discute as várias concepções acerca do latifúndio e da colonização via pequena propriedade durante o Estado Novo.
- (14) LENHARO, Alcir - Sacralização..., pp. 61.
- (15) Ver O Radical, Rio de Janeiro, de 19.08.1938 a 08.09.1938; fevereiro de 1941.
- (16) Editorial de Assis Chateaubriand, "Nacionalização das Fronteiras", Diário de São Paulo, 03.01.1932.
- (17) O Jornal, Rio de Janeiro, 04.10.1941.
- (18) CHATEAUBRIAND, Assis - Panegírico a Francisco Mendes Gonçalves e sua grande obra a Mate Larangeira - folheto impresso, s/e, 1941, ACML.
- (19) Carta de Fernando Jorge Mendes Gonçalves para Heitor Mendes Gonçalves, Campanário, 12.04.1941, ACML.
- (20) Provável discurso de Heitor Mendes Gonçalves a Getúlio

Vargas, por ocasião de sua visita a Fazenda Pacuri, Ponta Porã, 08.1941, ACML. Para a visita de Getúlio Vargas a Pacuri ver: Correio da Manhã, São Paulo, 06 e 07.08.1941.

(21) A proibição só se referia aos trabalhadores ervateiros, e não à polícia da Companhia nem a seus dirigentes. Ver fotografia ao final desta dissertação em que Heitor Mendes Gonçalves aparece armado, juntamente com alguns peões.

(22) Carta de Heitor Mendes Gonçalves a Aral Moreira, Rio de Janeiro, 12.02.1941, ACML.

(23) Idem, ibidem.

(24) O Jornal, Rio de Janeiro, 13.07.1941.

(25) A República, Campo Grande, set. 1938, ACML.

(26) MARTINS, Oclécio Barbosa - Pela Defesa Nacional (Estudo sobre a redivisão territorial do Brasil) - s/e, 1944, BPMMA; WACHOWICZ, Ruy C. - Obrageiros Mensus e Colonos - Curitiba, Ed. Vicentina, 1982.

(27) A documentação referente à Comissão Especial da Revisão da Concessão de Terra na Faixa de Fronteira encontra-se no Arquivo Nacional sob a denominação CEFF.

(28) AN/CEFF - lata 02, protocolo n. 32 de 09.01.1941.

(29) AN/CEFF - lata 234 - Operações sobre terras públicas, protocolo n. 163/ 1943; em anexo há o protocolo n. 37/1939.

(30) Para o caso de Guaira ver WACHOWICZ, Ruy C. - op. cit., pp. 148; para a situação dos trabalhadores cariocas em Mato Grosso ver: Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 09.01.1931.

(31) Sobre a nacionalização da navegação do Paraná, ver WACHOWICZ, Ruy C. - op. cit., pp. 148, e série de telegramas

no ACML, numa pasta avulsa sobre a Estrada de Ferro Guaíra - Porto Mendes.

(32) Em 13.07.1938, o presidente da República aprovou a indicação da Comissão de Estudos do Conselho de Segurança Nacional, no sentido de suspender o edital de concorrência pública para o arrendamento das terras ervateiras, até que o CSN se pronunciasse sobre as atividades da Companhia Mate Lorangeira. AN/CEFF - lata 233, 1941, protocolo 641/1938, anexado ao protocolo n. 08/1941.

(33) Carta de Heitor Mendes Gonçalves a Góes Monteiro, 16.08.1938 in: AN/CEFF - lata 233, protocolo n. 08/1941.

(34) DINIZ JÚNIOR - "Parecer sobre o arrendamento dos ervais" in: AN/CEFF - Lata 233, protocolo 08.1941,

(35) Idem.

(36) Ofício n. 1040 de 26.12.1949 da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional ao presidente da República. Aprovado pelo mesmo em 02.01.1941. AN/CEFF - lata 150, protocolo 348/1944.

(37) Ofícios 153/44-A e 154/44-A, de 28.03.1944, do Presidente da CEFF aos governadores dos Territórios Federais de Ponta Porã e Iguacu. AN/CEFF - lata 150, protocolo 348/1944.

(38) Os jornais que publicaram as reportagens elogiosas à Companhia foram, principalmente, os que compunham o grupo dos Diários Associados, de Chateaubriand, que desde 1932 vinha publicando reportagens de igual teor. Ver: Diário de São Paulo, São Paulo, 03, 12 e 17.01.1932; O Jornal, Rio de Janeiro, janeiro de 1932 e 16,17,19 e 25.08.1938; Jornal do

Commercio, Campo Grande, 18 e 28.01.1938; O Progressista, Campo Grande, 27.01.1938; A Tribuna, Niterói, 29.08.1938. Algumas destas reportagens encontram-se no ACML.

(39) CERTEAU, M. - "A Operação Histórica" in: GOFF, Jacques le & NDRA, Pierre - História: Novos Problemas - Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 22.

(40) O Jornal, Rio de Janeiro, 16.08.1938.

(41) Idem, 17 e 19.08.1938.

(42) Diário Carioca, Rio de Janeiro, 05.01.1932; O Cruzeiro, 03.06.1935, pp. 40-41; De Matto Grosso, Ponta Porã, n. 01, junho de 1930, pp.10-12; Diário da Noite, São Paulo, 09.07.1941.

(43) Correio da Manhã, São Paulo, 06.08.1941; Diário da Noite, São Paulo, 09.07.1941.

(44) A manutenção do processo de trabalho era essencial para que a Companhia pudesse auferir vultosos lucros, uma vez que o mercado de erva-mate estava em franco declínio desde o início da década de trinta. Ver: LINHARES, Temistocles - História Econômica do Mate - Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

(45) "Na medida em que o passado foi transmitido como tradição, possui autoridade; na medida em que a autoridade se apresenta historicamente, converte-se em tradição." in: ARENDT, Hannah - Homens em Tempos Sombrios - São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 165.

3.- A Materialidade do Progresso

"A história talvez esteja condenada a estudar somente jardins bem fechados por muros"

F. Braudel

Sinais visíveis do progresso e do desenvolvimento que a Companhia trouxe para a região sul de Mato Grosso, Campanário e Guaira atestam a ocupação do sertão dito vazio. Signos da modernidade incrustada no sertão, as cidades visam imprimir a imagem de um novo mundo. Inscrevem no sertão as suas marcas, delineando uma nova paisagem: o traçado das ruas planejadas, a luz elétrica, a estrada de ferro, e diversas instituições, como a polícia, sinônimo de asseio e ordem. Quase não há viajante que, ao passar pelos domínios da Companhia Mate Larangeira, não tenha sido seduzido pelo progresso que Campanário e Guaira representavam.

As cidades atuam dentro de um imaginário que tem, na civilização, no progresso e no trabalho, os princípios norteadores da vida em sociedade. Princípios estes que passam pela negação, via estratégias de disciplinarização, de valores que não se adequem ao pretendidos como universais. Mato Grosso nega o que é: sertão. Campanário e Guaira atestam o que Mato Grosso poderia vir a ser.

3.1 - Monumentos de Progresso e Civilização

Campanário e Guaira são os jardins da Companhia Mate Larangeira. Cuidadosamente trabalhadas, as cidades atestam a imagem que a Companhia quer passar de si. Guaira causa impacto imediato. As dificuldades de acesso à região do oeste paranaense em contraposição à estrada de ferro e à cidade provocam a admiração, o que pode ser observado no depoimento de César Martinez:

"(...)logo avistamos as ruas da cidade, com seu espantoso movimento, ruas largas, arborizadas, cheias de construções, de um e outro lado, que impressionam, pois que temos uma idéia exata de nos encontrarmos em uma capital de grande movimento. (...) A arborização das ruas alegra a nossa alma e as bandeiras no topo dos mastros nos lembram que toda aquela imensa região, desabitada de brasileiros é do Brasil. (...) Guaira é uma organização que honra as sociedades industriais do Brasil. é a maior cidade pertencente a uma empresa, a maior e a mais completa, porque nada lhe falta, nem mesmo um código de posturas e um serviço de policiamento que proporcionam asseio e ordem." (1)

No depoimento de Martinez, chama a atenção o que ele denomina de código de posturas. Permanece implícita na afirmação uma imagem da cidade e de seus habitantes. Talvez higienizada, livre de prostíbulos e de botequins, de prostitutas e de bêbados, a salvo dos vícios que infestariam os grandes centros urbanos e que impedem a consecução de um trabalhador disciplinado, moldado às necessidades do capital. Ao mesmo tempo destaca o serviço de policiamento,

constitutivo dos padrões de urbanidade, assegurando o asseio e a ordem. O depoimento de Martinez possibilita se pensar o que faz de um centro de trabalho, um aglomerado de casas e oficinas uma cidade. Evidentemente que não é a quantidade de casas ou habitantes. Na verdade elas foram instituídas pela própria Companhia como cidades. Foram planejadas para aparentarem ser uma cidade. É no discurso da Companhia que se constrói a imagem da cidade incrustada no sertão, uma vez que está na base do discurso a contraposição entre cidade, signo da modernidade, e sertão, sinônimo de atraso. A Companhia Mate Larangeira é apresentada como um exemplo a ser seguido por outras empresas, destacando-se as cidades de Guaira e Campanário. Empreendimentos que colocavam o sertão nos trilhos da história que, a partir da construção das cidades, passa a ter um novo princípio.

Campanário era a preferida pela Companhia para fazer a propaganda de sua atuação na região ervateira. Definida como um monumento ao progresso e à civilização que a Companhia implantou no sertão de Mato Grosso, Campanário atua como um componente essencial do discurso civilizador que a Companhia elabora:

"Campanário é uma verdadeira surpresa para os seus viajantes, - um padrão de progresso e civilização erguido em pleno seio da natureza agreste, a documentar a inteligência e a operosidade humanas orientadas na conquista de um ideal que, embora nascido à sombra de interesses a defender no desenvolvimento mercantil de uma empresa particular, nem por isso deixa de atuar no benefício público,

"sobremaneira contribuindo para o crédito e prosperidade da região onde essa conquista se realizou. (2)

"Trata-se de um cenário privilegiado de trabalho. Ali nada repontou de uma simples improvisação como soe acontecer na vida sertaneja. As ruas surgiram sob o traçado rigorosamente técnico do engenheiro e todas as condições de higiene, de conforto e de sanidade ali se encontram a velar pelo progresso de uma cidade que poder servir de estalão a qualquer urbe moderna que se pretenda erigir em nosso país." (3)

Campanário e Guaira tinham tudo o que uma cidade deveria ter: água encanada, esgoto, luz elétrica, boas casas, além dos edifícios da administração, padaria, açougue e matadouro, curtume, além de hospital, escola, farmácia, cemitério, hotel ou hospedaria, um cassino e um cinema em Campanário, quadras de esporte e pistas de equitação. Guaira ainda contava com o mais aparelhado porto do Alto Paraná e com uma estrada de ferro que contornava os saltos das Sete Quedas e a ligava ao Baixo Paraná em Porto Mendes. Campanário, por sua vez, era servida por estradas de rodagem que a ligavam a Ponta Porã, a Porto Felicidade e, na década de 30, a Porto D. Carlos, de onde se seguia para Guaira.

As reportagens que se referiam às cidades faziam questão de inventariar, exaustivamente, o que elas tinham, os predicados que tornavam um aglomerado de casas e oficinas uma cidade. (4) Para os viajantes o que impressionava nas cidades da Companhia eram a disciplina e a ordem imperantes: "a organização da empresa é a coisa mais bem estudada que se pode desejar. Num grande edifício funciona a Administração, onde impera a ordem e a mais perfeita organização

burocrática." (5) Outros discutem a dificuldade de se manter a disciplina "necessária à boa ordem dos serviços", numa empresa que funciona "em região apartada, com pessoal numeroso e de diversas nacionalidades". (6) Dadas essas dificuldades, a disciplinarização imposta pela Companhia assume conotações elogiosas, necessária para a boa organização do trabalho.

Outro aspecto ressaltado constantemente é o conforto que só a vida nas cidades propicia, diferentemente das dificuldades e agruras que a vida sertaneja impõe. Em Guaira, os viajantes eram muito bem tratados, para que levassem a melhor impressão da Companhia. Lima Figueiredo assim descreveu o hotel: "Água encanada nos quartos, banheiro completo, vastíssimo salão, lindo jardim de inverno e agradável varanda, onde, a noite, os excursionistas animadamente palestram." (7)

Evidentemente que nem todos foram seduzidos pela modernidade. Alguns observadores viram as cidades como amplos centros de trabalho montados para funcionar disciplinadamente. Outros observaram que Guaira era uma cidade de gente triste: "A população apresenta um ar de submissão e tristeza conflagrantes. A situação servil a que estão condenados lança-os numa espécie de apatia moral." (8) Não há porque ficarmos presos ao discurso engrandecedor da Companhia. Apesar de continuarmos a denominar Campanário e Guaira como cidades é necessário lembrar que não se constituem como tal. Ainda que tivessem traçado urbanístico,

não podem ser consideradas como cidades pois não eram constituídas de cidadãos que faziam daquele traçado urbano o seu espaço de manifestação, que transitavam livremente, pois em Campanário e Guaira não havia espaço público nem vida pública.

Tais cidades funcionavam tão somente como centros de trabalho planejados em função de uma racionalização da produção. O planejamento urbano, visível e proclamado, atende a princípios de ordenamento do espaço no sentido de se facilitar a disciplinarização imposta ao trabalhador e necessária para se moldar o mesmo às necessidades da produção racionalizada. Visa construir um novo perfil do trabalhador, ordeiro e pacífico (9)

A disciplinarização que essas cidades impõem a seus moradores não se restringe à organização do trabalho, mas atinge hábitos e desejos. Normatiza o lazer, a vida cotidiana e o interior das casas. Nas cidades, não há espaço para a transgressão à ordem e à disciplina.

Assim, o regulamento imposto pela Companhia em seus domínios visava a eliminação de velhos hábitos que perturbavam a ordem do trabalho. Consta do regulamento a proibição expressa do consumo de bebida alcoólica, do porte de armas e do jogo de baralho. A Companhia proclamava, com orgulho, que instituiu a lei seca nos ervais. Para Orleans e Braganca, era graças ao regulamento, à lei seca, que os índices de criminalidade se mantinham tão baixos. Como consequência da lei seca teríamos uma "estabilidade social" rara de ser encontrada. (10)

Campanário possuía uma distribuição espacial planejada. Havia um centro para onde tudo convergia. Formando uma praça, lá ficavam a farmácia, o armazém, a escola, os escritórios da administração e as casas dos administradores e dos funcionários hierarquicamente superiores. Nos quarteirões periféricos é que se encontravam as casas dos trabalhadores menos qualificados. O hospital, a maternidade e o cemitério foram construídos a uma relativa distância desse centro. Essa segregação dos doentes obedece aos preceitos modernos de higiene, em contraposição à promiscuidade dos ranchos ervateiros.

A arquitetura de Campanário e Guaíra revela uma nítida separação hierárquica das funções, pois a cada grau na hierarquia correspondia um tipo de moradia, com maiores ou melhores acomodações.

Campanário e Guaíra foram construídas como estratégia disciplinar que visava, além da disciplinarização propriamente dita do trabalhador, a manutenção de uma mão-de-obra especializada, difícil de ser conseguida, uma vez que não existia na região um mercado de trabalhadores especializados ou qualificados estável. Nas cidades, o trabalhador ficava recluso, pois o acesso às cidades era controlado, seja pela imposição direta marcada pelas porteiras em Campanário e pela dificuldade de acesso em Guaíra, ou indiretamente, uma vez que se mantinha o trabalhador preso nas cidades na medida em que nelas ele supostamente encontraria tudo o que pudesse satisfazer suas

necessidades, do armazém ao lazer.

Tudo era muito amplo e espaçoso em Campanário e Guaira. Não existia espaço para se andar oculto; um planejamento urbano que não permitia encontros clandestinos. O movimento pode fluir sem que nada o entrave. As ruas deveriam ser vazias, como que para atestar que aquela cidade era um centro de trabalho, diferentemente dos grandes centros urbanos, onde imperaria o vício e a imoralidade. Os homens deveriam estar trabalhando, as mulheres ocupadas nos afazeres domésticos e as crianças na escola.

Campanário foi fundada no final da década de 10, nos ervais de Jahapemy. Em 1923 era já administrada por Heitor Mendes Gonçalves, que promoveu uma remodelação na organização da cidade e do trabalho. Sob sua administração a exploração da erva-mate foi reestruturada por ser considerada anacrônica e os funcionários nas funções de dirigentes foram escolhidos escrupulosamente. A cidade, ao que tudo indica, foi sendo contruída paulatinamente, seguindo não só um plano pré-traçado, mas em função da reorganização da produção. Desse modo, as cidades e os ervais começaram a funcionar como um "mecanismo de um relógio", ou seja, estabelece-se uma ligação entre as diferentes unidades de produção: a elaboração da erva-mate, o processo de trabalho nos ervais, o transporte e o beneficiamento em Buenos Aires passam por um processo de racionalização da produção.

Pensemos em sua circulação: transportada em carretas ou arrias dos ervais aos portos fluviais, era então recolhida por chatas para ser levada até Guaira, depois

reensacada e transportada pela ferrovia até Porto Mendes, de onde seguia para Buenos Aires. Toda a atividade de transporte seguia uma racionalização. Em Campanário existiam oficinas para o reparo das carretas ou automóveis, bem como equipes especializadas na conservação de estradas, pontes e portos. Em Guaíra funcionava o estaleiro que cuidava da conservação e até mesmo da construção de navios e chatas, além da oficina encarregada da manutenção e reparo da Estrada de Ferro.

Toda essa infra-estrutura de transporte não servia apenas para o escoamento da erva-mate, mas cuidava também do abastecimento dos ervais, ficando a Companhia livre de imprevistos, caso o abastecimento fosse feito por terceiros. Os gêneros de primeira necessidade, que provinham de Buenos Aires, passou a ser adquirido em São Paulo, de onde seguia pela Sorocabana até Porto Epitácio, local em que a Companhia tinha também uma pequena oficina para reparo nos navios que circulavam pelo Alto Paraná. De Porto Epitácio os navios faziam a entrega diretamente em Guaíra, ou em Porto Felicidade, próximo de Campanário e a ela ligado por uma estrada de rodagem em boas condições de conservação. A Companhia também mantinha um grupo de chacareiros encarregados da produção de horti-fruti-granjeiros, além de padaria, açougue e matadouro. Campanário e Guaíra foram construídas visando à racionalização da produção ervateira como um todo integrado e orgânico. Centros para os quais convergia a produção.

A organização da produção segue alguns princípios que denotam racionalização, evidentemente ditada pela divisão do trabalho que estrutura a organização da produção. É nesse sentido que o espaço em Campanário e Guaíra é racionalizado.

(11)

Como não se tratava de um espaço pequeno, havia a necessidade de uma constante vigilância, não só da ida e vinda das pessoas, mas também das mercadorias. Ainda que não tenhamos informações sobre furtos de mercadorias ou de matérias-primas nas cidades, esta é uma possibilidade que não pode ser descartada. De qualquer forma era preciso vigiar o contrabando de bebidas para as cidades, expressamente proibido. O princípio da vigilância é uma constante na vida cotidiana de Campanário e Guaíra, atestada pela presença de polícia e cadeias próprias. Essa vigilância não se circunscreve ao local de trabalho, mas atinge toda a região ervateira. Campanário, convém reafirmar, era cercada por porteiras e o acesso somente permitido através de uma autorização expressa da administração. Detalhe importante no contexto, as porteiras foram guarnecidas de um guarda e de um telefone para que houvesse uma rápida comunicação entre o guarda e a administração central. O sistema de telefonia e telégrafo permitia rápidos contatos com Guaíra, Porto Felicidade e Porto Mendes.

O espaço das cidades também foi planejado para atender ao princípio da circulação das mercadorias e das pessoas. O espaço amplo permite uma maior vigilância, e o fluxo mais desembaraçado de pessoas e mercadorias. Basta

olharmos as ruas de Campanário - largas, permitindo ampla circulação de automóveis, carretas, etc.

Por último, a organização espacial das cidades atende a um princípio político. O planejamento, a amplitude, a ordem, o asseio e a beleza das construções denotam claramente, ou até expressam visualmente, o poder da Companhia Mate Larangeira. Não se pode afirmar que qualquer destes princípios esteja subsumido ao outro, mas se complementam no sentido de disciplinar o trabalho. (12)

Essa disciplinarização via racionalização e organização do espaço se dá simultaneamente ao mesmo processo de controle e disciplinarização do espaço fabril e urbano em gestão nos grandes centros nos anos 10 e 20. (13) É interessante se observar que, no imaginário acadêmico, a racionalização da produção seria extensiva ao campo muito após a esma ter atingido as cidades. No entanto, há indícios de que se trata de processos concomitantes. Monteiro Lobato, em "O Problema Vital", já discutia a necessidade de ensinar aos trabalhadores rurais "as mil coisas necessárias a um bom operário" para que fosse possível "discipliná-los e adaptá-los ao maquinário agrícola." (14)

Para a Companhia Mate Larangeira, a ordem e a disciplina que mantinha nas cidades sobrepunha-se a quaisquer outros interesses. Em 1928, quando a Estrada de Ferro Guaira-Porto Mendes deveria ser aberta ao público, o administrador de Guaira fez um estudo para a localização do porto onde seriam descarregadas as cargas que não eram da Companhia. Sua

preocupação com "a localização do porto é quase que estritamente disciplinar. Ainda que longa, vale a pena reproduzirmos suas considerações:

"No deberá ser possible aceptar cargas estranas sin al mismo tiempo permitir la entrada y pasaje a todos y a cualquier que quisiera venir. Habrá necesidad infaliblemente de un Delegado de Policia y despues de un juzgado y finalmente otros oficiales e Inspectores, despachantes y otras gentes extranãs. El problema a resolver es, si debemos admitir este elemento ajeno dentro de nuestro mismo estabelecimiento, o de formar el nucleo de una ciudad publica a parte. Sabemos que los elementos estranos no van a estar conformes con la disciplina, la ley seca u los reglamentos que son convenientes mantener dentro de un estabelecimiento, y desde este punto de vista parece que nos conviene preparar un sitio apto para una ciudad pública, donde los funcionarios y personas estranas puedan establecerse y donde se pueda vender terrenos u formar una pequena población completamente independiente de la Empresa." (15)

Assim, Sidwell propõe que o novo porto diste de Guaira oito quilometros. Seria lá que se abriria o primeiro bolicho que "traerá algunas molestias a la Empresa", mas é melhor que fique a oito quilômetros de distância do que dentro de Guaira. (16)

É importante destacar que Sidwell não considera Guaira uma cidade, uma vez que não é pública, mas um estabelecimento da Companhia. Num espaço público, não se poderia implantar a lei seca e muito menos controlar a movimentação das pessoas.

Por outro lado, Sidwell aponta para o fato de que a disciplinarização não atinge apenas o espaço de trabalho.

Na disciplina imposta no trabalho pela Companhia Mate Larangeira, há uma interpenetração com o espaço doméstico e com o espaço de lazer. Mais importante que a racionalização do espaço e que a vigilância, a disciplinariação busca a mudança no modo de ser do trabalhador com a internalização de concepções de tempo útil, com a produção de corpos dóceis, com a economia de gestos ou com a destruição de de uma cultura e de um modo de ser típicos de uma classe social que detinha o conhecimento do processo produtivo e que resistia à aniquilação de seus valores. É nessa internalização que podemos ver a positividade do poder disciplinar em toda sua amplitude. Mas, como bem lembra Perrot, "nunca um sistema disciplinar chegou a se realizar completamente. Feito para triunfar sobre uma resistência, ele suscita imediatamente uma outra." (17)

Como Campanário e Guaira eram acima de tudo um centro de trabalho, a vida cotidiana marcava-se pela organização e disciplinarização do mesmo.

"(...) a vida aqui tem um ar pausado e metódico que impressiona. Tudo está dividido, tem horário e é ordenado por campainhas e apitos. Pela madrugada, 4 horas no verão, 5 no inverno, um badalar imperioso de sineta arranca dos casebres de madeira (...) as turmas para a tarefa. Começa o trabalho. As 11 horas o Taller mecânico apita, longamente, anunciando o almoço, que se prolonga com a sesta, até as 2 horas. Novo badalar de sineta e retornam à faina até as 6 da tarde." (18)

O trabalhador em Guaira era proibido de voltar à

sua casa durante o período de trabalho, sob qualquer pretexto. (19) Mas não apenas o horário de trabalho era disciplinarizado, como também o tempo livre, uma vez que "a luz dá um sinal à dez e meia hora, para que às onze se verifique a recolhida de todos às suas casas." (20)

A vida cotidiana em Guaira era controlada pelo sereno. Cabia-lhe ouvir as conversar, provocar assuntos, e logo dar ciência do que ouvira à administração. Durante o dia, enquanto os homens trabalhavam, o sereno ouvia as conversas das mulheres "para obter segredos e espargir por todos os cantos a intriga." (21) Em resumo, o sereno era o encarregado da investigação do pessoal, exercendo as funções de um investigador de polícia.

Apesar de não se ter informações concretas sobre o interior das casas destinadas aos trabalhadores, sua distribuição espacial e funcional, as medidas sanitaristas existentes na água encanada, no banheiro e no esgoto (fossa acética) apontam para a disciplinarização de hábitos e costumes cotidianos. As fotografias da época ajudam a pensar essa questão pois fornecem informações sobre os tipos de casas que existiam tanto em Campanário como em Guaira. Das fotografias que compõem o acervo da Companhia, têm-se a impressão de que Guaira recebera um planejamento diferente. Em cada rua vê-se um tipo de casa, ao mesmo tempo em que as oficinas não aparecem nas ruas destinadas à habitação. Diferentemente de Campanário, onde as oficinas ficavam vizinhas das casas, e as ruas comportam tipos diferentes de casas. Observando a vista geral da cidade de Campanário,

tirada por Braud na década de 20, pode-se perceber que grande número de casas obedecem a um padrão: casas simples, de madeira, duas janelas e uma porta, ou porta, janela e varanda. Essa variação revela que algumas casas tem um cômodo a mais no lugar da varanda, que bem poderia ser um quarto, o que nos leva a pensar que as casas eram destinadas às famílias de acordo com a quantidade de membros da mesma, numa clara tentativa de evitar a promiscuidade que se dizia imperar nos ranchos ervateiros. Da mesma forma, os homens solteiros eram abrigados numa hospedaria. É interessante observar que as casas tinham seus terrenos delimitados por cercas, bem como cada casa tinha sua fossa acética, marcando o espaço destinado ao convívio doméstico. Esse mesmo planejamento pode ser visto nas fotografias do rancho Campanário, onde se processava erva-mate.

O paternalismo impõe-se como um dos elementos fundamentais que ordenam a vida cotidiana em Campanário e Guaíra, mediando as relações sociais e sendo constituinte da disciplinarização. (22) Segundo Perrot, um dos elementos essenciais do paternalismo está no fato de se morar no mesmo local de trabalho "instaurando uma vigilância de duplo sentido", ou seja, não só da produção mas da obrigação do trabalhador e de sua família em adotar um tipo de vida "digna e regrada". O modo de vida do patrão, seus hábitos e costumes passam a funcionar como um espelho, ou um exemplo a ser seguido. A internalização de valores, de hábitos de higiene e de atitudes se dá na medida em que um novo tipo de vida e

padrões de consumo passam a ser desejados. Morar em Campanário era privilégio de poucos e, talvez, ambição de muitos. Isto pela facilidade de abastecimento e consumo (ainda que presos pela dívida no armazém) pelos salários pagos aos funcionários mais qualificados, que destoariam dos salários regionais, pelas opções de lazer (Campanário tinha cinema, quadras de esporte e pistas de equitação), pela escola para os filhos, hospital, farmácia, e tantos outros serviços e comodidades que Campanário e Guaira ofereciam. Essa atitude cria uma separação dentre os trabalhadores, de tal forma que aparece aos outros que os funcionários de Campanário e Guaira não eram trabalhadores.

O controle do lazer pode ser pensado dentro desses parâmetros (23) Sendo comum na região as corridas de cavalos, denominadas de carreras, em Campanário elas passaram por um processo de higienização até chegar aos concursos hípicas. Também podemos pensar o baile, ou jeroki. Diversão preferida pelos paraguaios na fronteira, onde expandia sua alegria, o baile em Campanário era organizado pela administração.

A um novo perfil para o trabalhador, pacífico e ordeiro, corresponde uma nova imagem do patrão, não mais despótico e despreocupado com o destino de seus empregados. Não se trata apenas de garantir uma mão-de-obra qualificada num mercado de trabalho ainda em formação. Constitutiva do paternalismo, a assistência social gratuita era motivo de orgulho para a Companhia, e de elogios recebidos dos visitantes. Afinal, a Companhia mantinha hospitais e farmácias nas duas cidades, cujos serviços eram oferecidos

aos moradores a "preços módicos". O mesmo se pode dizer em relação à escola ou às atividades de lazer promovidas pela Companhia. Mas o que mais chama a atenção é a instituição de uma aposentadoria e de férias. (24)

Em Melo e Silva, a cidade de Campanário, pelos serviços e comodidades que oferece, aparece como uma concessão da Companhia aos empregados, pois ela foi construída magnificamente para eles, tudo de primeira ordem, "perfeito e disciplinado". Como um pai que procura dar aos filhos todo o conforto que a vida moderna oferece, as cidades passam a imagem de que não há tensão nas relações de trabalho, como se fossem todos uma grande família lutando por ideais comuns: o progresso de Mato Grosso. Afinal, "é sua aquela casa, onde tudo é expansão e regozijo." (25)

O que está oculto nesta constelação de imagens é que foi retirado o trabalhador o direito de gerir seus espaços de sociabilidade, do trabalho ao lazer. Circunscrever-se o trabalhador numa rede disciplinar em que todos os momentos de sua vida social são vigiados, pois até mesmo o lazer é gerido pela administração da Companhia. Ela organizava a Semana Santa, festa tradicional no mundo ervateiro. Os bailes e as corridas de cavalo, cenários de explosão da tensão social imperante nos ervais, eram em Campanário organizadas pela administração e higienizadas. Melo e Silva afirma que nos bailes organizados pela comissaria, os operários e suas famílias, "todos regularmente vestidos (...) bailam à vontade, com muito respeito e muita

ordem." (26) Além de impor novos hábitos e valores, a organização do lazer poderia ser entendida como um dispositivo estratégico para estreitar os laços de afetividade entre a administração central e seus funcionários, reforçando o paternalismo.

Ainda dentro da questão do paternalismo seria preciso se investigar até que ponto as cidades foram investidas afetivamente pelos trabalhadores ou de que modo a vida que as cidades propiciava teria se tornado objeto de desejo pelos mesmos. Esta questão tem como seu contraponto o mercado de trabalho, uma vez que a atitude dos trabalhadores se condicionava pela oferta de emprego que, na região ervateira, era quase nula para os trabalhadores qualificados.

As cidades da Companhia, decoradas e embelezadas, são na verdade um teatro político, um cenário grandioso construído para se celebrar a ação da Companhia Mate Larangeira, para se encenar uma nova história. Construída para deslumbrar os visitantes, oculta por trás da fachada um outro mundo. Funcionando como um cartão de visitas da Companhia Mate Larangeira, Campanário e Guaira ocultam uma realidade diversa, quase nunca revelada: a realidade dos ranchos ervateiros, do peso do raído, da escravidão dos peões à dívida.

3.2 - Testemunha Ocular

Domingo de manhã na cidade de Campo Grande. Ainda que tenha feito sol ou chuva, mais de mil pessoas foram ao Cine Alhambra para ver a exibição gratuita de um documentário sobre a Companhia Mate Larangeira. Saem do espetáculo verdadeiramente encantados com a sua imponência e grandeza. Também, aos organizadores do filme, "nada escapou para instruir o público". Lá estão as cidades de Ponta Porã, Guaira e Campanário, com suas acomodações modernas, as escolas construídas pela Companhia, as casas para os operários (bungalows), as estradas que levam aos portos, os navios, as estâncias de criação de gado.

O expectador pode ver um acampamento ervateiro, ou os viveiros de erva-mate cuidadosamente tratados. Da mesma forma foi possível se ver como viviam os altos funcionários da Companhia que em seus momentos de lazer se dedicavam ao mais nobre dos esportes: a equitação. O filme termina com uma cena edílica. Atestando que todos são felizes e donos de seu destino, uma moça, filha de um estancieiro, que não deseja se casar com o escolhido por seu pai, é raptada por um peão, cujo cavalo se sobrepõe à magnificência do Ford na fuga desabalada. (27)

Terminado o filme, todos são testemunhas oculares de que as acusações feitas à Companhia eram infundadas. A Companhia vinha criando um suporte material para o progresso do sertão, o que tornava sua presença na região

indispensável. As imagens que a Companhia apresenta de si, principalmente de Guaira e Campanário, são imagens do futuro presentificadas. Afinal, essas imagens devolvem à sociedade matogrossense o que ela crê, ou espera de si mesma: civilização e progresso. Através dessas imagens, a sociedade tem a posse imaginária de um futuro não distante, mas real e palpável, porque visível.

Para se discutir essas questões, além das fontes tradicionais, utilizamos a fotografia como um documento que, possuindo uma linguagem própria, fornece pistas de como se processa, nas relações sociais, a consolidação desse imaginário. (28) Não há aqui a pretensão de se discutir os aspectos técnicos da fotografia e muito menos de se fazer uma psicanálise da imagem, mas apenas, como já foi dito, achar pistas ou sinais indicadores que permitam o entendimento do imaginário e inclusive, qual o papel que a fotografia assume no processo referido. Foucault, ao se referir às formas de permanência do documento, nos possibilita pensar a fotografia, e o ato de fotografar, como uma, não única, intencionalidade: capturar das malhas do tempo um instante, uma idéia, e perdurar. (29)

As questões que Marc Ferro formula para pensar o filme como documento são válidas para a fotografia: Que suposta imagem da realidade oferece? De que realidade a fotografia é verdadeiramente a imagem? Entendendo que a fotografia atua como um testemunho, é preciso compreender a realidade que busca representar e que efetivamente representa. Para isso, faz-se necessário inseri-la num série

documental mais ampla. Nenhum documento fala por si só. Por que deveríamos esperar que a fotografia o fizesse? (30)

Não se trata de um álbum de família, mas fotografias cuja finalidade primeira foi a propaganda, ou seja, imagens que procuravam se adequar ao discurso da Companhia. Muitas delas foram publicadas em jornais e revistas durante a década de 30, época em que a Companhia foi alvo de críticas. Em sua grande maioria foram feitas por A. Braud, fotógrafo estabelecido em Ponta Porã. Em 1927, Braud foi contratado pela Intendência Municipal para fotografar a cidade e seus edifícios. Tais fotografias seriam publicadas em revistas com o "objetivo de desfazer a impressão que reina em outros pontos do país, de Ponta Porã e de todo Mato Grosso, de que somos um povo onde a civilização ainda não penetrou, e que por aqui só se encontram matas, onças e bugres. É essa idéia errônea e perniciosa que fazem de Mato Grosso que afasta em grande parte a imigração e a chegada de capitais estrangeiros ao nosso Estado e ao Município." (31)

As fotografias de Braud servem para atestar que as críticas feitas à Companhia Mate Larangeira eram mentirosas: "E a prova de que mentem todos quanto fazem afirmações menos lisonjeiras acerca do que tem feito em Campanário a Mate Larangeira dão-no-la as fotografias que ilustram esta reportagem (...)." (32) Mostrando uma fotografia de A. Braud, com uma vista geral de Campanário, a mesma reportagem coloca: "os leitores podem ver de que lado está a razão..."

As fotografias de Campanário e Guaira apontam para um espaço vazio de homens, mulheres e crianças, como que a atestar a monumentalidade da cidade. (33) Ruas completamente desertas, pois o que interessa é mostrar as cidades e não as pessoas que nela vivem. Ao discutir a obra de Atget, Benjamin coloca: "fotografou as ruas como quem fotografa o local de um crime (...) por causa dos indícios que ele contém." Por isso, essas fotos se transformam em "autos no processo da história." São fotos que "orientam a recepção num sentido predeterminado" e dessa forma, "inquietam o observador, que pressente que deve seguir um caminho definido para se aproximar delas." (35) Praticamente todas as fotografias constantes do Arquivo da Companhia demonstram um planejamento, uma seleção temática. São imagens higienizadas, como também o eram as reportagens publicadas que faziam elogios à Companhia, destacando as cidades. Sontag lembra muito bem que "ninguém jamais descobriu feiura através da fotografia." (35) As fotografias da Companhia são olhos que vêem a ordem em toda parte.

Nesse sentido, as fotografias publicadas nas reportagens pretendem fornecer um inventário do que tinham as cidades, primando em destacar as casas, as ruas largas e arborizadas, os edifícios da administração, oficinas, automóveis, o porto e o trem. O distanciamento visa marcar a amplitude do espaço, sua organização e a ordem que impera nos domínios da Companhia. Uma das fotografias mais divulgadas abre uma vista geral da cidade de Campanário. Ainda que composta de quatro fotografias, o olhar de quem a vê é atraído para a rua, uma vez que esta foi tomada de perspectiva frontal, aumentando a sensação de amplitude. As casas margeiam a rua e são elementos secundários na composição. Apenas um olhar perscrutador perceberá que as casas não são todas iguais, que três automóveis e um cachorro circulam pela rua. As pessoas, quase que invisíveis, só denotam sua existência pelo vulto ou pela sombra.

Nas fotografias, as pessoas ficam subsumidas ao cenário, sejam elas trabalhadores ervateiros ou administradores. Não há close nem destaque. Em sua grande maioria são fotografias de grupos de pessoas reunidas numa ocasião especialmente para serem fotografadas: os alunos da escola, a equipe do hospital, ou todos os trabalhadores reunidos na praça. São poucos os instantâneos, o flagrante ou a surpresa. Nessas fotografias o que se procura destacar não são as pessoas pois estas funcionam como componentes de uma paisagem ou de um cenário: a escola, o hospital ou a própria cidade. No entanto, discutindo o sentido da pose, Arlindo Machado comenta: "Se for inevitável que a câmera roube alguma

coisa de nós, que ela roube então uma ficção." (36) Essas fotos de grupos de pessoas, escolares, trabalhadores ou os habitantes da cidade em dias de festa dão a conotação de que todos são unidos, fazendo parte de uma grande família, sem dissensões, sem conflitos ou separação de classes. A harmonia das imagens é a mesma do discurso: a harmonia que reina nas relações entre patrão e empregados. Contudo, algumas fotografias traem esse sentido. Alguns homens, especificamente os trabalhadores, não são tratados como pessoas na composição da fotografia, mas objetos que compõem um cenário.

Barthes coloca primorosamente que o sujeito, na fotografia, é objeto, ou "aquele de que (o fotógrafo) se serve para exhibir sua arte." Discutindo o que sente quando se descobre no produto da operação fotográfica, Barthes coloca que "o que vejo é que me tornei Todo-Imagem, isto é, a Morte em pessoa; os outros - o Outro - desapropriaram-me de mim mesmo, fazem de mim, com ferocidade, um objeto; mantêm-me à mercê, à disposição, arrumado em um fichário, preparado para todas as trucagens sutis." (37) Da mesma forma, boa intensionalidade, ou o apoio que uma suposta objetividade científica possa fornecer, não nos livra de colocarmos que fazemos aqui a mesma coisa. Por mais estranho que possa parecer, pois vivemos cercados delas, as imagens são estranhas ao pensamento. Penetramos num mundo do qual não temos as chaves. E não temos o conhecimento para saber, em suas dimensões, o que estamos fazendo.

Correremos o risco: Há uma fotografia no arquivo da Companhia de um grupo de quatro homens. Dois deles, bem vestidos, terno e palainas, margeiam dois peões ervateiros. É uma composição estranha, pois a fotografia é tomada, possuída pelos peões que, no entanto, deveriam servir de cenário para os dois outros homens, visitantes da Companhia talvez. Um dos peões, em pé, segura um raído, enquanto que o outro, sentado em frente ao primeiro, olha fixamente para a câmera, com as mãos repousando nos joelhos dobrados. Em sua frente, uma cuia de tereré e um facão; como que a confirmar sua condição de ervateiro. Pensamos em Benjamin e a aura, ou Barthes e o punctum. De qualquer forma é para esse ponto da imagem que se é atraído. E dela buscamos algo mais, a tal ponto que a retiramos do enquadramento original. A imagem é então mais forte, pois lá está, mais perto, a expressão, o olhar duro e fixo, a face crispada e as mãos rudes, sujas de sumo da erva, de unhas compridas e veias saltadas.

Segundo Barthes, estamos diante do Spectrum, palavra que remete a uma relação com o espetáculo, "e a ele acrescenta essa coisa um pouco terrível que há em toda fotografia: o retorno do morto." (38)

Marcadas as distâncias que separam a fotografia da pintura, Merleau Ponty no entanto nos abre um outro percurso ao colocar que "a obra que se cumpre" é aquela que "atinge o espectador, convidando-o a retomar o gesto que a criou e, saltando mediações, sem outro guia que não o movimento da linha inventada, a alcançar o mundo silencioso do pintor, ora proferido e acessível." (39) Recusamos, dada a

impossibilidade, a pretensão de alcançar o que está além da imagem, para procurar sua dimensão social, a relação entre fotógrafo e fotografado e as relações outras, ainda que múltiplas e muitas delas inacessíveis, que o cercam. Ora, nova traição, eis que ainda aqui estamos diante do além - não mais a imagem. E nem é o percurso sugerido por Merleau-Ponty. Afinal, se a pintura e a fotografia têm linguagens próprias, é nelas que seu significante está aderido. Como transportá-lo para outra linguagem? Blow-up nos dá o cadáver, mas é o assassino? Além do que, nos dá a perda da definição da imagem, a clareza das expressões ou do gesto. Mas nos deixa a pista.

Assim, acima de tudo, no caso das fotografias da Companhia Mate Larangeira, elas atestam a ausência, se pensarmos que qualquer enquadramento é arbitrário. Sontag nos lembra que "qualquer coisa pode ser retirada da outra: basta enquadrar o objeto sob ângulo diferente." Subsumido ao barbaquá, o uru perde sua força. Ainda que retirado do enquadramento onde estava preso, sua imagem continua obscura, mas assume outra dimensão, outro impacto é provocado, pois percebemos que, ainda que perdido no meio do barbaquá, ele parou seu trabalho, e se postou para a fotografia. Fixidez do gesto que o ato de ser fotografado provoca em todos, ou desejo de participar?

Uma outra fotografia nos dá a dimensão do impacto. Um peão ervateiro se posta, agachado, em frente a um grupo de pessoas. Numa primeira fila, as mulheres estão sentadas, com

as crianças no colo ou a seus pés. Atrás estão os homens. Clássica pose para um álbum de família. Uma grande família indígena ou companheiros de um rancho ervateiro. Apenas o peão, que ocupa a imagem central, fixa a câmera com determinação. As mulheres desviam o olhar para baixo. Timidez ou estranhamento. No meio de todas essas pessoas, uma se destaca. Punctum? Uma mulher, com seu bebê dormindo no colo, tem o rosto emoldurado por um pano que se prende à cabeça com um nó. Estamos diante de uma clássica dor de dente ou cachumba?

O que conquistamos ao retirar as imagens de seu enquadramento original? Recortamos um campo significante que estava subsumido a uma ordenação da imagem que primava pela ordem. De detalhes acessórios que eram, a quebra do enquadramento original, ainda que desrespeitando o trabalho do fotógrafo, e a aproximação da imagem, de certa forma, quebra essa subsunção, liberando outras leituras, outras imagens. Podemos ver a expressão do trabalhador ervateiro, seu cotidiano no trabalho, os índios guaranis, mulheres e crianças. Pessoas comuns, trabalhadores, que não participaram do discurso que engrandecia a Companhia Mate Larangeira como a civilizadora do sertão.

Deixemos, pois, de olhar para Campanário e Guaira e olhemos para os ervais, para os campos, para as pessoas que neles trabalhavam e lutavam pela terra, e vejamos como viviam. "Se pensarmos em termos de trabalho, logo veremos como deve ter sido prolongado e sistemático o processo de exploração e espoliação para dar origem" a tanta

grandiosidade. (41) A Companhia Mate Larangeira proclama com arrogância a exploração dos trabalhadores ervateiros travestida num discurso civilizador e progressista. Construídas para serem vistas, Campanário e Guaira são uma demonstração visível de poder, de riqueza e dominação, visando a impressionar e intimidar. As cidades da Companhia são, acima de tudo, a exibição de um poder de classe.

Notas

A Materialidade do Progresso

- (1) - MARTINEZ, Cezar Prieto - "Sertões do Iguassú" apud: WACHOWICZ, R. C. - Obrageiros, Mensus e Colonos - Curitiba, Ed. Vicentina, 1982, pp. 77-78.
- (2) - "Campanário. Uma obra que surpreende e é um monumento do progresso e civilização de Matto Grosso" in: De Matto Grosso, n. 01: 10-12, junho de 1930.
- (3) - "Mate Larangeira, linha avançada da Marcha para o Oeste" in: A República, Campo Grande, setembro de 1941. ACML.
- (4) - Ver as seguintes reportagens: Diário Carioca, 05.01.1932; Diário de Notícias, 08.01.1932; "Companhia Matte Larangeira S/A" in: O Cruzeiro, 03.06.1935, pp. 40-42; "Mate Larangeira, linha avançada da Marcha para o Oeste" in: A República, Campo Grande, setembro de 1941; Diário da Noite, 09.07.1941.
- (5) - FIGUEIREDO, J. Lima - Oeste Paranaense - São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937, pp. 114-115.
- (6) - SILVEIRA NETO - Do Guairá aos Saltos do Iguassú - São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939, pp. 119.
- (7) - FIGUEIREDO, J. Lima - op. cit., pp. 148.
- (8) - TALMA, João de - Das Fornalhas de Nabucodonosor - Buenos Aires, s/e, 1926, pp. 90.
- (9) - GORZ, André - Crítica da Divisão do Trabalho - São Paulo, Martins Fontes, 1980; PERROT, Michelle - Os Excluídos

da História - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

(10) - O Jornal, 03.05.1927, pp. 05. Por outro lado, essa estabilidade se confronta com outros depoimentos. Serejo conta incidentalmente a história de Juan Sanábria, que foi expulso de Campanário por contrabandear bebida e baralhos para a hospedaria in: SEREJO, Hélio - O Tereré que me inspira - Presidente Wenceslau, s/e, s/d, pp. 38.

(11) - Para a racionalização do espaço ver: "L'Espace de L'Usine" in: Le Mouvement Social, octobre-décembre 1983, n. 125, especialmente o artigo de PERROT, Michelle - "De la manufacture à l'usine en miettes, pp. 03-12.

(12) - Os princípios que norteiam a racionalização do espaço foram discutidos por PERROT, Michelle - "As três eras da disciplina industrial na França do século XIX" in: Os Excluídos da História - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 53-80, especialmente pp. 56-57.

(13) RAGO, Margareth - Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil, 1890-1930 - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

(14) - O Problema Vital foi editado pela primeira vez em 1919. Ver também CAMPOS, André Luiz Vieira de - "Terra, Trabalho e Progresso na Obra de Monteiro Lobato" in: Revista Brasileira de História, São Paulo, 06,(12): 65-72, mar./ago. 1986.

(15) - Carta de M. Sidwell à Empresa Mate Larangeira S.A., Guaira, 02 de maio de 1928, ACML, pasta sobre a Estrada de Ferro Guaira-Porto Mendes, doc. 05, 03 pp., dat.

- (16) - Idem, *ibidem*.
- (17) - PERROT, M. - Os Excluídos, pp. 55.
- (18) - TALMA, João de - *op. cit.*, pp. 91-92.
- (19) - Idem, *ibidem*.
- (20) - MACHADO, Dulphe Pinheiro - Inspeção realizada no sul do Estado de Mato Grosso e oeste do Estado do Paraná Relatório Apresentado ao Conselho de Segurança Nacional - AN/CEFF, lata 252, 1941, dat. pp. 92-93.
- (21) - FIGUEIREDO, J. Lima - *op. cit.*, pp. 103-104.
- (22) - Para a questão do paternalismo ver: THOMPSON, E. P. - "Lucha de Clase sin Clases" in: Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase - Barcelona, Crijalbo, 1967; PERROT, M. - Os Excluídos...
- (23) - Gramsci em suas notas sobre "Americanismo e Fordismo" afirma: "os novos métodos de trabalho estão indissoluvelmente ligados a um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não é possível obter êxito num campo sem obter resultados tangíveis no outro." in: Maquiavel, a Política e o Estado Moderno - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984, pp. 396.
- (24) - MELO E SILVA, José de - Fronteiras Guaranis - São Paulo, Imprensa Metodista, 1939, pp. 265.
- (25) - Idem, *ibidem*, pp. 261-262.
- (26) - Idem, *ibidem*, pp. 262.
- (27) - O Progressista, Campo Grande, 27.01. 1938; O Campo, dez. 1936, pp. 25, ACML.
- (28) - Ao discutir a documentação apropriada para o estudo histórico das ideologias, Duby afirma que "a colheita talvez

seja ainda mais abundante entre os documentos não escritos, pois a ideologia encontra uma expressão por vezes mais direta e mais rica nas articulações de signos visíveis." in: "História Social e Ideologias das Sociedades" - GOFF, J. le & NORA, P. - História: Novos Problemas - Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 136.

(29) - FOUCAULT, Michel - Arqueologia do Saber - Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986, pp. 07-08.

(30) - FERRO, Marc - "O Filme. Uma contra-análise da sociedade?" in: GOFF, J. le & NORA, P. - História: Novos Objetos - Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 199-215.

(31) - O Progresso, Ponta Porã, 29.05.1927.

(32) - O Povo, São Paulo, 17.02.1932. As fotografias que compõem a reportagem são todas de Braud.

(33) - Para a questão da monumentalidade ver: GOFF, Jacques le - "Documento/Monumento" in: Enciclopédia Einaudi, vol. 01 (Memória-História) - Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

(34) - BENJAMIN, Walter - "A Obra de Arte na Era de sua Reprodutibilidade Técnica" in: Obras Escolhidas - São Paulo, Brasiliense, 1985.

(35) - SONTAG, Susan - Ensaio sobre a Fotografia - Rio de Janeiro, Arbor, 1981, pp. 83.

(36) - MACHADO, Arlindo - A Ilusão Especular - São Paulo, Brasiliense, 1984, pp. 51.

(37) - BARTHES, Roland - A Câmara Clara - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, pp. 27-29.

(38) - Idem, ibidem, pp. 20.

(39) - MERLEAU-PONTY, Maurice - "A Linguagem indireta e as vozes do silêncio" in: Os Pensadores - São Paulo, Abril Cultural, 1980. pp. 150.

(40) - SONTAG, S. - op. cit., pp. 22.

(41) - WILLIAMS, Raymond - O Campo e a Cidade na História e na Literatura - São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 149.

Parte II - A Luta pela Terra.

Taunay, em seu romance "Inocência", aponta como uma das principais características do homem sertanejo o seu orgulho de desbravador, cujo maior prazer consistia em varar o sertão, montado a cavalo, descobrindo no espaço vazio novos lugares para o pouso, campos, rios, montes, nomeando-os. O orgulho maior estava em inscrever na terra desocupada o nome do descobridor. Vagando pelo sertão sem limites e sem donos, o sertanejo seria, em sua essência, transumante.

Contudo, já em meados do século XIX, principalmente a partir da lei de terras de 1850, não mais se era livre para transitar de um lado a outro, na medida em que se firmava a ocupação do espaço sob a ótica da produtividade e sob o prisma do econômico, que procurava conter a tão característica transumância do homem sertanejo. (1) A terra, ainda que não ocupada produtiva ou economicamente, o era politicamente. Não se transitava mais numa terra de ninguém, uma vez que se transformara em propriedade privada, ou terra devoluta, ou demarcada e ocupada, mesmo que de relações simbólicas e imaginárias.

Assim, ao finalizar o século XIX, os espaços em Mato Grosso não eram mais vazios. Nesse momento, a Companhia Mate Larangeira assinava novos contratos de arrendamento que colocavam sob seu domínio toda a região ao sul do planalto de Amambai. Justamente o momento em que, a partir de 1893, uma forte corrente migratória gaúcha para lá se dirigia.

Segundo Valmir Correa, os gaúchos traziam consigo uma experiência revolucionária oriunda da revolução federalista, o que lhes possibilitava influir politicamente na região sul do Estado. (2) Importa destacarmos que a corrente migratória gaúcha constituía um ponto de forte tensão na política da Companhia, pois desejavam acima de tudo a propriedade da terra. Dessa forma, a política de manutenção dos espaços vazios levada a efeito pela Companhia começa a ser confrontada na prática pelos gaúchos que se instalavam na área do arrendamento. Nas fímbrias do poder da Companhia Mate Larangeira se situava uma multidão dispersa de posseiros, changa-y (elaboradores clandestinos de erva-mate) e pequenos proprietários que cotidianamente enfrentavam o monopólio legal das terras ervateiras.

No início da década de 20, após a questão mate e a assinatura do novo contrato de arrendamento, a Companhia podia sentir que era impossível controlar o estabelecimento dos gaúchos na terra, o que evidentemente não implicava no reconhecimento de uma coexistência pacífica. Durante toda a década de 30, os conflitos pela terra dão a tônica da luta social na região, dessa vez já com a possibilidade legal de compra das terras. Para a Companhia, importava dificultar ao máximo o reconhecimento dos direitos de compra de antigos posseiros objetivando expulsá-los das terras. Ao discutir o banditismo, que na fronteira atingira proporções endêmicas devido à ação da Mate Larangeira na região, Bertholdo Klinger afirma:

"Não só dos rigores que, segundo a voz pública, a poderosa empresa exercita para com seus trabalhadores, mantidos afinal de contas, apesar de disfarces, em escravidão econômica sem escapatória, mas também da sua férrea vontade de posse exclusiva dos mínimos tratos de terra, confinantes ao seu latifúndio, de qualquer forma preciosos para sua exploração, resultava grande massa de descontentes, humanamente revoltados contra a desumanidade. E que por todos os meios a empresa inquietava, enleava e acabava expulsando os pequenos proprietários encravados em seu domínio, ou próximos, ou que tentassem ali estabelecer-se, ou ainda recusassem ceder-lhe o torrão pelo preço que ela ditasse. A legalização dessas pequenas posses, ainda que antigas, consolidadas, públicas e notórias, a cargo da repartição do Estado, era tão cheia de exigências, tão tarda, que mais parecia burla, não sendo de estranhar a suspeita de serem os respectivos funcionários assalariados pela Companhia." (3)

O movimento de integração do sertão proposto pelo Estado Novo através da Marcha para o Oeste, continha em seu cerne uma resistência semi-secular ao domínio da Companhia Mate Larangeira. Assim, não queremos aqui fazer um inventário das resistências e das lutas pela terra, dolorosamente resgatadas do limbo da memória, mas entendê-las como constitutivas do movimento que resulta na "Marcha". Obviamente que colocadas sob um outro prisma, ou seja, a forma como se deu a integração do sertão de Mato Grosso comporta, no seu modo de ser, o movimento de resistência e de luta pela terra. Foi para sanear uma situação aparentemente explosiva que a Marcha para o Oeste utilizou de motivos psicológicos para unir a todos numa campanha, ocultando ao mesmo tempo a luta pela terra propagandeando os "espaços

vazios". Assim, a Colônia Agrícola Federal de Dourados não foi implantada por que estava nos planos de colonização do Estado Novo, mas para sanear a luta pela terra na região.

Desejamos pois resgatar a experiência consciente da luta pela terra, da luta pela quebra do domínio da Companhia Mate Larangeira, lembrando que esta consciência foi vivida, como expectativa social, com muita intensidade. (4)

No âmbito local, principalmente na cidade de Ponta Porã, a luta pela terra teve uma dinâmica diferente da levada a efeito na esfera político-partidária estadual. Isto não quer dizer que as decisões tomadas pelo governo estadual, principalmente no que concerne ao arrendamento, não interferissem na prática local, mas apenas que a luta não se conformava às decisões políticas estaduais. Seria antes o contrário. A pressão pela liberação das terras levou algumas correntes políticas a se postarem ao lado dos posseiros visando amenizar o conflito que, em certos momentos, assumiu contornos explosivos. De certa forma, foi estratégico para a manutenção do poder oligárquico liberar uma parcela da terra ocupada pela Companhia para que os posseiros pudessem comprá-la. Efetivamente o governo estadual nunca promoveu um programa de colonização da região via pequena propriedade, ainda que houvesse defensores de tal idéia. Este ponto ficava restrito às promessas eleitorais. Mas, sem dúvida nenhuma, proclamou-se em 1916 a vitória dos posseiros, com as restrições impostas ao contrato de arrendamento, como que para colocar um fim no problema. Alardeou-se o fim da luta

pela terra, decretando-se o término do monopólio sobre as terras ervateiras, sem que de fato estivesse findo. Ao contrário, a Companhia estava no auge de seu poder.

Ao se instituir como marco inaugural da história, com a decretação discursiva do vazio do sertão, o Estado Novo procurou eliminar da memória a luta pela terra. A Colônia Agrícola Federal de Dourados foi sempre tratada como se houvesse fartura de terras sem pretendentes.

Para Foweraker, a história legal da terra no sul de Mato Grosso, em comparação com o Oeste do Paraná, teria sido "mais pacífica e menos sujeita aos conflitos de modo geral", chegando mesmo a afirmar que na região teria havido uma "relativa ausência de conflitos". As razões apontadas passam, evidentemente, pelo monopólio da Companhia Mate Larangeira, que usou de sua força policial para manter os colonos fora de suas terras pelo uso da violência em muitos casos; o ritmo lento do povoamento; a falta de concessão de terras litigiosas a empresas ferroviárias, e a quantidade de terra disponível que, "sendo abundante, era barata, havendo poucos motivos para se lutar por ela". (6)

Pode-se argumentar que o interesse dos posseiros não estava na terra em si, mas na possibilidade de explorar os ervais. Dessa forma, e devido às precárias instalações necessárias para se elaborar a erva-mate, poderiam os posseiros se adequar ao constante abandono de uma gleba por outra, devido à baixa densidade demográfica, que tornava as terras aparentemente abundantes. Isto não torna a história legal da terra em Mato Grosso "mais pacífica e menos sujeita

aos conflitos". Uma grande parcela dos migrantes desejavam a estabilidade na terra, pois queriam se dedicar não exclusivamente à erva mate, mas também à criação de gado e à agricultura. A própria Companhia permitia que chacareiros se instalassem em suas terras para se garantir de suprimentos excedentes de gêneros alimentícios. Quando a presença desses posseiros não mais lhe interessava, tratava de expulsá-los.

(7)

Por outro lado, Foweraker aponta como fator decisivo para a não distribuição de terras no sul de Mato Grosso a necessidade de manter intacto o status quo dos políticos de Cuiabá, tendo-se por base a tradicional animosidade entre o sul e o norte, lembrando que em diversos momentos de sua história romperam movimentos que visavam separar o sul do Estado. Ainda para Foweraker:

"as terra (...) eram eleitoralmente importantes, e quanto mais longe prosseguisse o povoamento da fronteira, mais a balança política se inclinaria para o sul e maior seria a representação por ele alcançada. A partir de 1930, o povoamento da terra é politicamente vantajoso para o sul e ameaça a sobrevivência dos políticos do norte, que trabalham para sabotá-lo. Naturalmente, o povoamento é também uma questão política no sentido mais amplo, visto que tantos políticos do norte como do sul tinham pretensões especulativas sobre a terra - como em todo o Brasil - sendo a maioria das pressões exercidas não em função de rivalidades regionais, mas com finalidades lucrativas." (8)

Para se resgatar a luta pela terra no sul de Mato Grosso no período estudado, em sua especificidade, é preciso

lembrar que a luta pela propriedade da terra não é necessariamente uma luta reacionária ou capitalista, pois há que se distinguir propriedade capitalista da terra e propriedade familiar. O posseiro quando luta pela propriedade da terra, não está lutando pela possibilidade de lucro ou de especulação, mas luta pela terra de trabalho: pela produção e reprodução de sua condição de vida e de sua família. Assim resgatada, a luta pela propriedade da terra é também uma luta contra a propriedade capitalista da terra. (9)

Em Mato Grosso, dificultou-se enormemente a transformação da posse da terra em propriedade; a implantação da Colônia Agrícola Federal de Dourados mal dissimulou a especulação com a terra após o término do contrato de arrendamento dos ervais com a Companhia Mate Larangeira. Até 1940, conforme pode-se ver no quadro abaixo, a terra estava concentrada em mãos de poucos proprietários; mais do que isso, as propriedades do município de Ponta Porã abarcavam um pouco mais de 1 milhão de hectares, sendo o restante área do arrendamento.

ESTABELECIDIMENTOS AGROPECUÁRIOS SEGUNDO AREA E PESSOAL

MUNICÍPIO DE PONTA FORA - 1940 (10)

| Area do imóvel | Estabelecimentos | Area (ha.) | Pessoal |
|--------------------|------------------|------------|---------|
| menos de 1 ha. | - | - | - |
| de 1 a 2 " | 1 | x | x |
| " 2 a 5 " | 19 | 52 | 56 |
| " 5 a 10 " | 52 | 396 | 128 |
| " 10 a 20 " | 65 | 1.035 | 420 |
| " 20 a 50 " | 159 | 4.559 | 665 |
| " 50 a 100 " | 101 | 6.405 | 457 |
| "100 a 200 " | 114 | 13.953 | 572 |
| "200 a 500 " | 170 | 81.414 | 784 |
| "500 a 1.000 " | 95 | 63.833 | 604 |
| 1.000 a 2.500 " | 122 | 200.319 | 1.211 |
| 2.500 a 5.000" | 66 | 240.761 | 508 |
| 5.000 a 10.000 | 33 | 199.717 | 388 |
| 10.000 a 100.000 | 11 | x | 280 |
| 100.000 ha. e mais | 2 | x | x |
| área não declarada | 4 | - | 24 |
| TOTAL | 1.014 | 1.234.229 | 6.322 |

1 - Um Levante nos Ervais

Ao iniciar o ano de 1932, João Christiano Ortt, juntamente com cerca de 150 homens, atacou e destruiu dois ranchos ervateiros da Companhia Mate Larangeira. Perseguido pelo exército e por bandos armados pela Companhia, internou-se no Paraguai e não mais se ouviu falar dele. Acusado e qualificado como bandido, um a mais dos muitos que infestavam a fronteira, quem foi Christiano Ortt?

Filho de João Christiansen, que se instalara em Mato Grosso no final de século passado, acompanhando a corrente migratória gaúcha e tomara posse de um pequeno lote nas proximidades de Ponta Porã, Christiano Ortt cresceu em meio a disputas pela terra travadas pelos posseiros gaúchos contra o domínio da Companhia Mate Larangeira. Seu pai tivera conflitos pela posse do lote em que se instalara e entrara em acordo com a Companhia, transferindo-se para outra região, próxima ao rio Paraná. Contudo, ao morrer em 1907, João Christiansen não tinha legalizado sua posse e nem resolvera suas pendências com a Companhia, deixando sua mulher e filhos sem amparo legal. (11)

João Christiano Ortt, que na época da morte do pai tinha nove anos, teria crescido, segundo Puiggari, curtindo um ódio feroz contra a Companhia, pois esta não cessava de

atormentar sua família, objetivando fazê-los abandonar a posse.

Durante a revisão do contrato de arrendamento em 1916, que garantia direitos aos posseiros anteriormente estabelecidos, Christiano não procurou legalizar a posse que tinha, talvez devido à sua pouca idade e a certeza de que aquelas terras eram suas, herança de seu pai, o que a legitimava. Suas batalhas judiciais começam em 1926, quando obtém do governo estadual um despacho favorável ao reconhecimento de sua posse, alegando que a mesma não estava incluída nas 400 léguas arrendadas à Companhia, que no mesmo ano pede a impugnação após uma reforma no contrato, no que é atendida. Mesmo assim, Ortt não abandona sua posse e continua tentando obter um reconhecimento legal das suas terras.

Com a criação de uma delegacia de terras em Ponta Porã em 1931, Ortt tenta novamente obter o reconhecimento do direito de posse mediante o requerimento de compra das terras ao Estado. Fica então sabendo que as terras tinham sido requeridas por outro pretendente, talvez um testa de ferro da Companhia. Através de um protesto administrativo apresentado por Ortt, as terras foram postas em hasta pública, medida contra a qual Ortt se insurge pedindo uma vistoria que demonstrasse a posse efetiva das terras a mais de 27 anos. É neste ponto da disputa legal que a Companhia requer as terras para si, e Ortt organiza o ataque a seus ranchos:

"partiu de Maracahy, em 5 de março de 1932, com um grupo de homens, dispostos a enfrentar a tradicional

inimiga. Em vários pontos, já deviam estar a postos outros grupos armados, que se iriam incorporando ao que comandava pessoalmente. Caso fosse bem sucedido no arriscado empreendimento, tomaria Campanário (...) e imporiam condições de modo a deixá-lo tranquilo na posse de Maracahy." (13)

Entretanto, Ortt não recebeu o apoio planejado, e o ataque ao rancho Paraná foi um fracasso, o que o leva a se refugiar no Paraguai após ter dispersado o grupo que o acompanhava. Poucos meses depois organiza um novo ataque, desta vez ao Rancho Amambai, onde se confronta com um esquadrão do 11º RCI. Foi a última vez que se ouviu falar de João Christiano Ortt, pois novamente se refugia no Paraguai por não conseguir enfrentar o exército, convocado pela Companhia Mate Larangeira, sob o pretexto de que havia um levante comunista nos ervais.

Esta é, em resumo, a versão dos acontecimentos dada por Humberto Puiggari, e que parece ser a predominante ainda hoje na memória de antigos trabalhadores da Companhia, bem como veiculada por transmissão oral na fronteira. Da narrativa de Puiggari, conclui-se que, bem à moda da fronteira, Ortt resolveu fazer justiça com as próprias mãos devido aos desmandos da Companhia Mate Larangeira, que não aceitava o seu estabelecimento em terras que ela considerava como suas. Tratava-se de uma disputa entre Ortt e a Companhia. Nesse sentido, a acusação que a Companhia lança de que havia um levante comunista nada mais seria do que um poderoso argumento para justificar a limpeza que pretendia fazer nos ervais das pessoas que a desagradavam.

Apesar de ser a versão corrente de um fato pouco estudado, Puiggari não foi o único a tratar do assunto. Por outras vias, o caso de Ortt foi discutido pelo General Klinger em suas "Narrativas Autobiográficas", que na época em questão era o comandante da Circunscrição militar de Mato Grosso e coordenou, ainda que telegraficamente, a perseguição movida pelo exército contra Ortt, qualificado como um grupo de bandoleiros. Ao se referir aos ataques que a Companhia sofrera em abril, Klinger aponta Sindulfo Garcia como chefe dos bandoleiros, ao mesmo tempo em que pensava ter sido Ortt preso em Bela Vista.

Acusado por Puiggari de ter jogado as forças militares da fronteira contra João Ortt sem ao menos ouvi-lo, e responsabilizado pela morte de dois soldados no ataque ao rancho Amambai por ter se "deixado levar pelas primeiras informações, a ponto de acreditar ingenuamente numa revolta comunista, nos ervais", (14) Klinger procurou se defender afirmando que ignorava os antecedentes de João Ortt e não fora na ocasião informado a respeito. (15)

Demonstraremos neste capítulo que Ortt não era um bandido e os ataques aos ranchos da companhia tiveram uma dimensão ideológica e organizacional de maior amplitude que as razões apontadas por Puiggari ou Klinger. Essa dimensão organizativa justifica em parte as acusações da Companhia de que havia um levante comunista nos ervais. Era uma acusação muito séria para a época, e é com esse espírito que ela deve ser tratada. A Companhia Mate Larangeira, praticamente no auge de seu poder, não precisaria dizer que havia comunistas

nos ervais para afastar seus opositores. Há fortes indícios de organização contra a Companhia, na qual se insere a ação de Ortt.

Afirmando que reinava a mais absoluta ordem e tranquilidade, logo após o primeiro ataque de Ortt, Klinger envia um telegrama aos comandantes das guarnições na fronteira para que se desse divulgação de que não existiam mais ataques de bandidos nas terras ocupadas pela Companhia. Poucos dias depois Klinger recebe a notícia de que um grupo de "bandoleiros queimaram zona Guai 1200 sacos erva, um caminhão, todos os ranchos e mercadorias; apoderaram-se todos animais cavalares e levaram quarenta homens empregados da Empresa." O comandante da guarnição de Ponta Porã solicitou reforços para guarnecer Campanário, que se encontrava ameaçada de ataque iminente. No ataque ao rancho Amambai, há o encontro entre as forças de Ortt e Sindulfo Garcia, com um esquadrão do 11º B.C. Após "forte tiroteio" o esquadrão se retirou, "por estarem os soldados já esgotados e em posição muito difícil." Eufemismo para designar o que parece ter sido uma retirada desordenada, pois 25 homens do esquadrão ficaram perdidos no mato. Apesar de terem afirmado que os "bandoleiros atacaram com 150 homens, fortemente armados e municidados, com mtr. pesadas, fúsis paraguaios, mosquetões Mauser e Winchester", parte do armamento apreendido pelo exército quando da captura de Sindulfo Garcia era do 11º B.C.

(16)

Após o ataque ao rancho Amambai, o bando ainda

perambula pela região por alguns dias, sempre seguido por forças do exército e civis que tentavam armar um cerco para capturar Ortt e Sindulfo Garcia. Posteriormente o bando se internou no Paraguai e o exército entrou em acordo com as autoridades paraguaias que autorizam a perseguição em território estrangeiro, da qual resultou a prisão de Garcia e mais 22 homens.

Sindulfo Garcia, apontado por Klinger como um dos principais chefes no ataque ao rancho Ambambai, atuava na região como quateiro desde a época em que a coluna de Isidoro Dias Lopes tomou Guaíra. Tendo como base o Paraguai, partia em incursões pela fronteira talvez para o roubo de gado ou de erva-mate. (17) A região ervateira foi assolada por bandos armados, seja de coronéis ou de bandidos, e muitos ex-trabalhadores da Companhia se juntavam aos bandos que roubavam as fazendas e ranchos e contrabandeavam para o Paraguai. A violência permeou o cotidiano dos habitantes da região, de tal forma que as disputas mais corriqueiras eram resolvidas com as armas. Nesse sentido, a ação de Ortt se insere num dado cultural que não podemos desprezar. Contudo, considerar sua ação como mero ato de banditismo é se submeter ao juízo de quem venceu a questão e esquecer toda a organização que existia em Ponta Porã contra o domínio da Companhia Mate Lorangeira.

1.1. A "Liga dos Combatentes"

Sem dúvida, Ortt não deve ter sido o único a

atacar ranchos da Companhia. Contudo, o que torna Ortt um caso exemplar e singular, é que não se trata de um ataque de bandidos para roubar, ou uma ação de vingança, tão comuns na fronteira dessa época. Ao contrário, há fortes indícios que nos levam a perceber uma incipiente organização que, ao que tudo indica, visava provocar uma revisão no contrato de arrendamento dos ervais e garantir o direito de compra de pequenas glebas ocupadas há muitos anos por posseiros, ao mesmo tempo em que se almejava o loteamento de toda a região. Para que possamos resgatar essa incipiente organização, faz-se necessário remontar os ânimos em relação à Companhia na época em que Ortt ataca seus ranchos. Em Ponta Porã eles estavam em ebulição, pois, no final de 1931, uma série de reportagens contra a Companhia foram publicadas em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, reportagens estas articuladas em Ponta Porã por opositores da Companhia.

No final de 1931, Moura Carneiro, que tinha se estabelecido em Ponta Porã como advogado para, nas palavras de Klinger, explorar e ludibriar os litigantes contra a Companhia Mate Larangeira, (18) tinha ido ao Rio de Janeiro por delegação de um grupo de moradores da região para pleitear o fim do arrendamento dos ervais e o loteamento em pequenas propriedades. Forças foram arregimentadas contra o arrendamento à Mate Larangeira de grande parte das terras do município, e Moura Carneiro aparece como um dos principais articuladores da campanha movida contra a Companhia. Denunciou-se em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo não só

o monopólio que exercia sobre as terras, como também as condições de vida e de trabalho dos ervateiros. Segundo declarações prestadas por Moura Carneiro, "dois terços de Ponta Porã estão arrendados à Empresa Mate Larangeira, num total de mais de 700 léguas, sendo que, no terço restante essa Companhia é proprietária de 57 léguas. Assim, resta para o povo, isto é, para toda a população de um município, uma área insignificante, onde vivem 43.000 almas." Seus objetivos são claros: "a instituição da pequena propriedade porquanto pleiteiam o loteamento da área." (19) É nesse sentido que a interventoria estadual é criticada por não tomar providências quanto ao arrendamento. Por esse motivo, "o desassossego do povo começa a traduzir-se em movimentos de opinião ao longo da fronteira. Ali os ânimos estão exaltados. Há um grande trabalho de arregimentação em prol da questão das terras." (20) Moura Carneiro ainda acusa a Companhia de manter o arrendamento das terras ervateiras com empréstimos feitos ao governo do Estado. (21)

Ainda no final de 1931, as condições de vida e trabalho dos ervateiros é denunciada com grande repercussão nos jornais de grande circulação nacional, pois uma série de trabalhadores brasileiros destinados aos ervais da Companhia pelo Ministério do Trabalho, fogem de Campanário, em Campo Grande, contam que "viviam em situação de extrema penúria", sofrendo "maus-tratos dos capatazes paraguaios". Denuncia-se que um trabalhador de nome Barretos estaria impedido de abandonar os ervais por causa das dívidas contraídas com a Companhia:

"A situação de Barretos, afirmam os foragidos, é das mais dolorosas (...) não somente tem sido espancado, como esteve preso no famoso quarto nº 5 (...) Esse cárcere infernal é destinado de preferência aos brasileiros que ali trabalham, por motivos fúteis." (22)

Aos ataques de Moura Carneiro, a Companhia defendeu-se publicando uma série de reportagens, enaltecendo sua obra civilizadora do sertão. Para a Mate Larangeira, "essa apregoada existência de hostilidades semi-seculares entre a Companhia e o povo, não passa de fantasia perversa. O que houve na região, em fases agitadas da vida do Estado, foram lutas e competições políticas, em que todas as vezes se procurou envolver a Companhia e às quais ela sempre se esquivou a bem de seus interesses." (23) Em relação aos maus tratos que os brasileiros recebiam nos ervais, cuja denúncia partira do presidente da União de Trabalhadores de Campo Grande para o ministro do Trabalho, Linolfo Collor, a Companhia defendeu-se afirmando que os trabalhadores não quiseram "se submeter aos serviços destinados, começando uma reação à disciplina", além de terem sido recrutados "entre os mais viciados e mal habituados a um trabalho organizado." A Companhia tudo tinha feito para recebê-los de braços abertos, para cumprir a lei dos dois terços, mas os trabalhadores "não se deram bem nos ervais, recusaram trabalho no conserto de estradas, nas oficinas e em diversos dos vários serviços da seccção. (...) Os que abandonaram a Companhia, o fizeram espontaneamente, porque ali o regime de ordem é um fato, existindo a lei seca e o ambiente não era propício ao

desenvolvimento dos maus costumes e vícios; sentindo-se, portanto, deslocados." (24)

Contudo, há indícios de que os ânimos estavam mais acirrados do que propalava a Companhia, uma vez que a população de Ponta Porã resolveu boicotar os jornais que publicavam as reportagens elogiosas à Companhia: "Ninguém os adquire e as remessas normais se empilham a porta da agência por falta absoluta de compradores, enquanto a maioria dos assinantes promove a respectiva devolução." (25)

Da mesma forma, nacionalmente, a Companhia era associada com a escravidão por dívidas de seus trabalhadores. Patrícia Galvão, no seu romance "Parque Industrial", ao discutir a questão do desemprego nas cidades e a política de se enviar trabalhadores desempregados para o campo afirma: "Estão dispostos a nos fornecer um passe para morrer de chicotadas no mate-larangeira!" (26)

Foi nesse contexto que se organizou em Ponta Porã uma "Liga dos Combatentes" que tinha por objetivo fiscalizar a ação da Companhia na região e denunciar os atos lesivos que por ventura praticasse. Para a Companhia, os membros da liga seriam meros agitadores, "desvairados pela ambição" e sem competência para falar em nome dos interesses do Estado. Nesse sentido, os panfletos distribuídos pela Liga dos Combatentes foram considerados injuriosos por utilizarem uma linguagem que demonstrava "propósitos subversivos", visando provocar "movimentos coletivos que forcem os poderes públicos a intervir a bem da ordem." (27)

Ainda que se trate de depoimentos indiretos, a Companhia falando de seus oponentes, fica claro que a existência da Liga dos Combatentes estava conseguindo cumprir seus objetivos divulgando na imprensa a situação do município de Ponta Porã sob o domínio da Mate Larangeira, a ponto de incomodá-la e fazer com que respondesse aos ataques que sofria. A se tomar como verdadeira a notícia do boicote dos jornais, não se tratava de meia dúzia de gatos pingados, assim como seu campo de influências na população estava se alargando.

Por outro lado, este clima poderia ter contribuído para que Ortt achasse que poderia resolver suas pendências com a Companhia pegando em armas. Entretanto, ao que tudo indica, Ortt era um dos membros da Liga dos Combatentes. Em primeiro lugar, é preciso lembrar que Ponta Porã era uma cidade pequena e centro de convergência da região ervateira. Dessa forma, tendo Moura Carneiro ficado conhecido por defender os litigantes contra a Companhia, é de se supor que ambos se conheciam. Na verdade, em abril de 1932, noticiou-se a prisão de Moura Carneiro e de "um seu camarada de nome Hort", o que naturalmente é uma notícia enganosa, pois Ortt estava atacando os ranchos da Companhia, enquanto que Moura Carneiro foi preso em Campo Grande, acusado de ser um dos mentores intelectuais do levante do 18º B.C. O que importa destacar é que Ortt foi apontado por Moura Carneiro, em uma entrevista por ele concedida a um jornal de São Paulo, como um dos articuladores da campanha que havia na região da fronteira de arregimentação em prol da questão de terras.

Além de Ortt, Moura Carneiro aponta os nomes de Orlando Carmo, Nestor Muzzi, Alexandrino Marques e Carlos Freire como articuladores da campanha contra o arrendamento dos ervais, implicados posteriormente por Klinger nos ataques de Ortt como fornecedores de armas, ou por estarem articulados com Moura Carneiro no levante do 18.º B.C. (29) Assim, João Christiano Ortt estava integrado politicamente ao grupo que em Ponta Porã fazia oposição sistemática à Companhia, não podendo sua atitude ser considerada um ato de rompante. Não enquanto a historiografia não esclarecer quais eram as vinculações entre os ataques de Ortt e o levante supostamente coordenado por Moura Carneiro no 18.º B.C. de Campo Grande, pois as ações se dão no mesmo dia. Quando Moura Carneiro é preso, ainda segundo Klinger, encontrava-se em seu poder correspondência comprometedora com Orlando Carmo, que foi preso em Ponta Porã, bem como Alexandrino Marques, acusado de fornecer munição ao grupo de Ortt. (30)

Poderia não haver nenhuma ligação entre os dois acontecimentos. De qualquer forma, resta a dúvida de que talvez houvesse. A Companhia poderia ter se aproveitado da situação para se ver livre daqueles que em Ponta Porã faziam oposição sistemática a sua presença na região. (31) Ortt foi obrigado a fugir para o Paraguai, enquanto que outros membros da liga dos Combatentes foram presos, como Moura Carneiro, Alexandrino Marques e Orlando Carmo. (32) Com essas prisões, a Mate Larangeira consegue acabar com a campanha movida na imprensa contra o arrendamento dos ervais. Somente em 1938,

já beneficiado com a anistia, Moura Carneiro volta a atacar o arrendamento nos jornais do Rio de Janeiro, momento em que este estava para ser reafirmado com o governo estadual. As reportagens de Moura Carneiro com certeza contribuíram para que o arrendamento fosse discutido pelo Conselho de Segurança Nacional. (33)

É nesse contexto que a vinculação entre o levante do 18º B.C. fica explícita numa pequena nota de jornal ao afirmar que existia uma "solidariedade dos sargentos comunistas (...) com o bando de criminosos chefiados na fronteira por João Ortt." (34)

Anteriormente ao caso de Ortt e à organização da "Liga dos Combatentes", a luta pela terra já tinha produzido outros "mártires", atestando que se tratava de uma questão não só polêmica, mas que denunciava as tentativas de organização local contra o poder da Companhia Mate Larangeira. Foi o caso de João Batista de Azevedo, que residira em Ponta Porã desde 1916 ou 1917, e que na década de 20 era o chefe local da corrente política celestinista. (35) Azevedo tinha se destacado fazendo oposição à Companhia Mate Larangeira por advogar em favor dos posseiros que tentavam o reconhecimento legal de suas posses. Em 1923, o jornal de Ponta Porã, "O Progresso", noticia que Azevedo fora a Cuiabá "para conseguir a concessão de terras no Rio Verde, dizendo-se defensor de algumas pessoas que ali residem embora dentro da zona arrendada pela Empresa Mate." Azevedo tinha conseguido do governo de Cuiabá o título provisório de diversos lotes, somando uma área de 17.600 hectares, que

prometia repassar para os posseiros, assim que conseguisse o título definitivo. (36)

Por estas questões e por inimizade política com Heitor Mendes Gonçalves, administrador de Campanário, Azevedo foi assassinado no início de 1924 pelo primeiro juntamente com alguns companheiros num tiroteio de rua em Ponta Porã, no estilo da velha moda do far west nacional. Heitor sai impune do julgamento alegando legítima defesa, e essa impunidade fez com que Azevedo fosse considerado um mártir na luta pela terra durante a campanha que Moura Carneiro move contra o arrendamento dos ervais à Mate Larangeira.

Notas

A Luta pela Terra

(1) Para um estudo dos dispositivos disciplinares que visavam conter o homem livre pobre, na transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado ver: BARREIRO, José Carlos "Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do século XIX" in: Revista Brasileira de História, (14): 131-149, mar.-ago. 1987. Quanto à questão da lei de terras de 1850 ver: MARTINS, José de Souza - O Cativo da Terra - São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1977.

(2) CORREA, Valmir Batista - Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1890 - 1940) - São Paulo, FFLCH - USP, 1982, mimeo. pp. 57.

(3) KLINGER, Bertholdo - Narrativas Autobiográficas - Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1951, vol. VI, pp. 199.

(4) THOMPSON, E. P. - A Miséria da Teoria - Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 17.

(5) Correa Filho, em sua obra A Sombra dos Hervaes Mattogrossenses, proclamou o fim do monopólio das terras ervateiras a partir do contrato de 1916, como que a dar vitória política a Pedro Celestino Correa da Costa.

(6) FOWERAKER, Joe - A Luta pela Terra. A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais - Rio de Janeiro, Zahar, 1982, pp. 135-136.

(7) Para a situação de alguns chacareiros instalados em terras da Companhia ver: O Republicano, Cuiabá, 04.05.1919, ACML.

- (8) FOWERAKER, Joe - op. cit. pp. 137.
- (9) MARTINS, José de Souza - Expropriação e Violência. A Questão Política no Campo - São Paulo, HUCITEC, 1982, pp. 59.
- (10) Recenseamento Geral do Brasil. 1940, Série Regional, Parte XXII, Mato Grosso - Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1952, pp. 238.
- (11) A história de João Christiano Ortt foi narrada por PUIGGARI, Umberto - Nas Fronteiras de Mato Grosso. Terra Abandonada - São Paulo, Casa Mayença, 1933.
- (12) Idem, ibidem, pp. 112.
- (13) Idem, ibidem, pp. 113-114.
- (14) Idem, ibidem, pp. 117.
- (15) KLINGER, B. - op. cit., pp. 221.
- (16) Idem, ibidem, pp. 215-216.
- (17) Ver O Progresso, Ponta Porã, 17.10.1926, pp. 02.
- (18) KLINGER, B. - op. cit., pp. 138.
- (19) Recorte de um jornal de São Paulo, não identificado, 03 de (...)bro de 1931, pp. 05, ACML.
- (20) Idem, ibidem.
- (21) Jornal não identificado, Bauru, 06.12.1931, ACML.
- (22) Folha da Manhã, São Paulo, 13.01.1932, Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 13.01.1932.
- (23) A República, Campo Grande, 01.11.1931.
- (24) A defesa da Companhia encontra-se no Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 08.01.1932.
- (25) Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 09.01.1932.
- (26) GALVÃO, Patrícia - Parque Industrial - São Paulo, Editora Alternativa, s/d, pp. 26. O romance foi publicado

inicialmente em 1933.

(27) A República, Campo Grande, 01.11.1931.

(28) Folha da Manhã, São Paulo, 08.04.1932.

(29) Recorte de um jornal de São Paulo, não identificado, 03 de (...)bro de 1931, pp. 05, ACML.

(30) KLINGER, B. - op. cit., pp. 217

(31) Segundo PUIGGARI, U. - op. cit., pp. 114-115, por toda a região dos ervais a Companhia se aproveitou do levante de Ortt para se ver livre de indesejáveis. Afirma que, na região de Sacarron, onde estava situada a gleba de Ortt, cinco pessoas foram assassinadas, por "gente que se dizia da Empresa, aliada às autoridades locais."

(32) KLINGER, B. - op. cit., pp. 218.

(33) Moura Carneiro enviou em 1938, um memorial ao Conselho de Segurança Nacional, posteriormente publicado com o título. Os Arrendamentos da Companhia Mate Larangeira. ACML.

(34) Jornal do Comércio, Campo Grande, 28.01.1938, ACML.

(35) Batista de Azevedo era inimigo político da Companhia Mate Larangeira, segundo "A Tribuna" entrevista Fausto Pereira, sem indicações, ACML. Pasta de recortes de jornais sobre Batista de Azevedo.

(36) O Progresso, Ponta Porã, 13.05.1923.

2 - O Confronto com o Progresso

Detendo o controle sobre as terras ervateiras através dos contratos de arrendamento que lhe facultava o direito de expulsar quem se estabelecesse na zona dos ervais, a Companhia procurou implantar uma política de "espaços vazios" que lhe possibilitava, não só uma melhor organização da produção, mas também visava impedir que os trabalhadores dos ervais se tornassem produtores independentes. Dessa forma, a manutenção dos espaços vazios era uma estratégia vital para o domínio da Companhia, facilitando o controle e a vigilância sobre os ervais. Como dispositivo disciplinar e repressor, a Companhia possuía uma polícia própria, os comitiveros, que se encarregavam de expulsar quem se instalasse em seus domínios, bem como recapturava trabalhadores fugidos dos ervais. Nessas tarefas, a Companhia contava também com o auxílio de autoridades locais e de coronéis que dispunham de bandos armados, ou facilidade de arregimentá-los.

A corrente migratória oriunda do Rio Grande do Sul, impulsionada para Mato Grosso não só pela concentração das terras nos pampas, mas também pelo imaginário do sertão, com sua fartura de terras férteis, constituía uma fissura ao poder disciplinar da Companhia. Renitentes quanto ao objetivo de conseguir terras na região, os gaúchos se instalavam nos

domínios mais recônditos da Companhia. Os confrontos entre gaúchos e Companhia remontam ao início do século, quando Bento Xavier e Felipe de Brun desbaratarem a Guarda Aduaneira em 1902, criada como um instrumento de repressão ao contrabando, mas que na verdade objetivava desbaratar a oposição à Companhia que se avolumava na região sul. Nas lutas coronelísticas do início do século a presença dos gaúchos foi uma constante, pregando a divisão do Estado como solução para o desenvolvimento da região sul e consequente libertação dos coronéis nortistas. (1)

Em 1912, quando a Companhia enviou uma proposta de prorrogação do arrendamento dos ervais, a região sul do Estado protestou enviando telegramas de apoio aos opositores da Companhia:

"População sul muito desgostosa com o projeto de concessão a Larangeira Mendes dos nossos herveaes. Espera-se que isto trará muito maior desarranjo político e, talvez, renovação distúrbios..." Ernesto Villas Boas, Intendente de Bella Vista. (2)

Parecia que os gaúchos constituíam uma séria ameaça não só à Companhia, mas ao poder instalado em Cuiabá. No discurso elaborado pelo jornal "O Debate", que defendia a Companhia na "Questão Mate", os gaúchos representavam um perigo aos interesses matogrossenses, por pregarem a divisão do Estado. (3) Isto significava poder gerir a vida política da região ou, em outras palavras, determinar sobre o arrendamento das terras ervateiras

Vimos como a luta de Ortt se insere neste contexto. Neste capítulo, procuraremos resgatar a luta pontual pela terra. No emaranhado tecido pelo imaginário do sertão, uma outra trama se sobrepõe: a luta dos posseiros pela legalização de suas terras, as estratégias definidas pela Companhia para cooptá-los como pequenos produtores sob seu domínio, e a luta dos renitentes changa-y na elaboração clandestina dos ervais da Companhia. Indícios de que a resistência à política dos espaços vazios era cotidiana, e que se almejava um outro destino para o progresso da região.

No final do ano de 1931, no auge da campanha contra a Companhia Mate Larangeira, recebe péssima repercussão o ato do interventor federal Antunes Maciel de anular a venda de um lote de terras a Manoel de Azevedo e Souza, situado no município de Ponta Porã, alegando que não convinha mais a venda ao Estado, por pretender arrendar as mesmas terras à Companhia Mate Larangeira. (4) Azevedo, que comprara os direitos sobre o lote Carapó de Nazário de León, há alguns anos vinha tentando legalizar a propriedade. Nazário de León, por sua vez, estivera em litígio com a Mate Larangeira por causa da manutenção do lote vendido a Azevedo.

Nazário de León, paraguaio, tinha justificado uma posse de terras pastais e lavradas, com uma área de 1.800 hectares, em Carapó, e a requereu por compra em 1918, sendo

seu pedido deferido em 1923, ou seja, dentro dos parâmetros legais estabelecidos pelo contrato de arrendamento das terras ervateiras de 1916, que garantia a antigos posseiros o direito de compra de até dois lotes de 3.200 hectares. O despacho de venda a Nazário de León foi cancelado em 1924 por não ter providenciado a extração do título provisório dentro do prazo estabelecido. Reconhecendo ter perdido o direito de adquirir o lote a um preço especial, Nazário requereu nova compra, sujeitando-se a pagar o preço vigente. Dessa forma conseguiu o título provisório e o engenheiro Ricardo Medina Filho foi designado para proceder à medição e demarcação do lote, que acusou uma área de 4.933 hectares. Nazário pede então uma ratificação de limites, no que é atendido, mas provocando protestos da Companhia Mate Larangeira. (5)

A Companhia entrou com uma ação de manutenção de posse contra Nazário, em 1926, alegando que o lote Carapó fazia parte do contrato de arrendamento. Em suas alegações, Nazário teria abusado de um contrato de habilitado que lhe dera, e requerido a compra das terras. Observe-se que o argumento da Companhia visava desautorizá-lo em sua afirmativa de posse antiga, alegando que o mesmo era seu funcionário (habilitado). Quando o engenheiro encarregado da medição ultrapassou a área originalmente requerida, a Companhia impediu que ele prosseguisse nos seus trabalhos. Além do que, Medina estaria prometendo a venda dessas terras a outras pessoas, bem como teria contratado Carlos Onore para a elaboração de erva-mate, estabelecendo-se com ranchadas em

terras do arrendamento. (6)

A Companhia Mate Larangeira não fazia muita distinção entre um changary e um posseiro, mesmo que este tivesse um título provisório. No caso de Nazário de León, a Companhia requereu uma vistoria nas terras para provar que Carlos Onore estava elaborando erva-mate clandestinamente em terras de arrendamento. Nessa vistoria, o promotor Aral Moreira realmente verificou a existência de um depósito de erva em terras do Estado (ou de Nazário?), e requereu seu sequestro. Uma medida que, justa ou não, visava enfraquecer economicamente os posseiros que brigavam com a Companhia pela posse do potreiro Carapó. Carlos Onore ainda tentou vender cinco carretas de erva, mas os oficiais de justiça foram em seu encalço e apreenderam a erva elaborada. (7)

Apesar de ter afirmado que se tratava de terras lavradas e de pastagem, as terras requeridas por Nazário de León continham ervais, e foi a elaboração da erva-mate que provocou a ação da Mate Larangeira. Da mesma forma, o pai de Ortíz também teria se dedicado à elaboração de erva-mate, o que pode ter provocado a perseguição da Companhia. Sendo uma região rica em ervais, era muito difícil que um lote não tivesse um erval, ainda que de pouca capacidade produtiva. Por isso era comum as pessoas alegarem que as terras não continhas ervais, quando as iam requer para compra ao Estado, mesmo porque as terras ervateiras eram muito mais caras: "Constitui uma das mais rendosas empresas, a compra e venda

de terras contendo ervais, e essa indústria tem tomado tal incremento que as pessoas que dela se ocupam (...) não vacila(m) em afirmar, para obterem por menor preço, que as terras requeridas por elas são lavradas ou pastais!" (8)

Nesse interim, Nazário vende seus direitos ao lote a Azevedo, antes que a medição feita por Medina fosse anulada em 1929, atendendo à ação da Companhia. A justiça reconhece no entanto o direito à área original de 1800 hectares que justificava a posse de Nazário. Azevedo recorre contra a anulação da medição mas, em 1931, não só a medição como a própria venda é anulada. Novamente Azevedo recorre propondo a troca do lote Carapó, no qual surgira um povoado, por outros dois em Ponta Porã. Como as terras ficavam na faixa de fronteira, o processo deveria ser julgado pela CEFF que, verificando que Azevedo possuía mais 12.000 hectares na região, arquiva o processo e encerra a questão. (9)

Entudo, as terras continuavam disputadas pela Companhia e pelos moradores do povoado de Carapó. Em 1936, um decreto do governo estadual reservava uma área de terras ao povoado, mas a Mate Lorangeira protestou alegando que a reserva estava dentro dos limites das terras arrendadas. Assim, o decreto que reservava terras para o povoado foi anulado em abril de 1937, até que se definisse o novo contrato de arrendamento. (10)

Quanto a Nazário de León, ao que tudo indica, terminou seus dias sem terras, pois, em 1945, requereu a

compra de uma gleba de 100 hectares à CEFF. Como o processo foi encaminhado sem a documentação necessária, e não tendo a Comissão conseguido contactar com Nazário, o seu pedido foi arquivado em 1949.

Se estabelecer em terras na região ervateira e poder ficar tranquilo nelas era uma coisa difícil para a época. A Companhia Mate Larangeira tinha prerrogativas na escolha das áreas a serem arrendadas, além do que quase dois terços das terras do município de Ponta Porã estavam dentro da área de arrendamento. A partir do contrato de arrendamento de 1916, as 400 léguas arrendadas à Companhia não eram contínuas e seus limites definidos vagamente. Assim, quase sempre, os lotes requeridos por compra invariavelmente estavam dentro dos limites das terras arrendadas.

Do mesmo modo, o processo de legitimação de posse das terras foi truncado no governo de Mário Correa da Costa, devido a um aumento do preço das terras, que de 3\$000 passou a 12\$000 o hectare. A reivindicação feita nessa época era para que as terras voltassem ao seu preço antigo de 3\$000 para terras ervateiras e 1\$300 para terras pastais, pagas em oito e dez prestações. (12)

O controle exercido sobre as terras na região chega ao ponto de se pedir autorização à Mate Larangeira para se requerer terras ao Estado:

"junto ao campo de meu irmão José Pereira tem um pequeno rincão de campo, e este está dentro das terras arrendadas pela Empresa e como deste rincão a Empresa não ocupa, assim é que sendo possível o Sr. seder me para eu requer em compra ao governo, eu não tirarei mata só quero campo, não tirarei mata porque as matas tem erva..." (13)

Monopolizada pela Companhia Mate Larangeira por mais de cinquenta anos, as terras ervateira foram disputadas não só por grandes pretendentes, mas cotidianamente por posseiros que encaravam a terra, não com possibilidades de lucro futuro, mas como terra para o trabalho, para a manutenção da vida. A partir de 1916, como os posseiros adquiriram o direito de reconhecimento de posse, podendo requerer a compra de terras ainda que inclusas no arrendamento, desde que provassem que nelas estavam estabelecidos há muitos anos, a Companhia Mate Larangeira tinha duas opções: obstaculizar o reconhecimento legal de posse, sempre que não conseguia expulsá-los a tempo.

Para a Companhia levar a efeito a política de manter os ervais livres de intrusos, lançou mão de uma série de estratégias, dentre as quais se destacava sua obrigação de conservar os ervais, patrimônio do Estado. Segundo a Companhia, os posseiros estragavam os ervais, provocando sua devastação com a derrubada das erveiras para uma poda mais rápida. Sempre que não conseguia resolver o problema sozinha, a Companhia pedia ajuda ao governo do Estado. Assim, em 1927, logo após a assinatura de um novo contrato de arrendamento, o

governo resolveu "se empenhar na retirada de posseiros que ocupavam a área arrendada. Nesse sentido, o tenente Themistocles de Carvalho recebeu ordens de agir para que a lei fosse cumprida, expulsando da zona de Juty Manoel Ramos Paraná e Saturnino Rolim. Dada a relevância do contrato de arrendamento para as finanças do Estado, foi obrigado a "agir de qualquer maneira, empregando os meios que se tornassem necessários." (14)

Da mesma forma, em 1936, para acabar com a devastação das terras ervateiras, o Coronel Jerônimo de Oliveira Belmonte foi encarregado de zelar pela conservação dos ervais, impedindo "a exploração dos ervais por intrusos quaisquer, extraíndo e retirando erva-mate ou qualquer outro produto; a derrubada de matas e a retirada de madeiras; a ocupação com ranchos e moradas, mesmo a título precário; o fogo nas matas e ervais e que se pratique outras destruições." (15)

Os posseiros resistiram às várias tentativas da Companhia de expulsá-los das terras ervateiras, sendo que uma das estratégias de resistência, apontada pelo próprio governo estadual, consistia no incêndio dos ervais, que parece ter sido uma prática corrente na região. O incêndio, ao destruir os ervais, tornava a terra quase sem interesses para a Companhia, mas não para os posseiros que nela poderiam praticar a agricultura ou a criação de gado. Sem dúvida nenhuma, o incêndio acaba com o motivo de discórdia, além de

poder ser entendido como uma forma de vingança contra a Companhia, quando expulsava os posseiros. (16)

Com o contrato de 1916, a corrente celestinista proclamou o fim do monopólio sobre as terras ervateiras e anunciou o início de uma nova era:

"Proprietário de sua glebazineira, o ervateiro transfigurou-se. Já não será o mesmo devastador de outrora, que, para colher uma centena de kilos de folhas com os seus pecíolos, cerceava criminosamente a árvore, que lhe estendera a fronde protetora.

Hoje, cuida carinhosamente do erval, que lhe pertence, esforçando-se até por ampliá-lo, mediante o plantio." (17)

Na verdade, a Companhia tinha armado o bando de Quincas Nogueira, que movia acirrada perseguição e violências contra os que se postaram a favor da corrente celestinista. Tal era o estado de agitação em Ponta Porã que, em fevereiro de 1919, um abaixo assinado pedia a criação de uma guarda municipal para patrulhar a vila e os campos. (18) Quanto aos posseiros, que requereram à compra de terras ao Estado, sofriam pressões para abandoná-las, ou enfrentavam a morosidade da repartição de terras:

"Os requerimentos e justificações de posse dos particulares a que a empresa trazia sempre que invariavelmente os seus protestos vieram mostrar desde logo que não era de fácil solução o assunto, que ia exigir do governo o maior escrúpulo e perfeito conhecimento de causa para resolver caso tão intrincado. Os dois anos prescritos pela lei já se passaram, os requerimentos dos pequenos posseiros existem hoje em uma verdadeira ruína na

"repartição de terras sem ter tido até agora solução alguma." (19)

Durante as discussões geradas em torno do contrato firmado entre o governo do Estado e o engenheiro Fernando Esquerdo para a medição dos ervais, conforme estipulava o contrato de arrendamento de 1916, o Conselho Municipal de Ponta Porã enviou um telegrama ao presidente do Estado no sentido de que este impedisse a realização do contrato, uma vez que o mesmo impunha pesadas condições para os posseiros, principalmente no que se referia ao preço.

O contrato de medição dos ervais gera grande discussão na imprensa de Cuiabá: enquanto os celestinistas, abrigados em "O Matto Grosso", defendiam o contrato com Esquerdo, seus opositores de "O Republicado", queriam que se abrisse concorrência para que fosse estabelecido o preço da medição. Fernando Esquerdo fazia a medição dos ervais e das terras requeridas pelos posseiros por um preço fixo, que foi considerado alto. No debate, distribuiu-se por todo o sul do Estado um boletim anônimo contra o contrato, como se este prejudicasse os posseiros. Os celestinistas se defendiam, alegando que a medição dos ervais seria custeada com uma pequena porcentagem do apurado com a venda dos lotes requeridos. (21)

A discussão do contrato, e o adiamento da medição era providencial para a Companhia Mate Larangeira. As oposições ao contrato obstaculizavam a definição da área a

ser arrendada à Companhia, e colocava um forte empecilho para a medição das terras requeridas pelos posseiros. Evidentemente que o maior interesse neste caso era o da Companhia, que continuava com o domínio dos ervais, com a indefinição da área a ela arrendada. Por outro lado, os posseiros continuavam sem ter seus direitos plenamente assegurados, o que facilitava sua expulsão, como efetivamente vinha ocorrendo através do bando de Quincas Nogueira.

Depois de longa discussão na imprensa, o contrato firmado com Esquerdo estipulava que o mesmo deveria proceder à medição dentro do prazo de 15 meses, pelo que receberia a importância de \$300 réis por hectare. (22) Essa medição só terminou no final de 1920, sem acabar com o problema dos posseiros, pois apesar do contrato com a Companhia estipular a área de 400 léguas, a medição acusou 504,4, ou 1.815.905 hectares. Argumentou-se que era um avanço, se comparada com as 1.600 léguas anteriores. Contudo, como já foi dito, a área arrendada não era contínua, e a Companhia tinha o direito de escolher os ervais que fariam parte do contrato de arrendamento. (23) Alguns posseiros em 1927, estabelecidos em Juty, foram expulsos porque a área passou a fazer parte do novo contrato de arrendamento firmado com o governo do Estado em 1926. (24) Leve-se em consideração que os processos de reconhecimento de posse, até se obter a escritura definitiva, demoravam muitos anos.

Não obstante, os opositores da Companhia não lhe

davam folga. Antes que assinasse um novo contrato de arrendamento, o governo de Pedro Celestino tratou de preservar algumas áreas para o loteamento aos que quisessem comprar terras. Foi o caso da região de Rio Verde e Emboscada, que fazia parte do arrendamento e era ao mesmo tempo ocupada por alguns posseiros defendidos por Batista de Azevedo, que tentava fazer com que o governo reconhecesse essas posses como legítimas. Para os defensores da Companhia, a solução seria a transferência desses posseiros para outras terras, evitando-se o retalhamento de um dos melhores ervais do Estado. (25) Em 1925, essa região foi reservada para loteamento, não podendo ser incluída no arrendamento dos ervais. A venda dessas terras começaria em 1927, estipulando-se que os antigos posseiros teriam o prazo de dois anos para requerê-las ao Estado, respeitando-se o limite de 2 lotes de 3.600 hectares. Rio Verde e Emboscada tinham se tornado o pomo desejado para quem queria terras, motivo de conflitos entre os pretendentes. No governo de Mário Correa da Costa, a resolução que reservava as terras de Rio Verde e Emboscada foi anulada.

2.1 - Pequenos Produtores.

Após a Questão Mate e toda a discussão envolvendo o decreto 725 de Caetano de Albuquerque, que limitava a área de arrendamento a 400 léguas, Virgílio Alves Correa Filho proclamou o final do monopólio e o início de "uma nova era aos ervais, permeabilizando-os à penetração dos pequenos

posseiros." (27) Mais do que uma vitória dos pequenos posseiros, a Questão Mate significou uma vitória para a corrente celestinista, da qual Correa Filho era partidário. (28) Na medida em que a Companhia não conseguia mais conter o povoamento da região, e aumentavam os pedidos de compra de terras, a Mate Laranjeira foi obrigada a mudar sua estratégia. Não mais adiantava continuar com a política dos espaços vazios, que de resto não estava surtindo resultados. Entretanto, sempre que não conseguia expulsar os posseiros ou pequenos proprietários, para a Companhia era imprescindível mantê-los sob seu domínio. Concretamente, segundo Gilberto Luiz Alves, os pequenos proprietários:

"passaram a girar sob a órbita de influência da empresa Laranjeira, Mendes & Cia, que lhes comprava toda a produção de erva mate com base em preços que ela própria fixava. Os pequenos produtores não tinham meios de reagir, pois a empresa dominava os transportes e, como decorrência, o escoamento da produção. Transformaram-se assim, numa reserva de mão-de-obra explorada com regularidade, desde então, por força de sua fixação à terra." (29)

Sem dúvida, os pequenos produtores passaram a girar na órbita de influência da Companhia, mas não é verdadeiro que se transformassem numa reserva de mão-de-obra por força de sua fixação à terra. Até 1920, a Companhia tinha contestado os direitos de posse de noventa e cinco dos duzentos requerimentos de compra feitos ao governo do Estado. (30) A partir de 1919 foram expedidos pela repartição de terras de Cuiabá os títulos provisórios a que se refere o

quadro abaixo. (31)

QUADRO DE EXPEDIÇÃO DE TÍTULOS PROVISÓRIOS

MUNICÍPIO DE PONTA PORÃ

| | | | | | | | |
|------|---|-----|-------------|-----------|--------|---------|-----|
| 1919 | - | 19 | títulos com | a área de | 65.300 | ha. | |
| 1920 | - | 78 | " | " | " | 173.050 | ha. |
| 1921 | - | 27 | " | " | " | 64.900 | ha. |
| 1922 | - | 8 | " | " | " | 4.300 | ha. |
| 1924 | - | 129 | " | " | " | 200.962 | ha. |
| 1925 | - | 93 | " | " | " | 102.109 | ha. |

Desses títulos provisórios a área total, ao longo dos seis anos, foi de 610.621 hectares, enquanto que a Mate Larangeira arrendava 1.815.905 hectares e tinha como propriedade mais de 300.000 hectares. O problema do acesso às terras na região dos ervais continuava, bem como os frequentes litígios com a Companhia, que contestava os pedidos de compra de terras, alegando estar o lote dentro dos limites do arrendamento.

A fixação dos posseiros foi gradativa ao longo do período estudado. Alves aponta que os posseiros passaram a gravitar ao redor da Companhia Mate Larangeira. A produção da erva-mate dos pequenos proprietários, para o ano de 1923, foi de 1.330.730,5 quilos. Contudo, "não se pode, porém, avaliar precisamente essa quantidade, porquanto, parte dela foi

adquirida pela Empresa arrendatária." (32) Para a questão, o testemunho de Astúrio Monteiro de Lima indica que, além das vantagens construtuais, a Companhia Mate Larangeira

"usufruí a situação da exclusividade da navegação que dava acesso ao porto de Guaíra, no rio Paraná, por onde se escoava, como via natural, ao mercado platino, a produção ervateira de Mato Grosso (...) Com isto surge novo problema econômico, que entrava os produtores: o transporte controlado como era, pela Mate, já que as embarcações lhe pertenciam. Os produtores particulares, ainda financeiramente fracos, viam-se compelidos a vender o produto exclusivamente à Empresa, na zona de acesso aos rios navegáveis." (33)

Quando os arrendamentos entraram em discussão no final da década de 30, a dependência dos pequenos produtores para com a Companhia era quase total, uma vez que controlava toda a navegação do Alto Paraná. Praticamente apenas a Mate Larangeira tinha condições de colocar a erva-mate produzida pelos pequenos produtores no mercado platino. Se bem que não fosse a única compradora, era a maior. Vejamos os dados para o ano de 1940.

Durante o primeiro semestre, a Companhia teve uma produção de 5.158.670 quilos. Desse total, comprou a particulares 1.764.269 quilos. A erva-mate exportada pelos municípios de Ponta Porã, Guaíra e Campo Grande, no segundo semestre de 1940, totalizou 8.611.590 quilos. Desse total, a Mate exportou 5.689.833 quilos. (34)

Já nesse período, a Mate Larangeira não era a

única arrendatária" dos ervais, pois mais oito pessoas tinham arrendado ao governo do Estado pequenos ervais. Um desses arrendatários, Sr. Theodoro Jurgielewicz "entregou à Companhia Mate Larangeira mais de mil contos de erva cancheada." (35)

Em 1941, alegando a crise do mercado e a instabilidade provocada pela discussão do contrato de arrendamento dos ervais no CSN, a Companhia retira seus recebedores de erva-mate de alguns portos ervateiros. Imediatamente "levantou-se o clamor público". O Sr. João Astolfo Amaral escreveu à Companhia:

"é incalculável o prejuízo que tal atitude acarreta para os produtores daquela extensa zona, os quais ficam, assim, impossibilitados de entregar o s/ produto. (...) De quem receberão a sacaria necessária para o acondicionamento do produto?" (36)

Os pequenos produtores dependiam não só que a Companhia comprasse sua produção, mas que fornecesse também os sacos para acondicionar a erva-mate elaborada! Diante do apelo, a Mate Larangeira cede,

"afim de satisfazer os desejos dos nossos empreiteiros, já providenciamos para que continue a receber erva dos mesmos, no porto Zazoró o antigo recebedor Sr. Toríbio Lopes, ficando assim solucionada qualquer dificuldade que pudesse surgir..." (37)

2.2 Contrabando

Devido ao monopólio exercido pela Companhia sobre as terras ervateiras, só restava à população da região se apossar das terras ou elaborar clandestinamente os ervais arrendados.

Nos primeiros contratos, procurava-se preservar os direitos dos ervateiros já instalados na região, como já foi visto. Na medida em que a Companhia consegue o monopólio da extração da erva-mate, também adquire o direito de impedir que intrusos se instalassem na região. Na verdade, surge como uma obrigação contratual, que para cumpri-la, e garantir seu domínio livre de elaboradores clandestinos, a Companhia se vê obrigada a requer, por diversas vezes, o direito de ter polícia própria: em 1902, foi criada a Guarda Aduaneira, sob controle da Companhia, que atuaria na fronteira para coibir o contrabando; em 1907, foi o direito de ter polícia própria que provocou toda a discussão na Assembléia Legislativa em torno da proposta de arrendamento apresentada pela Companhia; em 1919, requereu o direito de armar seu pessoal, alegando insegurança, face os boatos de revolução. (38)

A erva-mate elaborada clandestinamente nos pequenos ervais, desprezados pela Companhia, devido à baixa produtividade, era contrabandeada pela fronteira com o Paraguai. O contrabando era reconhecido pelo próprio governo

estadual que, em vários momentos, tentou tomar medidas visando coibi-lo. Em 1910, o governador Pedro Celestino Correa da Costa, em sua mensagem à Assembléia Legislativa, afirmava que a Companhia

"não dispõe de meios para evitar a elaboração clandestina de ervas que são em grande parte contrabandeadas por diversos pontos das nossas dilatadas fronteiras com o Paraguai." (39)

Assim, entra em contato com a firma Isnardi, Alves & Companhia, subarrédatária dos ervais, e desse encontro "ficaram acordadas providências tendentes (...) à repressão dos intrusos que em prejuízo do Estado" estragavam os ervais. (40) Em 1924, o aumento da exportação do mate foi atribuído ao corpo fiscal da fronteira que coibia, com sua ação, o contrabando. Já por esta época, começa a entrar nas estatísticas a produção dos pequenos proprietários, que vendiam erva cancheada à Mate Larangeira. (41)

Evidencia-se, dessa forma, que a elaboração clandestina da erva-mate se constituía numa das únicas formas de trabalho que a região oferecia. Ou se engajava num dos ervais da Mate, sujeitando-se às condições de trabalho impostas, ou se tornava um "changa-y" (elaborador clandestino). "É que somos todos farinha do mesmo saco na amassadeira da Companhia." (42)

Esta fala é de um changa-y, personagem do romance de Hernani Donato, Selva Trágica. A vida de um elaborador clandestino é assim descrita:

"De dia não podemos fazer barulho, de noite não podemos fazer fogo. Não temos terra, nem rancho, nem amigos. Mais do que os outros só temos trabalho. E medo." (...) Tem acontecido (...) que o pessoal da Companhia espera com paciência e malícia que os changa-y façam a erva que possam. E depois lhes caem em cima. Enterram os homens, e levam as bolsas bem atacadas, prontinhas." (43)

A Companhia Mate Larangeira não fazia distinção entre um changa-y e um posseiro, mesmo que este último tivesse um título provisório, como aconteceu com Carlos Onori. Ao propor a ação de manutenção de posse contra Nazário de León e Carlos Onori, a Companhia requereu uma vistoria nas terras, na qual o promotor Aral Moreira "verificou a existência de um depósito de erva elaborada pelo referido réu em terras do Estado." Dessa forma, o promotor requereu o sequestro da erva elaborada mas, "chegados que foram os oficiais ao local, verificaram que parte dos bens já haviam sido desviados, isto é, cinco carretas haviam sido carregadas e estavam de marcha para o Paraguai." (44) Não só a Companhia visava atrapalhar os trabalhos de elaboração da erva-mate que Onori julgava ter direito, como o caso demonstra uma resistência do changa-y a reconhecer o direito de elaboração da Companhia como exclusivo em terras do arrendamento.

Em terras disputadas, não necessariamente com a Companhia, bastava uma denúncia para que a polícia entrasse em ação. Foi o que aconteceu com Francisco Rodrigues que, já tendo conseguido o título provisório de uma gleba na região de Emboscada, elaborava erva-mate, aproveitando-se dos restos

deixados pelos changa-y. Denunciado por um vizinho, e até esclarecer que era proprietário do erval, Rodrigues teve confiscada a erva já ensacada, e seus trabalhadores foram conduzidos presos para a cidade de Ponta Porã. Esclarecido o caso, os sacos foram devolvidos mas, "infelizmente o prejuízo estava causado, pois alguns dos peões, valendo-se da oportunidade, não mais regressaram ao trabalho, o que importa na perda das contas respectivas." (45)

Ao que tudo indica, alguns changadores eram bem conhecidos na região, já que o redator do jornal O Progresso afirmou em 1927 que "se a justiça necessitar, lhe apontaremos as identidades necessárias para uma devassa completa, no que se refere a exploração de terras do Estado clandestinamente." (46)

Conflitos entre a Mate Larangeira e os changadores eram frequentes na região, resultando em alguns casos em assassinatos. (47)

Não é possível se avaliar o volume da erva contrabandeada, mas é de se supor que não tenha sido pequena. Em 1915, o governador Costa Marques avaliou em "mais de 140.000 arrobas castelhanas, ou seja, 1.400.000 kg." (48)

Dessa atividade deduz-se que havia na região toda uma rede de clandestinidade que se opunha ao monopólio da

extração da erva-mate pela Companhia Mate Larangeira, que pode ser entendida como uma forma de resistência ao seu domínio. Algumas regiões eram bem conhecidas como sendo de preferência para a atuação dos changadores, como foi o caso da zona de Rincão de Júlio:

"Ali tudo é propício. Limite com o Paraguai, por caminhos ínvios, ponto estratégico para o furto de erva-mate, das terras de arrendamento da Mate Larangeira, povoada por muita gente que prefere aos resultados positivos do trabalho honesto, essa vida de nômades..." (49)

Muitos dos bolichos espalhados pelas estradas da fronteira funcionaram como pontos de receptação da erva-mate elaborada clandestinamente e que deveria ser contrabandeada para o Paraguai. A Companhia movia perseguição cerrada contra esses bolichos, e fazia questão que só se instalassem com sua autorização. Em 1898, a Mate tentou expulsar uma série de comerciantes estabelecidos no lado paraguaio de Ponta Porã, alegando que as terras que tinham se estabelecido eram de sua propriedade. Num primeiro momento, tenta submetê-los ao seu controle através de um contrato de locação, mas como os moradores apelaram para o Ministério do Interior, na forma de um abaixo-assinado, a Companhia tentou dealojá-los de suas casas. As razões da Companhia foram apontadas por um desses comerciantes.

"Erva-mate nunca elaborei nenhuma só libra. Bem certo que vendo erva, porém se querem que não venda mais, venha primeiro a defesa de comprá-la." (50)

É preciso lembrar que o povoado em questão ficava

exatamente na rota do transporte da erva para o porto de Concepción, no Paraguai, que na época era o centro das operações da Companhia, bem como de embarque da erva para o mercado platino.

Em suma, a elaboração clandestina de erva-mate fazia parte do cotidiano da região, marcando a resistência pontual dos milhares de trabalhadores e posseiros que confrontavam o poder da Companhia na luta pela terra.

Notas

O Confronto com o Progresso

(1) Sobre os ataques de Bento Xavier e Felipe de Brun ver: CORREA, Valmir Batista - Coroneis e Bandidos em Mato Grosso (1890-1940) - São Paulo, FFLCH-USP, 1982, mimeo. Para a questão da guarda aduaneira e toda a discussão gerada por sua atuação na fronteira ver: A Reacção, Asunción, 08.07.1902, 30.06.1902, 30.08.1902, 10.09.1902, 20.09.1902, 30.09.1902, 10.10.1902 e 20.10.1902.

(2) O Matto Grosso, Cuiabá, 14.07.1912, pp. 03. Os delegados que apoiaram a Pedro Celestino na "Questão Mate" foram sumariamente demitidos, como Cecílio Mascarenhas, de Bela Vista, e Candido de Serpa Pinto, de Nioac. Ver O Debate, Cuiabá, 07.08.1912. No mesmo dia o jornal publicou que Brandão Júnior e Severiano Marques estariam no sul pregando a divisão do Estado.

(3) O Debate, Cuiabá, 07.08.1912, pp. 01 e 02.

(4) Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 26.12.1931, pp. 02.

(5) AN/CEFF - Operações sobre terras públicas, lata 233, protocolo 257 de 1940, arquivado em 16.11.1942.

(6) Annaes Forenses do Estado de Mato Grosso - Appelação Cível n. 512 - Cuiabá, Typ. Official, 1928, vol. VIII, pp. 180-181.

(7) O Progresso, Ponta Porã, 15.08.1926.

(8) Idem, 19.09.1926.

(9) AN/CEFF, Operações sobre terras públicas, lata 233, protocolo 257 de 1940.

(10) O decreto n. 90 de 17.12.1936, reservava área para a povoação de Caarapó, sendo protestado pela Companhia por se tratar de área de arrendamento. Ver parecer favorável à anulação do decreto, sem indicações, em Legislação sancionada, 1937, APMT. Uma nova área de vinte mil hectares para o patrimônio de Caarapó só foi reservada em 1941, quando o contrato de arrendamento estava em discussão na CEFF e no CSN. Ver AN/CEFF, lata 233, protocolo 257 de 1940.

(11) AN/CEFF, lata 234, protocolo 89 de 13.02.1946, arquivado em 17.03.1949.

(12) Telegrama de Modesto Dauzacker para Getúlio Vargas, Ponta Porã, 27.12.1933. AN - Secretaria da Presidência da República, série 14, governos estaduais - 10-14 (MT), lata 98.

(13) Carta para Heitor Mendes Gonçalves, remetente não identificado, 15.01.1925, ACML.

(14) O Progresso, Ponta Porã, 20.03.1927.

(15) Ofício da Secretaria da Agricultura de Mato Grosso, exercício de 1935-1938. APMT, cx. 1936.

(16) O Progresso, Ponta Porã, 24.07.1927; 31.07.1927.

(17) CORREA FILHO, V. A. - À Sombra dos Hervaes Mattogrossenses - São Paulo, São Paulo Ed., 1924, pp. 92.

(18) Ata da primeira reunião da segunda sessão extraordinária do exercício de 1919 em 04 de março de 1919 - Conselho Municipal de Ponta Porã, livro n. 02 (1918-1922), manuscrito.

- (19) O Matto Grosso, Cuiabá, 09.03.1919, pp. 01.
- (20) Ata da quarta sessão extraordinária do Conselho Municipal de Ponta Porã em 26.07.1919. Conselho Municipal de Ponta Porã, livro n. 02 (1918-1922), manuscrito.
- (21) O Matto Grosso, Cuiabá, 17.07.1919.
- (22) CORREA FILHO, V. A. - op. cit., pp. 87.
- (23) A Companhia tinha o prazo de dois anos para fazer a escolha das áreas a serem arrendadas. Findo esse prazo, não poderia mais mudá-las. Ver: "Termo de Contrato celebrado entre o Estado de Mato Grosso e a Firma Laranjeira, Mendes & Companhia..." in: SEREJO, Hélio (et. alli.) - Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul (1883-1949) - Campo Grande, Instituto Euvaldo Lodi, 1986, pp. 289-293.
- (24) "Pelos Hervaes. Ação do Delegado de Polícia" "Está se fazendo sentir o empenho que tem o governo de que seja cumprido o contrato com a Empresa Mate. Escolhida a zona sobre que versa o arrendamento, o governo resolveu entregar essa zona completamente livre de intruzos, tendo dado ordens terminantes ao tenente Delegado de Polícia a fim de agir no sentido de que seja a lei cumprida. Em virtude dessa ordens, o tenente Themistocles de Carvalho transportou-se ao Juty, onde se entendeu com os Srs. Manuel Ramos Paraná e Saturnino Rolim, que ali estavam estabelecidos, impondo-lhes a retirada. Com a maneira (...) a mais enérgica que lhe são características, o tenente Themistocles conseguiu o objetivo que levava, mostrando a cada um a disposição do governo e a obrigação em que se achava em razão de um contrato de alta relevância para as finanças do Estado, o que o obrigava a

agir de qualquer maneira, empregando os meios que se tornassem necessários." O Progresso, Ponta Porã, 20.03.1927, pp. 01.

(25) Idem, 13.05.1923.

(26) Resolução 939 de 16 de julho de 1925, de Estevão Alves Correa, 1. Vice-Presidente do Estado de Matto Grosso em exercício - apud. SEREJO, H. (et. alli.) - op. cit., pp. 296.

(27) CORREA FILHO, V. A. - op. cit., pp. 86.

(28) Genro de Pedro Celestino, Virgílio Correa Filho foi seu secretário geral no período de 1922 a 1924.

(29) ALVES, Gilberto Luiz - "Mato Grosso e a História: 1870-1929. Ensaio sobre a Transição do Domínio da Casa Comercial para a Hegemonia do Capital Financeiro" in: Boletim Paulista de Geografia, 61: 05-81, 1984. Citação da pp. 53.

(30) CORREA, Francisco de Aquino - Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa em 06 de outubro de 1919, manuscrita, APMT.

(31) CORREA FILHO, V. A. - op. cit., pp. 91.

(32) CORREA DA COSTA, Pedro Celestino - Mensagem dirigida á Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1924, - Cuiabá, Typ. Official, 1924, pp. 78, APMT.

(33) LIMA, Astúrio Monteiro de - Mato Grosso de Outros Tempos. Pioneiros e Heróis - São Paulo, Ed. Soma Ltda, 1985, pp. 20-21.

(34) MACHADO, Dulphe Pinheiro - op. cit. pp. 193.

(35) Idem, ibidem, pp. 196.

(36) Folha do Povo, Ponta Porã, 13.04.1941, pp. 01 e 04.

ACML.

(37) Idem, ibidem.

(38) O Matto Grosso, Cuiabá, 06.03.1919, pp. 01.

(39) CORREA DA COSTA, Pedro Celestino - Mensagem dirigida pelo coronel _____, 1. Vice-Presidente do Estado em exercicio á Assembleia Legislativa ao installar-se a 2. sessão da 8. legislatura em 13 de maio de 1910 - Cuiabá, Typ. Official, 1910, pp. 14, APMT.

(40) Idem, ibidem, loc. cit.

(41) CORREA DA COSTA, Pedro Celestino - Mensagem dirigida a Assembleia Legislativa ao installar-se a 3. sessão ordinaria da 12. legislatura em 13 de maio de 1923 - Cuiabá, Typ. Official, 1923, pp. 03, APMT.

(42) DONATO, Hernani - Selva Trágica. A Gesta Ervateira no Suleste Matogrossense - São Paulo, Edições Autores Reunidos, 1959, pp. 63.

(43) Idem, ibidem, pp. 43.

(44) O Progresso, Ponta Porã, 15.08.1926.

(45) Idem, ibidem, 23.10.1927.

(46) Idem, ibidem, 23.10.1927.

(47) Idem, ibidem, 27.04.1927.

(48) COSTA MARQUES, Joaquim Augusto - Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. _____, Presidente do Estado á Assembleia Legislativa ao installar-se a 1. sessão ordinaria da 10. legislatura em 13 de maio de 1915 - Cuiabá, manuscrita, 1915 APMT.

(49) O Progresso, Ponta Porã, 27.04.1924.

(50) Ver: El Pueblo, Asunción, 10.03.1898; La Democracia,

Asunción, 06.07.1896; El Municipio, Concepción, 05.07.1898,
apud. ARRUDA, Gilmar - Frutos da Terra. Os Trabalhadores da
Companhia Matte Laranjeira - Assis, UNESP (mestrado em
História), 1989, pp. 36-40.

Parte III - Os Insubmissos da Fronteira

O erval, denominado pelos trabalhadores paraguaios de caaty, é um imenso emaranhado. Caminhos que se cruzam e que parecem não conduzir a lugar algum. Quando deserto, aumenta a sensação ao viajante desavisado, de solidão e de perda. (1) Como se conduzir neste labirinto quando não se tem a experiência de tê-lo vivido? Qual o caminho que nos conduzirá por dentro do erval e nos permitirá conhecer como viviam os trabalhadores, se estes não deixaram a memória desta experiência? Sua cultura nos é apresentada nos relatos de viagens, nos documentos oficiais da Companhia Mate Larangeira, em contos folclóricos e em romances regionais.

O erval, para alguns, é um lugar exótico - e é narrado por esta qualidade, pelo folclórico. Para outros, o erval e seus trabalhadores entram no quadro de referências do narrador, pelos problemas que apresentam à consecução de seus valores e de seu tempo: necessidade de progresso e de civilização. Ou ainda representam um perigo para a nação na medida em que contribuem para a desnacionalização da fronteira. A exceção de Hélio Serejo, todos os outros narradores nunca foram ervateiros. Apenas por lá passaram um dia e contaram o que viram e o que pensaram. Em sua grande maioria, fizeram o discurso que engrandeceu a Companhia Mate Larangeira.

Ainda que de forma fragmentária, presos num

discursos que os desqualificava perante os valores civilizatórios, vamos encontrar os trabalhadores ervateiros nas estradas, perambulando de um erval a outro, nos bolichos, prostibulos, casas de jogo e carreras de cavalo. São estes os cenários preferidos para se relatar um crime bárbaro, uma briga ou uma grande bebedeira.

Mas se nos circunscrevêssemos e esses cenários, não conseguiríamos romper o discurso que os desqualifica por serem briguentos e beberrões, pouco afeitos ao trabalho disciplinado. É preciso também procurá-los no erval, envoltos no processo de elaboração da erva-mate. É principalmente no processo de trabalho, e tentando fazer uma contra-leitura da violência característica da fronteira, que poderemos resgatar sua cultura, seu modo de vida e sua resistência às estratégias disciplinares que tentaram transformá-los num corpo dócil ao trabalho, bem como moldá-los às diretrizes do progresso e da civilização.

O que sabemos dos trabalhadores ervateiros nos chega "na voz dos outros". (2) Não é a voz do trabalhador que está presente no discurso do viajante. Este discurso nos dá uma imagem, uma representação do trabalhador ervateiro, quase sempre uma imagem negativa, desqualificadora de sua cultura. Estamos diante de um discurso que não admite a alteridade, que não reconhece o outro enquanto tal, uma vez que o apreende a partir de seus próprios valores. Uma visão etnocêntrica, em suma. (3)

O discurso, contudo, não reduz o outro ao silêncio, nem impossibilita sua apreensão, mas nos dá pistas de como poderia ter sido sua vida e sua cultura. Assim, não estamos irremediavelmente despojados de sua experiência.

Ao reconhecermos que as experiências, lutas e anseios dos trabalhadores só chegam até nós através da fala dos outros, ou seja, de uma certa forma, "através de filtros e intermediários que os deformam", isto não significa que estamos diante da impossibilidade racional de apreender a experiência cultural do trabalhador ervateiro, nem que devemos nos restringir a sua representação. (4)

Não queremos aqui dar voz aos vencidos. Trata-se de uma questão metodológica, que envolve o tratamento a ser dado à documentação, bem como impõe seus limites. Temos pela frente uma documentação indiciária, (5) mas como são as únicas fontes de que dispomos, cumpre, no dizer de Vovelle, "decifrar o silêncio" que "supõe um trabalho em negativo ou filigrana". Nossas fontes poderiam ser consideradas pobres, mas sabemos o que não podemos esperar delas. Esperamos apenas, nas franjas desses discursos, "advinhar ou entrever o outro mundo." (6)

Dentro do imaginário social que se formou do sertão de Mato Grosso, a região dos ervais tem sido apresentada como o local onde florescia o ouro verde. Significativamente, uma concentração de erveiras costumava

ser denominada mina e seus trabalhadores, mineiros. A relação com os seringais da Amazônia é importante para a constituição desse substrato imaginário. Tal relação, em seu polo positivo, foi feita por Hélio Serejo, quando descreve o ervateiro como obsecado e visionário, qual o seringueiro. "O bom preço e a suposição de um ganho relativamente fácil e rendoso levam o homem à condição humilhante de escravo voluntário." (7) Mas persiste a idéia da riqueza fácil e da formação de fortunas que possibilitavam se acender um charuto com uma nota de alto valor.

A mesma lenda teria atraído, segundo Puiggari, os imigrantes gaúchos para a região, apresentada como sinônimo de fartura, enriquecimento fácil e vida boa. Mas, segundo Talma, os processos de captação da força de trabalho são os mesmos que "transformaram o El Dourado da seringa no Inferno Verde do paroára." (8) A medida em que se descortina o cenário do ouro verde, este se transforma em Inferno Verde: inferno da escravidão. Descortinam-se as bases onde a Companhia Mate Larangeira plantou sua civilização. (9)

1 - O Mundo do Erval

A região ervateira abrange o sul de Mato Grosso, leste paraguaio, o território de Misiones na Argentina e o noroeste paranaense. Tal região se constituía como uma unidade do ponto de vista cultural, bem como das práticas de trabalho. A atividade ervateira se sobressaía, e as formas de exploração e elaboração eram substancialmente as mesmas.

O trabalhador empregado nos ervais era, em sua grande maioria, o paraguaio, descendente dos guarani, recrutado em toda região. Sua língua corrente, o espanhol, sendo que entre os trabalhadores ervateiros predominava o guarani. A região desde o início do século, não reconhecia fronteiras internacionais.

Não há motivos para se duvidar que as relações e o processo de trabalho fossem diferentes na Mate Larangeira e na Industrial Paraguaia, companhia que dominava a exploração do mate no Paraguai. (1) O que importa destacar é que os trabalhadores ervateiros carregavam uma experiência de trabalho de muitas gerações, experiência essa que remonta às missões jesuíticas no século XVII e que não se modificou no século XVIII e XIX. (2)

Após a Guerra da Tríplice Aliança, toda a região passa por uma mudança na vida econômica provocada por sua inserção no mercado platino. Buenos Aires atua como um polo

em torno do qual gira a vida econômica e onde se concentram os capitais ingleses. Na região matogrossense, o polo econômico tinha em Corumbá o seu centro. Cidade portuária, lá se instalaram as principais casas exportadoras e importadoras. O capital anglo-portenho concentrou seus investimentos em fazendas de criação de gado e saladeiros.(3) Na região sul, o domínio da atividade ervateira é incontestável e seus polos econômicos foram, num primeiro momento Porto Murtinho, e em seguida Ponta Porã. Para toda a região ervateira, os polos são as cidades de Posadas, na Argentina, e Vila Concepcion, no Paraguai.

O processo de constituição do mercado de trabalho data do final da Guerra com o controle da terra e da expropriação dos camponeses em toda a região ervateira. No Brasil, o controle legal da terra data de 1850, no processo de abolição da escravidão e formação de um mercado de trabalho livre. Para José de Souza Martins, o controle sobre a terra era essencial no processo de formação de um mercado de trabalho livre, de tal forma que, num tal regime, "a terra tinha que ser cativa." (4) Especificamente para a região ervateira, o controle sobre as terras se dá com o arrendamento dos ervais, como já foi visto.

No Paraguai, a partir de 1883, o Estado passa a vender suas terras, cujos preços ficavam muito além do que os trabalhadores tinham condições de dispender, dificultando-lhes, portanto, o acesso legal à terra. A região ervateira

foi toda adquirida por 45 empresas, sendo que só a Industrial Paraguai adquiriu um total de 2.647.327 hectares. (5) Na Argentina, principalmente no território de Misiones, a partir de 1881 parte da região ervateira foi adquirida por 29 compradores, totalizando uma área de 2.101.936 hectares. O restante das terras foi vendido a imigrantes europeus que se dedicaram à pequena exploração ervateira, de certa forma controlados pelas grandes companhias. (6)

Assim, a formação de um mercado de trabalho esteve condicionada ao controle sobre as terras, retirando dos trabalhadores as condições de garantir a sobrevivência de uma outra forma que não fosse o seu engajamento como trabalhador na propriedade de outrém.

1.1 - Recrutamento e manutenção da mão-de-obra

Desde o final da século XIX, os trabalhadores vinham sendo recrutados em cidades e vilas fronteiriças do Paraguai, ou em Posadas e Corrientes, na Argentina. Denominava-se o recrutamento de *conchavo*, feito por um especialista, o *conchavador*. No processo de recrutamento, num primeiro momento, o trabalhador não se oferece para trabalhar nos ervais, mas é seduzido pelo *conchavador*.

O recrutamento era realizado num baile ou num prostíbulo. O *conchavador* mostrava aos trabalhadores a possibilidade de rápido enriquecimento e facilidades de ganho

ao se trabalhar nos ervais, sempre comparando as condições de vida do trabalhador com as que ele poderia vir a ter se fosse trabalhar nos ervais. Para consubstanciar o que dizia, oferecia uma quantia em adiantamento: o anticipo, que era gasto incontinenti. (7) Assim, o trabalhador já se dirigia para os ervais endividado. Lá chegando, obrigavam-no a adquirir os gêneros de primeira necessidade e os instrumentos de trabalho nos armazéns da Companhia, que majorava os preços, entrando o trabalhador num círculo vicioso que caracteriza a escravidão por dívida. Por outro lado, as condições de trabalho e consequentes ganhos salariais não coincidiam com os descritos pelo conchavador.

Destacando o caráter perdulário do peão ervateiro, assim descreve Simões da Silva o conchavo e o anticipo:

"Cada peão, ao aceitar a proposta para trabalho, recebe logo, antes de embarcar para o centro de ação, uma quantia adiantada, regulando de 100 a 150 pesos, papel moeda argentina, a que denomina de anticipo, para despesas de primeira necessidade, gastando-a incontinenti, na cidade de Posadas em dois ou três dias, com jogo, bebidas e mulheres; seguindo afinal para ocupar o seu cargo, desprovido de qualquer recurso, exatamente como dantes se encontrava, a fim de pagar com o suor do corpo, a importância, tão facilmente recebida quão loucamente despendida.

Uma vez pago o tal anticipo e com alguma sobra acumulada no bau, o que se verifica com mais de um ano de serviço, pede passagem, de ida e volta, para Posadas, que lhe é fornecida pela empresa, sempre gratuitamente; onde, no mesmo lapso de tempo (dois ou três dias) fica reduzido a mais extrema pobreza, chegando a ficar, um ou outro, até sem

dinheiro para cigarros, sendo necessário novo antecipo voltando ele, outra vez, ao 'cativeiro', a suportar os horrores desta vida." (8)

Em muitos relatos, o trabalhador é apresentado como se desconhecesse as condições de trabalho e fosse realmente seduzido para trabalhar nos ervais. O que se ressalta nesses relatos é sua ingenuidade e o desconhecimento das condições de trabalho, mas estas eram as mesmas desde o início do século XIX, o que nos leva a desconfiar dos relatos, uma vez que os trabalhadores tinham experiência de trabalho nos ervais acumulada durante muitas gerações. Por outro lado, é preciso lembrar que a região não oferecia outras ocupações que pudessem garantir a sobrevivência, principalmente porque se exercia o controle sobre as terras com o maior rigor possível.

O recrutamento com o antecipo, e a conseqüente escravidão por dívida, não se deve a uma pretensa escassez da mão-de-obra, apesar de haver reclamações nesse sentido, mas à necessidade de sua manutenção. Se há uma sedução, esta se dá na medida em que se convence o trabalhador paraguaio a trabalhar. Este é um ponto crucial, pois estamos diante de uma cultura que não se identifica no e pelo trabalho. O trabalhador paraguaio da fronteira ervateira nega sistematicamente que o homem se realiza no e através do trabalho. A sedução se dá no momento em que, em troca de uma boa farra, ele é convencido a trabalhar. Mas a farra vem em primeiro lugar, o trabalho depois.

A "cultura paraguaio-guaranítica, do trabalhador ervateiro, foi caracterizada negativamente pela sua constante recusa ao trabalho. Assim a descreve Melo e Silva:

"O seu gênio alegre empresta uma feição original aos seus costumes. A maior parte do seu tempo se escoa em diversões - danças, passeios e musicatas, salvo se por qualquer circunstância submeteu-se a um trabalho sistemático, cuja empresa ou patrão exerceu sobre ele disciplina severa. Ainda assim tenha-se por certo que logo se emancipa, subtraindo-se a qualquer jugo que não seja alegre e suave. Mesmo porque o descendente guarani, até no trabalho exterioriza a festa do coração, cantarolando, gritando, chalaceando.

São excessivamente andejos.

As estradas da faixa linceira, especialmente as que dão acesso às cidades e povoados, são verdadeiros caminhos de formiga.

Ao contrário do que acontece com o paulista, nordestino ou demais povos laboriosos do Brasil, que só em casos excepcionais se afastam do trabalho em dias úteis, são eles encontrados em bandos a todo instante, homens e mulheres, ordinariamente a cavalo.

Agrupam-se em qualquer parte, cantando e bebendo.

É comum ficarem horas a fio nas casas de negócio, cantando, tocando sanfonas, violões e violinos, a pretexto de experimentarem estes instrumentos, cujos 'stocks' são sempre vultosos.

Com semelhanté índole, é fácil imaginar-se a aceitação que tiveram na fronteira certos costumes dos civilizados." (9)

O mesmo autor, no entanto, lembra que o "regime nos ervais é algo diferente". Em que? Na institucionalização da escravidão por dívida e na coerção direta e brutal ao trabalho através de uma polícia própria que coibia as fugas e na intensa vigilância no trabalho feita pelos capatazes.

O conchavo foi considerado uma atividade lucrativa e rendosa, da qual muitos sentiriam saudades. Em 1925, um conchavador reivindica a quantia de 1.000 pesos paraguaios por cada peão conchavado, ao mesmo tempo em que um peão receberia como antecipo uma quantia que variava de 1000 a 5000 pesos paraguaios, quantia esta que ele demoraria um ano para pagar com seu trabalho nos ervais. (10) Na década de 20, a atividade do conchavo estava sistematizada através de agências recrutadoras instaladas em Corrientes, Posadas e Concepción. Os agenciadores de mão-de-obra pagavam ao trabalhador o antecipo e recebiam dos grandes proprietários de ervais uma quantia fixa por trabalhador arregimentado. De certa forma, os trabalhadores eram vendidos aos donos de ervais. O trabalhador conchavado se comprometia a pagar o antecipo com o seu trabalho nos ervais: "Por la presente reconozco que debo al Sr. José Osmar la suma de 70 m\$, proveniente de pensión e hospedaje, cuya cantidad me comprometo a canjear con mis trabajos en el establecimiento del Sr. Pedro Nunez." (11) Também se obrigava a trabalhar o número de horas e dias determinados pelo patrão até saldar sua dívida, ou produzir uma quantidade mínima por dia, dependendo da função que ia exercer.

Já na década de 20, os agenciadores de mão-de-obra tinham uma espécie de controle sobre quem eram os trabalhadores, principalmente quanto ao seu passado, se reincidentes em fuga, brigas, bebedeiras ou outros defeitos

que atrapalhassem o bom andamento dos trabalhos nos ervais. Wachowicz afirma que as atividades anteriores dos trabalhadores eram vasculhadas, principalmente através de uma carteira de trabalho onde "existia um histórico da atividade de serviço do portador." (12)

Praticava-se o conchavo com a conivência de autoridades, como delegados ou juizes. Tal fato fica evidenciado numa carta dirigida a Heitor Mendes Gonçalves por Aureliano Rylon: "por las funciones oficiales que desempeño me resulta un tanto delicado tener que hacer estos trabajos (conchavo) sino es con el concurso de un tercero." Por este motivo, pede à Companhia que o deixe como responsável pela Agência em Concepcion e que, neste cargo, poderia conchavar os peões diretamente com menos gastos para a empresa e ocupando menos pessoal. Ao mesmo tempo afirma que poderia fazê-lo eliminando as "praticas inescrupulosas" utilizadas no conchavo. (13) A experiência paraguaia pode ser esclarecedora para esta questão. Barret afirma que "las autoridades se compran mensualmente mediante un sobresueldo". (14)

As autoridades também garantiam que o trabalhador que tinha recebido o anticipo iria para os ervais. Feito o conchavo, armava-se em torno do trabalhador uma rede de controles para evitar que fugisse ou se recusasse a embarcar:

"Desde el momento del acuerdo o contrato verbal, realizado entre el conchabador y el mensú, se ponía en marcha un sistema de estricto control de

traslado y desembarco en los yerbatales. Los agentes de conchabo entregaban al comisario del vapor la liste de los peones con sus correspondientes puertos, y expedian un vale por el número de pasajeros; el comisario, que a su vez expedía un recibo por los trabajadores a su cargo, era el responsable ante las agencias de que llegasen a destino. En caso de que el mensú se negase a embarcar, la subprefectura del puerto derimía los conflictos surgidos entre peones y conchabadores, obviamente a favor de los últimos." (15)

Assim que embarcavam ou se dirigiam para os ervais, a sedução do conchavo começava a se desfazer. Logo no embarque eram todos desarmados e entrava em vigor um código ou postura que dominava as relações de trabalho nos ervais em toda a região do Alto Paraná, sul de Mato Grosso e Paraguai. Esse código não escrito, mas que tinha força de lei, e que era aplicado pelos capatazes, incluía a proibição de livre trânsito pelos ervais, (obrigatoriedade de portar um passe ou permissão), os castigos corporais aos trabalhadores por questões que iam de uma briga ao furto e o assassinato e punição exemplar para quem se revoltasse ou fugisse. (16)

E possível que, à medida em que o acesso à terra se tornava mais difícil, ficava mais fácil recrutar trabalhadores para os ervais devido à dificuldade de se garantir a sobrevivência. Wachowicz já fala de uma época em que a Companhia anunciava que estava recrutando trabalhadores e dando um antecipo, e estes se dirigiam para as agências de conchavo à procura de emprego. Ao contrário do que alguns autores afirmam, de que o regime de escravidão por dívida se devia à uma escassez de mão-de-obra, há indícios de que tal

regime de trabalho se justifica pela necessidade de manutenção da mão-de-obra arregimentada.

Ainda segundo Wachowicz, apesar de terem que dispendir somas vultosas, os proprietários de ervais não abriam mão do antecipo. "Ele era o início da corrente de ferro que tornava os mensus, se não escravos, verdadeiros servos, presos ao patrão por uma conta corrente praticamente interminável." (17) Mas, ainda segundo o mesmo autor, do antecipo os trabalhadores também não abriam mão. Ninguém ia para os ervais sem antes receber o antecipo.

Porque não se tem na região relações de trabalho tipicamente assalariadas? Qual a necessidade da dívida e dos sistemas de coerção direta ao trabalho? Ora, o pagamento do antecipo não garantia ao proprietário do erval um trabalhador eficiente, apenas garantia sua presença física. Castoriadis, ao discutir a força de trabalho, lembra muito bem que, ao comprá-la, o que o capitalista "vai poder extrair da mesma como rendimento efetivo será o resultado de uma luta que não cessará um segundo durante a jornada de trabalho." Está-se diante de uma situação em que o salário já permeia as relações sociais. Em última instância, o capitalismo, ao tentar vincular "salário com rendimento efetivo faz com que toda a organização do trabalho e da empresa torne-se objeto de luta." (18)

Os trabalhadores ervateiros não eram todos assalariados (mensus). Os que estavam diretamente ligados ao

processo de elaboração da erva mate recebiam por produção. Seria uma medida eficiente ou capaz de fazer com que os trabalhadores tivessem uma produção mínima que compensasse o dispêndio do antecipo?

O trabalhador devia cumprir uma produção mínima diária. No caso do mineiro cortador de erva, devia produzir no mínimo dez arrobas paraguaias por dia, e o ensacador devia ensacar trinta sacos diários. Mas não sabemos os processos que a Companhia utilizava para garantir a produção mínima. O crédito do trabalhador no armazém tinha um limite que poderia estar condicionado à produção mínima. A questão remonta para o controle sobre o tempo de trabalho. Ficaria a critério do trabalhador o tempo necessário para se produzir o mínimo diário? A presença de capatazes que acompanhavam todo o processo produtivo é um indicativo de que não. Mas, por outro lado, apesar de trabalhar sem descanso semanal, o trabalhador ervateiro cumpria cotidianamente um ritual que envolvia o controle sobre o tempo: as rodas de tererê. Todos os dias, paravam religiosamente o que estivessem fazendo para tomá-lo.

O mineiro recebia de acordo com um sistema denominado de arroba-carê. Se produzisse dez arrobas paraguaias e oito quilos, ganhava por onze. Se produzisse uma grama a menos, ganhava por apenas dez. Temos aqui uma espécie de incentivo à produção, apesar da dívida. Ainda atuavam como um incentivo à produção os valores de masculinidade ao se carregar um raído (fardo de erva-mate) de maior peso. Segundo

depoimento colhido por Wachowicz, os trabalhadores se sentiam como "um Hércules". (19)

O trabalhador ervateiro não reconhecia nem no trabalho, nem no dinheiro (salário) valores que nortegassem as relações sociais ou pessoais. Sempre que possível o trabalhador procurava fugir, não só devido às condições de vida nos ervais, mas por não reconhecer que devesse ao patrão. Nesse sentido, a dívida não é um valor internalizado capaz de manter o trabalhador no erval. Em última instância, os trabalhadores paraguaios não reconheciam a dívida contraída como legítima, e não admitiam como verdadeiros os cálculos feitos pelo patrão, uma vez que não tinham internalizado o salário como mediador das relações sociais. O trabalhador ervateiro não tem internalizada a poupança como um valor a ser preservado. Vários autores ficaram estarecidos com a facilidade com que os trabalhadores gastavam o que tinham ganho tão duramente.

Ao impor o antecipo os patrões tentam definir em que terreno vai se travar a luta de classes: a monetarização das relações sociais e o consequente controle e disciplina sobre o processo de trabalho e sobre o tempo. O trabalhador ervateiro sistematicamente se negou a reconhecer o novo terreno como legítimo. Em torno do antecipo trava-se uma luta entre, para usar uma expressão de Linebaugh, uma economia de necessidades e liberdade e uma economia do dinheiro. (20) Apesar do capitalismo tentar planejar todas as variáveis e incorporar a classe operária simplesmente como força de

trabalho, esta escapa ao planejamento capitalista, na medida em que se afirma enquanto classe através das lutas que rompem a auto-reprodução do capital. (21)

Através do antecipo se garantia a presença física do trabalhador no erval durante todo o processo produtivo. A produtividade do trabalho era extraída sob coerção direta ao trabalho, através da presença de capatazes, das formas de pagamento e da extensa jornada de trabalho que não previa descanso semanal nem interrupções para refeições. A dívida apenas ajudava a garantir uma estabilidade de trabalhadores durante o processo de elaboração da erva-mate, estabilidade esta contrabalançada pelas constantes fugas. Presos a uma dívida impagável e caçados caso fugissem, os trabalhadores eram obrigados a fazer o que mais recusavam: trabalhar disciplinarmente. Não fosse o antecipo, a dívida, a polícia própria e os inúmeros capatazes, as empresas ervateiras não conseguiriam manter uma mão-de-obra mínima capaz de garantir a produção à cada safra, trabalhando durante horas, em condições insalubres e com a menor inversão possível de gastos.

Havia evidentemente os trabalhadores que não se adaptavam aos ervais, seja pela falta de experiência ou pela simples recusa. Estes mineiros não conseguiam cumprir a quota mínima de produção diária, mineiros que nunca saldavam a dívida do antecipo e que se constituíam num peso morto para administradores e habilitados, acabavam por ser dispensados

ao final da safra, devendo ou não, quase como uma ordem de expulsão do mundo do erval:

"Dispensado por inadaptação, portanto, um peão que dava prejuízo, sem dinheiro algum no bolsilho, mal visto pela própria tripulação do vapor, o 'deterrado' com uma cadirnetta de mala recomendación, tinha pela frente um destino de amarguras. A humilhante condição de DESPENSAU era-lhe adversa em todos os sentidos. O arreglo de cuenta por ordem da administração, era um espinho terrível, atravessado na garganta de cada um. Peão, nessa situação, era peão sem trabalho. Peão sem patrão, Peão em marcha para o desespero. Muitos e muitos 'quatrêros' que infestaram a fronteira Brasil-Paraguai, vieram desses inadaptados, desses dispensaus de triste memória." (22)

Podemos concluir que, levar os trabalhadores para os ervais, apesar das reclamações de que faltava mão-de-obra na região, não era tão difícil. A dificuldade maior estava em mantê-los trabalhando nas condições oferecidas. Os mecanismos de manutenção da mão-de-obra utilizados pela Companhia foram descritos como bárbaros, cruéis e violentos por muitos depoimentos de viajantes. Dentre eles destacam-se os castigos corporais e o assassinato dos trabalhadores que abandonavam os ervais. O abandono do trabalho foi qualificado pela Mate como fuga, já que os trabalhadores não teriam pago o antecipo, sendo a fuga interpretada como roubo. Também como mecanismos de manutenção da mão-de-obra aponta-se o pagamento em vales apenas resgatáveis nos armazéns da Companhia, a necessidade de um permissão (espécie de ordem de trânsito) para se circular pelos ervais, e a constante vigilância dos capatazes em todas as etapas da elaboração da erva-mate, além

da existência de uma policia própria, que a Companhia mantinha para perseguir os trabalhadores fugitivos.

Ora, tais mecanismos de manutenção da mão-de-obra já apontam para uma resistência dos trabalhadores às condições de vida e trabalho impostas nos ervais, as mais precárias possíveis. A vida num rancho ervateiro parecia circular em torno do trabalho. Não havia descanso autorizado e trabalhava-se de segunda a segunda. No rancho, a autoridade ficava toda nas mãos do patrão: sua vontade e o que determinava eram lei. Somente os fiscais da Companhia inspecionavam os ervais, e muitos ficavam em regiões insalubres, com alto índice de doenças, como a malária ou chaga de Bauru. Os ervais também não eram de fácil acesso e grande número deles só alcançável através de picadas abertas na mata. Tudo indica que Cabanas não exagerou ao descrever os ervateiros empregados por Allica na região do Alto Paraná. As condições nos ervais da Mate Larangeira não eram diferentes:

"(...) tendo cada um em si, os característicos da vida miserável que passavam sem o mais rudimentar cuidado de higiene; uns bestializados pelos maus tratos, sorriam alvarmente, olhar parado, em ponto fixo imaginário. A grande maioria com os artelhos deformados pelos bichos de pé, sonolentas faces entumecidas pela anchilostomiase ou pelo mal de Chagas, movia-se lentamente; mulheres cabisbaixas, quase inconscientes sofrendo idênticos males, deixando aparecer pelos rasgões das saias, pernas esqualidas, sentavam-se aos grupos pelo povcado, tendo ao redor crianças cor de âmbar, ventres crescidos, sonolentas e

tristes..." (23)

Cabanas ainda relata que encontrou seis cadáveres abandonados no mato, dois de mulheres, uma em estado avançado de gravidez. Ao proceder o inquérito, chega à conclusão de que se tratava de um grupo de trabalhadores ervateiros de Allica que se revoltaram contra o regime de trabalho nos ervais. Também conta que os soldados de uma unidade tenentista que tinha se rendido, foram entregues a Antonio Gomes e Quincas Nogueira, (este último sabidamente um preposto da Mate Larangeira) e levados para trabalhar nos ervais de Mato Grosso, onde presenciaram o assassinato de um paraguaio que tentou fugir. Três desses soldados também conseguiram fugir e, após dois meses e meio nos ervais, chegaram a Guaira ocupada pelos tenentistas e contaram a história. (24)

Evidentemente que a Companhia nunca admitiu que em seus ervais cometiam-se assassinatos dos ervateiros que tentavam fugir. Nem mesmo admitia que seus trabalhadores fugissem. Mas, num relato de um administrador de um rancho da Companhia, o problema da fuga aparece claramente, pois o administrador, Teófilo Medina, objetivando diminuir as fugas que comprometiam a produção do rancho, resolveu humanizar as relações de trabalho, fazendo afixar ao final do mês o montante das dívidas de cada trabalhador para que todos ficassem cientes de suas condições, bem como resolveu conceder meio dia de descanso aos domingos. (25)

A fuga aparece como a principal forma de

resistência dos trabalhadores ervateiros às condições de vida nos ervais e ao poder disciplinar da Companhia Mate Larangeira. O trabalhador foge porque não concorda com o regime de trabalho, ou porque acha que já trabalhou o suficiente para pagar a dívida contraída ao receber o antecipo. Antonio Cardoso, mineiro fugitivo, assim explica os motivos da fuga:

"... porque nos hacian vagar desde que aclaraba hasta l'anohecer entre malezales e caraguatas buscando yerba silvestre sin dejarnos volver al campamento si no traimos varias arrobas bien quebradas y sapecada y nos tenian a cintarazo limpio..." (26) .

Antonio Cardoso e seus companheiros de fuga se perderam no mato, foram capturados pelos comitiveros e reconduzidos ao erval. Segundo vários relatos, o mais comum era o assassinato do mineiro que fugia. Os capturados e reconduzidos aos ervais sofriam castigos brutais e exemplares.

Para coibir a fuga, as empresas ervateiras tinham sob controle os botes que pudessem ser utilizados para esse fim. Arthur Martins Franco narra uma fuga de Guaira em que os trabalhadores utilizaram um caximbêu que lá chegara trazido pela correnteza:

"A peonada havia promovido um baile e, alta noite, três deles planejaram uma fuga, utilizando-se do 'caximbêu' e, trataram de realizar o plano que haviam combinado, mas, ao chegarem à crista, não conseguiram vencê-la, e a força da correnteza levou o caximbêu e os seus

três tripulantes para o meio da
corredeira, abaixo da Ilhota do Diabo..."
(27)

Na manhã seguinte os habitantes de Guaira viram os três peões encahados no meio do rio, sobre uma pedra, "com os pés metidos na água, a acenarem desesperadamente para terra." Como era um local de difícil acesso, próximo ao salto, planejaram uma forma de socorrer os peões, tentando fazer descer um bote preso a um cabo até a ilhota e de lá descer um barril também preso a um cabo até alcançá-los na pedra. Um plano que precisava de dois homens para tripular um bote, um barril e cabos. Mas até o final do segundo dia as providências ainda estavam sendo tomadas quando dois dos peões não aguentaram a espera e se atiraram na água. Na manhã do terceiro dia, o último peão, "seguramente desiludido de qualquer esperança de salvação", também se atirou na água. (28) E impossível não se pensar, ao se ler o relato, se realmente durante os dois dias inteiros não houve possibilidades de socorrê-los ou se foram deixados á morte como exemplo para que outros não tentassem a fuga.

Era prática comum na região o pagamento dos trabalhadores com vales a serem resgatados nos armazéns. Alguns autores, como Mirta Echeverria, atribuem a existência dos vales como um mecanismo para manter a mão-de-obra, impedindo o trabalhador de ter acesso ao dinheiro, mecanismo este que assegurava a necessidade de se empregar a cada safra. (29) A Companhia Mate Larangeira chegou a fabricar moedas de alumínio, denominadas de boletos e que valiam 1/2

ou 1 quilo de carne no armazém. (30) Ora, a mesma autora, ao se referir ao informe de Niklison, afirma que o peão ervateiro não era apegado ao dinheiro. Sem dúvida, o pagamento em vales garantia que o peão só podia se abastecer nos armazéns da Companhia, o que evitava que este abandonasse o local de trabalho para gastar um possível salário nos bolichos, bailes e prostíbulos, assegurando sua presença no erval. (31)

Mas é difícil de se aceitar a argumentação de que o pagamento em vales tinha como objetivo impedir o trabalhador de ter acesso ao dinheiro. Muitos outros relatos afirmam que a Companhia pagava os trabalhadores que conseguiam saldar a dívida e até forneciam transporte grátis para Posadas, na Argentina. Lá chegando, como já foi visto, o trabalhador gastava o dinheiro em bailes e casas de jogos. Rapidamente ficava sem nenhum tostão, voltando a se empregar em troca de um novo antecipo, como podemos ver no relato de Martinez:

"O ideal do peão que trabalha nos ervais, para empresas de larga exploração, é juntar dinheiro, e ir a Posadas, para fazer figura nos cafés cantantes, nos bailes ao ar livre, nas bodegas, onde quer que haja mulheres... Pouco tempo dura seu passeio, porque o dinheiro se evapora; (...) De novo se entrega ao trabalho e de novo regressa, sempre enganado pelo ardil das posadenhas que o enchem de zelos e o esvaziam de haveres."(32)

Martinez internalizou a poupança entre os trabalhadores como um valor, mas não entre os paraguaios cujo

interesse no dinheiro limitava-se apenas à possibilidade de fazer uma boa farra durante três dias e se divertir ao máximo. O que fica patente no depoimento de Martinez é que os trabalhadores tinham acesso ao dinheiro fora dos ervais. A Companhia se garantia que a farra seria feita após o término dos trabalhos, pois dentro dos ervais imperava a lei seca. A Companhia também dava a passagem para Posadas gratuitamente, pois sabia que assim que terminasse a farra o trabalhador voltaria para os ervais. Em muitos casos, a passagem de volta já tinha sido concedida antes do ervateiro partir para Posadas, funcionando como um prêmio e garantindo mais um trabalhador nos ervais na próxima safra. Muitos trabalhadores, a maioria com certeza, não iam para Posadas, mas gastavam o que ganhavam nos bolichos à beira das estradas e nas vilas fronteiriças. Lá, se embebedavam todo o tempo e voltavam para os ervais novamente endividados. Assim, a Companhia Mate Larangeira pagava em dinheiro ao trabalhador, mas tinha garantido que o dinheiro não seria poupado, mas gasto até o último tostão. E o trabalhador compelido a voltar aos ervais.

Ora, o fluxo de trabalhadores para Posadas não era pequeno e a cidade lucrava com isso já que gastavam tudo. Em 1931, o prefeito de Foz do Iguaçu tenta coagir a Mate Larangeira a dirigir os trabalhadores para esta cidade e não mais para Posadas, propondo-se inclusive a criar agências de conchavo. (33)

Vale ressaltar que nenhum trabalhador podia sair

de um erval" sem um permiso, ou autorização expressa do administrador, sob pena de ser considerado um fugitivo, correndo o risco de ser assassinado pelos comitiveros. No Paraguai, para evitar que os trabalhadores fugissem dos ervais com conta a pagar, o governo decretou em 1871: "En todos los casos que el peón precisase separarse de sus trabajos temporalmente deberá obtener ... asentimiento por medio de una constancia firmada por el patrón o por capataces del establecimiento" E ainda mais: "El peón que abandone su trabajo sin este requisito, sera conducido preso al establecimiento, si así lo pidiere el patrón, cargandosele en cuenta los gastos de remisión y demás que por tal estado origine." (34) Mirta Echeverria nos dá, para os trabalhadores de Misiones, um exemplo de 1937, apresentado em Buenos Aires na Câmara dos Deputados. O trabalhador ia de Puerto Segundo a San Antonio e portava um permiso em que ficava claro que o trabalhador estava em trânsito com "el fin de ver unos parientes suyos que tiene en Baracón. Se conduce por sus medios propios." O documento vinha assinado pelo administrador do erval. (35) Evidencia-se que o permiso tinha como objetivo impedir as fugas dos ervais, funcionando como um mecanismo de manutenção da mão-de-obra.

Ainda funcionavam como mecanismos de manutenção da mão-de-obra o incentivo ao consumo para aumentar a dívida do trabalhador. Os armazéns mantinham estoques dos artigos que o peão paraguaio prezava muito, como chapéus, ponchos, perfumes, vestidos de "seda", lenços, etc. Também a presença

de mulheres "nos ervais era incentivada para aumentar a dívida, já que nos ervais não existiam atividades remuneradas que as mulheres pudessem exercer.

A manutenção da mão-de-obra baseava-se portanto, numa vigilância constante, com a presença de capatazes em todas as etapas do processo produtivo, e de uma polícia própria para perseguir os fugitivos; numa filantropia estrategicamente dirigida, com passagens gratuitas para Posadas ou como foi visto no capítulo "A Materialidade do Progresso" quando se discutiu a questão do paternalismo; e numa brutalidade exemplar, com a morte para os fugitivos e a constante ameaça de castigos para os menores delitos. (36)

1.2 - O Rancho Ervateiro

Ao contrário do que se possa pensar, o rancho ervateiro, que é a unidade de produção no processo de elaboração da erva mate, funciona como um sistema fabril. Por sistema fabril não entendemos a necessidade de aplicação de tecnologias no processo produtivo, mas uma forma de organização social do trabalho que visa obter o maior lucro possível para o capitalista, com a concentração num mesmo local de trabalhadores expropriados dos meios de produção e despossuídos de um saber técnico, o que justifica a presença do capitalista para organizar a produção e disciplinar os trabalhadores. (37)

A "produção de erva-mate até chegar ao produto destinado ao consumidor, sofre operações básicas que não requerem a aplicação de alta tecnologia. A produção se divide em três etapas essenciais: a colheita ou poda, a desidratação ou torrefação, e o seu beneficiamento. As duas primeiras operações são realizadas no erval, da qual resulta a erva denominada de cancheada. O beneficiamento da erva-mate era feito em moinhos instalados nas cidades, onde se fazia a classificação da erva cancheada, a sua mistura para dar um tipo homogêneo, e a embalagem da erva para o mercado consumidor. Em resumo, a fábrica que produz a erva mate está instalada nos ervais, onde se dá a sua produção essencial. O produto que vai para os moinhos não pode ser considerado matéria-prima, pois já passou pelo processo essencial de elaboração, ou seja, o seu cancheamento

Todo o processo de trabalho do rancho ervateiro em Mato Grosso se assenta nos ervais nativos, e a primeira atividade era descobrir na mata um erval cuja concentração de erveiras possibilitasse um trabalho rentável e a montagem de toda a infra-estrutura para a sua elaboração. Descobrir um erval, ou mina, operação denominada de monteada, era trabalho para o peão monteador, que deveria conhecer bem a natureza para saber se guiar na mata e achar a mina, que não era procurada a esmo, pois o peão monteador sabia quando se encontrava próximo a uma pela distribuição da flora e da fauna na mata. (39) Ao que tudo indica, a Companhia num primeiro momento dependia do conhecimento do trabalhador para

achar a minã, se bem que por volta de 1896 já conhecia as regiões onde haviam maiores concentrações de erva. (40) Isto não significa que a elaboração da erva-mate requiera um trabalho especializado, mas há todo um saber fazer que o trabalhador detêm, em cada uma das etapas do processo produtivo. Encontrado o erval, era preciso calcular seu rendimento mínimo, de tal forma que compensasse a construção de uma infra-estrutura para a elaboração da erva, qual seja, abrir picada ou estrada na mata, construir um barbaquá, comissaria e ranchada para os trabalhadores. (41)

Assim, um rancho ervateiro só seria instalado se a concentração de erva garantisse uma produção mínima que compensasse a construção de moradias e unidades de beneficiamento da erva-mate. A escolha do local merecia atenção especial. A construção de um rancho ervateiro se fazia preferencialmente perto de um córrego, que garantia o abastecimento de água, e com pasto nas proximidades para os animais, sendo as instalações construídas em pau-a-pique e cobertas de sapê. Mesmo os ranchos com grande capacidade produtiva tinham suas instalações construídas rústica e precariamente, com exceção do rancho Campanário, cujas instalações foram construídas com um acabamento melhor. (42) Na escolha da localização do rancho eram importantes também a proximidade de um rio navegável, a facilidade de se abrir picadas nas matas, ou construir estradas que garantissem o escoamento da erva beneficiada, feito por tropas de mulas, carroças ou caminhões até os portos onde era recolhida por

chatas e batelões, e conduzida para os grandes depósitos que a Companhia mantinha em locais centrais e de fácil acesso.

As dependências de um rancho eram constituídas de moradias para os trabalhadores (ranchitos), comissaria (armazém) vaqueria (administração do rancho e contabilidade), além das unidades de beneficiamento, formadas pelo barbaquá, cancha ou moinho, noque ou depósito, rancho do ataqueio e, dependendo do erval, rancho da tambôra. A rusticidade das instalações devia-se ao fato de que, terminada a poda das erveiras, todos se mudavam à procura de um novo erval e construam tudo de novo. Normalmente um erval só era podado uma vez ao ano, e o trabalho em um erval de pequeno porte durava em média de 2 a 3 meses, tempo suficiente para se proceder à poda e à secagem da erva. Daí que os trabalhadores se mudavam para um novo erval, contribuindo para se sobressair ao olhos dos viajantes o seu caráter andejo. Dependendo da extensão do erval, poderia ser dividido em zonas de poda, e neste caso construam-se as unidades de beneficiamento e administrativas com um acabamento melhor para que durassem mais, e apenas se mudava o local do corte e os ranchitos. (43) Tal prática permitia uma melhor conservação dos ervais, já que a rotatividade da poda possibilitava que as erveiras se recuperassem, pois só seriam podadas a cada dois anos. Estudos técnicos recomendavam a poda de uma erveira a cada três anos, mas parece que tal recomendação não era observada pela Companhia Mate Larangeira, como também não observava a recomendação de podar

uma erveira "entre os meses de janeiro e setembro, pois ficaria difícil conchavar novamente os trabalhadores. Segundo Barret, a Mate Larangeira não liberava os trabalhadores durante os meses em que a poda não era permitida porque seria "un gasto inutil; con el antecipo primitivo basta y sobra!" (44) Por outro lado, a liberação dos trabalhadores nesse período de três meses significava ver a ordem imposta nos ervais perturbada pelos trabalhadores que, ociosos, cruzariam as estradas lindeiras, bolichos e prostíbulos. Essa ociosidade foi combatida por todos os autores que discutem a cultura do trabalhador paraguaio. (45)

Todos os ranchos eram controlados pela Companhia, seja diretamente através de um administrador, ou indiretamente através de um contrato de habilitação. Não foi possível durante a pesquisa descobrir qual a predominância na gestão de um rancho, nem se houve alterações durante o período estudado. De Campanário a Companhia controlava toda a produção da erva-mate, no que tange à sua origem, quantidade produzida em cada rancho, qualidade da erva, número de trabalhadores de cada rancho e suas respectivas dívidas. Cada rancho enviava a Campanário uma contabilidade detalhada, além de manter fiscais que tinham por função vigiar os administradores e habilitados, garantindo que não haveria roubo ou contrabando de erva, ou seja, que a erva beneficiada nos ranchos seria entregue nos portos determinados pela Companhia. Um rancho controlado por administração direta, poderia arrendar as zonas de poda, ficando sob seu controle

direto apenas o beneficiamento. (46) O que se observa no trato administrativo dos ranchos é que não há uma regra fixa.

(47)

Já o contrato de habilitado seguia normalmente um padrão: o habilitado devia produzir uma quantia mínima, mas tinha assegurada a colocação de sua safra; responsabilizava-se pelas dívidas dos trabalhadores, mas a Companhia garantia o abastecimento de víveres para os trabalhadores sob responsabilidade do habilitado. É importante reafirmar que os habilitados eram controlados pela Companhia através de fiscais que impediam o contrabando de erva, tão frequente na região. (48)

Quanto ao número de trabalhadores, um rancho de porte médio, com uma capacidade produtiva de 300 a 500 mil quilos anuais, empregava em média 200 trabalhadores, além de chacareiros, arrieiros, e outros trabalhadores que davam o suporte estratégico para a elaboração da erva-mate. (48)

Os trabalhadores se distinguiam quanto à forma de remuneração de seu trabalho. Aqueles ligados diretamente ao processo produtivo recebiam por produção, como o mineiro, uru, foguista, atacador e ensacador. Os mensus, ou mensualeiros, que recebiam um salário fixo mensalmente, eram os trabalhadores ligados à administração ou ao controle do processo produtivo, como o administrador, mayordomo, contador, comitiveros e capatazes, além dos monteadores e condutores de arrias. Destes últimos, só o habilitado recebia

por produção. (50)

Logo após ser descoberto, o erval era limpo de cipós e outros matos que pudessem dificultar a poda, e se abriam picadas pelo erval para facilitar a locomoção. Puiggari assim descreve um erval de grande porte:

"O caaty (erval) é um verdadeiro labirinto na mata bruta. Há nele um sistema caprichoso de estradas, que se cruzam em todos os sentidos. A estrada maior, limpa, destocada, ampla, denominada tapé-guassú, que o atravessa em várias direções, é destinada ao trânsito de caminhões ou carretas, que recebem a erva já ensacada e mandada à vaqueria (rancho principal). No tapé-guassú morrem os tapé-hacienda (caminhos de cargueiros) que servem de comunicação entre o babaquá (forno subterrâneo para secar erva) e o tapé-guassú. Nessas estradas, sombrias, cobertas pela ramaria exuberante, transitam sem cessar, homens conduzindo, a pé, folhas de erva para o babaquá, e bestas carregadas de bolsas (sacas) de erva já pronta para os caminhões. Atravessando os tapé-hacienda, em múltiplas direções, existe uma infinidade de tapé-poy, caminhos estreitos, verdadeiros trilhos de cabras por onde os mineiros (colhedores de folhas) trazem o produto de seu labor ao tapé-hacienda, que lhe corresponde. O erval que tem, por exemplo, quatro tapé-guassú, possui, pelo menos, cinquenta tapé-hacienda e mais de duzentos tapé-poy. (51)

O processo de elaboração da erva-mate propriamente dito começa com a poda da erveira. O erval era dividido em tenditas, a área destinada a cada mineiro ou peão cortador de erva. Uma poda mal feita podia arruinar um erval, pois este não brotaria adequadamente no ano seguinte, comprometendo sua produção. A sazonalidade da erva-mate não foi respeitada,

pois implicava em dispensar durante uns três meses mão-de-obra arregimentada e dispender um novo antecipo no reinício da safra. Assim, procedia-se ao corte da erva-mate durante todo o ano, o que comprometia a capacidade produtiva dos ervais. Foi a poda alvo de constantes preocupações dos administradores do Estado, uma vez que sendo mal feita danificava os ervais nativos irreversivelmente. Na verdade, trabalhando em verdadeiro regime de escravidão, e tendo os ervateiros que produzir sempre mais na esperança de um dia poderem saldar suas dívidas com a Companhia, praticava-se correntemente no início do século a derrubada das árvores, facilitando para os trabalhadores a poda, já que as erveiras nativas atingiam uma altura acima de seis metros e o mineiro corria constantes riscos de cair, pois trabalhavam sem proteção. A prática de subir nas erveiras até seis metros de altura chamava-se de tini. Acima desta altura, o mineiro não tinha obrigação de fazer a poda.

"Quando, muito ao longe a acêê, no emaranhado policrômico da selva, solta o grito de alarma apavorante e trágico, o ervateiro desperta. E ao pé do fogo, com os companheiros e os filhos, vai sorvendo em rápidas goladas, o chimarrão bom e nutritivo. Uma pesada anedota, não raramente, arranca-lhe do peito gostosa e louca gargalhada. Dá uns gritos estridentes, pisoteia duramente o chão com a grosseira plantilla e solta uma blasfêmia (...) Depois, forra o estômago com um suculento guisado de mandioca, um pouco de soó-piru ou cajaré, umas colheradas de farinha grossa, e está pronto para enfrentar a luta." (52)

O mineiro calculava com precisão a quantidade de erva a ser podada. O mineiro deveria ser um exímio

equilibrista, pois uma queda podia lhe causar sérios ferimentos ou até mesmo a morte. Como vimos no relato acima, começava a trabalhar logo de madrugada, desganhando as erveiras. O mineiro que conseguisse cumprir sua quota diária poderia fazer um segundo corte no dia, denominado de *jurnacuá*, ou então, quando já estava anoitecendo, deixava para completar o corte no dia seguinte, o que se denomina de *topitá*, ficando para a manhã seguinte o restante necessário para cumprir sua produção mínima diária. (53) O que nos interessa neste momento é a relação do trabalhador com seu tempo de trabalho. Temos certeza que o tempo de trabalho não ficava sob o total controle dos mineiros, pois os capatazes existiam para que os mineiros não folgassem, e cumprissem sua cota diária. Variava em alguns ervais o momento em que algumas operações eram feitas. Se ao final de um dia de trabalho, o mineiro quisesse deixar a erva cortada para o dia seguinte, ao que tudo indica, ninguém o impediria, pois garantia-se que o mineiro produziria mais no outro dia.

Feita a colheita, a erva deveria ser sapecada, ou seja, expor as folhas recém colhidas ao fogo, para que não perdessem sua cor natural nem entrassem em processo de fermentação. O sapeco exigia do trabalhador muita habilidade; pois a exposição excessiva das folhas ao fogo poderia estragá-las. Essa exposição não passava de trinta segundos, até que as folhas adquirissem uma tonalidade amarelada. (54) Na década de 20 o sapeco foi substituído em alguns ranchos pela *tambôra*, aparelho movido manualmente.

Diferentemente do sapêco, efetuado pelo próprio mineiro no erval, a utilização da tambôra implicou numa divisão no interior do processo de trabalho, já que manuseada por um outro trabalhador. Sua utilização, por outro lado, implicou numa forma mais racional de poda da erva, na medida em que o mineiro não precisava cortar os galhos deixando um punho necessário para se proceder ao sapêco. (56) Já na década de 20, estudos científicos que visavam uma racionalização na produção da erva-mate recomendavam a utilização de uma tezoura para podar e não o machete, instrumento corriqueiramente utilizado na poda. (57) Para além dos estudos técnicos, a utilização da tezoura poderia implicar no desarmamento dos mineiros, pois o machete funcionava, para o mineiro, mais que um instrumento de trabalho, uma arma. (58) Contudo, o aspecto mais importante a se destacar é o de que a utilização da tambôra permitia ao mineiro ficar com mais tempo livre para fazer um segundo corte no dia, especializando-o na poda e aumentando sua produção.

O sapêco aparenta ser uma operação simples, mas que requer grande precisão. No entanto, as condições de trabalho eram precárias, como podemos ver na descrição de Donato:

"Quase dia, hora em que a mata refresca. (...) Mas os mineiros não tem nada com isso! Estão acendendo as tataguás - fogueiras espertas, de metro quadrado de folhas, gravetos e palhas, entre paredes de pranchas de pindó. Protegidos por essa paliçada, abraçam ramos de erva que passam e repassam no banho de fogo e calor. O mate, verde,

resinoso estraleja, crepita. As veias das folhas se rompem, queimam a seiva, impedindo que fiquem ardidadas e embolando-se para facilitar o transporte. O fogo, a fumaça, o cheiro forte da resina crestada tornam difícil respirar. Entre o sapeco de um e outro feixe, os homens engolem o ar, limpam-se do suor." (59)

Após o sapeco, o mineiro devia transportar a erva colhida para o barbaquá, onde se procedia a desidratação. Nesse momento já tinha trabalhado seis horas ininterruptas. Transportar o raído, fardo de erva, era considerada a tarefa mais dura. Dependendo do mineiro, cada raído podia chegar a pesar mais de duzentos quilos. Apesar de longa, vale a pena continuarmos com a descrição de um dia de um mineiro feita por Donato:

"Ao fim do sapeco o sol está todo de fora. A manhã cresce com um calor de trinta e nove graus, ajuntando pernilongos e biriguis no suor dos homens já entregues às manobras do depinico. Arrancam aos punhados as folhas ainda quentes, depositando-as no raído: um trançado de correias compeço o fardo que o homem levava às costas, sustentado pela cabeça, os ombros, a espinha. O raído médio deve pesar dez arrobas paraguaias. O máximo é o limite de forças do mineiro. Uma vez debaixo dele, o homem tem que levá-lo ao destino ou cair no chão - geralmente com a espinha partida. Muitos morreram assim, ensinando que o cuidado com o raído é coisa importante. (...) Meio dia. Avançam pelo tapê, pernas duras, passadas curtas. O pedaço mais amargo do dia amargoso é o transporte. Cada passo debaixo do raído de quase duzentos quilos exige um grande esforço. O raído passa uma alça forte ao redor da cabeça do mineiro. Ela solda a carga ao homem e evita que a espinha dorçal se parta. Ao fim de cem passos, quando o raído 'assenta', a alça começa a latejar, como se batesse para entrar nas paredes do crânio. Vencido um quilometro, os ombros

ficam insensibilizados pelas duas correias que o enlaçam. Por cima dos outros pesos há também o de duas preocupações: não errar um passo sequer - pois o tombo pode quebrá-lo debaixo do fardo; e não permitir que a espinha dorsal se curve. (...) Quando se sente vencer pelo peso, para e tunguea o fardo, descansando-o no toco aparado de propósito ao lado do caminho, à altura da meia coxa. O corpo se relaxa e treme no rápido descanso. Não pode sentar-se, deitar-se, voltar-se para os lados, afrouxar as correias pois a altura do raído exige equilíbrio. Não há com quem trocar palavras e quase sempre não há forças para falar. Podem apenas pensar. Pensam nas histórias vividas ao longo dos tapês e que marcarão a lembrança de cada erval nas suas sofridas memórias. (60)

Era prática nos ervais que o mineiro só transportaria o raído até uma distância de três mil passos. Caso o barbaquá estivesse localizado a uma distância maior, os mineiros deixavam o raído num ponto denominado de **cargadeiro**, onde se procedia a pesagem, e os fardos de erva eram recolhidos pelas arrias (tropas de mulas) carroças ou caminhões que os conduziam para o barbaquá. (61) O condutor de arrias também fazia o transporte da erva já elaborada para os portos, onde as lanchas ou batelões da Companhia transportavam os sacos de erva cancheada para os portos maiores onde existiam grandes depósitos.

O mineiro recebia por produção, num sistema denominado de **arroba-carêm**. Sua produção mínima diária deveria ser de oito ou dez arrobas paraguaias, mas ao que tudo indica, muitos se esforçavam para produzir mais na esperança de conseguirem pagar a dívida do antecipo, sendo comum um mineiro transportar até vinte arrobas ou duzentos

quilos. O sistema de arroba-carê m não deixa de ser uma espécie de incentivo à produção, como já foi colocado, mas também uma fraude, pois a Companhia não pagava os quilos que excedecem mas não completassem a quota estabelecida. Não encontramos nenhuma evidência de fraudes na pesagem do raído, mas esta é uma hipótese que não se deve descartar. (62) Contudo, os mineiros fraudavam a Companhia misturando no raído gravetos e outros tipos de erva. Serejo nos dá essa evidência quando afirma que o uru (trabalhador do barbaquá) era capaz de reconhecer de longe, num raído, qualquer tipo de mistura. (63) No entanto, se o mineiro fosse pego em tal prática era castigado.

Após ter sido sapecada ou passada na tambôra, a erva deveria ser desidratada no barbaquá. As folhas eram depositadas numa estrutura de madeira a uma certa altura do chão e recebiam o calor através de um canal subterrâneo. Um barbaquá de grande capacidade podia secar até seiscentas arrobas de erva-mate. É muito importante para a produção de uma boa erva a utilização correta da madeira para a lenha, pois algumas madeiras resinosas produzem muita fumaça e dão à erva um gosto ruim. (64)

O uru, que trabalhava no barbaquá, era o trabalhador mais especializado no processo de elaboração da erva-mate. De seu saber-fazer dependia a qualidade da erva produzida, bem como um erro cometido pelo uru comprometia a

produção de todos. Normalmente tinha o uru um auxiliar, a quem passava todo seu conhecimento, além dos trabalhadores que regulavam a fornalha, denominados de foguistas. O uru calculava os graus de calor necessários para secar a erva, orientando os foguistas quando deveriam colocar mais lenha na fornalha. Também ao uru cabia determinar o ponto em que a erva estava pronta e deveria ser retirada do barbaquá. O uru sabia o momento de retirar a erva do barbaquá pela prática de trabalho: quando as folhas adquirem uma tonalidade verde dourado ou pela forma e "facilidade da fragmentação de um ramo posto entre os dedos." 65)

O trabalho do uru, bem como dos outros trabalhadores ervateiros, é por demais insalubre. O trabalho no barbaquá durava de doze a vinte e quatro horas seguidas, e o uru ficava em cima da erva revolvendo-a para que recebesse o calor uniformemente. Dessa forma, o uru trabalhava num local de temperatura elevadíssima, e enquanto durasse o processo de desidratação da erva-mate, sem descanso.(66) Afirma Donato que um uru não viveria por mais de dez anos trabalhando num barbaquá. Mas como é o trabalhador mais especializado pairava um certo respeito e inveja dos outros trabalhadores para com o uru. Contudo, o personagem de Donato desmestifica essa aura que o envolveria:

"Quando o patrão lhe põe nas mãos a forquilha e lhe dá o piso do barbaquá, diz que ele é rei. Então começa a respirar fumo e resina, a ser defumado em suor e fumaça. Primeiro a gordura, depois as carnes, a saúde, escorrem pelo corpo, dia e noite, feito suor. Nenhum pelo lhe fica grudado no corpo, nem saliva na

boca, nem dentes na gengiva, nem lágrimas nos olhos. Vai sendo cozido dia a dia."
(67)

Devido ao calor intenso, os trabalhadores do barbaquá tinham por hábito ingerir grandes quantidades de bebida alcoólica enquanto trabalhavam, sendo elevados os índices de tuberculose entre os urus. Os trabalhadores do barbaquá, o uru e seus auxiliares, ganhavam por produção. Constituía uma característica do trabalho no barbaquá as constantes gritarias que os trabalhadores promoviam enquanto durava o processo de desidratação da erva-mate.

A etapa seguinte do processo de trabalho da erva-mate consiste na sua fragmentação a um quinto de seu tamanho natural, operação que se fazia na cancha. Foi nesta etapa que se introduziu a segunda modificação no processo de elaboração do mate, substituindo-a por um moinho de tração animal, eliminando-se o ato de canchear feito manualmente. Depois de cancheada, a erva-mate deveria ser ensacada, numa operação denominada de ataqueio. Tanto o trabalhador da cancha como o atacador ganham por produção, sendo que o último deveria ter uma produção diária em torno de trinta sacos.

Aparentemente simples, o processo de elaboração da erva-mate dependia essencialmente do saber-fazer do trabalhador, na medida em que todo o processo se baseava em conhecimentos práticos adquiridos ao longo dos anos de trabalho nos ervais. Ao percorrermos os relatos sobre o processo de trabalho, o domínio do trabalhador sobre o processo produtivo é patente. Contudo, pudemos perceber que,

através da introdução da tambora e do moinho, a Companhia procurava se apropriar do conhecimento do processo produtivo, expropriando o trabalho de seu saber-fazer, ao mesmo tempo em que o especializava em algumas operações. Não foi este um processo passivo pois os trabalhadores resistiram à expropriação, principalmente na invenção de tradições, imputando ao processo de trabalho uma única forma possível e aceitável. Para os trabalhadores, as modificações provocavam não só um gosto ruim na erva-mate, mas também em suas vidas.

1.3 Resistência cotidiana

Constituía-se na grande preocupação dos patrões ervateiros a garantia da presença do mineiro no erval durante a safra. Dessa forma, constata-se que o abandono do emprego confirma a alcunha de andejos imputada aos peões paraguaios. Hélio Serejo, ao contar a história de um arrieiro que todo ano se embebedava nos jerokis durante a semana santa, assim o descreve:

"...xucro como potro gavião, ele nunca chegou a se querenciar. Ao sentir que todos já sabiam dos seus costumes, erguia os baxeiros, num dia qualquer, e como um corre mundo saía a procura de um novo patrão." (68)

Mas esta é uma característica extensiva a todos os trabalhadores:

"Um dia, (...) sem que nem porque, arruma os mijados e segue a pé pela estrada nua, sem destino certo. Se lhe dá gana, fica na primeira estância que encontrar; caso contrário, como um verdadeiro homem sem pátria, atravessa a

fronteira para nunca mais voltar." (69)

Constatamos que esse constante abandono do erval, o por o pé na estrada, não se devia à pretensas características morais do peão ervateiro, ou à sazonalidade da produção ervateira exclusivamente. O abandono do erval, e o conseqüente enfrentamento ao poder da Companhia e sua policia, além da condição de fugitivo, pode ser entendido como uma silenciosa forma de luta contra as condições de vida impostas aos trabalhadores pelos patrões e habilitados dos ervais. Diante do poder disciplinar da Mate, do habilitado e dos comitiveiros, a resistência foi insidiosa. (70)

Os motivos que levavam os trabalhadores paraguaios para os ervais, pressupondo-se que faziam idéia das condições de trabalho, é uma questão importante a ser discutida e que possibilita uma melhor compreensão das formas de resistência apresentadas. Os relatos folclorizam os motivos que atraíam os trabalhadores ervateiros, o que os fazia abandonar sua terra para se internar nas matas de Mato Grosso. Para além da lenda do ouro verde e da possibilidade de rápido enriquecimento, é preciso se saber um pouco mais sobre o que ocorria no Paraguai e que, de certa forma, expulsava os trabalhadores de suas terras criando um mercado de mão-de-obra barata.

As condições de vida no Paraguai para esses trabalhadores era de extrema miséria. Ao final da Guerra da Triplice Aliança, os camponeses paraguaios que pagavam sobre seu trabalho nas terras do Estado um pequeno tributo, viram

essas terras serem privatizadas e se tornaram arrendatários e parceiros. (71) A organização sindical dos camponeses no Paraguai data já do final do século passado, e a dos ervateiros e tanineiros do início do século. O descontentamento do camponês quanto à sua situação de sem-terra teve um relativo peso na vida político-partidária do início do século. (72) Assim, as condições de vida do Paraguai do pós-guerra revelam que para o trabalhador que perdeu suas terras, a vinda para os ervais de Mato Grosso se apresentava como uma possibilidade concreta de refazer a vida, uma vez que atuava o imaginário do sertão que apresentava os ervais como desertos e desprovidos conseqüentemente de poder. Ao mesmo tempo, pode-se pensar na possibilidade que a vinda para os ervais se constituía numa fuga ao mando dos grandes proprietários de terra e ervais do Paraguai, atuando aqui uma imagem da Companhia como sendo melhor para se trabalhar do que a Industrial Paraguaia. Internar-se num erval de Mato Grosso aparecia como uma possibilidade concreta de refazer a vida nos moldes antigos, com a posse de uma pequena propriedade, além de escapar ao jugo dos patrões, da polícia e do exército. A imagem de que para os ervais só se dirigiam bandidos e assassinos, pessoas que não poderiam responder perguntas e que se sujeitariam à vida dos ranchos ervateiros precisa ser desfeita.

Se para a história do ervateiro no Paraguai ou na Argentina podemos contar com a presença de organizações sindicais que atuavam no sentido de regulamentar as condições

de trabalho e dirimir o poder dos proprietários de ervais, em Mato Grosso o trabalhador podia contar apenas consigo próprio ou com a rede de solidariedade que compusesse com seus companheiros de trabalho. A resistência ao poder disciplinar da Companhia Mate Larangeira foi insidiosa e atuava nas fimbrias de seu poder, em seus poros, cotidianamente. (74)

O que sabemos sobre as resistências no interior do processo de trabalho são frutos de uma contra-leitura do discurso. A existência de punições e de um código disciplinar apontam para a presença de práticas consideradas perniciosas ao trabalho e que deveriam ser eliminadas.

Apesar de poucas, as alterações impostas no processo de elaboração da erva-mate visavam criar uma divisão no interior do processo de trabalho, retirando do trabalhador o controle sobre o processo produtivo. Como já foi visto, a **tambôra** cria um novo trabalhador e retira do mineiro a operação do sapêco, expropriando-o do saber-fazer, ao mesmo tempo em que aumentava forçosamente a sua produção no corte da erva.

Os direitos dos trabalhadores, ditados pela prática, foram conquistados a duras penas durante o domínio da Mate. Esses direitos são tão básicos e elementares que podem ser pensados como um indicio da resistência tenaz infligida aos capatazes dos ranchos. O primeiro direito básico compreendia a reserva de uma área do erval delimitada para cada um dos trabalhadores mineiros, onde faziam a poda,

denominada de tendita. A área delimitada evitava brigas entre os mineiros, consolidando uma rede de solidariedade entre os trabalhadores, e impedia a discriminação e o arbitrio do capataz, garantindo ao mineiro a possibilidade de uma produção mínima diária, o que lhe dava a esperança de um dia poder resgatar a dívida do antecipo. Evidentemente que a tendita era delimitada pelo capataz, ficando ainda em seu poder a possibilidade de prender um trabalhador à dívida caso a tendita delimitada não tivesse uma capacidade produtiva capaz de garantir ao mineiro uma produção mínima diária. Outro direito se refere à obrigação de transportar o raído a uma distância máxima de três mil passos, em torno de dois quilômetros, onde então era pesado. Se o barbaquá ficasse a uma distância maior, era obrigação da Companhia ou do habilitado providenciar o transporte do raído para o barbaquá. Ficamos imaginando quantos homens não morreram sob um fardo de erva até se instituir tal prática.

Através do código disciplinar e dos castigos que a Mate e seus capatazes impunham aos seus trabalhadores podemos fazer uma leitura das formas de resistência apresentadas pelos trabalhadores ao poder disciplinar da Companhia. Contudo, são raros os relatos de castigos por burlarem o processo de elaboração da erva-mate. O mais comum se refere à mistura de outras ervas ao raído:

"... castigavam ao tarefeiro em cujo raído se encontre alguma rama de canelão, congoinha, caúna, plantas muito parecidas a erva e que podem confundir-se com ela."(75)

Para poder controlar tal prática, a Companhia adotou como norma marcar nos sacos de erva a procedência do mesmo, garantindo a si mesma o poder de recusar a erva que não estivesse dentro dos padrões de qualidade por ela exigidas. Os sacos de erva que não correspondiam à especificação eram recusados e o habilitado ou administrador ficava sem receber a quantia correspondente. Em cadeia, o habilitado ou administrador procurava no rancho o mineiro que estava burlando as especificações e o castigava por isso. O sistema de marcar os sacos também se mostrou útil quando a Companhia impôs mudanças no processo de corte, exigindo que o mineiro eliminasse o punho, não mais necessário com a introdução da tambôra. O punho fazia com que a erva cancheada tivesse um excesso de paus, cuja porcentagem foi regulamentada no mercado argentino. Em 1940, o moinho de Buenos Aires reclamava que tinha acumulado em suas instalações mais de cem mil quilos de paus que não podiam ser aproveitados por excederem a porcentagem regulamentária. A única solução apontada foi controlar o processo de elaboração e eliminar os paus nos ranchos. Na medida em que a erva dos ranchos viesse com menos paus, o acumulado do moinho poderia ser reaproveitado gradativamente. Era um problema sério, pois o custo dos paus era igual ao da erva, sendo que estava aumentando o número de sacos com excesso de paus. Para controlar o problema nos ervais, o moinho tinha mandado fazer uma averiguação nas marcas para saber a procedência e conseqüentemente os ranchos que estavam burlando as determinações quanto à qualidade da erva cancheada. (76)

A maior preocupação da Companhia era não permitir que os trabalhadores folgassem, e para isso mantinha fiscais e capatazes em todas as etapas do processo produtivo. Mas os trabalhadores, por seu turno, mantinham práticas de controle do tempo de trabalho que a Companhia não conseguia modificar. Os rituais de trabalho permeavam toda a atividade ervateira mantida pelos trabalhadores paraguaios. Havia uma identidade cultural muito forte entre os ervateiros, capaz de diferenciar um verdadeiro ervateiro, conhecedor dos segredos da *caá-yari* (77), de um aventureiro ou forasteiro. As rodas de *tereré* constituíam um dos rituais mais marcantes pelo seu caráter de congregação entre os ervateiros; ao mesmo tempo em que significavam um controle sobre o tempo de trabalho.

"O *tereré*! Eis um dos vícios mais perniciosos do peão guarani. Se lhe derem liberdade, metade do seu tempo é para o *tereré*." (78)

Parar para tomar o *tereré* é sagrado. Quase nunca consumido isoladamente, constituía uma atividade grupal, um ritual a ser observado e cumprido. Além de propiciar o descanso e aliviar a sede, as rodas de *tereré* permitiam a fluência de conversas, risos e palhaçadas - um momento de descontração que fugia ao domínio do capataz. Existiam dois tipos de *tereré*, de acordo com Serejo: o que denominava de *respeitador*, só para matar a sede, e outro para diversão ou "*uno farrear libre*". Momento em que as tensões se aliviavam através de piadas, chistes e palavrões, ou que as experiências de vida e trabalho circulavam na forma de *causos*

contados por alguns e comentados por todos os membros da roda. (78)

A ritualização e a manutenção das formas tradicionais de trabalho podem ser entendidas como um meio de resistência às transformações no processo produtivo e à expropriação do saber-fazer que o trabalhador detêm. Para o ervateiro toda mudança na forma tradicional de elaborar a erva comprometia sua qualidade - produzia erva de gosto ruim, de má qualidade. A manutenção do ritual era uma forma que o trabalhador tinha de manter sob seu controle o conhecimento do processo produtivo. Para uma cultura que estava intrinsecamente ligada ao trabalho com a erva-mate, qualquer mudança no processo de produção significava um golpe numa forma de vida que se lutava para manter. Por isso o trabalhador ervateiro tungueia quando pode. Quando lhe é proibido, impõe novas regras que lhe restituem o controle do tempo: o machete deveria religiosamente ser afiado de três a quatro vezes ao dia, "tendo o cuidado de colocar na pedra afiadora água limpa e a mais fria possível, pois a suja ou morna pode destemperar o aço." (80) Práticas e regras inventadas que permitem manter o controle sobre o tempo e sobre o trabalho.

Visando quebrar a resistência do trabalhador, a Companhia implantou nos ervais um código disciplinar que se resumia a três proibições básicas: bebida alcoólica, porte de armas e jogos. Como a proibição de ingerir bebidas alcoólicas se sobrepôs às outras, o código ficou conhecido como "lei

seca". O objetivo é claro: impedir o trabalhador de gastar seu tempo naquilo que mais preza, e compungir-lo ao trabalho. Corpos dóceis e saudáveis produzem mais. Evidentemente que o código não foi respeitado, apesar de ter recebido muitos elogios dos visitantes da Companhia. Sobrepunha-se uma rede de resistências e clandestinidade que visavam, acima de tudo, manter as práticas sociais mais significativas para a cultura paraguaio-guaraníca, como festas, o jogo de baralho, as corridas de cavalos e o porte de armas, símbolo da masculinidade. Burlar qualquer uma dessas proibições era motivo para expulsão do rancho ou castigos humilhantes. Foi o que aconteceu a Juan Sanábia, expulso de Campanário por vender na hospedaria dois litros de pinga e três baralhos. (81)

A lei seca era relachada por alguns capatazes quando o ambiente no rancho andava tenso. Mesmo assim, roubar uma garrafa de pinga da comissaria, ainda que em dia de baile, era motivo para castigo e, dependendo da crueldade do capataz, podia ser chicoteado e passar toda uma noite amarrado. (82)

Para fazer cumprir a lei seca, a Companhia passou a controlar a instalação de bolichos nas estradas, ficassem ou não dentro da área arrendada. Quem quisesse instalar um bolicho numa estrada que levasse a um rancho precisava de uma autorização por escrito da direção da Companhia. (83)

Apesar do rígido controle em torno da lei seca,

estabeleceu-se nos ervais uma rede de contrabando, não só de bebida, mas comida, tecidos e até mesmo mulheres onde a Companhia proibia sua permanência. Praticava-se o contrabando de diversas formas para dentro dos ervais, mas normalmente vinha escondido nas carretas das comitivas, oculto sob a lona que deveria abrigar a erva-mate das intempéries. (84) Serejo conta a história de um contrabandista que ele chama de Alica. É um caso significativo para a discussão da rede de clandestinidade montada na região ervateira. Alica, que morava num porto nas barrancas do rio Paraná, recebia a pinga de Encarnación, no Paraguai, em "vasilhame especial para evitar desconfianza", tais como latas de querosene. Tal expediente se tornava necessário para despistar "la policia que, à paisana, a organização industrial ervateira mantinha em seu território de mando." Alica já tinha se tornado conhecido por fazer negócios escusos: "quem quisesse una transación en secreto, era só procurar o Alica". A bebida era contrabandeada para os ervais através de vários expedientes, mas o que ficou mais conhecido foram os frascos de Elixir 914 que, "em sendo chato não fazia volume, facilitando o transporte pessoal." A única exigência de Alica era que devolvessem os frascos para que pudesse novamente enchê-los e mandar para os ervais com o precioso "elixir". Evidentemente, Alica um dia foi pego pela direção de Guaira, que acabou com seu comércio lucrativo. (85)

Mas o negócio mais lucrativo no mundo dos ervais era o contrabando de erva-mate. Contra esse comércio a

Companhia mantinha todos os ervais sob a mais absoluta vigilância, mantendo fiscais que objetivavam impedir o contrabando. O contrabando podia ser feito pelos changa-y, que elaboravam erva nos ervais desprezados pela Companhia, ou então pelo próprio habilitado. Já vimos que o habilitado recebia por produção e que tinha a obrigação de entregar à Mate uma produção mínima, dependendo da capacidade do rancho. Muitos habilitados, porém, não entregavam toda a erva elaborada para a Companhia, mas a vendiam para contrabandistas que circulavam pela fronteira e que poderiam pagar mais. (86) Por outro lado, vender erva-mate para um contrabandista significava ter dinheiro na mão, e não um crédito na distante e quase inacessível Campanário.

A questão do contrabando aponta que os conflitos não se davam apenas entre administradores e os trabalhadores, mas entre os primeiros e a direção geral da Companhia a relação também era conflituosa. Há nesse sentido, um caso significativo. Ricardo Isnardi trabalhou para a Companhia desde 1901, primeiro como mensualeiro e, a partir de 1906 como habilitado. Em seu contrato com a Companhia, Ricardo recebeu doze zonas ervateiras e tinha a obrigação de entregar ao final da safra em torno de mil sacas de erva elaborada. Em 1930, Isnardi tinha estabelecido em Manga, lote que comprara do Estado, o centro de suas atividades ervateiras. Lá elaborava erva própria e comprava erva elaborada por pequenos proprietários e posseiros. Os conflitos surgiram quando Modesto Dauzaker, da alta administração de Campanário,

requereu para compra ao governo do Estado parte dos ervais que estavam sub-arrendados pela Companhia a Isnardi. Essa compra reduzia significativamente a capacidade produtiva dos ervais arrendados a Isnardi, o que lhe dificultava manter seus compromissos com a Companhia. Por outro lado, Isnardi tinha comprado em Ponta Porã a agência Ford que, além de peças para automóveis, negociava com a compra e exportação de erva-mate. Ora, Isnardi passava de funcionário habilitado da Companhia a seu concorrente nos negócios da erva. Dessa forma, foi acusado de estar "se apropriando indebitamente de produtos de sua elaboração nas zonas do seu contrato de empreitada - habilitação" com a Companhia, que obteve das autoridades policiais o direito de efetuar uma busca em Manga, onde apreendeu a erva elaborada que lá encontrara já ensacada. Dos cinquenta e três sacos apreendidos, nove tinham a marca da Companhia e também se encontrou quarenta e quatro sacos vazios com a mesma marca. Isnardi, no processo que moveu contra a Companhia pedindo indenização, esclareceu que as nove sacas tinham sido recusadas pela mesma e que tinham sido elaboradas em seus próprios ervais. A Companhia ainda divulga que Isnardi estaria em Manga com um bando de sessenta homens armados, prontos para reagir contra ela. Com esse argumento, requereu uma nova vistoria no rancho de Isnardi, mas a polícia só encontrou quatro rifles e uma pistola, que Isnardi disse serem para se proteger dos bandos de assaltantes, comuns na região.

Ser habilitado do porte de Isnardi era uma posição

de muito prestígio no mundo dos ervais. Com mais de trinta anos de experiência, na medida em que vai perdendo prestígio com a direção da Companhia, Isnardi passa a querer deixar de ser um habilitado e entra diretamente no comércio exportador de erva-mate, quando compra a agência Ford. Nesses trinta anos de trabalho nos ervais como habilitado, Isnardi deveria conhecer bem os posseiros e pequenos proprietários que lhe vendiam erva-mate, bem como, provavelmente, os contrabandistas que levavam erva-mate de Mato Grosso para o Paraguai. Para a Companhia Mate Larangeira, a acusação de apropriação indébita é óbvia, afinal os ervais não estavam arrendados a ela? Assim, a preocupação maior da Companhia aparece no sentido de não só eliminar um possível pequeno concorrente no comércio da erva-mate, mas principalmente de manter seu domínio sobre os ervais e sobre os pequenos produtores, que Isnardi com sua experiência e seus conhecimentos estava ameaçando. É uma pena que, no final, não saibamos dos resultados do processo movido por Isnardi.(87)

Observa-se no mundo dos ervais, atravessando o processo de trabalho, uma luta tenaz pela manutenção de uma cultura, um modo de entender o mundo e encarar a vida que a todo momento era alvo de estratégias disciplinares que visavam conformar o trabalhador a outros padrões culturais. Frente ao poder dos administradores e capatazes, e tendo sido desarmado de antemão, o trabalhador ervateiro tinha poucas chances de reclamar e ser ouvido. Nem por isso se calava ou ficava passivo diante das afrontas e desmandos. Recorria a

tradições, direitos consuetudinários e tudo fazia para confirmar o que a tradição dizia. Essencialmente de transmissão oral, a cultura paraguaio-guaranítica do mundo dos ervais se alimentava de "causos" contados nas rodas de tereré que ajudavam a inventar tradições capazes de justificar a manutenção de seu modo de vida. Por outro lado, uma rede de solidariedade dava suporte para as tradições. Como último recurso diante da autoridade dos capatazes, e apesar destes manterem entre os trabalhadores um delator, *yurumby'i*, que tinha a incumbência de denunciar os trabalhadores que planejavam fugir, que tinham roubado ou contrabandeado, ou ainda que tivessem feito reclamações entre os outros trabalhadores e que pudesse ser considerado um subversivo, ainda assim, desafiando frontalmente sua autoridade, do alto das erveiras, tornados anônimos pelo intrincado do erval, ou protegidos pela escuridão da noite, os trabalhadores desabafavam sua impotência gritando palavrões, insultando as mães e filhas dos patrões, fazendo ameaças que talvez fossem cumpridas, soltando piadas, gozando de defeitos ou espargindo pelos ervais segredos muito bem ocultos. Instaurando dessa forma, o mesmo medo que os patrões lhes infligia. (88)

As grandes fontes para o estudo do processo de trabalho nos ervais são os livros de "causos" de Hélio Serejo e os romances de Ernani Donato, *Selva Trágica*. As duas fontes

apresentam aspectos frontalmente contrários, principalmente no que se refere ao teor da vida ervateira. Enquanto Donato retira suas informações de terceiros e de uma breve estada num rancho, Serejo viveu durante anos nos ervais, lá foi criado e desde os treze anos de idade ocupou diversos cargos como guaino e barbacuazeiro; em resumo, Serejo têm a experiência de quem viveu o que narra. Talvez por isso, as impressões da vida ervateira tenham sido tão radicalmente diferentes. O mundo dos ervais em Donato é sombrio e triste, carregado de medo e insegurança. O trabalho aparece apenas como um grande consumidor de carne humana, e os homens não passam de marionetes frente às ordens da Companhia que quer a todo momento saber da produção, sempre mais produção. Não é a toa que a personagem principal acaba sendo a erva-mate. (89) É em torno de sua produção que o mundo gira, que os homens amam, fogem do rancho ou se conformam com a sorte.

Em contraposição, o mundo de Serejo é radicalmente diferente. Predomina a alegria, a vontade de viver como se vive, a despreocupação. Não que esqueça os códigos e as leis da Companhia; os castigos corporais e os assassinatos lá estão presentes, mas informam ou dão o suporte prático para o contrabando, para as rodas de tereré ou para os palavrões, brigas e rixas cotidianas. Serejo se encara como folclorista, e relata aquilo que para ele é passível de folclorização, tais como os aspectos típicos do peão ervateiro, sua vestimenta, alimentação, crenças e superstições. Outros aspectos se encaixam mal numa literatura

folclórica, que a tornaria pesada com a narrativa de todos os assassinatos e barbaridades que presenciou nos ervais, mas nem por isso foram descartados, e sim narrados como integrantes da cultura ervateira, do cotidiano. Como um memorialista que narra o que viu ou ouviu nas rodas de tereré ao mesmo tempo em que relata também uma parte de sua vida, Serejo nos apresenta uma idealização do mundo do erval.

Nos dois autores, a balança nunca se encontra equilibrada. Mas o que nos interessa no momento é resgatar o teor da vida. Ambas as narrativas trazem aspectos da vida que não podem ser descartados, apesar de aparentemente contraditórios. O que se ressalta é a adaptabilidade do trabalhador ervateiro ao seu meio.

Paul Walle percorreu anteriormente a 1910 os ervais do Paraguai, do Alto Paraná e da região do Iguatemi em Mato Grosso. De seu relato, Linhares destaca que, apesar da vida rude e penosa, os trabalhadores dos ervais se tornaram insubstituíveis por serem os únicos a resistirem ao cansaço, além de se contentarem com a alimentação e salários concedidos.

"Em compensação, ele primava pela inconstância. Como fazê-lo submeter-se a um trabalho regular e perseverante? Nada o aborrecia mais. Preferia fugir, penar nas florestas vários meses, comendo e dormindo mal, assaltado pelos insetos, do que trabalhar menos penosamente, mas mais regularmente em qualquer colônia agrícola. Não obstante esse sistema de vida, nada invejável, prendia e muita gente se deixava arrastar por ele. Era a sorte da erva, que assim encontrava não-

de-obra." (90)

Linhares observa que, capatazes e ervateiros eram inconstantes no trabalho e os dias transcorriam "em conversa fiada" e que o "menor incidente" servia de "pretexto paralizar o trabalho". (91) Echeverria, ao se referir a um relato de inspeção dos ervais do Alto Paraná escrito por Niklison, destaca algumas características do trabalhador ervateiro por ele apontadas: um homem semi-selvagem, sem ambições, sem apego ao dinheiro e sem as necessidades dos trabalhadores imigrantes europeus, mas com grande resistência ao trabalho e boa adaptação ao meio. Para Echeverria, os descendentes dos guaranis tinham uma forma de vida muito distinta dos administradores ou donos de ervais:

"Sentían un gran apego por esa tierra, a pesar de las malas condiciones de vida sentían el yerbatal como un habitat propio, el unico donde era posible la substancia; si bien se trasladaban temporariamente, lo hacian siempre dentro de la misma zona de producción, y una vez enfermos, fisicamente desgastados, se veían obligados a dejar el trabajo de la yerba y buscar otras formas de subsistencia, como cocineros de cuadrillas, bolicheros en los centros de conchabo o mendigos."
(92)

Em Serejo, o apego à vida do erval também fica muito evidente. Quando perguntou a um mineiro se não gostaria de abandonar o erval, por uma vida menos trabalhosa, recebeu como resposta: "Ni para ser teniente primero en Assunción..."
(93)

Notas

Os Insubmissos da Fronteira

- (1) Uma descrição de um erval pode ser encontrada em: PUIGGARI, Umberto - Nas Fronteiras de Mato Grosso. Terra Abandonada... - São Paulo, Casa Mayença, 1933, pp. 29-32.
- (2) PAOLI, Maria Célia - "Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira" in: Comunicação, Rio de Janeiro, Museo Nacional-UFRJ,(7): 16-65, out. 1982.
- (3) Para a questão do não reconhecimento do outro ver: CLASTRES, Pierre - A Sociedade contra o Estado - Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.
- (4) Ver nesse sentido a crítica de Carlo Ginsburg a Foucault in: O Queijo e os Vermes - São Paulo, Companhia das Letras, 1987, pp. 22-24.
- (5) A respeito do tratamento a ser dado a uma documentação indiciária, bem como de suas possibilidades epistemológicas, ver: GINSBURG, Carlo - "Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário" in: Mitos, Emblemas, Sinais, Morfologia e História - São Paulo, Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179.
- (6) VOVELLE, Michel - Ideologias e Mentalidades - São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 184-185.
- (7) SEREJO, Hélio - Homens de Aço. A luta nos ervais de Mato Grosso - São Paulo, Tipografia Cupolo, 1946, pp. 54-55.

(8) TALMA, João de - Das Fornalhas de Nabucodonosor - Buenos Aires, s/e, 1926, pp. 90.

(9) GUIMARAES NETO, Regina Beatriz - A Lenda do Ouro Verde - Campinas, IFCH-UNICAMP, 1986, mimeo. (mestrado em história).

Notas

O Mundo do Erval

- (1) Para as relações de trabalho e as condições de vidas dos trabalhadores da Industrial Paraguaia ver: BARRET, Rafael - Lo que son los verbales - Buenos Aires, B. Fueyo Ed., s/d.
- (2) Uma descrição do processo de trabalho durante o período jesuítico pode ser encontrado em LINHARES, Temistocles - História Econômica do Mate - Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- (3) Ver ALVES, Gilberto Luiz - "Mato Grosso e a História: 1870-1929. Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro." in: Boletim Paulista de Geografia, (61):05-81, 1984.
- (4) MARTINS, José de Souza - O Cativo da Terra - São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979, pp. 32.
- (5) CAMPOS, Daniel - "Lucha por la tierra y políticas públicas: un intento de periodización socio-histórica. 1811-1954." in: Revista Paraguaya de Sociología, ano 24, (70): 105-130, setiembre-diciembre de 1987.
- (6) ECHEVERRIA, Mirta - "Formas de reclutamiento y fijación de la fuerza de trabajo en los verbatales misioneros en la primera mitad del siglo." in: Revista Paraguaya de Sociología, ano 23, (66): 29-37, mayo-agosto de 1986.
- (7) Para uma descrição do conchavo ver: DONATO, Hernani - Selva Trágica. A Gesta Ervateira no Sudeste Matogrossense. -

- São Paulo, Edições Autores Reunidos, 1959, pp. 176-179;
- PUIGGARI, Umberto - Nas Fronteiras de Mato Grosso. Terra Abandonada... - São Paulo, Casa Mayença, 1933, pp. 25-28.
- (8) SIMOES DA SILVA, Antonio Carlos - Cartas Mattogrossenses - Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927, pp. 95-96.
- (9) MELO E SILVA, José de - Fronteiras Guaranis - São Paulo, Imprensa Metodista, 1939, pp. 125-126.
- (10) O preço por peão conchavado foi estipulado por Aureliano Rylon em uma carta a Heitor Mendes Gonçalves, de Concepción, 23.05.1925. ACML, pasta 09, doc. 16. Já o valor do antecipo não foi possível se estabelecer devido à sua variação nas fontes, bem como a variação de seu valor dependendo da qualificação do trabalhador. Alguns dados que se aproximam poder ser encontrados em BARRET, R. - op. cit., pp. 123; PUIGGARI, U. - op. cit., pp. 26-27.
- (11) Citado por ECHEVERRIA, M. - op. cit., pp. 33.
- (12) WACHOWICZ, Ruy Christovam - Obrageiros, Mensus e Colonos - Curitiba, Ed. Vicentina, 1982, pp. 48; SEREJO, Hélio (et alli) - Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul. 1883-1947. - Campo Grande, Instituto Euvaldo Lodi, 1986, pp. 151 e passim.
- (13) Carta de Aureliano Rylon a Heitor Mendes Gonçalves, Concepción, 24.10.1925. ACML, pasta 09, doc.22.
- (14) BARRET, R - op. cit., pp.123.
- (15) ECHEVERRIA, M. - op. cit., pp. 36.
- (16) Para a questão do código como força de lei ver CABANAS, João - A Coluna da Morte - Rio de Janeiro, s/e, s/d, pp. 183.

- (17) WACHOWICZ, Ruy C. - op. cit., pp. 49.
- (18) CASTORIADIS, Cornélius - A Experiência do Movimento Operário - São Paulo, Brasiliense, 1985, pp. 61-62.
- (19) WACHOWICZ, Ruy C. - op. cit., pp. 76.
- (20) Para a Inglaterra, E. P. Thompson afirma que os trabalhadores "não calculavam a remuneração do trabalho exclusivamente em termos monetários e rebelavam-se contra a idéia do trabalho disciplinado, semana após semana." in: A Formação da Classe Operária Inglesa - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, vol II, pp. 233. Peter Linebaugh discute as transformações sociais ocorridas na Inglaterra após a imposição do salário como mediador dessas relações. em: "Crime e Industrialização. A Grã-Bretanha no século XVIII" in: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) - Crime, Violência e Poder - São Paulo, Brasiliense, 1983, pp. 128, 134 e passim. Para o estudo específico do Brasil, José de Souza Martins discute a concepção do dinheiro para os camponeses e o seu caráter de sujeição in: "Terra e Liberdade: a luta dos posseiros na Amazônia Legal" in: Os Camponeses e a Política no Brasil - Petrópolis, Vozes, 2 ed., 1983, pp. 132-133.
- (21) Concepção de Mário Tronti reproduzida por CLEAVER, Harry - Leitura Política de "O Capital" - Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 68.
- (22) SEREJO, H. - op. cit., pp. 151-152.
- (23) CABANAS, João - op. cit., pp. 183.
- (24) Idem, *ibidem*, pp. 190-191, 258-259.
- (25) MEDINA, Teófilo - Memória de sua administração interina a frente do Rancho São Francisco - Asunción, SudAmericana,

- 1925, 15 pp. ACML.
- (26) DONATO, H. - op. cit., pp. 09.
- (27) FRANCO, Arthur Martins - Recordações de Viagem ao Alto Paraná - apud., WACHOWICZ, R. C. - op. cit., pp. 53.
- (28) Idem, ibidem.
- (29) ECHEVERRIA, M. - op. cit., pp. 35.
- (30) Ver as fotografias publicadas em WACHOWICZ, R. C. - op. cit., pp. 192.
- (31) Serejo afirma que os trabalhadores recebiam um boró que "era uma ordem da Empresa Mate Larangeira, representando dinheiro bom, para todos os efeitos", e que, "devidamente carimbado pela administração tinha validade até em Encarnación, no Paraguai." Esse boró quando ganho pelos trabalhadores funcionava como dinheiro e era repassado principalmente nos prostíbulos. Parece que não atingia muito os objetivos disciplinares da Companhia. in: op. cit., pp. 137-138.
- (32) MARTINEZ, Cezar Prieto - Os Sertões do Iguassú - apud WACHOWICZ, R. C. - op. cit., pp. 57.
- (33) MACHADO, Dulphe Pinheiro - Inspeção realizada no sul do Estado de Mato Grosso e no oeste do Estado do Paraná - Novembro de 1940, Conselho de Segurança Nacional, AN/CEFF, lata 252, 1941, protocolo, 647, pp. 109-114.
- (34) BARRET, R - op. cit., pp. 122.
- (35) ECHEVERRIA, M. - op. cit., pp. 36.
- (36) LINEBAUGH, Peter - op. cit., pp. 128.
- (37) Sobre a questão do sistema fabril ver: MARGLIN, Stephen

- "Origem e funções do parcelamento das tarefas (Para que servem os padrões?)" in: GORZ, André - Crítica da Divisão do Trabalho - São Paulo, Martins Fontes, 1980, pp. 39- 73; THOMPSON, E. P. - Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase - Barcelona, Grijalbo, 1967; DECCA, Edgar de - O Nascimento das Fábricas - São Paulo, Brasiliense, 1982 e "A Ciência da Produção: Fábrica Despolitizada" in: Revista Brasileira de História, (06): 47-94. set. 1983.

(38) Para uma descrição pormenorizada do processo de elaboração da erva-mate ver: A Exploração do Mate - Rio de Janeiro, Serviço de Inspeção e Fomento Agrícolas do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1929; "História da Exploração do Mate" in: Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - Ano XII,(02): 102-109,abr.-jun. 1923 "A Indústria da Erva-Mate em Mato Grosso" in: Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio - Ano XV, vol. 01,(05): 679-689, maio 1926. MARTINS, Renato Gonçalves - O Problema Econômico do Mate - Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1949; CORREA FILHO, V. A. - Ervais do Brasil e Ervateiros - Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1959; SEREJO, Hélio - Homens de Aço. A luta nos ervais matogrossenses - São Paulo, Typ, Cupolo, 1946; LINHARES, T. - op. cit.; FERREIRA FILHO, Cândido - Cultura e Preparo da Erva-Mate - Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1948.

(39) DONATO, H. - op. cit., pp. 64; "A Exploração do Mate", citado, pp. 37.

- (40) Tal fato é atestado pela presença de uma mapa "del terreno al sud de Rio Amambay con todos los yerbatales conocidos", elaborado por Pedro Freund, e datado de 01.03.1896. ACML.
- (41) Os ervais de pequena capacidade produtiva denominados de **poryahu** eram disputados pelos elaboradores clandestinos, ou changadores, pois nestes ervais as ervaíras se encontravam dispersas, dificultando o cálculo de seu rendimento. SEREJO, H. - Ciclo..., pp. 68-69.
- (42) Ver as fotografias do Rancho Verdura, que tinha uma capacidade produtiva de 500.000 quilos anuais, in: Contribuição para o Estudo da Região Ervateira - Rio de Janeiro, Instituto de Química Agrícola do Ministério da Agricultura, 1944.
- (43) MELO E SILVA, José de - op. cit., pp. 249-250.
- (44) BARRET, R - op. cit., pp. 127.
- (45) Dentre os quais destaca-se José de Melo e Silva.
- (46) Ver o relatório de Teófilo Medina sobre a administração do Rancho San Francisco. ACML.
- (47) Para a questão do trato administrativo dos ranchos ver: ARRUDA, Gilmar - Frutos da Terra. Os Trabalhadores da Companhia Matte Laxangeira - Assis, UNESP, 1989, pp. 96-102.
- (48) Para o contrato de habilitação ver: A Exploração do Mate, citado, pp. 47; AMARAL, Luiz - "A Herva-Mate através de um relatório" in: Boletim do Ministério da Agricultura - Ano XXVI,(10-12): 153-157, out.-dez.1937.
- (49) Em 1959, a firma Raul & Heitor Mendes Gonçalves

empregavam no Rancho Campanário sob sua administração direta, 164 trabalhadores na elaboração da erva-mate. AN/CEFF, lata 233, protocolo 08/1941.

(50) Para as distinções quanto a forma de pagamento ver: MELO E SILVA, José de - op. cit., pp. 249-250; WACHOWICZ, R. C. - op. cit., pp. 47 e passim; MACHADO, D. P. - op. cit., pp. 70.

(51) PUIGGARI, U. - op. cit., pp. 29-30.

(52) SEREJO, Hélio - Homens de Aço, pp. 17.

(53) Idem - Ciclo, pp. 53.

(54) A Exploração do Mate, pp. 82.

(55) Uma descrição detalhada da tambôra pode ser encontrada em SEREJO, Hélio - Homens de Aço, pp. 32-33.

(56) Idem, *ibidem*; CORREIA FILHO, V. A. - op. cit., pp. 35.

(57) As recomendações técnicas de uma poda racional podem ser encontradas em MARTINS, R. G. - op. cit.; FERREIRA FILHO, J. C. - op. cit.. A racionalidade da produção ervateira, contudo, não assume conotações tayloristas ou fordistas, se bem que os métodos acima foram discutidos em alguns números da revista O Mate, Curitiba, n. 1, 2 e 7 de 1929, por A. N. Pereira, sem contudo fazer observações de como aplicar o taylorismo na produção do mate.

(58) ARRUDA, Gilmar - op. cit., pp. 130.

(59) DONATO, H. - op. cit., pp. 24.

(60) Idem, *ibidem*.

(61) O que corresponde a cerca de dois quilômetros. MELO E SILVA, José de - op. cit., pp. 259; DONATO, H. - op. cit., pp. 23-24.

(62) Serejo afirma que em muitos ranchos as balanças não

tinham capacidade para pesar além de 15 arrobas, sendo necessário repartir a carga caso o raído pesasse mais. in: Homens de Aço, pp. 25. O único a expressar dúvidas quanto a fraudes no sistema de pesagem foi MACHADO, D. P. op. cit., pp. 72. A rusticidade das balanças pode ser confirmada nas fotografias inseridas no final deste trabalho.

(63) SEREJO, Hélio - Homens de Aço, pp.27.

(64) Para uma descrição pormenorizada do barbaquá ver SEREJO, Hélio - Homens de Aço, pp.27, e Ciclo..., pp. 59-61.

(65) "A Indústria da Herva-Mate em Mato Grosso" op. cit., pp. 687.

(66) Serejo afirma que a temperatura de um barbaquá podia chegar próxima a 100° C. in: Ciclo..., pp. 30.

(67) DONATO, H. - op. cit., pp. 39.

(68) SEREJO, Hélio - De Galpão em Galpão - Presidente Wenceslau, s/e, s/d, pp. 11.

(69) Idem, ibidem, pp. 34.

(70) Sobre a questão do abandono do trabalho encarado como uma forma de resistência, especificamente no trabalho agrícola, ver: STOLCKE, Verena & HALL, Michael - "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo" in: Revista Brasileira de História, (06): 80-120, set. 1983; ALVIM, Zuleika - Brava Gente! Os Italianos em São Paulo, 1870-1920 - São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 115 e passim.

(71) CAMPOS, Daniel - op. cit.

(72) FLECHA, Victor Jacinto - "Movimientos Socio-políticos

en el Paraguay y proyección posterior" in: Revista Paraguaya de Sociología, ano 25,(70): 177-191, mayo-agosto 1988. Para o estudo das organizações dos trabalhadores paraguaios é de fundamental importância o arquivo de Francisco Gaone, preservado no Arquivo Edgar Leuenroth, UNICAMP.

(73) Idem, ibidem

(74) A resistência insidiosa dos trabalhadores às estratégias disciplinares foi discutida por PAOLI, M. C. - op. cit.; MARONI, Amnérís - A Estratégia da Recusa - São Paulo, Brasiliense, 1982; CHALHOUB, Sidney - Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque - São Paulo, Brasiliense, 1986; DIAS, Maria Odila L. da Silva - Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX - São Paulo, Brasiliense, 1984.

(75) RODRIGUES, J. E. - Excursiones por la Argentina y países limítrofes, apud. ARRUDA, Gilmar - op. cit., pp. 128.

(76) Carta de Aníbal Benício de Toledo para Raul Mendes Gonçalves, Rio de Janeiro, 05.08.1940, ACML.

(77) Caá-yari era também uma entidade mitológica protetora dos ervais.

(78) MELO E SILVA, José de - op. cit., pp.152.

(79) SEREJO, Hélio - Palanques da Terra Nativa - pp. 36-38.

(80) SEREJO, H. - Ciclo..., pp.42.

(81) SEREJO, H. - O Tereré que me inspira - Presidente Prudente, Gráfica Santo Antônio, 1986, pp. 38.

(82) SEREJO, Hélio - Pelas Orilhas da Fronteira - Curitiba, O Formigueiro, 1981, pp. 71-72.

(83) Carta de Antonio Portela Júnior a Heitor Mendes

Gonçalves, Ponta Porã, 30.08.1925, ACML, pasta 09, doc. 17.
Nesta carta o subscritevente pede autorização por escrito para montar um bolicho, alegando que necessitava se proteger do poder do habitado de um rancho nas proximidades de onde o instalaria.

(84) SEREJO, H. - Ciclo..., pp. 154-155.

(85) Idem, *ibidem*, pp. 172-173.

(86) Depoimento de Carlos Galhardo concedido a ARRUDA, Gilmar - *op. cit.*, pp. 101.

(87) Edital de Protesto de Ricardo Isnardi contra a Companhia Mate Larangeira, S/A. Correio do Povo, Campo Grande(?), 07.11.1931, ACML.

(88) DONATO, H. - *op. cit.*, pp. 215.

(89) Idem, *ibidem*, pp. 07.

(90) LINHARES, Temistocles - *op. cit.*, pp. 298.

(91) Idem, *ibidem*, pp. 299.

(92) ECHEVERRIA, Mirta - *op. cit.*, pp. 36.

(93) SEREJO, Hélio - Homens de Aço..., pp. 19.

2 - Nas Orilhas do Poder

Analisamos nos capítulos precedentes o movimento de expropriação dos meios de produção do trabalhador, através do estrito controle sobre as terras e ervais, assim como as estratégias definidas para a formação de um mercado de mão-de-obra. Por outro lado, como a expropriação não dá garantias para a produção de um estoque de mão-de-obra, uma vez que os homens expropriados poderiam recorrer a alternativas que não correspondessem às expectativas do capital, como efetivamente o fizeram através do contrabando, do roubo ou da elaboração clandestina, armou-se estratégias disciplinares que tinham como alvo toda a população fronteiriça. Tais estratégias passavam pela discussão de uma ética do trabalho e por dispositivos disciplinares e repressivos visando conter e imobilizar a população trabalhadora. Podemos perceber que os andarilhos da fronteira povoavam o imaginário das elites, provocando medo e insegurança. Do mesmo modo, a valorização do trabalho exigia dispositivos de vigilância e repressão. Neste capítulo analisaremos as estratégias disciplinares armadas na fronteira que objetivavam a coação interna ao trabalho. (1)

Atuando como um dos componentes essenciais do imaginário social que se formou do sertão de Mato Grosso está a idéia de vazio de poder. Na mesma lógica dos "espaços

vazios", a ausência de poder é denunciada por todos os autores que se propuseram a discutir os problemas que entravavam o desenvolvimento do Estado. Mais do que denunciar, imputaram à ausência de poder a responsabilidade pelo teor violento da vida na fronteira. (2) Evidentemente que por poder entende-se o público, nesse sentido, os autores proclamavam que Mato Grosso era uma terra abandonada pelos governos, onde dominava a lei do mais forte, e reclamavam providências para que se atuasse com mais rigidez na contenção da desordem, do banditismo e dos crimes impunes provocados pelos paraguaios que circulavam pela fronteira. A violência seria contida com uma atuação mais contundente da polícia e do exército que deveriam patrulhar melhor e mais constantemente a fronteira impedindo o livre trânsito entre o Paraguai e o Brasil.

A ausência de poder nessa lógica atuava como uma forte justificativa para as medidas sanitárias e profiláticas sociais apregoadas em alguns municípios da fronteira para conter o trabalhador paraguaio arruaceiro e brigão e civilizá-lo. É um discurso que visa normatizar e conformar a cultura paraguaio-guaranítica aos padrões de civilização já discutidos.

Definidas como crime pelo direito positivo, as práticas sociais do contrabando, do roubo de gado, do banditismo e dos frequentes assassinatos associados aos divertimentos mais caros aos trabalhadores, que deram a feição de violenta à vida fronteiriça, foram categorizadas de

fora dos padrões culturais dos trabalhadores e estigmatizadas pela classe dominante. Nosso objetivo é entender como essas práticas constituem, juntamente com outras, a vida social local. Assim, procuraremos perceber como estas práticas podem ser entendidas a partir dos padrões culturais e valores morais que norteavam a vida em sociedade na fronteira, e notadamente entre os trabalhadores. (3)

No contexto da Marcha para o Oeste, os trabalhadores paraguaios foram apresentados como inimigos da Nação por serem estrangeiros, não adotarem os costumes dos brasileiros e por falarem o guarani. Dentro da campanha de nacionalização da fronteira, armou-se uma estratégia de desterritorialização da cultura guarani, no sentido de esvaziar o espaço e ocupá-lo com genuínos brasileiros, os nordestinos. A estes, mais afeitos ao trabalho disciplinado, estava destinada a ocupação da fronteira através de colônias agrícolas de pequenas propriedades. Aos paraguaios, que durante décadas ocuparam aquele solo com seu trabalho e que lutaram pelo direito à terra, estava destinado apenas serem trabalhadores dos outros, ervateiros ou peões de gado, ou então voltarem para seu lugar de origem.

2.1 - Cidades e Vilas Fronteiriças

Alguns anos após a fundação da Companhia Mate Larangeira, a população fronteiriça previa e ansiava pelo progresso e desenvolvimento que os trabalhos nos ervais

traria para a região. Miguel Palermo esperou que Nioac se desenvolvesse ou usufruisse dos benefícios da Mate Larangeira bem como do Banco Rio e Mato Grosso:

"A Companhia Mate Larangeira que cada dia vai tomando maiores proporções na elaboração e crédito de sua indústria, dará ao município de Nioac a sua verdadeira importância, pois refletindo os benefícios que indiretamente vem prodigando a este torrão do Estado de Mato Grosso desde o ano de 1878..." (4)

Concretamente esperava que a compra da fazenda Três Barras, efetuada pela Companhia para aí estabelecer seu principal porto para a exportação do mate, viesse a desenvolver toda a região sul do município. Suas ambições não foram frustradas, pois alguns anos após, o porto foi elevado à categoria de vila com o nome de Porto Murtinho. Com os mesmos sentimentos e esperanças, Vital de Araujo, que em 1912 ocupava o cargo de fiscal do governo na Companhia, assim se expressou:

"Depois do Porto de Corumbá, o de maior movimentação marítima é, sem dúvida alguma, o de Murtinho.

Os vapores do Lloyd, como os da empresa M. Cavassa Filho & Cia. e os de Vierci, que viajam entre Corumbá e Montevidéu, transitam e fazem escala obrigada, tanto de descida como de subida, em Porto Murtinho.

Além desses vapores há outros muitos que, se dirigindo aos estabelecimentos de extrato de tanino existentes em vários pontos da margem direita do chaco paraguaio - passam pela Vila.

Não raras vezes, acontece o porto ficar coalhado de embarcações, se bem que por poucas horas, visto como a demora é sempre pequena, salvo quando há descarga

a fazer, ou desembarque de produtos e exportação.

Então, torna-se agradável, pitoresco, concorrido e animador o Porto Murtinho." (5)

Fundado portanto pela Companhia Mate Larangeira como porto de embarque de erva-mate para a Argentina, localizado às margens do rio Paraguai, rapidamente o porto se desenvolveu em função dos negócios ervateiros. No caminho para Porto Murtinho, a Companhia mantinha fazendas de criação de gado e depósitos de erva em Santa Virginia, Margarida e São Roque, ponto onde iniciava a pequena estrada de ferro que contornava o pantanal até o porto.

Os anseios de desenvolvimento para a região ao norte dos ervais não se realizaram, pois a Companhia transferiu sua rota de exportação para o sul, pelo rio Paraná, quando então construiu Guaira. E o florescente Porto Murtinho entrou em franca decadência, tão somente animado pelas explorações de quebracho e tanino. No sul, novas povoações surgiram enquanto que Ponta Porã funcionava como um polo onde as atividades convergiam e onde se concentrava o maior núcleo populacional. Nesses vilarejos e cidades fronteiriças, não havia lei seca e os códigos disciplinares da Companhia Mate Larangeira tinham poucos efeitos. Ainda que permanecessem as intensões disciplinares, mesmo dos administradores municipais e outras autoridades, nesses locais se concentrava uma população que atuava nas fímbrias do poder: bandidos, denominados na região de quateiros ou bochinheiros(6), contrabandistas, prostitutas, jogadores inveterados e

beberrões contumazes.

A medida em que se percorre a literatura sobre a região, a imagem que se forma é realmente a de uma terra abandonada. Têm-se a impressão de que a fronteira estava pontilhada de prostíbulos e casas de jogos ou bailantas, o que viria reforçar a idéia de que a população era beberona, vagabunda, violenta nas relações sociais e indolente para o trabalho. A título de exemplo, vejamos uma descrição feita por Puiggari:

"Vilarejo fronteiriço, sem alinhamento, casinhas de capim, paredes barreadas, ao lado de construções modernas, regulares; quintais cercados de arame ou de táboas de peroba. Gente de toda casta e adventícia, na maioria paraguaios e riograndenses. Crianças pelos portais aquecendo-se ao sol, mostrando-se preguiçosas e sonolentas, pálidas, edemaciadas e de ventres entumecidos pelos estragos da verminose. Ginetes que passam, bem aperados, reluzentes de prata. Magotes de individuos de puytã (poncho de baeta vermelha), chapéu de carandá, cintado de baeta encarnado e aba quebrada na testa, tilintando chilenas nos pés descalços, percorrem os bolichos - são os trabalhadores de ervais. Bezerros à sogá mugem ou ruminam. Velhos burros aposentados, os lombos em chagas, esqueléticos, cobertos de moscas, perseguidos pela motucas, agitam nervosamente os rabos sem cerdas e roídos pela sarna. Carretas de altas rodas raiadas, cobertas de zinco, os bois em descanso, descarregam sacas de erva mate em enormes armazéns. Muchachas paraguaias, de pés nus, lábios rubros de carmin, vestidas de seda de cores berrantes, peinetas cravejadas de pedras falsas, ornando-lhes as cabeleiras negras, olhos oblíquos e maliciosos, saracoteiam pelos bolichos dos turcos, muito perfumadas, provocando os machos e pitando guaranis (charutos baratos e

fortíssimos)." (7) .

Está quase pronto o cenário de um crime. A cidade, mais precisamente o vilarejo, é desordenado e sem alinhamento. Dominam a paisagem os homens do erval, os bolichos e as mulheres caracterizadas como prostitutas, lascivas. Para que o crime aconteça falta a casa de jogo:

"Na porta de um ranchão, com um dos copiadores em ruína, está sentada uma velha, fumando um pôguassú (charuto muito grande e grosso), camisa rendada, muito aberta, deixando ver as tetas longas, murchas e repugnantes. Ai, nesse ranchão, de onde sai um cheiro acre, nauseabundo, misto de tabaco, cachaça e budum, estão reunidos em volta de uma grande mesa, mascates e capatazes de ervais, compradores de gado e agenciadores de erva, vagabundos e marafonas, chauffeurs, carreteiros, bochinheiros profissionais, capangas de coronéis, cabos de polícia, criminosos, cuatrerros e assassinos... Bebem a longos tragos cachaça em abundância, servida em copos desiguais, embaciados, imundos, fortemente assinalados por beicarras gordurosas. De um espeto enorme, colocado a um canto, vai um moleque, sujo e sarnoso, tirando nacos de churrasco gordo, que distribui pelos circunstantes. Galhetas, isto é, bolachas esféricas, duras, espalhadas pela mesa noventa, servem de pão para ajudar a deglutir a carne mal assada. Os enfastiados ou os que trazem o estômago intoxicado pelo álcool, chupam chimarrão por bombilhas, de onde escorre uma baba abundante, viscosa, esverdeada, desses viciosos.

"Gritos, pragas, gargalhadas, imoralidades, formam uma confusão atordoadora. E uma casa de jogo na fronteira. Joga-se o 31." (8) .

Fortes adjetivos: repugnante, nauseabundo, imundos, sarnoso e viciosos. E preciso mais para caracterizar a barbárie e a incivilidade da população fronteiriça?

Puiggari complementa o quadro com a ação criminosa: participa do jogo um estranho que, pelo seu modo de trajar percebe-se que não é da região; mais se parece com um almofadinha de Cuiabá. É motivo de escárnio de todos os presentes, principalmente sua gravata. O ambiente torna-se tenso quando, recrudescendo o jogo, o estranho acaba ganhando a partida. Após ter se levantado da mesa, com todo o dinheiro ganho, recebe um tiro pelas costas. Puiggari arremata o "causo" reforçando a futilidade e a banalidade do assassinato, afirmando que o jogo continuou sem alterações. A literatura, ao ressaltar a futilidade dos motivos para os crimes procura evidenciar que estes poderiam ser evitados caso houvesse uma maior atuação dos poderes públicos. No entanto, o quadro composto é muito rico de significações culturais que explicam a aparente futilidade imputada ao assassinato. O estranho era um almofadinha da capital, objeto de escárnio no seu modo de trajar por todos os circundantes, pois representa uma outra cultura, um outro modo de vida. Poderia ficar impune ao ganhar o jogo? Ao afirmar que os motivos para os crimes que narra em todo seu livro são fúteis e banais, Puiggari justifica a necessidade de se civilizar esses homens a qualquer preço.

Aquilo que é para o trabalhador paraguaio o trabalho, a natureza, a vida e seus valores éticos e morais, vai sendo contestado por essa literatura que procura denegrir hábitos e comportamentos expressos na prática cultural, seja do baile, seja do jogo de baralho ou das carreras de cavalo.

Essa contestação, objetiva depreciar a cultura dos trabalhadores transformando-a em folclórica, ou então, num processo mais simples, discriminando-a como imoral e incivilizada e que, portanto, precisa ser controlada. Dai apelar-se para o Estado, para a Igreja ou para a escola, pretendendo-se armar uma outra rede de relações socio-culturais, tanto ao nível da experiência imediata quanto da memória histórica ao se folclorizar a cultura. Essa rede de relações sócio-culturais na qual quer se inserir o paraguaio, passa por outras concepções de trabalho (produtividade, disciplina e respeito à propriedade), natureza (que precisa ser racionalmente aproveitada), religião (oficialização e normatização através da institucionalização de práticas ditadas como corretas pela Igreja católica em contraposição ao que é denominado de credices), enfim, da cultura mesma, entendida esta como um todo de práticas.

Até agora, têm aparecido que existiriam na região duas culturas distintas, e que poderiam ser denominadas de cultura da "elite" e cultura "popular", sem que houvesse interferências de uma na outra. Apesar de não termos observado a circularidade entre o "alto e o baixo" observada por Bakhtin (9) ao discutir a cultura popular, existe uma prática cultural onde elementos se fundem ou se mesclam, onde há apropriações e reutilizações, novos conteúdos em velhas formas ou o oposto, velhos conteúdos em novas vestimentas. As estratégias disciplinares armadas pela elite que pretende governar os destinos dos trabalhadores não foram todas

derrotadas, mas nem todas foram aceitas. Há, isto sim, uma permanente luta pela preservação de um modo de vida, o que não que dizer que não tenha havido derrotas ou vitórias. Tomemos um exemplo significativo: a utilização da língua guarani. Todos os membros dessa "elite" falavam o guarani, ainda que alguns o soubessem imperfeitamente (objetos de escárnio pelos paraguaios). Por outro lado, os paraguaios falavam o espanhol e muitos também o português. Quando se trava a luta pela nacionalização da fronteira, Melo e Silva chegou a propor o ensino oficial do guarani nas escolas, como o genuíno formador do idioma nacional, desde que, evidentemente, sem prejudicar a soberania do português.(10) Mas quando o governo paraguaio resolveu proibir que se falasse o guarani nas suas escolas, Armando de Arruda Pereira conta que "são as mães paraguaias que ensinam aos seus filhos, para que eles nunca esqueçam e nunca desapareça o idioma nacional..." (11)

QUADRO : POPULAÇÃO DA REGIÃO ERVATEIRA (12)

| MUNICÍPIO | 1920 | 1940. |
|------------|--------|---------|
| Bela Vista | 7.299 | 13.851. |
| Ponta Forã | 19.112 | 33.412. |
| Dourados | | 15.053. |
| Entre Rios | | 8.279. |
| Maracaju | | 5.224. |
| TOTAL | 26.411 | 75.819. |

QUADRO : DIVISÕES ADMINISTRATIVAS
DOS MUNICÍPIOS DA FRONTEIRA (13)

| MUNICÍPIO | ANO | DISTRITOS | ÁREA km ² |
|----------------|------|--|----------------------|
| Bela Vista | 1908 | Caracol | 9.358. |
| Dourados | 1935 | Santa Luzia | 19.688. |
| Porto Murtinho | 1912 | | 14.920. |
| Ponta Forã | 1912 | Cabeceira do Apa, Lagunita, Patrimônio, União, Antonio João. | 22.425. |
| Entre Rios | 1929 | Ivinhema | 20.218. |
| Maracaju | 1929 | Vista Alegre | 4.591. |

Na ordenação do mundo burguês, a cidade assume um papel primordial. Nela se consubstancia, ainda que contraditoriamente, o progresso propalado pela civilização burguesa. Há imagens da cidade tenebrosa, pestilenta, covil das classes perigosas. Mas a cidade é também um paradigma: o lugar do trabalho disciplinado e ordenado que se traduz na produção constante de bens materiais e culturais, em contraposição ao imaginário social do campo, sinônimo de atraso. A cidade é o lugar onde o imaginário social que dimensiona o trabalho como norteador das relações humanas se torna visível em toda sua potencialidade progressista.(14)

A sociedade sul matogrossense anseia por ser progressista, e por tal entende-se cidadiana. É nesse sentido que Ponta Porã quer ser vista: como uma cidade que, ainda que não plenamente desenvolvida, contém em si potencialidades progressistas futuras. Tal questão pode ser observada ao se analisar o tratamento dado pelo Jornal "O Progresso", editado em Ponta Porã durante os anos de 1923 a 1927, ao discutir os problemas da cidade.

A impressão mais forte que fica no entanto, é a de que as cidades e vilas fronteiriças não eram mais do que pálidas imagens de Campanário e Guaira. Os municípios da fronteira não possuíam a infra-estrutura que as cidades da Companhia dispunham. É muito menos a aparência!

Economicamente a cidade vivia da extração da erva-mate e da criação de gado. Mas já nos anos 30 percebia-se que

o futuro econômico da cidade estava ameaçado devido às plantações de erva na Argentina. Os que anteviam o declínio da exploração ervateira ansiavam pelo desenvolvimento mais acelerado da pecuária e da agricultura como alternativas para substituir a riqueza que se ia.(15) Daí talvez esse anseio em propagandear a cidade, divulgar suas potencialidades e ao mesmo tempo normatizar a vida na fronteira, contendo a violência das relações sociais, da criminalidade impune. De certa forma, os trabalhadores precisavam ser disciplinados para que o capital estrangeiro se interessasse pela região.

Uma porcentagem significativa da população, no entanto, não vivia nas cidades ou vilarejos. A região até o final do período estudado continuou a ser predominantemente rural, (16) e para os trabalhadores ervateiros, ir para as cidades se constituía numa ocasião excepcional: quebra das regras de disciplina no trabalho dos ervais.

Os municípios da fronteira viviam em permanente escassez de fundos, o que dificultava a execução de obras básicas pela administração municipal. Para se ter uma idéia da gravidade da falta de verbas, o município de Ponta Porã deveria receber do governo estadual 2% do imposto de exportação sobre a erva-mate, que nunca era repassado pelo governo estadual. A dívida do Estado para com o município em 1919 era de 26 contos de réis, referente ao não pagamento do imposto de exportação durante os anos de 1915 a 1918. Em 1924 a dívida montava a 40 contos de réis. (17)

Dentre os assuntos mais discutidos pelo Jornal destaca-se a segurança da cidade, ou sua ausência, que é imputada à precariedade das forças públicas e à falta de iluminação noturna. A todo dia o jornal reclamava de roubos feitos nos quintais: cavalos, galinhas, roupas e outros objetos que ficassem esquecidos ou não muito bem guardados. Segundo o jornal "o destacamento está restringido a duas ou três figuras que mal dão para conservar aberto o velho quartel." O exército patrulhava a cidade, mas só até a meia noite, ficando então a cidade livre para os gatunos agirem. (18) A cidade possuía uma cadeia, mas o jornal discute seu estado de segurança, pois as paredes de tábuas estavam "desboreando pouco a pouco, de modo a se tornar quase impossível guardar os presos (...) dado a esse estado deplorável tem se evadido vários detentos." Além do que, "o número de praças existentes no destacamento é insuficiente para manter uma vigília contínua e uma fiscalização rigorosa." Para completar o quadro, a cadeia não comportava o número de presos lá recolhidos, além das péssimas condições sanitárias. (19) Quando a população reclamou ao Estado da falta de segurança, pedindo a construção de um quartel e de uma cadeia, o governo estadual prometeu pagar sua dívida para com o município, condicionando o pagamento à construção do quartel e da cadeia com essa verba, o que o jornal considerou um absurdo. O quartel de polícia foi construído pela Companhia Mate Larangeira, como parte do contrato de arrendamento dos ervais em 1926.

Separada de Pedro Juan Caballero apenas por uma rua que delimitava a fronteira, sem iluminação elétrica e sem polícia efetiva, as duas cidades se tornavam vítimas de "desocupados" que, durante a noite, se postavam em grupos ao longo da linha divisória e trocavam tiros ora de um lado, ora de outro lado da linha. As autoridades das duas cidades foram conclamadas a dar "um exemplar castigo para os autores de semelhante abuso." (20) Constituía prática corrente entre os "desocupados", quando cometiam crimes em Ponta Porã, refugiarem-se em Pedro Juan, o que aborrecia terrivelmente as autoridades que nada podiam fazer, apenas esperar que um dia voltassem ao país onde o delito tinha sido cometido.

Para dirimir a falta de iluminação pública, a intendência do município contratou em 1918 a construção de uma pequena hidrelétrica, cujo prazo para seu término foi prorrogado em 1921, mas ainda em 1924 o jornal O Progresso reclamava da morosidade dos trabalhos para a sua instalação. (21)

Ponta Porã era servida por uma linha telegráfica construída no início da década de 20. No entanto, bastava uma pequena chuva para que a linha "caísse" e a população ficava sem comunicação. Em uma série de reportagens, o jornal observava que a linha telegráfica não dispunha de pessoal para cuidar de sua conservação, daí a precariedade e as frequentes interrupções nas comunicações. Da mesma forma, o Correio Nacional, com uma agência instalada na cidade, era

terrivelmente moroso. As cartas demoravam meses para serem recebidas e a população enfrentava esse problema montando um serviço de correio particular, que servia às localidades de Dourados, Patrimônio União (viagens duas vezes por mês), e Campanário em combinação com o correio para Campo Grande com viagens quatro vezes ao mês. (22)

O quadro de precariedade atingia também as estradas que ligavam Ponta Porã com o resto do mundo. A estrada de rodagem que a ligava à Campo Grande, e conseqüentemente à Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, foi concluída em 1925. Antes disso, existiam apenas caminhos carroçáveis. No entanto, prontamente a intendência municipal precisava do auxílio da Companhia Mate Larangeira para a construção de estradas ou para o reparo de pontes. A grande aspiração da população local se concentrava numa estrada de ferro que partindo da Sorocabana em Porto Epitácio, chegasse até a cidade. No pior dos casos, reivindicava-se a construção de um ramal da Noroeste ligando Ponta Porã à Campo Grande. Este ramal só foi concluído nos anos 40, já com a existência do Território Federal de Ponta Porã.

O abastecimento da cidade, que no início do século se fazia em Concepción, no Paraguai, passa a ser feito nos anos 20, em Campo Grande por comboios de carretas. (23) "O Progresso" reclamava que tudo era caro em Ponta Porã; nada se comprava por menos de 5 pesos, de carne a remédios, ao mesmo tempo em que denunciava a constante falta de trocos e a

emissão de vales resgatáveis em mercadorias na mesma loja. Essa falta de dinheiro, principalmente de moedas, devia-se ao uso que a população preferia dar: em vez de serem utilizadas como dinheiro, as moedas, principalmente as de prata, disputadas por "plateiros" que as transformavam em outros objetos, como bombas para chimarrão ou adornos para os arreios e selas. (24)

Assim como outros municípios da fronteira, Ponta Porã não possuía uma igreja católica. Em 1923 formou-se uma comissão para angariar fundos para a construção de uma. De doação em doação, até o final de 1924 os trabalhos de construção não tinham começado. Os serviços religiosos eram prestados por padres itinerantes. Em 1923, O Progresso anunciava a chegada de um padre em P. J. Caballero, apto a prestar todos os serviços religiosos, como batizados e casamentos. A falta de igrejas e padres regulares era comum a toda região ervateira, segundo narra Hélio Serejo:

"Constantemente pelos ervais aparece um padre a cavalo, cheio de santinhos e rosários, alguns crucifixos, pequenas imagens, e pobres peças de vestimenta religiosa. E o batizador como o cognomina o povo simples do sertão. (...) Fazendo aqui um batizado, ali um casamento, celebrando mais além uma missa, ele se internava cada vez mais pelo sertão (...). Quando ele aparecia, famílias inteiras, viajando longos dias, vinham trazer os filhos para o batismo." (25)

Apesar dessa constante precariedade reclamada, as autoridades municipais se esforçavam por dar à cidade uma aparência urbana, por normatizar padrões de comportamento.

Desejando promover o desenvolvimento da cidade a qualquer custo, a intendência do município contratou a confecção de 1.000 metros de fita cinematográfica de propaganda do município; isentou de impostos durante sete anos, a partir de 1921, o construtor de um teatro (Antonio João) e mandou fazer um livro (Anuário de Ponta Porã) de propaganda da cidade, além de ter contratado um fotógrafo para fotografar a cidade para os mesmos fins.(26) Confiantes no poder da propaganda, as autoridades municipais e membros da elite dos fazendeiros, esperavam a vinda de capitais e imigrantes que desenvolvessem a cidade. Aparece nas resoluções do Conselho Municipal, uma preocupação em dar a Ponta Porã traçados urbanísticos, mandando medir e cercar lotes urbanos e suburbanos, determinando a construção de calçadas, abrindo novas ruas e mandando fazer a medição de novos quarteirões. Resoluções que não eram cumpridas e que aparecem reeditadas alguns anos depois, como é o caso dos açougues. O matadouro público tinha sido construído em 1918, e recebera verbas para seu melhoramento em 1919. Restava normatizar a instalação dos açougues. Uma resolução do Conselho Municipal foi aprovada em 1922, obrigando os açougueiros a se instalarem em casas de tijolos e seguir os preceitos de higiene na comercialização da carne. (27) Tal medida não deve ter surtido efeito, pois dois anos depois, a mesma resolução é novamente colocada em discussão pelo Intendente Municipal, fazendo publicar uma resolução normativa, determinando que os açougues deveriam ser instalados em casas de alvenaria com pisos e paredes

azulejados, as carnes expostas para a venda em ganchos de metal e a uma distância da parede, e o estabelecimento deveria ser lavado diariamente.(28)

Dentre os agentes de civilização apontados pelo discurso do jornal se destaca a escola. Entendida como elemento fundamental do progresso, às escolas estava destinado exercer o controle não coercitivo das relações sociais, difundindo valores morais e cívicos entre a "massa guaranizada", ignorantes dos mais elementares padrões civilizatórios.

As condições das escolas públicas preocupava os redatores de "O Progresso". O Estado mantinha duas escolas na cidade que literalmente não funcionavam, ora pela falta de professores, ora pela falta de material didático-pedagógico. Essa precariedade fazia com que a frequência fosse muito baixa, de modo que o jornal conclamava os pais a mandarem seus filhos para a escola, apesar dos problemas que enfrentavam. (29) A cidade contava ainda com uma escola mista municipal e uma particular, que atendia até o nível médio (ensino comercial). A situação das escolas nos distritos e vilarejos era idêntica, se não pior. Autores como Melo e Silva e Pinheiro Machado apontavam para o perigo da desnacionalização da fronteira pela falta de escolas, comparando com a situação do Paraguai, que mantinha na região fronteiriça boas escolas e com boa frequência, a ponto dos brasileiros da fronteira as frequentarem. (30) Para dirimir esse problema, em 1923, a Companhia Mate Larangeira, na

figura de Heitor Mendes Gonçalves, anunciou que construiria uma escola para a cidade, como efetivamente o fez. Confirmando seu papel de Estado para a região ervateira, a escola construída pela Companhia destoava de todas as outras, amplamente contruída em alvenaria.

Disponha-se de serviços de saúde efetuados por médicos e odontólogos ali instalados, e que em seus consultórios realizavam pequenas cirurgias de emergência e partos. A cidade não possuía um hospital público, a não ser o do quartel do exército, que ocasionalmente atendia à população. Na década de 40, o Ministério da Educação e Saúde mandou contruir um hospital em Ponta Porã, mas quando da visita de Pinheiro Machado já se encontrava em deterioração pela falta de verbas para o seu término e compra de equipamentos. Pinheiro Machado faz uma série de observações no que se refere a defeitos de técnica hospitalar, tais como o local dos sanitários e das salas de cirurgia, além de apontar como problemático a distância em que o hospital tinha sido construído do centro da cidade. (31)

Para completar o quadro geral da precariedade da cidade, Ponta Porã não possuía água encanada e esgoto. A água utilizada pela população vinha de poços escavados nos quintais, enquanto que a presença de fossas acépticas não eram frequente nas residências, pois o médico W. de Castro conclamava a população a construí-las como medida de higiene. (32)

Enquanto os populares se divertiam nos bailes, jogos e carreiras de cavalos, a elite bem educada promovia seus bailes no "Grêmio Luz e Recreio", que contava com um salão para tal fim, além de promoverem bailes em suas residências nas ocasiões festivas como casamentos e aniversários. Na cidade tinha também um pequeno cinema, mantido por um gerador particular, e as sessões eram muito concorridas.

Na década de 40, a cidade não parece ter mudado muito, apesar de ser sede do Território Federal de Ponta Porã, como podemos ver pelo depoimento de Pinheiro Machado:

"Dá a impressão de pobreza, em suas casas, em seus péssimos hotéis, sem água encanada, sem esgotos e mal iluminada. Usa-se ainda a cisterna e a fossa comum. Há uma avenida internacional, dividindo-a de Pero Juan Caballero. Possui além disso poucas ruas, cheias de casas velhas de madeira, cobertas de zinco em sua maioria. A lei ali é dificilmente aplicável, alias, como nas demais cidades desta mesma zona, dominando sempre o mais forte e audacioso. (...) A não ser o quartel do Regimento, o grupo escolar doado pela Mate Larangeira, tudo mais está em estado lamentável, inclusive o edifício da prefeitura municipal..."(33)

O quadro de precariedade e pobreza descritos para Ponta Porã não foi aceito por todos. Contrastando com o depoimento de Pinheiro Machado, Melo e Silva sobressalta as potencialidades da cidade e os sinais de progresso impressos nas ruas "lindas, alinhadas e limpas", com "construções regulares". O serviço de iluminação é considerado ótimo e a presença na cidade de médicos, odontólogos, farmaceuticos,

fotógrafos, cinema, correio e uma agência do Banco do Brasil, atestam essa potencialidade. As relações com a cidade de Pedro Juan Caballero são definidas como harmoniosas, e Ponta Porã tinha

"o privilégio de contar no seio de sua população elementos excelentes, do ponto de vista eugênico, e apreciáveis pela educação de espírito. São famílias oriundas do próprio Estado, do Rio Grande do Sul, e de outros pontos da Federação. Por isso mesmo aquela sede se impõe como centro de gente polida, de qualidades eugênicas invejáveis." (34)

Mais uma vez Melo e Silva discrimina a população paraguaia, distinguindo a elite de Ponta Porã da "massa guaranizada" por suas qualidades eugênicas e padrões de comportamento considerados civilizados. Esta elite bem educada certamente não beberia, não jogaria e quem sabe não frequentaria prostíbulos. Muito menos seria afeita a atos violentos.

O que no entanto não deixa de ser verdadeiro, no nível do imaginário social. O que se pode observar já na década de 20, na atitude das elites, expressa pelo "O Progresso", é a necessidade de marcar um distanciamento cultural e moral entre estas e a "massa guaranizada", como que a imprimir as diferenças classistas nos comportamentos, nos padrões éticos e morais, nas diversões. Têm-se a impressão de que um segmento da população de Ponta Porã, começava a fazer questão em distinguir-se dos trabalhadores, mostrar-se culta, superior e civilizada. De uma certa maneira, a expressar uma consciência de classe. A expressão

da consciência, contudo, é dolorosa, pois marca um outro distanciamento em relação aos grandes centros civilizados. Dai o anseio em progredir, em civilizar o sertão, ter o porte, pelo menos, da elite que morava em Campanário.

Essas cidades e vilarejos apresentavam um índice relativamente alto de crimes, comumente assassinatos ocorridos em bailes, casas de jogos e carreiras de cavalos, decorrentes de brigas, apostas ou desafios. Armando de Arruda Pereira, ao escrever nos anos 20 afirma:

"Em dois anos foram mortas 49 pessoas em uma cidade onde estivemos. Cremos, que poucos foram os que levaram mais de um tiro para embarcarem desta para melhor.

Felizmente os costumes tem sido muito modificados, e autoridades mais enérgicas e sensatas tem posto paradeiro aos abusos e tropelias, que eram quase que diários. Havia noites em que parecia um constante festejar São João" (35)

Mas ainda em 1942 o problema não tinha sido de todo resolvido, já que o delegado de polícia de Ponta Porã determinou a prisão simples de 15 dias a 6 meses pelo porte de armas e disparos. (36)

Justifica-se, portanto, a preocupação em normatizar e disciplinar as relações sociais, o que se constata já em 1923, numa série de reportagens do jornal "O Progresso", vinculando cultura popular e formas de lazer com os crimes corriqueiros da fronteira. (37)

Desperta a atenção a linguagem que o jornal

utiliza para noticiar os crimes que aconteciam em toda região: palco, teatro, cenário. Em muitas notícias de crimes, o motivo não fica explícito, mas o local do crime é descrito com cores fortes e marcantes. Adjetivos contundentes circundam uma concepção teatral do crime. A supremacia dos locais sobre os motivos aparentemente fúteis denota uma concepção determinista do meio sobre os homens e suas ações. Assim, todos os que frequentavam tais lugares, como bolichos, bailantas, casas de jogos e carreiras de cavalo, eram passíveis de se tornar criminosos ou virem a se tornar deles suas vítimas.

Ao discutir o problema da prostituição, o jornal afirma que Ponta Porã, apesar de ser uma cidade pequena, possuía todos os vícios dos grandes centros sem, entretanto, ter "os modernos aparelhos de sanidade moral", o que tornava a cidade "o ponto preferido pelas mais ínfimas mercadoras do amor barato." As prostitutas andavam pelas ruas "escandalizando as famílias com as mais degradantes cenas de deboche, abusando descaradamente das falhas da lei e dos poucos recursos oficiais de que dispõe a delegacia de polícia para corrigi-las". (38) O jornal reclamava das mulheres que levavam vida alegre e que passeavam de carro pela cidade, parando em todos os bares e fazendo badernas sem encontrar nenhuma autoridade que pusesse um fim em tal assente. (39) Nesse contexto, e como medida preventiva, o jornal se preocupava com o destino das meninas que viviam nas casas das prostitutas e propunha que fossem criadas em casas de família,

retirando-as de um ambiente que fatalmente as levaria a caminho igual. Assim, Ponta Porã, "no longuíquo Mato Grosso, sem ferro carril, sem luz elétrica, telefone sem fio (sic), e outras comodidades", não estava livre dos "males que depauperam o organismo social". (40)

Eis aqui um ponto a se destacar. Os diversos crimes que o jornal noticia não são provocados pelas relações de trabalho, pela disputa pela terra ou até mesmo pelo teor violento da vida na fronteira. Os conflitos são entendidos como doenças "infiltradas no organismo social" e a cura se daria a partir de uma profilaxia social. Em outras palavras, medidas sanitaristas morais bastariam para normatizar as relações sociais conflituosas. E nesse sentido que se prega o fechamento dos bacará: para conter o vício do jogo que tem sempre consequências funestas. Justifica-se dessa forma a reivindicação de fechar os bolichos que organizavam bailes e carreiras de cavalos. (41)

O jornal reforça a idéia de que os divertimentos populares, como bailes, jogos, carreiras de cavalo e as consequentes bebedeiras, eram as causas dos crimes que ocorriam na região, uma vez que estes aconteciam invariavelmente durante os divertimentos que tinham sempre "consequências funestas". Em última instância, os frequentadores de tais lugares, os trabalhadores paraguaios em sua grande maioria, constituíam uma classe perigosa que precisava ser controlada. E a estratégia definida pelo jornal foi o controle de suas formas de lazer.

Os comportamentos da classe trabalhadora foram considerados nocivos e inoportunos ao progresso, mas, mesmo que não plenamente tolerados, não foram considerados pela elite governante como ameaçadores ao seu poder, haja visto que não houve um investimento massivo em recursos para conter o que poderia ser considerado uma ameaça iminente. Pretendeu-se conformar os comportamentos sociais da classe trabalhadora a um padrão único de moralidade como indispensável para a manutenção da ordem pública.

Pode-se perguntar se tais preocupações estariam na base da falência dos sistemas tradicionais de subordinação social, como o mando pessoal expresso pelo coronelismo. É certo que na década de 20 em diante, o coronelismo perde seu brilho no sul, e cede espaço para outras formas de poder, subordinação e disciplinas sociais. Não é a toa que na década de 30 a discussão sobre a separação política do sul volta à tona. Ainda que tal discussão seja feita em outras bases, não mais comandada por um coronel guerreiro, e sim articulada em torno de um programa e de um partido político,(42) o poder coronelístico não estava concretamente derrotado. O que se pode perceber claramente é o início das fissuras do poder em questão.

Assim, as bases do poder do coronel, o mando pessoal sobre as classes populares, estavam menos sujeitas à manipulação. E nesse contexto que se articula um discurso sobre a necessidade de controle sobre a "massa guaranizada" e

sua moralização, discurso este que é acompanhado de uma ansiedade sobre o desenvolvimento econômico, social e político da região. Algo se desestruturava, fugia ao poder e provocava, se não medo, angústia. Essas mudanças talvez tenham propiciado uma nova forma de percepção do crime e dos divertimentos populares. O que antes era tolerado, ou até fazia parte dos padrões de comportamento tanto dos coronéis como das classes populares, passa a incomodar e a ser imputado como atos praticados apenas pelos populares. O crime emanava apenas, ainda que indistintamente, da " massa guaranizada".

2.2 - Bailando e Brigando

As festas na cultura paraguaio-guaranítica (43) se apresentam como ocasiões muito especiais, rompendo com a vida cotidiana de trabalho e privações. Eram os momentos essenciais de negação do trabalho, em que se gastava tudo o que tinha sido ganho. Para as festas, os paraguaios se esmeravam na aparência, vestiam o que tinham de melhor, marcando dessa forma que aquela era realmente uma ocasião muito especial.

Como muitos autores gostaram de ressaltar, para o paraguaio tudo era motivo de festa; ao menor pretexto estava organizado um jeroki (baile). Alguns acontecimentos traziam a obrigatoriedade da festa, acompanhada de um baile e muita bebida, como o velório de crianças, ou "angelitos":

"A essas reuniões comparecem sempre numerosos convivas, estanhos à família e à raça. Vão uns pelo interesse na pândega, e outros levados pelo espírito de deboche, pois nessas aglomerações não faltam mulheres, muitas vezes bonitas, sedutoras. Outros são arrastados pela curiosidade. Frequentemente degeneram em desordem, paucadarias e conflitos de maior vulto. As consequências inevitáveis porém, são os namoros, conchavos ilícitos e uniões livres."(44)

Mesmo os velórios de adultos, dado o isolamento e a raridade com que se davam as oportunidades de confraternização social, se apresentavam como ocasiões propícias para namoros, entabular conversas e rever amigos.(45)

A festa aparece também como o momento de transgressão da disciplina imperante nos ervais, principalmente a lei seca, quando era possível e permitido se embriagar, jogar cartas e promover corridas de cavalo. Nessas oportunidades a violência que permeia o cotidiano dos ervais explode, pois não há baile sem briga, corridas de cavalo sem tiroteios, resolvendo-se os conflitos com os capatazes ou com os próprios companheiros.

Dentre as festas tradicionais no mundo dos ervais algumas se destacaram. Essencialmente ligada ao processo de trabalho há a festa de São Lourenço, o protetor dos ervateiros, paralizzando-se todos os trabalhos nos ervais no dia 10 de agosto. Outro dia tradicional de festa era o dia da Virgem dos Milagres, ou 08 de dezembro, quando não se trabalhava, "ni a cambio de dinero", bem como no dia do

divino Espírito Santo. As tradicionais comemorações juninas e o carnaval não ficavam esquecidos. Melo e Silva lembra que ninguém podia contar com as empregadas domésticas durante o carnaval.(46)

Conhecido pela sua constante recusa ao trabalho, ao paraguaio não faltaram dias santos para festejar.

"Chegam mesmo a santificar, de conta própria, à revelia da Igreja, muitos dias do mês. As vezes dão tais nomes aos santos, em virtude da má versão do castelhano para o português, que se chega a ter dúvida se a Igreja os contemplou em sua Agiologia. Santa Livrada é um dos casos. Mas aí daquele que trabalhar no dia de Santa Livrada! E pouco importa tenha a Igreja suprimido alguns dias santos. Nunca mais deixarão de ser santificados, por maior que haja sido a chuva de decretos. O paraguaio não vai perder assim. atôa, um dia que já lhe deram para farras e fuzarcas." (47)

Mas a grande festa do mundo ervateiro era a Semana Santa. (48) Enquanto as outras festas eram realizadas no próprio rancho ervateiro, a Semana Santa se comemorava fora dos ervais. Havia uma verdadeira debandada em direção aos bolichos, vilarejos e prostíbulos, locais preferidos para se organizar uma festa do porte da Semana Santa. Este é um aspecto importante a se destacar pois só sairiam dos ervais os peões que tivessem pago sua dívida:

"Espera a Semana Santa com uma sofreguidão indizível. Emprega esforço supremo para disminuir la cuenta e obtener permición para salir a fuera e festejar el santificado. Nem sempre realiza esse desejo. Pagar conta alta é tarefa sempre difícil. Não pagando fica... é a inflexível lei dos ervais."

Na Semana Santa, o trabalhador ervateiro dirigia-se para um bolicho ou uma pequena vila e passava a semana toda bebendo e dançando. Serejo conta a história de um arrieiro que toda Semana Santa se dirigia para um bolicho, embebedava-se durante três dias seguidos, pagava a conta para todos e gastava o que tinha ganho no ano inteiro, voltando para os ervais sem um tostão no bolso. No final do conto, fica a certeza de que no ano seguinte repetiria tudo novamente.(50)

As festas do mundo ervateiro, apesar de constantes, eram muito simples. Bastava que houvesse bebida e mulheres, além de um grupo de músicos para que surgisse um baile. Além das festas anuais, como a Semana Santa, batizados, casamentos e enterros eram bom pretestos para se organizar um baile. Mesmo quando o ambiente andava tenso num dado rancho, o capataz sabia que bastaria organizar um baile para desanuviar as tensões. Assim, fica patente que o baile, ou jeroki, fazia parte da cultura paraguaio-guaranítica.

Havia uma presença constante nos jerokis: o aconóagua, a quem Serejo denomina de palhaço dos ervais. Sempre embriagado, cortejava insistentemente as mulheres até receber uma recusa brusca que normalmente o derrubava no chão. Mestre na arte da imitação, a todos zombeteava e podia terminar o baile envolvido em alguma briga ou até mesmo assassinado.(51) Assim como nos ervais, o trabalhador paraguaio enquanto dança grita. O gritador marcava presença

num jeroki; considerado a "alma da festa", seus gritos marcavam o compasso de suas danças preferidas, a polca, o chopim e a Santa Cruz.

O que se sobressai nas descrições das festas é o seu caráter laico. Ainda que em dias santificados, as festas ervateiras não destacavam motivos religiosos. Assim, fica evidenciado que as festas tinham por função primeira propiciar a diversão. Além disso, as festas podem ser pensadas como "válvulas de escape", um meio em que se extravasava frustrações e ressentimentos. Concretamente os trabalhadores abandonavam os ervais, ocupavam estradas, bolichos e vilas fronteiriças; muitos portavam armas nessas ocasiões e o alto consumo de álcool ajudava a perder a "inibição em se expressar a hostilidade contra as autoridades ou indivíduos particulares." (52)

Mas a festa não pode ser pensada só como válvula de escape para as condições opressivas de sobrevivência ou uma inversão da ordem dominante. Pode-se observar nos jerokis, e na facilidade com que o mesmo era improvisado, uma certa postura cultural que permeia as relações sociais e que transformam o baile num momento especial para a cultura. O que fundamenta essa postura é uma maneira cultural de fruir a vida que, em confronto com a sociedade burguesa, apega-se na recusa ao trabalho disciplinado. Num baile é preciso se divertir ao máximo, e tudo é feito com excessos, bebidas, sexo e jogos.

A moral burguesa se escandalizava com o comportamento do peão paraguaio, (53) principalmente com seu caráter perdulário. Na verdade, o que as festas denotam sobre a cultura paraguaio-guaranítica, aspecto muito ressaltado por Serejo, é sua alegria. (54) Baktin destaca um aspecto muito importante das festividades populares e que nos propicia pensar a cultura guarani:

"As festividades tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção do mundo. Os exercícios de regulamentação e aperfeiçoamento do processo de trabalho coletivo, o 'jogo no trabalho', o descanso ou a trégua no trabalho nunca chegaram a ser verdadeiras festas. Para que o sejam é preciso um elemento a mais, vindo de uma outra esfera da vida corrente, a do espírito e das idéias. A sua sansão deve emanar não do mundo dos meios e condições indispensáveis, mas daquele dos fins superiores da existência humana, isto é, do mundo dos ideais. Sem isso, não pode haver nenhum clima de festa." (55)

É esse aspecto da festa que transforma um simples baile num grande acontecimento de profundo significado para a cultura guarani. Essas festas simples, ocorridas num rancho ervateiro ou num bolicho de beira de estrada, não eram só lazer, ou válvula de escape, mas uma determinada concepção de fruição da vida, ao mesmo tempo em que davam o suporte para práticas de resistência ao mundo capitalista do trabalho disciplinado. A festa se constituía numa demonstração pública da negação dos valores burgueses de trabalho, poupança, disciplina, vida moral e sexual regrada.

Os vilarejos fronteiriços, administrativamente considerados como distritos ou patrimônios, invariavelmente possuíam um ou mais bolichos. Funcionavam como uma pequena venda e tinham um vasto sortimento de bebidas, querosene, secos e molhados, tecidos e confecções, fumo, pólvora, balas, além de uma porção de bugigangas. O estoque do bolicho era adquirido ou de mascates que perambulavam pela região, ou de viagens que o bolicheiro fazia regularmente à sede do município. (56)

Mas o bolicho não era apenas um ponto de vendas. Funcionava como paragem ou pouso para os viajantes onde poderiam dormir e alimentar os animais, local onde se realizava o conchavo de trabalhadores para os ervais, sendo por isso um ponto de encontro onde se organizavam ao mesmo tempo os bailes populares e carreiras de cavalos, além de jogos de baralho. Muitos bolichos se localizavam em pontos estratégicos, locais obrigatórios de passagem pelos caminhos ervateiros:

"O lugar era passagem obrigatória para a peonada da Mate (...), daí o movimento diário com peões gastando desregradamente, se emborrachando, e muitas vezes peleando, por uma soncera..." (57)

Invariavelmente, o bolicho aparece na literatura sobre a região como "palco" de brigas e bebedeiras, ou mesmo assassinatos. Ao noticiar um crime em Rincão de Júlio, o jornal O Progresso assim descreve um bolicho:

"Para maior facilidade da prática

de delitos revoltantes não falta também a abusiva venda de bebidas alcoólicas, em quase todos os trechos da linha internacional. Nesse aspecto, a espelunca de Secundino Rocha é célebre demasiadamente. Constando de um casebre construído entre Paraguai e Brasil, bem sobre a divisa dos marcos, aquilo está a desafiar toda sorte de transgressões legais e se oferece para teatro gratuito das cenas mais cruéis de crimes e criminosos."(58)

Vejamos um destes crimes narrados pelo jornal O

Progresso:

"Um conflito em Cabeceira São João. Um morto e dois feridos. No dia 30 de junho p.p. no lugar Cabeceira São João, subúrbios desta cidade, na casa de um tal Roque Torres, onde se reúnem constantemente os que gostam de se divertir com os célebres bailes populares e jogos proibidos, havia uma das costumadas farras, na qual tomavam parte muitos populares, algumas praças do exército e um sargento da policia.

O baile ia animado quando em dado momento, o individuo de nome Anatolino Pereira, um tanto alcoolizado, entrou a festejar, mesmo dentro de casa, disparando tiros a esmo, sendo repellido pelas praças. Depois, tudo voltou as boss, continuando o baile "meloso"... Notando os sargentos Miranda, do exército e outro da policia, que a venda de bebida estava sendo feita em alta escala, o que ocasionava a exaltação de animos, entenderam de chamar a ordem a dona da casa, no sentido de sustarem a venda de bebidas. A mulher porém alegou que pagara patente, e portanto, tinha o direito de continuar seu negócio. Tudo isso se passava ao mesmo tempo que, fora da casa um outro grupo, se divertia no jogo do bacará.

Não dando resultado o apelo dos sargentos, no sentido de evitarem a venda de bebidas, resolveram estes, com mais algumas praças, se retirarem do baile, o que deu em resultado o arrefecimento deste, que quase se extinguiu, mas o jogo recrudescceu... e num dado momento, o

perverso indivíduo de nome Francisco Paulo, paraguaio, entrou a dar tiros para os lados do grupo que jogava, sendo nisso seguido pelo seu companheiro Anatolino. Logo nos primeiros disparos, foi atingido Emilio Wider, descendente de alemães, que estava "sapeando" o jogo, calmamente.

O projétil que atingiu Emilio, penetrou no abdômen, e foi causa eficiente de sua morte, no dia seguinte.

Um irmão da vítima, de nome Alberto Wider, vendo seu irmão prostrado alvejou os dois que lhe atiraram, mas foi também atingido na cabeça, por projétil de arma de fogo, ficando gravemente ferido. Ao que se diz, um dos tiros desfeichados por Alberto, atingiu Anatolino, no pescoço, achando-se este em tratamento, gravemente ferido.

A autoridade policial, tão logo teve conhecimento desses fatos, mandou proceder a corpo de delito nas vítimas e abriu inquérito a respeito, o qual já está ultimado (...)

Também como medida de prevenção, o Sr. João Gualberto Cabral, zeloso delegado de polícia, entendeu-se com o intendente municipal, no sentido de mandar despejar a casa onde se realizavam essas badernas, visto ser a mesma do município e estar abusivamente ocupada por Roque Torres e outros malandos, no que foi prontalmente atendido." (59)

Tão longa citação torna-se necessário para que fique expresso não só o vocabulário empregado, mas o tom geral da narrativa. A maneira como é conduzida, os destaques dados à nacionalidade dos oponentes, e a imputação ao estado de alcoolismo como responsável pelo ambiente propício ao crime.

A tensão que circunda o crime não tem sua origem no jogo de baralho em si, mas se reporta à presença dos policiais e soldados entre os populares, e à conduta mediadora dos primeiros, tanto para conter Anatolino, como na

tentativa de impedir a venda de bebidas. A presença dos policiais e soldados basta para tornar o ambiente tenso, e tal dado se evidencia na resposta da dona do bolicho, ao afirmar sua autonomia e independência frente às autoridades, dizendo que tinha todo o direito de continuar seu negócio. Os momentos que antecedem o crime são cruciais para seu entendimento, pois explicitam como se estabeleceu a tensão, ocasionada pela presença perturbadora de autoridades.

A causalidade que poderia explicar ou mesmo justificar o crime, também se descarta quando se pensa que a atitude de Anatolino em continuar com os disparos e esmo poderia muito bem ser compreendida como uma afirmação diante da tentativa repressora dos policiais. Ao ser atingido Emilio, pelos padrões de comportamento do grupo, seu irmão, estando armado, necessariamente deveria revidar e assumir sua defesa. A casualidade presente na trajetória do projétil que atinge Emilio, se desfaz em grande medida quando todo o contexto do crime é pensado a partir dos padrões de comportamento da cultura popular, de sua ética e moralidade.

Evidencia-se no crime narrado, como policiais e exército aparecem como uma força reguladora na tentativa de impor um padrão mínimo de ordem básica. Apesar de não empregarem a força para conter a venda de bebidas alcoólicas, a presença de policiais e membros do exército nos divertimentos populares poderia funcionar como "correias de transmissão de mensagens ideológicas", além de desempenharem uma "missão educativa", contribuindo para a estigmatização do

alcool e difundindo novos padrões de ordem moral. (60)
Evidentemente que a presença de policiais nos divertimentos populares acaba em grande medida desorganizando os padrões de comportamento que regulavam as relações cotidianas, aumentando a tensão entre o grupo e preparando o clima que antecede o crime. (61)

Em primoroso estudo sobre a violência costumeira entre as comunidades de caípiras no século XIX, Maria Sylvia de Carvalho Franco aponta alguns valores e padrões de comportamento que nortearam as relações sociais e cotidianas, e que também são pertinentes em grande medida à cultura paraguaio-guaranítica da fronteira. Somando-se à pobreza material e às injunções do poder político local expresso na figura do fazendeiro - coronel, destaca-se na análise de Maria Sylvia a violência atravessando toda a organização social. Nos conflitos estudados, "o recurso à violência aparece institucionalizado, como padrão de comportamento", ajustando as relações de vizinhança, de trabalho e familiares. (62)

A "violência" é incorporada como um padrão socialmente válido de conduta, pois através dela se dá a afirmação pessoal perante o grupo, seja na presença de desafios e sua aceitação, seja na demonstração pública de coragem. Na medida em que não há interferência dos espectadores nos conflitos, a violência é entendida como se fizesse parte da ordem natural das coisas. (63)

Do mesmo modo que entre as comunidades caipiras, os divertimentos entre os trabalhadores ervateiros ou peões de gado se davam sempre em função das oportunidades oferecidas pela convivência. (64) O isolamento e a solidão são concretas para essa cultura, e as possibilidades de que os divertimentos regulares ocorram associam-se necessariamente ao bolicho, ponto de encontro dos trabalhadores, seja para fazer compras, como até para arrumar emprego. E, portanto, natural que no bolicho aconteçam os divertimentos preferidos pela cultura paraguaio-guaranítica.

Dentre as práticas culturais dos trabalhadores consideradas como perniciosas e propensas à violência se destaca as carreiras de cavalo. As canchas eram improvisadas próximas a algum bolicho, associando-se novamente as diversões populares com bebidas alcoólicas. No dizer de Melo e Silva, as corridas de cavalos não passavam de mero pretexto para o jogo, sendo que algumas pessoas faziam disso seu meio de vida, promovendo corridas de bolicho em bolicho. Praticadas por gente sem educação, as corridas sempre degeneravam em algum assassinato; ocasião também para

provocar rixas e dissensões, além de afastar os homens do trabalho. Chega a afirmar que grande parte dos homicídios praticados em Bela Vista tiveram sua origem nas corridas de cavalo. Melo e Silva não é contrário ao esporte, desde que praticado "entre pessoas de apurado gosto e responsabilidade", como em Campanário, onde as corridas de cavalo são praticadas "com a elegância e disciplina dos grandes meios". (65)

O depoimento de Melo e Silva revela um grande preconceito em relação às formas de diversão popular, reafirmando a predisposição para o crime que os paraguaios trariam dentro de si. Contudo, nas corridas de cavalo também entram em jogo uma série de regras de convívio social que precisam ser entendidas.

Há um conto narrado por Puiggari muito significativo: em Oriental Cuè, devido às suas condições de fartura de pasto e água, tinha se estabelecido um bolicho que se tornara um ponto tradicional para o pouso de tropas e carreteiros, além das corridas de cavalo. Certo dia, depois de uma carreira, os participantes resolveram organizar um rodeio com uma manada de potros bravios., dentre os quais um se destacava por derrubar todos os pretendentes a domá-lo, de modo que ninguém mais se atrevia a tentar. Começam então os desafios, as apostas para saber quem conseguiria vencer o potro. Um correntino teria afirmado que não havia ali homens capazes para tal feito, ao mesmo tempo em que um paraguaio foi

desafiado a provar o contrário, enquanto as apostas corriam entre os circundantes. O paraguaio aceitou o desafio, e os que assistiam começaram a discutir se ele cairia ou não do cavalo. Tendo vencido o potro, o desafiante saca um revólver e mata o paraguaio ainda montado, afirmando: "caiu ou não caiu paraguaio desgranido!" (66)

O conto é interessante por sobressaltar o machismo dentre as regras de sociabilidade. (67) O ambiente tornou-se tenso quando os participantes do rodeio foram desafiados em sua hombridade. O paraguaio foi morto, não porque provou sua hombridade, mas por colocar em ridículo seu desafiante, que apostara na queda do desafiado, ao que este teria respondido que era homem o bastante para aceitar o desafio independente da aposta. Outro detalhe do conto que contribui para a tensão geral que antecede o crime, é a rivalidade tradicional entre paraguaios e correntinos. Mas o que importa a destacar no conto é novamente a futilidade com que os crimes são cometidos na fronteira. Puiggari ressalta este aspecto afirmando: "E a farra continuou...", frase esta que encerra o conto.

É preciso se pensar essa aparente futilidade imputada à criminalidade na região fronteiriça. Sem dúvida nenhuma, este é um aspecto ressaltado, mas que não deve ser tomado como verdadeiro a priori. Há uma distância social que precisa ser resguardada entre o que a elite considera fútil e os motivos culturais dos trabalhadores. Por outro lado, não podemos romantizar o crime, pois a violência é visível nas

relações cotidianas. Contudo, não está nos divertimentos populares a causa da criminalidade, mas esta deve ser entendida a partir dos padrões de comportamento que normatiza a cultura. Em primeiro lugar está em jogo a idéia de justiça para as classes populares: esta começa a ser feita no momento mesmo em que uma comunidade começa a forjar as regras de convivência diária, de solidariedade, regras essas que são tácitas. As condutas dos homens nos momentos de lazer, onde ocorrem preferencialmente os crimes, devem necessariamente ser pensadas dentro dos parâmetros ditados por essas regras, que em última instância determinam a reprodução de uma ordem moral que é diversa às regras da elite. (68)

Na fronteira, a justiça se fazia com as próprias mãos, ou mais precisamente com o Smith 44, cognominado de "justiça de Mato Grosso". (69) Não se levava afronta para casa e muito menos se dava ao Estado o papel de árbitro nos conflitos. O que autores como Puiggari e Melo e Silva reivindicam é que o Estado assumisse o monopólio da punição que os trabalhadores aplicavam entre si, o monopólio da justiça, ou, que os trabalhadores não mais gerissem internamente seus conflitos nem permitir que eles próprios elaborassem suas regras de sociabilidade e suas punições. (70)

Mas essa justiça do Estado é complicada em Mato Grosso. Seria preciso lembrar que magistrados e delegados eram indicações políticas? Depois, era pequeno o número de

funcionários da justiça, das delegacias e de policiais. "O Progresso" conta um caso significativo. Num baile ocorre uma briga que acaba em assassinato, segundo o jornal, por legítima defesa. O criminoso se entrega ao inspetor de quarteirão que o envia preso para o sub-delegado e não procede a um exame de corpo de delito. O sub-delegado o envia para o delegado e nessas "marchas e contra-marchas, a escolta levou o criminoso quase três dias, enquanto que a vítima ficou sem exame e o processo sem início legal..." (71) Num outro crime, ocorrido em Rincão de Júlio, o jornal reclama que o inspetor de quarteirão não sabia fazer o exame de corpo de delito e que aceitou o cargo por pressão de seus amigos políticos. (72)

Caso se quisesse fazer funcionar o aparato judiciário para punir os crimes corriqueiros da fronteira, seria preciso enfrentar o silêncio das testemunhas. (73) Melo e Silva, que era juiz de direito em Bela Vista, discute o comportamento dos trabalhadores paraguaios:

"São reservados e sempre ocultam a verdade, não como crianças que se contradizem, acabando por descobrir-se. Não há quem lhes arranque um testemunho. Por mais que estejam inteirados de um fato criminoso, deles nada espere a justiça. Só a coação física poderia modificá-los." (74)

O depoimento acima é a expressão manifesta do desejo de delimitar com precisão a fronteira entre o legal e o ilegal não reconhecida pela "massa guaranizada". Ainda mais, que os trabalhadores fossem cooptados para colaborar,

dando seu testemunho, com a legalidade..

As descrições dos costumes guaranis procuram conduzir o raciocínio no sentido de enquadrá-los como marginais à civilização e um tanto quanto nocivos ao progresso da região, na medida em que constituíam a expressão viva da ilegalidade e da impunidade características da fronteira.

Contudo, no mesmo depoimento, a resistência dos trabalhadores aos padrões de justiça civilizada é flagrante. É nesse sentido que a resolução dos conflitos se dá de acordo com padrões culturais da cultura paraguaio-guaranítica, dominante na fronteira e que ordenam as relações cotidianas. No entanto, esses valores não são considerados como positivos por autores como Melo e Silva. Dai que constantemente o autor acima criminaliza os comportamentos com o intuito de reprimir uma camada social. E na mesma lógica que se associa embriaguez com desordem e vadiagem com delinquência. É preciso normatizar não só o lazer, mas os comportamentos em público para que se consubstancie a imagem do trabalhador ordeiro e pacífico. (75) Este trabalhador que se deseja, não bebe, não briga, não gasta seu tempo precioso para o trabalho em festas, jogos e corridas de cavalo. Mas é um trabalhador desejado, que efetivamente não existe na fronteira no período estudado.

2.3 - Banditismo Inaudito

Apesar das autoridades constituídas gostarem de afirmar que reinava a mais absoluta tranquilidade e ordem na

fronteira, esta era constantemente assolada por lutas políticas envolvendo coronéis e seus bandos armados. Relacionadas com a política estadual, as lutas, no sul do Estado, assumiam um outro sentido, que não a disputa político-partidária pelo poder. De uma forma ou de outra, a Mate Larangeira e seus opositores estavam envolvidos.

Durante a "Caetanada", Astúrio Monteiro de Lima afirma:

"Ajudei a combater (...) forças mercenárias organizadas, armadas, municionadas e pagas por Don Juan Isnardi e comandadas por oficiais estrangeiros."
(76)

Para a região sul do Estado, Corrêa aponta 16 conflitos armados entre 1891 e 1922, envolvendo os coronéis e seus bandos em disputa pelo poder político local. (77) Apesar de afirmar que eram joguetes nas mãos dos coronéis de Cuiabá, a constante formação de bandos organizados marcou a vida cotidiana da região a ponto de ser considerada uma população armada. Afora os bandos armados pelos coronéis, também era comum na região a formação de grupos de bandidos que assolavam as fazendas, roubando gado e se refugiando no Paraguai. Para o período de 1872 a 1943, Corrêa aponta a existência de 16 grupos organizados, sendo que um desses era constituído de trabalhadores da Mate Larangeira e que atacaram o quartel do exército em Porto Murtinho. (78) O quadro levantado por Corrêa não se constitui num inventário dos bandos organizados, mas apenas numa amostragem coletada.

Temos indícios de bandos por ele não anotados, o que somente faz com que a questão ganhe uma maior dimensão.

Afora os grupos armados e os bandidos, a região foi testemunha de alguns levantes militares. Durante o período de 1912 a 1932, Corrêa aponta seis manifestações revolucionárias das forças militares, contando-se o movimento tenentista, a Coluna Prestes, as Revoluções de 1930 e 1932. Dentre essas manifestações conta-se também um ataque de desertores do Batalhão de Caçadores à Companhia Mate Larangeira em 1932. (79)

A constante formação de bandos fazia com que a insegurança na fronteira fosse de tal ordem que vez por outra as autoridades municipais reclamavam para que Cuiabá tomasse providências, como aconteceu em Porto Murtinho, em 1906, em que o Delegado de Polícia pede ao Presidente da Província que enviasse reforços policiais para a cidade, pois

"todos os desordeiros e bandidos da vizinha república aqui se refugiam a pretexto de trabalharem nas empresas Mate, Ferro-Carril e serrarias a vapor, as quais ocupam centenas de braços; e eles ajustando-se por insignificante salário, tem em vista a execução de malévolos intentos, desde que lhes permita a ocasião - o roubo, o assassinato, a violação ao lar doméstico. Em dias de domingo, é este povoado alarmado com mil e mil tiros de arma de fogo." (80)

O documento aponta como causa do banditismo as relações de trabalho na Companhia Mate Larangeira, da mesma forma que o fez Klinger. Escravizados pelas dívidas

contraídas nos armazéns da Companhia, aos trabalhadores dos ervais restavam poucas saídas. A formação de bandos era uma delas, pois agregava fugitivos, trabalhadores não adaptados ao regime de trabalho nos ervais, ou mesmo criminosos, que viviam do roubo de gado ou da extorsão de pequenos comerciantes. (81) Os bandos de bochinheiros e quateiros, permanentemente perturbavam a organização que a Companhia procurava impor nos ranchos ervateiros, introduzindo clandestinamente bebida alcoólica ou mesmo roubando erva já elaborada e posteriormente contrabandeada para o Paraguai.

Em Ponta Porã, uma preocupação maior com a ordem pública aparece em 1919, quando um abaixo assinado foi enviado ao Conselho Municipal pedindo a criação de uma polícia municipal, "tendo em vista a agitação em que se acha a população ordeira e laboriosa, com graves prejuízos para os interesses gerais, e a vista do abandono dos poderes do Estado que permite a absoluta falta de policiamento neste município..." Assinado por fazendeiros e proprietários que se propunham inclusive a custear as despesas da polícia durante aquele ano, o interesse maior expresso pelo abaixo-assinado era que tal corpo policial patrulhasse a campanha para impedir a ação de bandidos que atacavam as fazendas. (82)

É muito difícil precisar a linha que separaria o bandido dos bandos armados pelos coronéis ou pela própria Companhia. Enquanto o bandido rouba, o coronel requisita para

a revolução. (83) Tal afirmação no entanto só tem sentido se nos ativermos à definição de crime determinada pelo direito positivo, pois muitos bandos definidos como bandidos, eram revolucionários do lado contrário. Ao analisar o banditismo em Mato Grosso, Correa também não consegue precisar a diferença entre os bandidos e os coronéis, pois entende o coronelismo, não como uma forma de dominação política ou classista, imbuída de um projeto de poder, mas como joguetes do domínio que os políticos de Cuiaba exerciam sobre a população sulina como um todo. Daí que também os bandidos não são pensados como tendo ações autônomas, mas meros joguetes dos coronéis que os reúne quando deles se torna necessário. (84)

O que não impedia, evidentemente, que bandidos e coronéis tivessem estreitas relações. É preciso desmistificar a idéia de que os bandidos agiam exclusivamente por conta própria. Em alguns casos, os bandos eram mantidos por coronéis e contavam em grande medida com a conivência de delegados e inspetores de quartelão para o roubo de gado. Alguns coronéis claramente funcionavam como coiteiros de grupos de bandidos. (85)

Há, portanto, uma estreita vinculação entre o poder político local e a formação de bandos de bandidos. Mas o que nos interessa no momento, é que a prática de formar bandos contribui para o teor violento da vida na fronteira.

O que importa destacar no estudo do banditismo em

Mato Grosso, é a falta de indícios de que tais bandos pudessem ser considerados pela população como justiceiros, do tipo de Robim Hood. Ao que tudo indica, poucos bandos tiveram vida prolongada, e raros se destacaram como chefes de bandos, como Sindulfo Garcia. De vida efêmera, os bandos se desfaziam rapidamente, tão logo a população local tomava providências para que fossem desbaratados, ou talvez voltassem a se reunir em outra região. Para a prática do banditismo, a fronteira teve um papel fundamental, pois tinham como norma agir no Brasil e se refugiar no Paraguai, como podemos ver no depoimento de Astúrio Monteiro de Lima:

"O ataque dos salteadores era sempre em grupo. Procediam estes, geralmente, do Paraguai, onde eram conhecidos pela designação de "quatreiros" ou "quadrilheiros" no tratamento brasileiro.

Os terríveis quatreiros, às vezes, faziam rebanhadas de duzentas, trezentas, quatrocentas ou mais rezes, tangendo tudo para a venda no Paraguai.

Se alguém se lhes antepunha na marcha criminosa, uns do grupo tiroteavam, enquanto os demais repontavam a tropa.

Assim, de refrega em refrega, de encontro em encontro, de tiroteio em tiroteio, ganhavam a outra banda da fronteira." (86)

A própria condição de fronteira facilitava o contrabando e o roubo de gado, visto que era praticamente impossível se vigiar toda a linha fronteiriça. Alguns caminhos de contrabando eram bem conhecidos por todos; mesmo que houvesse uma constante patrulha da fronteira, era perfeitamente possível se desviar de perseguidores pela imensidão dos campos não cercados. (87) Os caminhos de

carreta e as estradas das fazendas, até o início da década de 20, eram livres para o trânsito de todos. Visando normatizar essas livres andanças, a Câmara Municipal de Ponta Porã resolveu obrigar os fazendeiros a construir porteiras de acesso imediato às suas terras. Em 1923, aparece no jornal O Progresso uma série de anúncios de fazendeiros comunicando à população em geral que dentro de pouco tempo não mais permitiriam o livre trânsito por suas terras. Os transeuntes deveriam se utilizar das estradas públicas, e não mais cortar caminho pelas fazendas, campos ou matas.

A perseguição dos bandidos não ficava exclusivamente a cargo da polícia estadual ou do exército, pois muitos civis se organizavam sob a chefia de algum coronel para desbaratar o bando que vinha agindo na região de seu domínio. Também o exército não dispensava a ajuda de civis para perseguir grupos organizados de cuatheiros ou bochinheiros. Dentre esses coronéis, na região dos ervaais, destacou-se Valêncio de Brum, pois invariavelmente o encontramos a perseguir bandidos. Ora sob o comando do exército, ora apenas com civis, a caça aos bandidos se constituía num exercício de manutenção do poder. (88) Por outro lado, a formação de grupos para perseguir os bandidos era facilitada pela própria condição da população, que vivia armada, sendo relativamente fácil reunir um grupo de pessoas armadas para perseguir aqueles que punham em risco seu patrimônio.

Infelizmente não dispomos de uma documentação que permitisse analisar a ação do bandido de forma mais concreta, a organização interna dos bandos e como concretamente agiam ou não contra o domínio da Companhia ou dos coronéis.

A presença de bandos de bandidos fazia portanto, parte da vida cotidiana da fronteira. Devido às condições de vida precárias e à dificuldade em sobreviver fora dos circuitos do poder da Companhia Mate Larangeira ou dos coronéis criadores de gado, quem quisesse ter uma vida autônoma na fronteira, um dia se tornaria, para os donos do poder, bandido. O banditismo pode ser pensado em Mato Grosso, como uma resistência à sociedade capitalista sob a forma de recusa ao trabalho, bem como uma forma de burlar o rígido controle sobre a terra. Através do roubo de gado ou de erva mate, o bandido participava nos negócios mais lucrativos da região.

2.4 - A Campanha de Nacionalização da Fronteira

Quais era os indícios apontados para justificar a afirmativa de que a região ervateira não estava integrada ao corpo da Nação? Em primeiro lugar a predominância da língua guarani, falada não só entre os paraguaios, mas também por grande número de brasileiros, especialmente as crianças. A falta de moeda nacional e mais uma vez a predominância do peso paraguaio ou argentino nas transações comerciais. A concentração da terra em mãos de grandes companhias estrangeiras que, ao manterem os latifúndios impediam o

desenvolvimento da região. (89) Sobressai nesses argumentos a predominância do estrangeiro: a região é brasileira apenas no nome, sendo em sua essência muito mais paraguaia. Urgia pois nacionalizar a fronteira, adaptando-a aos costumes genuinamente nacionais.

Como medidas para integrar a região à nacionalidade, Machado aponta como necessárias uma política educacional mais efetiva, com o funcionamento pleno das escolas ensinando o português e inculcando os valores de civismo; uma fiscalização mais rigorosa e eficiente da fronteira para coibir o contrabando; a extinção do latifúndio e a colonização da região. (90)

Acusada de só empregar estrangeiros, a Companhia Mate Larangeira se defendia afirmando que os brasileiros não se adaptavam aos trabalhos de elaboração da erva mate e às condições de vida nos ervais. Mais do que isso, a Companhia contribuía sobremaneira para a nacionalização da região na medida em que mantinha as escolas de Guaira e Campanário, onde se ensinava o português, além das lições de civismo e higiene. (91)

QUADRO DOS TRABALHADORES BRASILEIROS E
 ESTRANGEIROS EMPREGADOS NA FIRMA RAUL & HEITOR MENDES
 GONÇALVES - 1940 (92)

| LOCALIDADE / | BRASILEIROS | ESTRANGEIROS | TOTAL |
|----------------|-------------|--------------|-------|
| CAMPANARIO (1) | 123 | 41 | 164 |
| GUAIRA (2) | 66 | 89 | 155 |
| GUAIRA (3) | 87 | 52 | 139 |
| TOTAL | 276 | 182 | 458 |

(1) Empregados na produção de erva-mate.

(2) Empregados na administração, via férrea, etc.

(3) Empregados exclusivamente na navegação.

QUADRO DE NACIONALIDADE - GUAIRA (93)

| NACIONALIDADE/ ANO | 1935 | 1940 |
|---------------------------|-------|-------|
| BRASILEIROS | 55 | 228 |
| PARAGUAIOS | 169 | 267 |
| ARGENTINOS E ALEMÃES | 102 | 119 |
| TOTAL | 326 | 604 |
| PORCENTAGEM - BRASILEIROS | 16,87 | 37,74 |
| ESTRANGEIROS | 83,13 | 62,26 |

QUADRO DE NACIONALIDADE - CAMPANÁRIO (94)

| NACIONALIDADE/ ANO | 1940 |
|--------------------|------|
| BRASILEIROS | 105 |
| PARAGUAIOS | 84 |
| ARGENTINOS | 8 |
| ALEMAES | 1 |
| ESPAÑOIS | 2 |
| TOTAL | 200 |

Ao discutir a questão da nacionalização da fronteira, Machado não questiona a presença de trabalhadores paraguaios empregados na elaboração da erva-mate, mesmo porque a lei dos 2/3 não exigia uma maioria de trabalhadores nacionais empregados na lavoura, pecuária ou indústria extrativa. Suas observações referem-se aos trabalhadores empregados em Campanário e Guaira nos escritórios, hospitais, navegação, transporte, estaleiro, etc. Nessas ocupações, a Companhia devia necessariamente respeitar a lei dos 2/3, o que não acontecia, por exemplo, na navegação, onde empregava 9 pilotos, sendo que só 2 eram brasileiros, e 9 práticos, todos estrangeiros. (95)

De certa forma, Machado admite que sem os trabalhadores estrangeiros, seria difícil levar adiante os trabalhos nos ervais. Considera que os paraguaios não constituíam "maus elementos", mas viviam em "estado semi-

selvagem, sem noção de família, em verdadeira escravidão, sem higiene e sujeito aos feitores." E arremata: "Quando se embriagam, tornam-se perigosíssimos." (96)

Em 1940, a legislação defensiva dos trabalhadores nacionais foi abrandada, permitindo-se a entrada de latino-americanos originários dos países limitrofes ao Brasil, facilitando-se dessa forma sua inserção no mercado de mão-de-obra. As razões desse abrandamento para Lenharo são claras: "o custo mais baixo da mão-de-obra". (97)

A campanha de nacionalização da fronteira insere-se no contexto da Marcha para o Oeste e visa evidenciar o descaso das autoridades antes do Estado Novo e marcar a chegada de um novo tempo para a fronteira, além de dirimir a campanha separatista do sul do Estado. Mas seu alvo preferido é a Companhia Mate Larangeira, e nesse sentido se insere na luta pela desocupação política das terras ervateiras.

O único a defender a Companhia Mate Larangeira foi Melo e Silva, deslocando os problemas de nacionalização para a presença dos paraguaios que não adotavam costumes nacionais. Mas como admite que sem os paraguaios não era possível o trabalho nos ervais, Melo e Silva traça estratégias que objetivavam controlá-los. Assim, o maior problema que a fronteira enfrentava era o elemento humano. Em sua argumentação, a população trabalhadora nutria desprezo pelos trabalhos agrícolas, o que tornava a região propícia à pobreza e ao atraso econômico. Tornava-se necessário

"adensar a população, atrair à fronteira elementos novos que se entreguem com denodo às lutas agrícolas." (98)

A tarefa de construir a civilização da fronteira caberia aos nordestinos, pois estes sabiam impor seus costumes, considerados genuinamente nacionais, não tendo como prática adotar costumes de estrangeiros. Evidentemente que os trabalhadores paraguaios não seriam banidos, mas submetidos "integralmente à nossa civilização..." Mas Melo e Silva escorrega no seu nacionalismo ao admitir que seria bom que para a fronteira fossem enviados alguns europeus, "para dosar o sangue do homem de origem nordestina." (99) No fundo, persiste a idéia de que o nordestino seria mais dócil e suscetível às estratégias disciplinares que visavam formar um trabalhador ordeiro e pacífico.

Dentre algumas medidas necessárias à colonização e nacionalização da fronteira, Melo e Silva destaca a necessidade de despertar no brasileiro o interesse de povoar e nacionalizar aquele território; desenvolver as vias de comunicação; revisar a lei de concessão de terras, facilitando a aquisição de pequenas propriedades; criação de escolas profissionais, notadamente as de ensino agrícola; difusão da língua portuguesa e a criação de incentivos para a aplicação de capital na região, tomando-se São Paulo como um modelo a ser seguido. (100)

Como não se podia viver sem a mão-de-obra paraguaia, restava discipliná-la, e a escolha de Melo e Silva

recai na escola como a instituição capaz de incutir nesse povo lindeiro o amor pelo trabalho. Assim, a escola por ele eleita, é aquela que prima pelo ensino agrícola, o único capaz de desviar "de caminhos tortuosos parte daquela gente, ainda propensa à vadiagem e a outros desvios sociais" (101) Para as crianças que já tinham incutidos os valores dos pais, a solução proposta por Melo e Silva se aproxima em parte das workhouses: deveriam ser destinados a reformatórios, escolas agrícolas ou campos experimentais de agricultura. (102) Em muitos casos, tornava-se indispensável o segregamento, "como forma de afastá-los de pais ou mães que levam vida pouco recomendável, às vezes em verdadeiros prostibulos." (103) A escola proposta tinha como objetivo disciplinar as crianças e incutir o valor do trabalho, ou seja, formar futuros trabalhadores. Portanto não se trata de qualquer escola, mas daquelas que primam pelo ensino de alguma forma de trabalho, além de uma boa dosagem de patriotismo.

Mas parece que os renitentes paraguaios não gostavam muito das escolas, e não sem motivos. Conta Serejo que, em Caarapó, existia um professor "de extremado amor pelo Brasil", e que ensinava acima de tudo o amor pela Pátria. O professor se deu mal quando resolveu dar uma aula patriótica sobre a Guerra do Paraguai, atacando a Solano Lopes. Só conseguiu arregimentar contra si o ódio dos alunos, em sua maioria paraguaios, que simplesmente resolveram não mais frequentar suas aulas. E a escola foi fechada. (104)

Assim, o objetivo da campanha da nacionalização da fronteira era desterritorializar a cultura paraguaio-guaranítica, sem que no entanto, houvesse uma expulsão física dos trabalhadores paraguaios. Todos reconheciam que deles se precisava enquanto exclusivamente mão-de-obra de baixo custo. Quando, em 1945, a campanha começa a surtir seus efeitos, os proprietários de ervais reclamam da falta de mão-de-obra. Muitos trabalhadores paraguaios, diante das exigências da lei de estrangeiros, preferiram voltar para seu país de origem, mesmo porque o governo paraguaio tinha criado incentivos para trazê-los de volta. Afinal, também o Paraguai precisava de mão-de-obra. (105)

...

As práticas sociais, tais como a recusa ao trabalho, o contrabando e o roubo de gado e erva-mate e o banditismo, podem ser pensadas como ações pertinentes à resistência oposta às autoridades, e ao mesmo tempo como componentes da identidade cultural da classe trabalhadora da fronteira. Dessa forma, pensar as estratégias elaboradas para nacionalizar a fronteira e desterritorializar o trabalhador paraguaio como se tivessem sido concebidas exteriormente à ação dos trabalhadores, é achar que toda ação política consequente só é possível conformada às instituições como partidos e sindicatos. É preciso reafirmar que as classes trabalhadoras não são apenas objetos passivos dos processos históricos, nem apenas agem determinadas exclusivamente por

condições históricas que passam por fora de sua ação. Os trabalhadores foram participantes ativos e expressaram suas lutas, seus desejos e anseios. (106)

Definidas como crime pela classe dominantes, as práticas sociais expressam um posicionamento e um questionamento do sujeito. Conformar-se, dessa forma, à definição de crime, é coadunar com uma visão ideológica expressa pela classe dominante, e aceitar que os trabalhadores eram bárbaros e incivilizados, justificativa aceita para impor padrões morais a eles estranhos. Estudiosos do crime, relacionado à classe trabalhadora, têm reafirmado seu papel de auto-organização da classe, e apontado tais práticas como "causas de alterações decisivas na dialética de transformação das relações sociais." (107)

Procuramos mostrar, ao estudar os crimes corriqueiros que marcaram a vida na fronteira, que há evidências não só da resistência à opressão, mas também da "brutalização e desmoralização que frequentemente acompanham o estilo de vida de grupos que vivem fora de algumas normas sociais, cuja subsistência é precária e parasitária, e cujas vidas podem correr riscos diários." (108)

O que se observa nos relatos sobre os crimes é um evidente preconceito de classe e uma categorização moralista da cultura paraguaio-guaranítica. A conclusão que se poderia tirar desses relatos, é que se trata de uma gente propensa ao crime e à violência. Thompson, ao discutir um artigo de Pat

Rogers sobre a lei Negra observa que "a categoria criminoso pode ser desumanizadora: se um grupo de homens é descrito como uma "quadrilha", composta de "valentões" que vivem numa "subcultura criminosa", sua descrição é tal que desautoriza um exame mais cuidadoso. Eles são vistos (...) como uma ameaça à autoridade, à propriedade e à ordem. E assim as categorias nos preparam exatamente para as conclusões (...)". (109)

E as conclusões que os relatos induzem são de que todos os frequentadores de bailes, jogos e carreiras de cavalos são propensos ao crime. Perguntado sobre porque matara um rapaz num baile, um paraguaio teria respondido: "una briguita, non más". (110) Ao relatar o crime, o jornal O Progresso ressalta a futilidade com que se mata um homem. Para o paraguaio, talvez tenha realmente sido uma pequena briga que resultou casualmente em morte.

Por outro lado, e esta é uma questão muito séria, a prática da classe dominante, dos fazendeiros e habilitados de ervais também era muito violenta e poderiam, se não fossem eles os patrões, serem passíveis de criminalização. E no mínimo uma hipocrisia esquecer os assassinatos dos trabalhadores fugitivos, os castigos corporais e as violências sexuais cometidas pelos patrões nas mulheres e filhas dos trabalhadores. Conta Puiggari que três trabalhadores se ofereceram para trabalhar numa fazenda, e concordaram em receber como pagamento apenas a comida, uma vez que o patrão alegara não ter dinheiro. Os trabalhadores

passaram então a perguntar aos outros: "Será que el patrón no tiene plata?" Foi o suficiente para que, o patrão tendo ouvido a conversa, suspeitasse de que os trabalhadores queriam roubá-lo. Dias depois foram encontrados mortos. (111)

Por outro lado, e para não romantizar o crime, o jornal O Progresso conta que dois empregados paraguaios mataram brutalmente os patrões, saquearam a casa levando roupas, joias de pequeno valor, cavalos e arreios, e se internaram no Paraguai. Mas não discute outros possíveis motivos para o crime, senão a predisposição para a brutalidade e para o roubo. (112)

A sociedade impõe condições de vida aos trabalhadores e os desqualifica por viverem de acordo com essas condições. E novamente uma hipocrisia dizer que se trata de um homem andejo, não apegado à família. Andejo porque deve procurar emprego de erval em erval, ou fazenda em fazenda, percorrendo constantemente as estradas. Não apegado à família porque prefere deixá-la nos vilarejos a impor condições de vida precária nos ervais.

A violência na fronteira não foi distinção nem privilégio de apenas uma classe. Heitor Mendes Gonçalves não matou em plena rua de Ponta Porã seu opositor político Batista de Azevedo? Talvez não possamos multiplicar os exemplos, mesmo porque o número de proprietários civilizados era bem menor comparativamente aos trabalhadores. Mas nem por isso cometeram menos crimes.

Uma outra questão é importante se destacar: os crimes não foram cometidos só por paraguaios. Apesar destes constituírem a maioria da classe trabalhadora, a região era povoada por muitos gauchos, mineiros, argentinos, etc. Seria um sério deslize aceitar a imputação de criminosa a uma única cultura. Mesmo porque, é difícil se aceitar também que a cultura paraguaio-guaranítica fosse formada sem a mescla de outras culturas. O sul de Mato Grosso pode ser considerado um local onde diversas formas culturais se mesclaram e se fundiram; há na região uma confluência de experiências que se reportam à cultura gaúcha dos pampas, tanto brasileiro como argentino, dos mineiros criadores de gado, paraguaios e argentinos dedicados à elaboração da erva-mate, índios guaranis, além de paulistas e nordestinos. A visão de autores como Melo e Silva de que grande parte dos problemas da fronteira se devia à uma raça degenerescente, é também ser conivente com a campanha de nacionalização da fronteira, que visava conformar os trabalhadores paraguaios à condição de mão-de-obra barata para os ervais. Em concomitância, uma gente criminosa seria merecedora de terras? Teriam eles o direito de pretenderem uma pequena gleba de terra que lhes possibilitasse garantir a sobrevivência? Ora, não havia terra para a ganância de todos os proprietários que queriam expandir seu patrimônio ou para os especuladores. (113) Era melhor que o regime continuasse a ser o da grande propriedade, com a ilha da Colônia Agrícola Federal de Dourados, que era perfeitamente digerível e servia como uma

luva aos populismos políticos. Quanto aos paraguaios, era melhor que continuassem a ser peões. Cinismos à parte, em tanto patriotismo, é preciso reconhecer que:

"O guarani é a razão de ser da extração da erva mate, a cuja faina, quando se entrega, não mede a extensão da sua força, embora de pouca persistência, nesse, como em qualquer outro trabalho. Mais: naquelas alturas é ele, ordinariamente, quem se submete às asperezas da campanha pastoril, apesar das falhas inerentes ao seu feitio. E, de qualquer forma, é ainda ele um dos elementos da acanhada lavoura daquele recanto do Brasil. Resistente, corajoso, lá ninguém o imita no trabalho dos ervais. É pena que tenha ogeriza à cultura do campo.

"A Companhia Mate Larangeira (...) acolheu em seus domínios. Não só a Companhia. Todo ervateiro o acolhe e dele necessita.

Na sombria espessura do bosque, onde morou um milênio, sozinha, desconhecida, disfarçada, a própria riqueza verde, abriram-se longas clareiras, que são hoje, além de arranchações diversas, passagens e caminhos palmilhados a todo instante pelo operário guarani.

Mais ou menos nômade, ele se reveza num enchamear constante. Varia muito em figura ou pessoas. Em número quase nada. A frequência é a mesma. E lá se encontra ele, sempre alegre, folgazão, cantarolando ou gritando, quase alheado ao seu destino, nas horas vagas casado a um violão, bebendo chimarrão ou tereré, e sempre falando a sua língua - ava-ñe-ã."(114)

Notas

Nas Orilhas do Poder

- (1) Ver FOCUAULT, M. - Vigiar e Punir - Petrópolis, Vozes, 1984; BARREIRO, José Carlos "Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do século XIX" in: Revista Brasileira de História, vol.07(14): 131-149, mar.-ago. 1987.
- (2) Ver PUIGGARI, Umberto - Nas Fronteiras de Matto Grosso. Terra Abandonada - São Paulo, Casa Mayença, 1933, pp. 24. Para Nelson Werneck Sodré, o teor violento da vida na fronteira devia-se mais ao estilo de vida determinado pela atividade pastoril extensiva, que fazia com que as pessoas não reconhecessem facilmente as autoridades. in: Este Ensaio sobre a grande propriedade pastoril - Rio de Janeiro, José Olympio, 1946, pp. 24.
- (3) Esta questão metodológica foi discutida por FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata - São Paulo, Atica, 1974; CHALHOUB, Sidney - Trabalho, Lar e Botequim. O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque - São Paulo, Brasiliense, 1986.
- (4) PALERMO, Miguel A. - Nioac. Evolução Política e Revolução de Matto Grosso - Rio de Janeiro, Livraria Cruz Coutinho, 1896, pp. 66.
- (5) apud: MENDONÇA, Estevão Alves de - Datas Matogrossenses - Cuiabá, Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973, vol.1, pp. 134. ver também SIMOES DA SILVA, A. C. - Cartas Matogrossenses - Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.

pp. 38

(6) A denominação de bochinheiro é esclarecida por Serejo: "como não conseguiam trabalho, passavam a se divertir com musiquada (baile improvisado) que recebia o nome de bochincho" apud CORREA, Valmir Batista - Coronéis e Bandidos em Mato Grosso (1689-1943) - São Paulo, FFLCH-USP, 1981, mime. pp 184, nota 25. Já o termo quatreiro vem de quadrilheiro.

(7) PUIGGARI, U. - op. cit., pp. 69-70.

(8) Idem, ibidem, pp. 70.

(9) BAKTHIN, Mikhail - A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento - São Paulo, Hucitec/ Editora da Universidade de Brasília, 1987.

(10) MELO E SILVA, José de - Fronteiras Guaranis - São Paulo, Imprensa Metodista, 1939, pp. 292.

(11) PEREIRA, Armando de Arruda - No Sul de Matto Grosso - s/e, s/d, pp. 38.

(12) CORREA FILHO, Virgílio Alves - Ervais do Brasil e Ervateiros - Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1957, pp. 53.

(13) Recenseamento Geral do Brasil (01.09.1940). Série Regional, Parte XXII, Mato Grosso - Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

(14) Para a questão da cidade ver: BRESCIANI, Maria Stela Martins - "Metrópolis: As Faces do Monstro Urbano (as cidades no século XIX)" in: Revista Brasileira de História, São Paulo, 5 (8 - 9): 35-68, set. 1984, abr. 1985; Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza - São Paulo,

Brasiliense, 1982.

- (15) "O Progresso", em 10.07.1927, conclama o governo do Estado a abaixar o preço das terras no município para que os agricultores pudessem se estabelecer e dar a Mato Grosso "uma nova riqueza em substituição à que desaparece".
- (16) Ver os dados estatísticos do Censo de 1940 in: Recenseamento Geral do Brasil, op. cit., pp. 123-125.
- (17) Ata da 2ª reunião, 4ª sessão ordinária em 02.12.1918 do Conselho Municipal de Ponta Porã, in: Livro de Atas da Câmara Municipal de Ponta Porã, nº 02, manuscrito; "O Progresso", Ponta Porã, 18.05.1924.
- (18) "O Progresso", Ponta Porã, 15.07.1923, pp. 02.
- (19) *Idem*, 03.06.1923.
- (20) *Idem*, 05.08.1923, pp.01.
- (21) *Idem*, 13.05.1923; 05.08.1923 e 03.06.1923.
- (22) *Idem*, 15.07.1923 e 06.03.1923.
- (23) Ver PEREIRA, Armando de Arruda - op. cit.
- (24) O Progresso, 17.06.1923 e 24.06.1923.
- (25) SEREJO, Hélio - Homens de Aço. A Luta nos Ervais de Mato Grosso - São Paulo, Cupolo, 1946, pp. 76. É importante destacar que a Igreja não aparece como uma instituição disciplinar. Sua ausência é flagrante em toda a região fronteiriça, inclusive Campanário e Guaira. Ver também PEREIRA, Armando de Arruda - op. cit., pp. 33.
- (26) Resoluções de números 105, 109 e 112, de 1921, no Livro de Atas da Câmara Municipal de Ponta Porã, nº 02 (1918 - 1922), manuscrito.
- (27) Para a normatização dos açougues, ver resoluções de

números 65, 67, 122 e 133, no Livro de Atas da Câmara Municipal de Ponta Porã, no 02 (1918 - 1922), manuscrito.

(28) "O Progresso", Ponta Porã, 11.05.1924.

(29) *Idem*, 26.05.1924.

(30) MACHADO, Dulphe Pinheiro - Inspeção Realizada no Sul do Estado de Mato Grosso e no Oeste do Estado do Paraná - Conselho de Segurança Nacional, AN - CEFF, lata 252, 1941, protocolo no 647, dat. pp. 178.

(31) *Idem*, *ibidem*, pp. 155-157.

(32) "O Progresso", 26.05.1924.

(33) MACHADO, Dulphe Pinheiro - *op. cit.*, pp. 155.

(34) MELO E SILVA, José de - *op. cit.*, pp. 245.

(35) PEREIRA, Armando de Arruda - *op. cit.*, pp. 27.

(36) "Folha do Povo", Ponta Porã, 25.10.1942, AN - CEFF, lata 150.

(37) Para o estudo da cultura popular ver: BURKE, Peter - Cultura Popular na Idade Moderna - São Paulo, Companhia das Letras, 1989; BAKHTIN, M. - *op. cit.*, e CHAUI, Marilena de Souza - Cultura e Democracia - São Paulo, Cortez, 1989, 4ª ed. rev. e ampl.; Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil - São Paulo, Brasiliense, 1986. Uma análise das vinculações entre lazer e criminalidade pode ser encontrada em CHALHOUB, Sidney - *op. cit.*, especificamente no capítulo 3.

(38) "O Progresso", Ponta Porã, 10.06.1923.

(39) *Idem*, 05.08.1923.

(40) *Idem*, 01.07.1923.

(41) Idem, 01.07.1923, 08.07.1923 e 15.07.1923.

(42) A discussão sobre as propostas políticas de separação do Estado foram feitas por CORREA, Valmir Batista -op. cit., especificamente no capítulo IV, pp. 156 e *passim*.

(43) Utilizamos o termo cultura paraguaio-guaranítica para denominar a cultura popular, visto que eram os elementos predominantes na confluência das experiências culturais de gaúchos, paraguaios, correntinos, paulistas e nordestinos que povoavam a região. Melo e Silva denomina a população trabalhadora de "massa guaranizada" para se referir à predominância cultural dos paraguaios. Descendentes dos guaranis aldeados pelas missões jesuíticas, essa população no entanto não se identificava como índios.

(44) MELO E SILVA, José de - op. cit., pp. 132. Ver também AZEVEDO, Henriques de "Um Velório na Fronteira" in: De Mato Grosso, Ponta Porã, ano I, nº 01, suplemento G, maio de 1930.

(45) SEREJO, Hélio - De Galpão em Galpão - Presidente Venceslau, s/e, s/d, pp. 18.

(46) Para o dia de São Lourenço ver MARTINS, Renato Gonçalves - O Problema Econômico do Mate - Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1949, pp.18; para a festa da Virgem dos Milagres ver SEREJO, Hélio (et. alii) - Ciclo da Erva Mate em Mato Grosso do Sul - Campo Grande, Instituto Euvaldo Lodi, 1986, pp. 43; já a festa do Divino Espírito Santo pode ser encontrada em SEREJO, Hélio - Pelas Orilhas da Fronteira - Curitiba, O Formigueiro, 1981, pp. 41. As referências ao carnaval encontram-se em MELO E SILVA, José de - op. cit., pp. 127.

(47) Idem, *ibidem*, pp. 134-135.

(48) Um estudo mais detalhado da Semana Santa pode ser encontrado em ARRUDA, Gilmar - Erutos da Terra: Os Trabalhadores da Matte Laranjeira - Assis, UNESP, 1989, mime. pp. 184-186.

(49) SEREJO, Hélio - Ciclo da Erva Mate, citado, pp. 43.

(50) Idem, Homens de Aço - citado, pp. 56-58.

(51) Idem, *ibidem*, pp. 59-61.

(52) BURKE, Peter - *op. cit.*, pp. 226-227.

(53) Serejo também ressalta seu caráter de sociabilidade ao afirmar que "embora festa de brutalidade humana, serviu para unir os refugos da sociedade." in: De Galpão em Galpão, citado, pp. 47.

(54) Melo e Silva propõe uma moralização dos costumes e das crenças religiosas através da "infiltração sistemática" de "ensinamentos evangélicos" in: *op. cit.*, pp. 141. Único autor, aliás, a discutir a Igreja como instituição disciplinar.

(55) BAKTHIN, M. - *op. cit.*, pp. 7 e 8.

(56) SEREJO, Hélio - O Tereré que me inspira - Presidente Prudente, Gráfica Santo Antônio Ltda, 1986, pp. 23-24.

(57) Idem, *ibidem*.

(58) "O Progresso", Ponta Porã, 27.04.1924, pp. 01.

(59) Idem, 08.07.1923, pp. 01.

(60) STORCH, Robert. D. - "O Policiamento do Cotidiano na Cidade Vitoriana" in: Revista Brasileira de História, São Paulo, 5 (8-8): 7-33, set. 1984/ abr. 1985.

- (61) Ver CHALHOUB, Sidney - op. cit., especialmente pp. 184 e *passim*.
- (62) FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - op. cit., pp. 37.
- (63) *Idem*, *ibidem*.
- (64) Sobre as comunidades de caipiras ver também CANDIDO, Antonio - Os Parceiros do Rio Bonito - São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979, 5ª ed.
- (65) MELO E SILVA, José de - op.cit., pp. 61-82.
- (66) PUIGGARI, Umberto - op. cit., pp. 57-60.
- (67) Uma discussão sobre o machismo entendido como regra de sociabilidade pode ser encontrada em CHALHOUB, Sidney - op. cit., pp. 223-224.
- (68) IGNATIEFF, Michael - "Instituições Totais e Classes Trabalhadoras: Um Balanço Crítico" in: Revista Brasileira de História, São Paulo, 7(14):185-193, mar./ago. 1987.
- (69) PUIGGARI, Umberto - op. cit., pp.
- (70) *Idem*, *ibidem*., pp. 105-106.
- (71) "O Progresso", Ponta Porã, 17.06.1923.
- (72) *Idem*, 29.06.1924.
- (73) Nos "casos onde a legalidade oficial e a moralidade popular divergiam, sabemos que o suposto monopólio do Estado sobre detenção e punição podia ser quebrado pela barreira do silêncio impassivelmente mantido pelas testemunhas. O silêncio é tal que revela o racha entre a lei e a moralidade popular (...)" IGNATIEFF, M. - op. cit., pp. 190.
- (74) MELO E SILVA, José de - op. cit., pp. 125.
- (75) Uma discussão sobre a normatização dos comportamentos em público, especialmente da classe trabalhadora pode ser

encontrada em STORCH, Robert D. - op. cit.; FAUSTO, Bóris - "Controle Social e Criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)" in: PINHEIRO, Paulo Sérgio - op. cit., pp. 185-210. Ver também os comentários de SILVA, Lígia - pp. 211-214; CORREA, Mariza - pp.215-218 e WEINSTEIN, Bárbara - pp. 219-223.

(76) LIMA, Astúrio Monteiro de - Mato Grosso de Outros Tempos. Pioneiros e Heróis - São Paulo, Soma, 1985, pp. 18.

(77) CORREA, Valmir Batista - op. cit., pp. 29-32.

(78) Idem, ibidem, pp. 34. É lamentável que Corrêa não dê as indicações dos levantes contra a Companhia Mate Larangeira.

(79) Idem, ibidem, pp. 36.

(80) Carta de João Egydio de Sza e Oliveira, Subdelegacia da Parochia de Porto Murtinho, 16.10. 1906. APMT, ex 1906.

(81) A estreita vinculação entre a formação de bandos e a falta de empregos, ou não adaptação aos trabalhos ervateiros é feita por SEREJO, Hélio - Ciclo... pp. 152. Também Lígia Silva, op.cit., discute o ocultamento que a categoria vadiagem traz embutida: "uma situação social de desemprego que vivem os desocupados (...)", pp. 213.

(82) Ata da 1ª reunião da 2ª sessão extraordinária do exercício de 1918, em 04 de março do mesmo ano. Livro de Atas da Câmara Municipal de Ponta Porã, no 02, 1918-1922.

(83) O exército, mesmo em períodos de "tranquilidade pública" requisitava dos moradores o que necessitava. Ver "O Progresso", Ponta Porã, 15.07.1923.

(84) CORREA, Valmir Batista - op. cit. pp. 168.

(85) *Idem, ibidem.*

(86) LIMA, Astúrio Monteiro de - *op. cit.*, pp. 47-48.

(87) SEREJO, Hélio - Cielo... pp. 118-119.

(88) A partir de 1930, o Estado passa a assumir essa função. Feliciano Vieira Benedetti, nomeado em 1931 Delegado Regional da Polícia no sul do Estado tinha como "missão (...) pôr cobro ao banditismo da fronteira, principalmente, esfacelar com as quadrilhas de bandoleiros que infestavam a região." in: SEREJO, Hélio - Cielo ... pp. 82. Durante o Estado Novo promove-se uma campanha de desarmamento no sul do Estado visando desbaratar definitivamente o poder coronelista. Quanto ao banditismo, na expressão de Corrêa, foi extinto por decreto, já que se proibiu a veiculação nos jornais de notícias "em torno da atividade de bandoleiros" - CORREIA, V. B. - *op. cit.*, pp. 160-162.

(89) MACHADO, Dulphe Pinheiro - *op. cit.*, pp. Para a região do Alto Paraná ver WACHOWICZ, R. C. - Obrageiros. Mensus e Colonos - Curitiba, Ed. Vicentina, 1982, pp. 128 e *passim*.

(90) MACHADO, D. P. - *op. cit.*, pp.

(91) Ver ARRUDA, Gilmar - *op. cit.*, pp. 31-33.

(92) AN - CEFF, lata 117, protocolo 2362.

(93) MACHADO, D. P. - *op. cit.* pp. 104. O total deveria ser de 614. O quadro do autor também traz dados das funções que cada nacionalidade ocupava, mas a soma total também não confere, o que dá aos dados apenas valor estimativo.

(94) *Idem, ibidem*, pp. 105-107.

(95) AN -CEFF, lata 117, protocolo 2362.

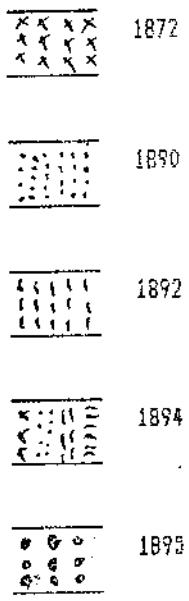
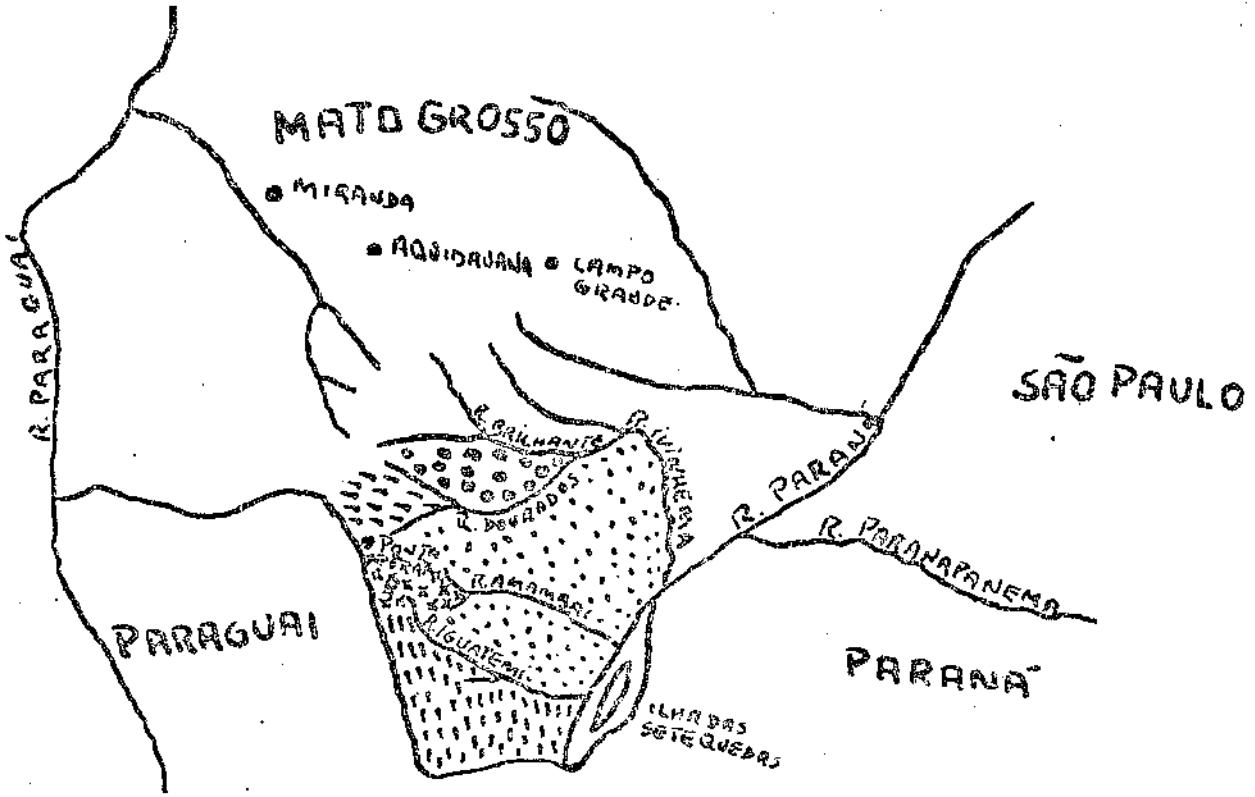
(96) MACHADO, D. P. - *op. cit.*, pp. 71.

- (97) LENHARO, Alcir - Colonização e Trabalho no Brasil. Amazônia, Nordeste e Centro Oeste - Campinas, Editora da UNICAMP, 1985, pp. 69.
- (98) MELO E SILVA, José de - op. cit., pp. 272.
- (99) Idem, ibidem, pp. 278.
- (100) Idem, ibidem, pp. 282.
- (101) Idem, ibidem, pp. 145.
- (102) Idem, ibidem, pp. 147. Para uma análise da escola como formadora de bons trabalhadores ver: BRESCIANI, Maria Stela Martins - "Lógica e Dissonância - Sociedade de Trabalho: lei, ciência e resistência operária" in: Revista Brasileira de História, São Paulo 6(11): 7-44, set. 1985/fev. 1986.
- (103) Idem, ibidem, pp. 147.
- (104) SEREJO, Hélio - Pelas Orilhas... pp. 76-77.
- (105) AN - CEFF, lata 4 (1945-1948), protocolo 318. Ofício de Carlos Gomes de Oliveira, presidente do INL para o Gal Firmo Freire do Nascimento, presidente da CEFF, Rio de Janeiro, 02.05.1945.
- (106) Ver THOMPSON, E. P. - A Formação da Classe Operária Inglesa - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- (107) LINEBAUGH, Peter - "Crime e Industrialização: A Grã-Bretanha no século XVIII" in: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org) - op. cit., pp. 106.
- (108) THOMPSON, E. P. - Senhores e Caçadores - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 249.
- (109) Idem, ibidem, pp. 252.
- (110) "O Progresso", Ponta Porã, 12.08.1927.

- (111) PUIGGARI, Umberto - op. cit., pp. 75-78.
- (112) "O Progresso", Ponta Porã, 15.07.1923.
- (113) LENHARO, Alcir - "A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50" in: Revista Brasileira de História, São Paulo, 6(12): 47-64, mar./ago. 1986; FOWERAKER, Joe - A Luta pela Terra - Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982
- (114) MELO E SILVA, José de - op. cit., pp. 107-108.

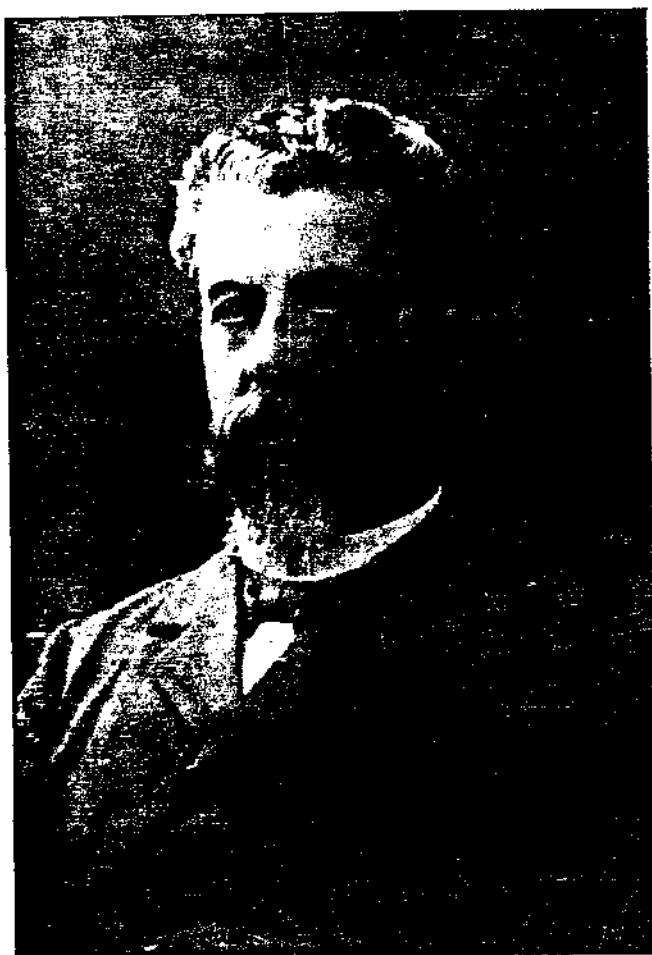
ÁREAS ARRENDADAS A COMPANHIA MATE LARANJEIRA

ATÉ 1916

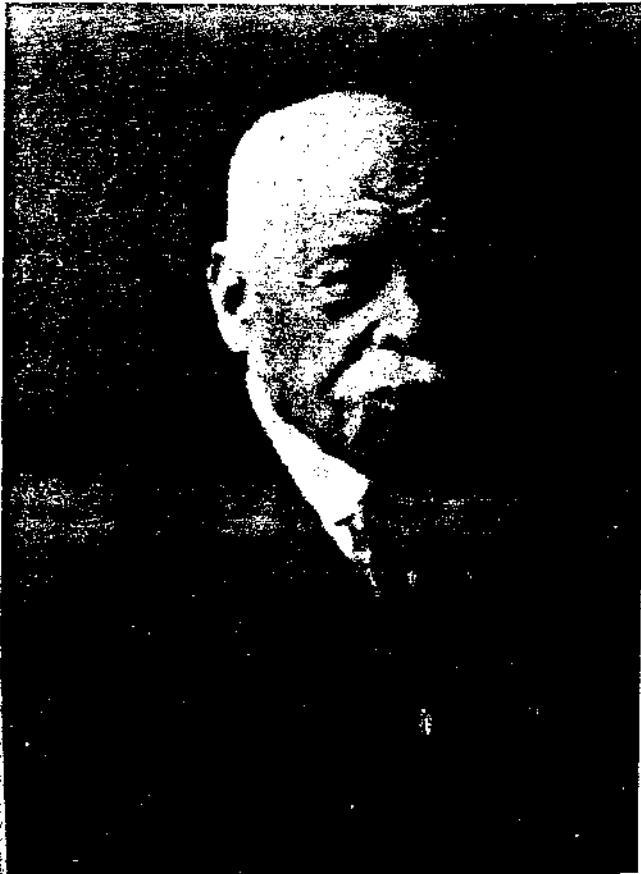


FOTOGRAFIAS

As fotografias que se seguem fazem parte do Arquivo da Companhia Mate Larangeira, exceto as que se referem ao processo de elaboração da erva-mate, pertencentes ao Senhor Ary Alves da Silva (Dourados - MS). Tais fotos foram tiradas no Rancho Campanário na década de 30 e reproduzidas na obra de José de Melo e Silva: Fronteiras Guaranis. O período das demais fotografias compreende as décadas de 20 e 30.



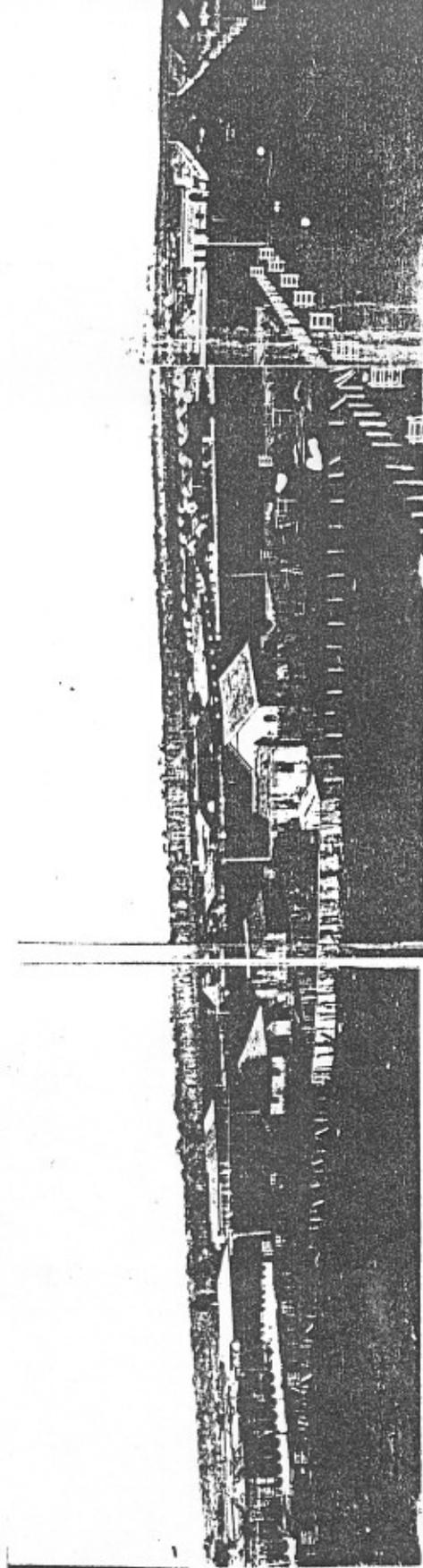
1 - Thomaz Larangeira.



2 - Francisco Mendes Gonçalves.



3 - Heitor Mendes Gonçalves.



As cidades da Companhia Mate Larangeira
4 - Vista Geral de Campanário (anos 30)



5 - Casas de Campanário.



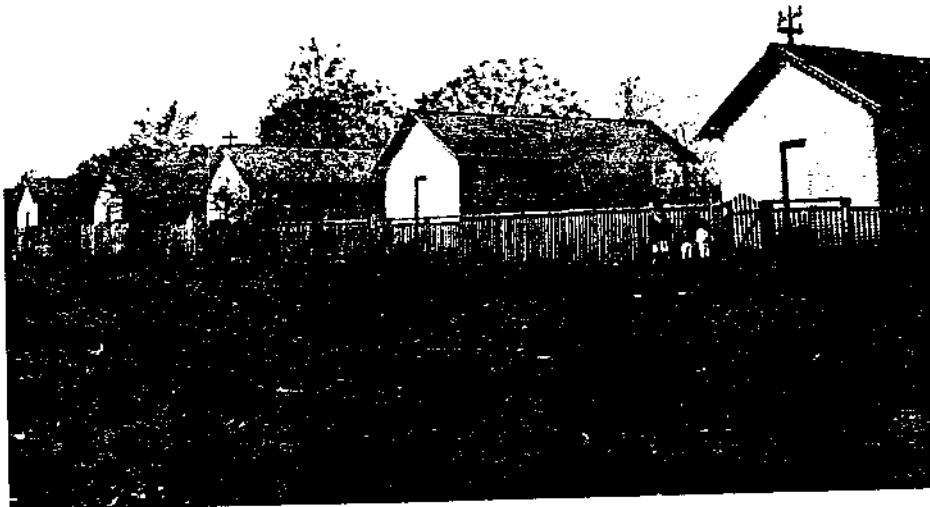
6 - Casa de Campanário.



7 - Casa de Campanário.



8 - Rancho Campanário.



9 e 10 - Ruas de Guaira.



11 - Hospital de Guaira.



12 - Hotel de Guaira.

Transporte



13 - Tropa.



14 - Carretas.



15 - Frota de Caminhões.



16 - Trem Decauville Guaira - Porto Mendes.



17 - Chatas no Porto de Guaira.



18 - Construção de um navio no porto de Guaira.

Elaboração da Erva-Mate



19 - Poda de um erval.



20 - Detalhe da foto anterior.



21 - Erval podado.



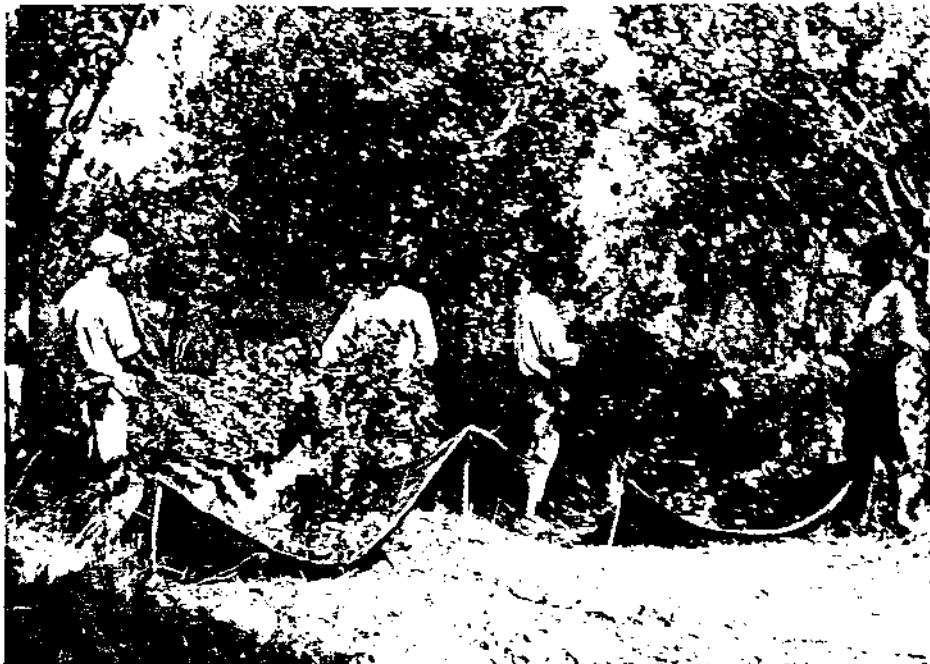
22 - "Arrasta"



23 - Preparando o sapêco.



24 - Sapêco.



25 - "Depinico".



26 - Raidos.



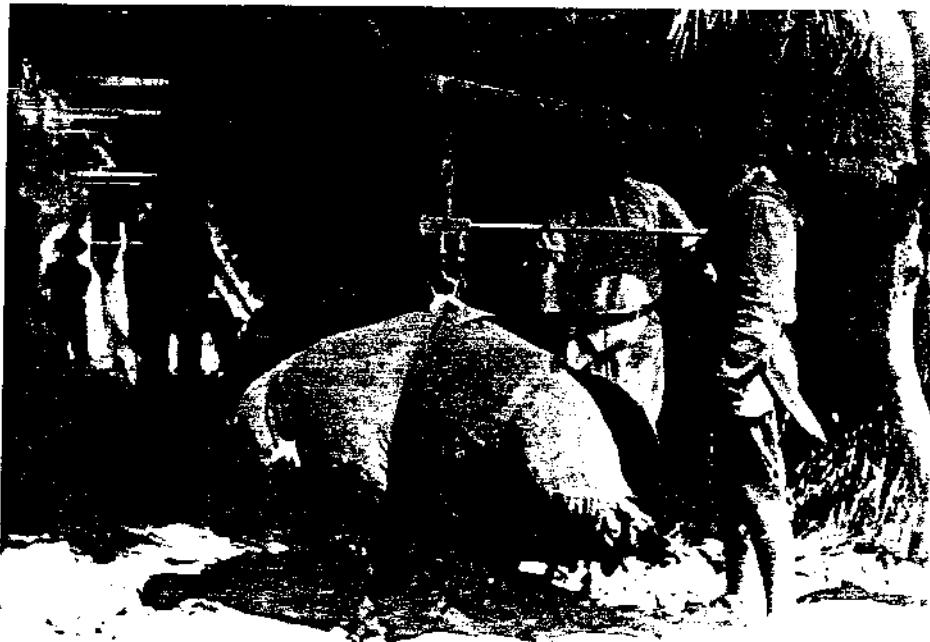
27 - Detalhe da foto anterior.



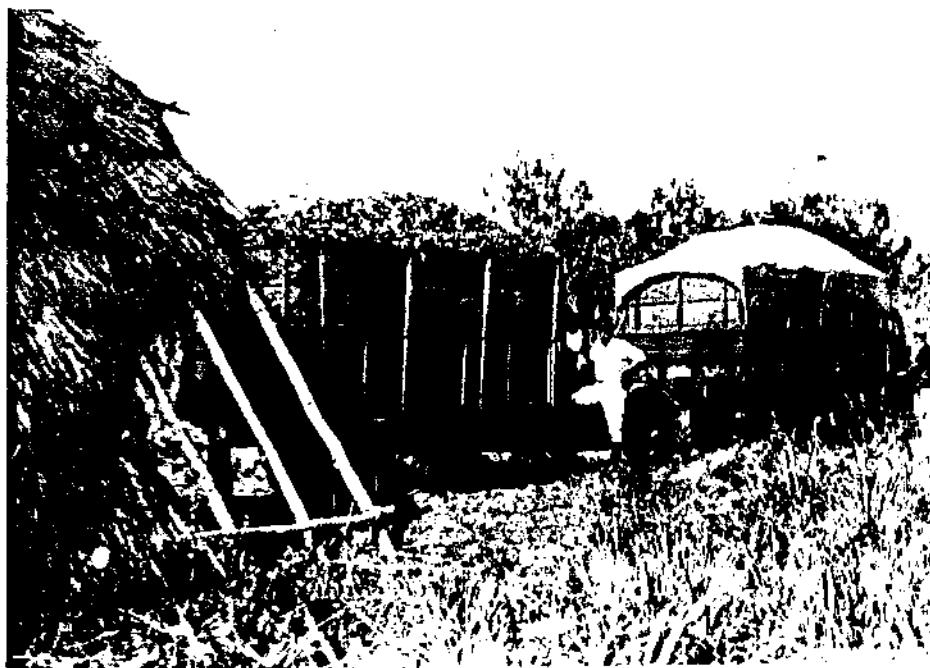
28 - Transportando o raído.



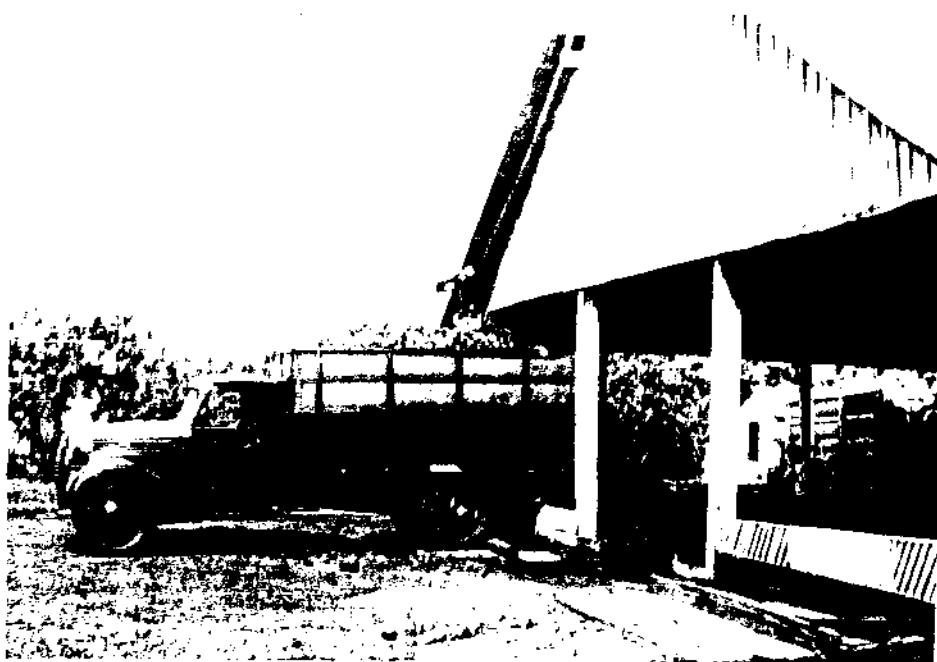
29 - "Cargadeiro".



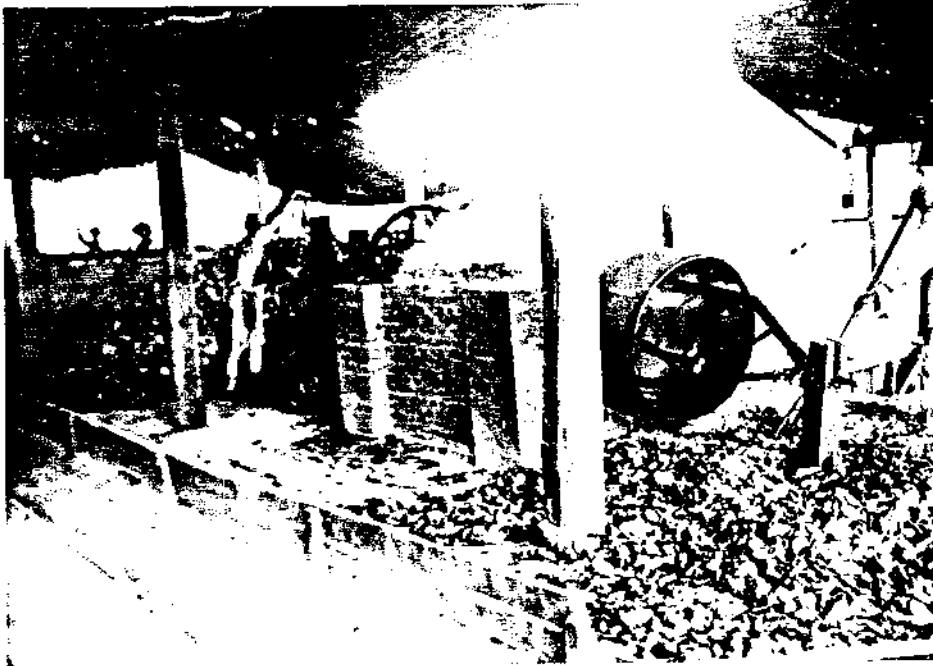
30 - Pesando o raído.



31 - Carregando erva no "cargadeiro".



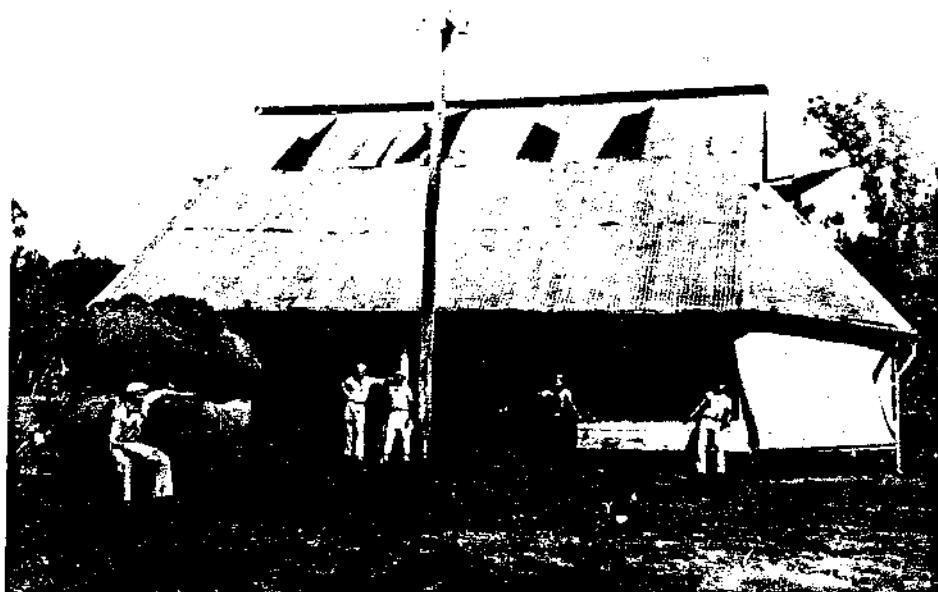
32 - Descarregando erva no "barbaquá" ou no rancho da "tambôra".



33 - "Tambõra".



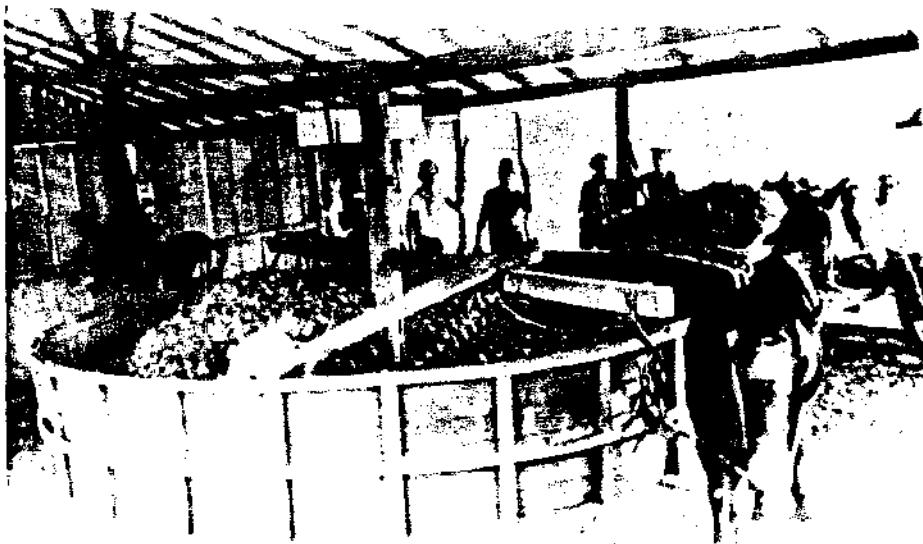
34 - Barbaquá rústico.



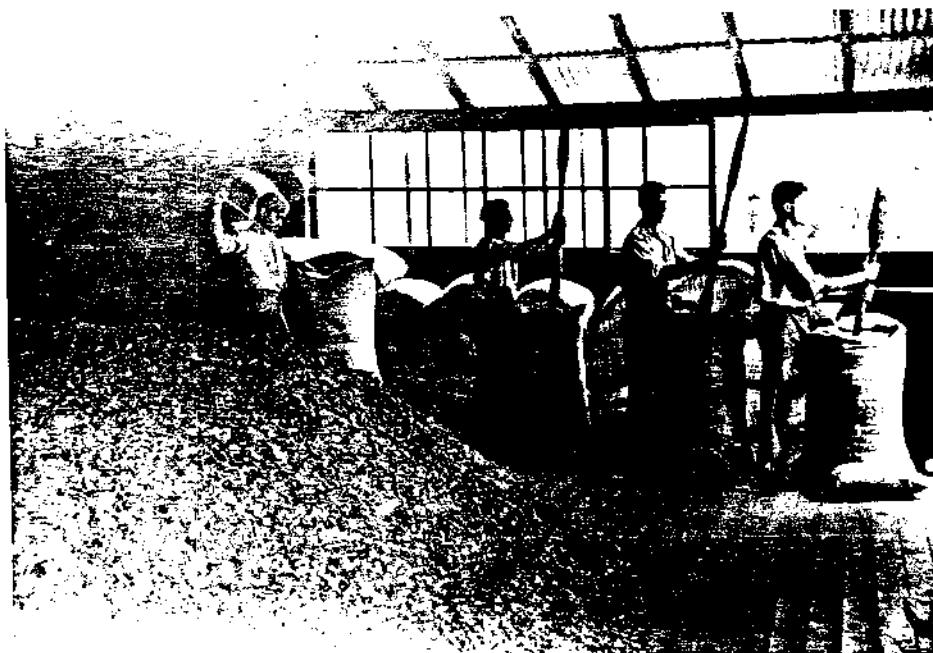
35 - Barbaquá do Rancho Campanário.



36 - Trabalhador do Barbaquá (Uru).



37 - Moinho.



38 - Ensacando erva: "ataqueio".



39 - "Mineiros".



40 - Heitor Mendes Gonçalves com peões de gado.



41 - Trabalhadores em Guaira.



42 - Trabalhadores de um rancho.



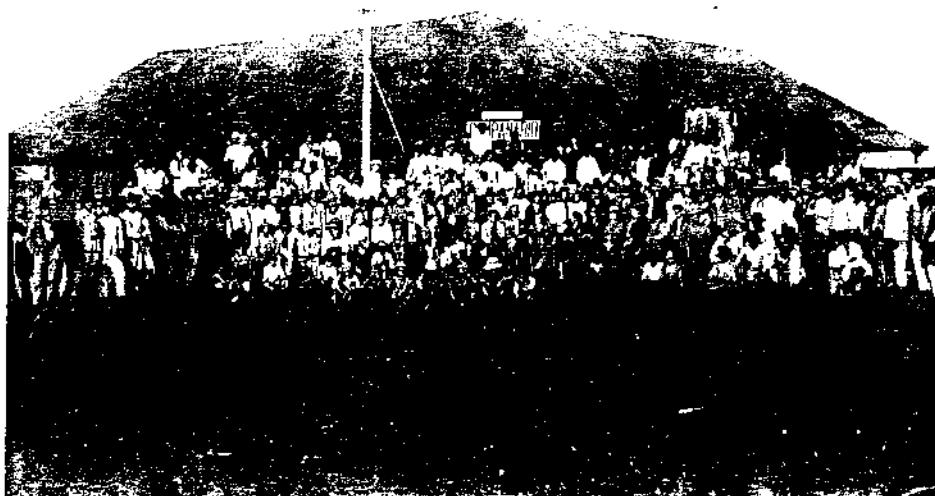
43 - Administradores do Rancho Campanário.



44 - Senhoritas de um rancho ervateiro.



45 - Senhoras de Campanário.



46 - Moradores de Campanário (anos 30).



47 - Em visita a um rancho ervateiro.



48 - Churrasco na Fazenda Margarida.



49 - Grupo indigena com violões.



50 - Indios Guarani



51 - Concurso hípico em Campanário



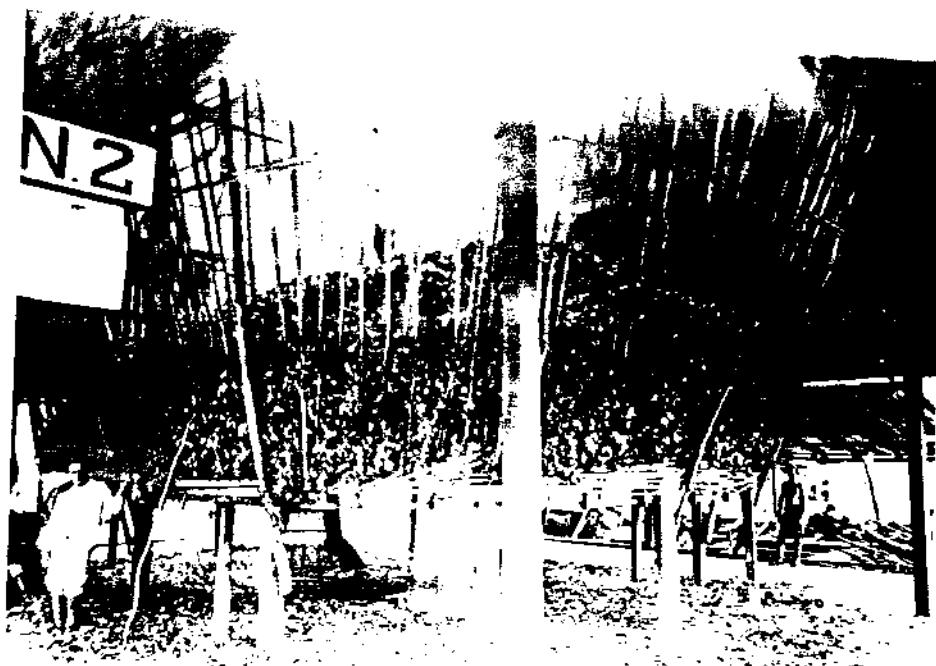
52 - Concurso hípico em Campanário.



53 - Mineiros



54 e 55 - Detalhes da foto 53



56 e 57 - Barbaquá e detalhe do uru.



58 e 59 - Grupo indigena e detalhe.



60 - Escolares durante a visita de Getúlio Vargas a Guaira.



61 - Getúlio Vargas em Guaira.

Glossário

Aconcágua - O mesmo que palhaço. Animava os bailes e fazia parte do cotidiano do erval.

Antecipo - Adiantamento do salário. Quantia não fixa que o mineiro recebia antes de ir para os ervais, no momento em que era recrutado para o trabalho. O mesmo que adelanto.

Arboleda - Pé de erva-mate já formado e idoso.

Arrastra - Braçada de folhas; o corte que vai para o sapêco.

Arroba-carêm - Combinação de pagamento do fardo de erva colhido e transportado pelo mineiro. Se o fardo pesasse acima de 108 quilos, o mineiro ganhava por 110. Caso pesasse menos, ganhava por 100.

Arrias - O mesmo que tropa.

Ataqueio - Ato de ensacar a erva cancheada.

Bailanta - Casa em que se organizava bailes com frequência.

Balaceador - Encarregado de pesar a colheita de erva-mate do mineiro.

Barbaquá - Espécie de forno, de cobertura côncava, destinado à secagem da erva-mate.

Bolicho - pequeno estabelecimento comercial.

Caá - Erva-mate.

Caaty - Erval.

Caá-yari - Entidade mitológica protetora dos ervais.

Cajaré - Comida preparada no dia anterior, que se come

requentada pela manhã.

Cancha - Piso no qual é a erva fragmentada.

Carai - Pessoa amiga.

Cargadeiro - Ponto de entrega do raído, quando a distância entre o erval e o barbaquá ultrapassa 3.000 passo.

Changa-y - Elaboradores clandestinos.

Chiripá - Corte de pano que envolve a cintura, até as coxas, usado como uma espécie de calça curta.

Comissaria - Almoxarifado da ranchada. O comissário não raramente era o dirigente máximo de uma ranchada.

Conchavador - Aquele que arregimenta trabalhadores para os ervais.

Conchavar - Contratar emprego.

Costo - Provisão de uma ranchada.

Depinico - Operação de arrancar as folhas dos galhos de erva-mate após o sapêco.

Erveira - Pés de erva-mate bem formados.

Estaquilla - Estaca que serve para segurar a alça do raído que é apoiada à cabeça do mineiro.

Guaino - O mesmo que huayno. Companheiro de trabalho que está aprendendo com o mais velho. Normalmente ajudante do barbaquazeiro.

Habilitado - Responsável por uma ranchada da Companhia. O que

conquistava o direito de "fazer" erva nos ervais da Companhia; habilitado por um contrato para explorar os ervais da Companhia.

Jaguarembó - Erva mal tostada.

Jerokis - Bailes.

Jeroviaha - Empregado que inspira confiança.

Juruacá - Segundo corte de folhas do dia.

Lonada - O mesmo que ponchada. Peça de lona ou couro no qual o mineiro envolve o raído, evitando a perda de folhas e galhos pequenos no transporte.

Lôcro - Comida típica dos ervais, tendo por base o milho e a carne seca.

Machete - Facão.

Mayordomo - Encarregado de fornecer a alimentação de uma ranchada. O que exerce mando geral.

Mborovirê - Erva-mate já cancheada, ou seja, fragmentada.

Mbureá - Gritar, fazer grande ruído. Meio do mineiro se comunicar dentro de um erval.

Mensualeiro - Ou mensu. Aquele que recebe salário mensal.

Mineiro - Trabalhador encarregado do corte ou poda das erveiras.

Monteador - Trabalhador que explora as matas em busca de uma concentração de erveiras.

Overada - Erva que passou pelo sapêco.

Perchéi - Depósito onde se acondiciona o mate a granel.

Permisso - Licença ou autorização para circular pelas terras da Companhia.

Plantilha - Sapatão grosseiro feito de pneumático ou couro, usado pelo mineiro.

Poncho-puitã - Poncho vermelho, muito cobigado entre os ervateiros.

Provista - Viveres, alimentos.

Puchos - Meios sacos de erva para serem posteriormente reensacados.

Punho - Haste pela qual o mineiro segura o galho de erva para proceder ao sapêco.

Quilobêra - Prostituta.

Raído - Fardo de folhas de erva-mate que o mineiro transporta nas costas. O peso aproximado era de cem quilos.

Raído-sã - Cordas que amarram o raído.

Ranchada - Agrupamento de ranchos nos ervais. Local onde se trabalha o mate até o ensacamento e que consiste basicamente do barbaquá, tambôra, cancha ou moinho e depósitos.

Ranchito - Morada dos trabalhadores ervateiros.

Rancho - Conjunto de ranchada e ranchito.

Sapêco - Ato de passar as folhas do mate pelo fogo. Dá-se também o nome de overêo.

Sarandear - Passar o mate cancheado por uma peneira.

Sob-piru - Carne-seca.

Tambôra - Aparelho de forma cilíndrica, rotativo, assentado sobre uma armação de tijolos. Empregado para substituir o sapêco.

Tapês - Caminhos, estradas.

Tapê-guazú ou **Tapê-guassú** - Caminho melhor cuidado, sem buracos.

Tapê-hacienda - Caminho principal dentro do erval.

Tapê-poi - Trilho. Corta o tape-hacienda em várias direções.

Tendita - Demarcação feita a partir do tapê-hacienda, delimitando a área de poda de cada mineiro.

Tereré - Bebida de erva-mate preparada como o chimarrão, mas com água-fria.

Tini - Primeiro corte de folhas de erva-mate no dia.

Tirú - Operação de subir numa erveira para desgalhá-la, até uma altura máxima de seis metros.

Topitá - Corte de folhas que ficou para completar no próximo dia.

Trinchera - Obstáculo de madeira que protege o mineiro contra o fogo durante o sapêco.

Tunguear - Descansar.

Uru - Trabalhador do barbaquá. O mesmo que barbaquazeiro.

Vaqueria - Rancho principal. Dele emanam todas as ordens.

I - Arquivos e Bibliotecas Consultados.

Mato Grosso.

- 1 - Arquivo Público de Mato Grosso, Cuiabá.
- 2 - Biblioteca Pública de Cuiabá.

Mato Grosso do Sul.

- 1 - Arquivo da Companhia Mate Larangeira, Campo Grande.
- 2 - Câmara Municipal de Ponta Porã.

São Paulo.

- 1 - Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade.
- 2 - Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.
- 3 - Instituto de Estudos Brasileiros - USP, São Paulo.
- 4 - Arquivo Edgard Leuenroth - UNICAMP, Campinas.
- 5 - Instituto Agrônomo, Campinas.

Rio de Janeiro.

- 1 - Arquivo Nacional.
- 2 - Biblioteca Nacional.
- 3 - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.
- 4 - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC - FGV.

II - Jornais Consultados

- A Cidade, Corumbá, 1925.
- A Colligação, Cuiabá, 1907-1908.
- A Plebe, Cuiabá, 1927-1931.
- A Reação, Asunción, 1902-1903.
- Autonomista, Corumbá, 1904, 1908.
- Correio da Manhã, São Paulo, 1931.
- Correio de São Paulo, São Paulo, 1932.
- Correio do Estado, Cuiabá, 1920-1921, 1924-1925.
- Correio do Estado, Corumbá, 1909.
- Correio do Sul, Campo Grande, 1925-1926, 1928.
- Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 1932.
- Diário de São Paulo, São Paulo, 1932.
- Diário do Sul, Campo Grande, 1929.
- Folha da Manhã, São Paulo, 1932.
- Gazeta do Comércio, Três Lagoas, 1925.
- O Comercio, Cuiabá, 1910.
- O Debate, Cuiabá, 1912-1914.
- O Estado de São Paulo, São Paulo, 1930-1932.
- O Jornal, Rio de Janeiro, 1931-1932, 1944.
- O Jornal, Cuiabá, 1922.
- O Matto Grosso, Cuiabá, 1912, 1919.
- O Progresso, Ponta Porã, 1923-1927.
- O Radical, Rio de Janeiro, 1938.
- O Republicano, Cuiabá, 1916-1918, 1920, 1925-1926.

III - Bibliografia

1 - Mensagens Governamentais do Estado de Mato Grosso.

ALENCASTRO, José Maria de - Relatório com que o Exm. Sr. Coronel Dr. _____, Presidente da Província de Matto Grosso, abriu a 1. sessão da 24 legislatura da respectiva Assembléa no dia 15 de junho de 1882 - Cuiabá, Typ. de J. J. R. Calháo, 1882.

ALENCASTRO, José Maria de - Relatorio com que ao Exm. Sr. Vice Presidente Tenente Coronel José Leite Galvão, passou a administração da Província de Matto Grosso o Exm. Sr. Coronel _____, no dia 10 de março de 1883 - Cuiabá, Typ. de J. J. R. Calháo, 1883.

ALVES CORREA, Estevão - Mensagem Dirigida á Assembléa Legislativa em 13 de maio de 1925 pelo Exm. Sr. Dr. _____, 1. Vice-Presidente do Estado - Cuiabá, manuscrita, 1925.

AQUINO CORREA, D. Francisco - Mensagem Dirigida á Assembléa Legislativa do Estado, ao installar-se a 1. sessão ordinária da 11 legislatura em 13 de maio de 1918, pelo Exm. e Rev. Sr. _____, Bispo de Prusiade, Presidente do Estado de Matto Grosso - Cuiabá, manuscrita, 1918.

Idem - Mensagem de _____, Bispo de Prusiade á Assembléa Legislativa em 7 de setembro de 1919 - Cuiabá, Livro de Mensagens Presidenciais de 1915-1920, pp. 26-71,

manuscrita.

Idem - Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa ao installar-se a sua 3. sessão ordinária da 11. legislatura em 7 de setembro de 1920 por _____ Bispo Prusiade. Presidente do Estado - Cuiabá, Livro de Mensagens Presidenciais de 1915-1920, pp. 87-176, manuscrita.

Idem - Mensagem dirigida á Assembléa Legislativa ao installar-se a sua 1. sessão ordinária da 12. legislatura em 7 de setembro de 1921. por _____ Bispo de Prusiade. Presidente do Estado - Cuiabá, Typ. Official, 1921.

BARROS, Antonio Pedro Alves de - Mensagem do Presidente do Estado de Matto Grosso. Coronel _____ á Assembléa Legislativa na sua 2. sessão annual da 5. legislatura a 2 de fevereiro de 1901 - Cuiabá, manuscrita, 1901.

Idem - Mensagem do Presidente do Estado de Matto Grosso. Coronel _____ em 03 de fevereiro de 1902. - Cuiabá, manuscrita, 1902.

Idem - Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso. Coronel _____ á Assembléa Legislativa na 1. sessão ordinária de sua 6. legislatura installada aos 10 de janeiro de 1903. - Cuiabá, Typ. Official, 1903.

Idem - Mensagem do Presidente do Estado de Mato Grosso. Coronel _____ á Assembléa Legislativa em sua 2. sessão ordinária da 6. legislatura em 3 de março de 1904. - Cuiabá, manuscrita, 1904.

BATOVY, Barão de - Falla com que o Exm. Sr. General

_____ abriu a 1. sessão da 25. legislatura da Assembleia Provincial de Matto-Grosso em 1. de outubro de 1884 - Cuiabá, Typ. J. J. R. Calháo, 1884.

CARVALHO, Antonio Augusto Ramiro de - Exposição com que o Exm. Sr. Vice-Presidente Capitão _____ passou a administração da Província de Matto Grosso ao Exm. Sr. Presidente Dr. Alvaro Rodovalho Marcondes dos Reis no dia 9 de dezembro de 1886 - Cuiabá, manuscrita, 1886.

CORREA DA COSTA, Antonio - Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa em 4 de fevereiro de 1896 pelo Exm. Sr. Dr. _____, Presidente do Estado de Matto Grosso - Cuiabá, Typ. Official, 1896.

Idem - Mensagem do Presidente do Estado de Matto Grosso Dr. _____ á Assembleia Legislativa em sua 2. sessão ordinaria aberta em 1. de fevereiro de 1897 - Cuiabá, manuscrita, 1897.

CORREA DA COSTA, Mário - Mensagem apresentada á Assembléa Legislativa, ao installar-se a sua 3. sessão ordinária da 13. legislatura em 13 de maio de 1926 - Cuiabá, Typ. Official, 1926.

Idem - Mensagem dirigida á Assembleia Legislativa, lida na abertura da sua 1. sessão ordinaria da 14. legislatura, em 13 de maio de 1927 - Cuiabá, Typ. Official, 1927.

Idem - Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado de Matto Grosso, Dr. _____ á Assembleia Legislativa e lida na abertura da 3. sessão ordinária da 14. legislatura em 13 de maio de 1929. - Cuiabá, Typ. Official, 1929.

CORREA DA COSTA, Pedro Celestino - Mensagem dirigida pelo

- Coronél _____ 1. Vice-Presidente do Estado, em exercício, á Assembleia Legislativa ao installar-se a 1. sessão da 8. legislatura em 13 de maio de 1909 - Cuiabá, Typ. Official, 1909.
- Idem - Mensagem dirigida pelo Coronél _____, 1. Vice-Presidente do Estado em exercício á Assembleia Legislativa ao installar-se a 2. sessão da 8. legislatura em 13 de maio de 1910 - Cuiabá, Typ. Official, 1910.
- Idem - Mensagem dirigida pelo Coronél _____ 1. Vice-Presidente do Estado, em exercício, á Assembleia Legislativa ao installar-se a 3. sessão da 8. legislatura em 13 de maio de 1911 - Cuiabá, Typ. Official, 1911.
- Idem - Mensagem dirigida á Assembleia Legislativa, ao installar-se a sua 2. sessão rodinária da 12. legislatura, em 13 de maio de 1922 pelo Coronél _____ Presidente do Estado - Cuiabá, Typ. Official, 1922.
- Idem - Mensagem dirigida á Assembleia Legislativa ao installar-se a sua 3. sessão ordinaria da 12. legislatura em 22 de maio de 1923 - Cuiabá, Typ. Official, 1923.
- Idem - Mensagem dirigida á Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1924 pelo Coronel _____ Presidente do Estado de Matto Grosso - Cuiabá, Typ. Official, 1924.
- COSTA MARQUES, Joaquim Augusto - Mensagem dirigida pelo Dr. _____ Presidente do Estado á Assembleia Legislativa ao installar-se a 1. sessão da 9. legislatura em 13 de maio de 1912 - Cuiabá, Typ. Official, 1912.
- Idem - Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. _____

Presidente do Estado á Assembleia Legislativa ao
installar-se a 2. sessão ordinaria da 9. legislatura em
13 de maio de 1913. - Cuiabá, Typ. Official, 1913.

Idem - Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. _____

Presidente do Estado de Matto Grosso á Assembleia
Legislativa ao installar-se a 3. sessão ordinaria da
9. legislatura em 13 de maio de 1914. - Cuiabá, Typ.
Official, 1914.

Idem - Mensagem dirigida pelo Exm. Sr. Dr. _____

Presidente do Estado á Assembleia Legislativa ao installar-
se a 1. sessão ordinaria da 10. legislatura em 13 de maio
de 1915 - Cuiabá, manuscrita, 1915.

DIAMANTINO, Barão de - Relatório com que o Exm. Sr. Coronel
_____. Vice-Presidente da Província de Matto-Grosso
passou a administração da mesma ao Exm. Sr. General Hermes
Ernesto da Fonseca no dia 5 de julho de 1875 - Cuiabá,
Typ: de Souza Neves & Cia, 1875.

FARIA DE ALBUQUERQUE, Caetano Manoel de - Mensagem dirigida
pelo Exm. Sr. General Dr. _____, Presidente do Estado
de Matto Grosso á Assembleia Legislativa ao installar-se a
2. sessão ordinaria da 10. legislatura, em 15 de maio de
1916 - Cuiabá, Typ. Official, 1916.

FIGUEIREDO, Antonio Cesario - Mensagem do 2. Vice-Presidente
do Estado _____ á Assembleia Legislativa em sua 2.
sessão ordinaria da 4. legislatura, aberta em 1. de
fevereiro de 1899 - Cuiabá, Typ. do Estado, 1899.

FONSECA, Hermes Ernesto - Relatório á Assembleia Legislativa
Provincial em 3 de maio de 1876 - Cuiabá, manuscrita, 1876.

GALVAO, José Leite - Falla com que o Exm. Sr. Vice-Presidente Tenente Coronel _____ abriu a 2. sessão da 24 legislatura da Assembleia Provincial de Matto-Grosso, em 3 de maio de 1883 - Cuiabá, Typ. J. J. R. Calhão, 1883.

MARACAJU, Barão de - Relatório com que o Exm. Sr. General _____ Presidente da Provincia de Matto-Grosso, abriu a 1. sessão da 23. legislatura da respectiva Assembleia no dia 1. de outubro do corrente anno - Cuiabá, Typ. de J. J. R. Calhão, 1880.

Idem - Relatório com que o Exm. Sr. General _____ tinha de abrir a 2. sessão da 23. legislatura da Assembleia Provincial no dia 3 de maio de 1881 - Cuiabá, manuscrita, 1881.

MELO REGO, Francisco Rafael - Exposição com que o Exm. Sr. Coronel Presidente da Provincia Dr. _____ abriu a sessão extraordinária da Assembleia Legislativa de Matto-Grosso em 11 de fevereiro de 1888 - Cuiabá, manuscrita, 1888.

MURTINHO, Manoel José - Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Dr. _____ à Assembleia Legislativa do Estado de Matto-Grosso em sua 2. reunião a 13 de maio de 1893 - Cuiabá, manuscrita, 1893.

Idem - Mensagem dirigida pelo Presidente o Estado Dr. _____ à Assembleia Legislativa do Estado de Matto-Grosso em sua 1. sessão ordinaria da 2. legislatura em 13 de maio de 1894 - Cuiabá, Typ. Official, 1894.

Idem - Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso

_____” á Assembleia Legislativa em sua 2. sessão ordinaria da 2. legislatura aberta a 1. de maio de 1895 - Cuiabá, Typ. do Estado, 1895.

OSORIO, Pedro Leite - Mensagem do 1. Vice-Presidente do Estado de Matto-Grosso. Coronel _____ á Assembleia Legislativa na 1. sessão ordinaria da 7. legislatura em 6 de julho de 1906 - Cuiabá, Estabelecimento de Avelino de Siqueira, 1906.

Idem - Mensagem do Presidente do Estado de Matto-Grosso. Coronel _____ á Assembleia Legislativa na 2. sessão ordinaria da 7. legislatura em 13 de maio de 1907 - Cuiabá, manuscrita, 1907.

PEDROSA, João José - Falla com que o Exm. Sr. Dr. _____ Presidente da Provincia de Matto Grosso. abriu a 1. sessão da 22. legislatura da respectiva Assembleia no dia 1. de novembro de 1878 - Cuiabá, manuscrita, 1878.

Idem - Relatorio com que o Exm. Sr. Dr. _____ Presidente da Provincia de Matto-Grosso. abriu a 2. sessão da 22. legislatura no dia 1. de outubro de 1879 - Cuiabá, manuscrita, 1879.

Idem - Relatorio com que ao Exm. Sr. Coronel Barão de Maracaju. Presidente da Provincia de Matto-Grosso passou a administração da mesma o Exm. Sr. Dr. _____ em 5 de dezembro de 1879 - Cuiabá, Typ. de J. J. R. Calháo, 1879.

PIMENTEL, Joaquim Galdino - Relatório apresentado á Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso pelo Presidente da Provincia. Dr. _____ no dia 12 de junho de 1886 - Cuiabá, manuscrita, 1886.

RAMOS FERREIRA, José Joaquim - Relato com que o Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. _____ devia apresentar a Assembleia Legislativa Provincial de Matto-Grosso na 2. sessão da 26. legislatura no dia 7 de setembro de 1887 - Cuiabá, manuscrita, 1887.

SILVA PIRES, Manoel Ary da - Mensagem apresentada á Assembleia Legislativa e lida na abertura da 3. sessão ordinária da sua 1. legislatura (13 de junho de 1937) - Cuiabá, Typ. Official, 1937.

SILVA REIS, José de Miranda da - Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa Provincial pelo Dr. _____ na 1. sessão da 2. legislatura no dia 3 de maio de 1874 - Cuiabá, manuscrita, 1874.

SOUZA PONCE, Generoso Paes Leme de - Mensagem dirigida á Assembleia Legislativa do Estado de Matto-Grosso pelo 1. Vice-Presidente Coronel _____ em 1. de junho de 1892. - Cuiabá, Typ. Official, 1892.

Idem - Mensagem do Exm. Sr. Coronel _____, Presidente do Estado de Matto-Grosso á Assembleia Legislativa na 3. sessão ordinária da 7. legislatura a 13 de maio de 1908 - Cuiabá, Typ. Official, 1908.

TOLEDO, Annibal de - Mensagem apresentada a Assembleia Legislativa em 13 de maio de 1930 - Cuiabá, Typ. Official, 1930.

2 - Obras sobre Mato Grosso e elaboração da erva-mate.

ABREU, Dióres Santos - "Comunicação entre o sul de Mato Grosso e o Sudoeste de São Paulo. O Comércio do Gado." in:

Revista de História, vol. LIII, Ano XXVII, jan.-mar. 1976,
n. 105, pp. 191-214.

A Exploração do Mate - Rio de Janeiro, Serviço de Inspeção e
Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, Indústria e
Comércio, 1929.

AGUIAR, Júlio J. - "A indústria da herva-mate em Mato Grosso"
in: Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e
Comércio, ano XV, vol. 01, (05):679-689. 1926.

"A Herva-Mate - Produção e Situação Econômica" in: Boletim do
Ministério da Agricultura, ano XXIV, (04-06): 164-
166. abr. - jun.1935.

ALMEIDA, Mário Monteiro de - Episódios Históricos da Formação
Geográfica do Brasil - Fixação das Raias com o Uruguai e o
Paraguai - Rio de Janeiro, Pongetti, 1951.

ALVES, Gilberto Luiz - "Matô Grosso e a História: 1870-1929.
Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para
a hegemonia do capital financeiro" in: Boletim Paulista de
Geografia (61):05-81. 1984

AMARAL, Luiz - "A Herva-Mate através de um Relatório" in:
Boletim do Ministério da Agricultura, ano XXVI, (10-12)
: 153-165. out. - dez. 1937

ANDRADE, Theophilo de - O Rio Paraná no roteiro da Marcha
para o Oeste - Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti - Zélio
Valverde, 1941.

AQUILES, Paula - Brasil de Oeste - Rio de Janeiro, A. Coelho
Branco F., 1940.

ARAUJO, Victal - Reflexões críticas sobre a Revolução de
Matto Grosso - Villa Concepción, Imprensa de "El Eco de la

- Campanã, 1893.
- ARRUDA, Gabriel Finto de - Um Trecho do Oeste Brasileiro: São Luiz de Cáceres - Rio de Janeiro, s/e, 1938.
- ARRUDA, Gilmar - "República e Revolução em Mato Grosso" in "História, Assis, (4):61-69. 1985
- Idem - Frutos da Terra. Os Trabalhadores da Companhia Matte Larangeira - Assis, UNESP (tese de mestrado em História), 1989, mimeo.
- ASSIS, Dilermano Cândido de - Nas Barrancas do Alto Paraná - São Paulo, Pongetti e Cia., 1926.
- AZEREDO, A. - A Situação de Mato Grosso (Discursos Parlamentares) - Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916.
- AZEVEDO, Fernando - Um Trem Corre para o Oeste - São Paulo, Melhoramentos, s/d.
- AYALA, S. Cardoso & SIMON, F. - Album Graphico do Estado de Mato Grosso - Corumbá, s/e, 1914.
- BARBOSA, Emílio G. - Panoramas do Sul de Mato Grosso - Campo Grande, Editora Empresa Correio do Estado Ltda., 1963.
- BARRET, Rafael - Lo que son los verbales - Buenos Aires, B. Fueyo Ed., s/d.
- BECK, Mário Lima - Nova Querencia. Chronica das Emigrações Riograndenses para Mato Grosso - Porto Alegre, Selbach, 1935.
- BEVILACQUA, Clóvis (et alli) - As Propriedades do Barão de Antonina em Mato Grosso. Contestação aos Embargos de Terceiro Senhor e Possuidor Apresentado pelo Estado de Mato Grosso - São Paulo, Secção de Obras d' "O Estado de

São Paulo", 1922.

BLAKE, Raimundo de Penaforte A. S. - "Algumas reflexões sobre a viação para Matto Grosso" in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. II : 35-47. 1896-1897.

BOSSI, Bartolomé - Viage Pintoresco por los rios Paraná, Paraguay, Sn. Lorenzo, Cuyabá y el Arino tributario del grande Amazonas con la descripción de la provincia de Mato Grosso bajo sus aspectos fisico., geografico., mineralogico y sus producciones naturales - Paris, Libreria Parisiense Dupray de la Mahérie, 1863.

BOUÇAS, Valentim F. - Financas dos Estados do Brasil - Rio de Janeiro, Typ. do Jornal do Commercio, 1934.

BUENO, Francisco Antonio Pimenta - Memoria justificativa dos trabalhos de que foi encarregado á Provincia de Matto Grosso segundo as instrucções do Ministerio da Agricultura de 27 de maio de 1879 - Rio de Janeiro, Typ. Nacional, 1880.

CABANAS, João - A Coluna da Morte - Rio de Janeiro, s/e, s/d.

COSTA, João Nepomuceno da - A Circunscrição Militar de Matto Grosso e o Levante Sedicioso de São Paulo (Relatório apresentado ao Exm. Sr. Marechal Ministro da Guerra pelo General _____ Commandante da Circunscrição e do "Destacamento de Exército" - sem indicações, outubro de 1924, IHGSP.

COSTA, Luiz Adolpho Correa da - Os Acontecimentos de Matto Grosso - Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1899.

CORREA FILHO, Virgilio Alves - Ervais do Brasil e Ervateiros

- Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola, 1957.
- Idem - Pantanaís Matogrossenses. (Devassamento e Ocupação) - Rio de Janeiro, IBGE, 1946.
- Idem - Questão de Terras - São Paulo, Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo, 1923.
- Idem - A Sombra dos Hervaes Matogrossenses - São Paulo, São Paulo Ed. Ltda., 1926.
- Idem - História de Mato Grosso - Rio de Janeiro, INL, 1969.
- Idem - Joaquim Murtinho - Rio de Janeiro, Depto de Imprensa Nacional, 1951.
- Idem - Pedro Celestino - Rio de Janeiro, Ed. Zélio Valverde, 1945.
- Idem - Fazendas de Gado no Pantanal Matogrossense - Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1955.
- Idem - Indústrias Matogrossenses - Rio de Janeiro, s/e, 1945.
- Idem - "A República em Matto Grosso" in: Revista do Instituto Histórico de Matto Grosso, anno XV, tomos XXIX e XXX. 1933
- CORREA, Valmir Batista - Coronéis e Bandidos em Mato Grosso - São Paulo, Depto de História da FFLCH/USP (tese de doutorado), 1981, mimeo.
- DONATO, Hernani - Selva Trágica. A Gesta Ervateira no Suleste Matogrossense - São Paulo, Edições Autores Reunidos, 1959.
- DUTRA, Firno - "Relatório de uma viagem a Mato Grosso para atualizar o problema da borracha naquele Estado" in: Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, ano V, vol. X, n. 28,

pp. 53-79.

ESCOBAR, Idelfonso - A Marcha para o Oeste - Rio de Janeiro, "A Noite", s/d.

FERREIRA FILHO, João Cândido - Cultura e Preparo da Erva-Mate - Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1948.

FERREIRA DE VASCONCELOS - O Dr. Annibal de Toledo e o Estado de Matto Grosso - Porto Esperança, Deoclécio Leite Moreira (ed.), 1917.

FIGUEIREDO, José de Lima - Oeste Paranaense - São Paulo, Cia Editora Nacional, 1937.

Idem - "O Rio Paraná no roteiro da Marcha para o Oeste" in: Revista Brasileira de Geografia, ano IV, (01):143-148. 1942

FLOREAL, Sylvio - O Brasil Trágico: Impressões, visões e mysterios de Matto Grosso - São Paulo, Empresa Graphica Rosseti, 1928.

GOMES, Manoel de Souza - 27 annos na Selva - sem indicações, BBMA.

GONÇALVES, Protasio Baptista - "O Problema da Herva-Mate" in: Boletim do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ano XVI, vol. 01, (03):318-324. mar. 1927

"História da Elaboração da Herva-Mate" in: Boletim do Ministerio da Agricultura, Indústria e Comércio, Ano XII, (02):102-109. abr.-jun.1923.

KLINGER, Bertholdo - Narrativas Autobiograficas. Um ano no comando em Matogrosso - Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 1951, vol. VI.

- LEAL, Irapuan Eliseo Xavier - "Impressão de uma viagem a Foz do Iguassú" in: A Defesa Nacional, Rio de Janeiro, ano XIX, (215) :625-628. nov. 1931.
- LEAL, Joaquim Ponce - Os Homens e as Armas (Notícia de um ciclo revolucionário) - Rio de Janeiro, Cátedra/INL, 1980.
- LIMA, Astúrio Monteiro de - Mato Grosso de Outros Tempos. Pioneiros e Heróis - São Paulo, Ed. Soma Ltda., 1985.
- LINHARES, Temístocles - História Econômica do Mato - Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.
- LUZ, Nícia Vilela (org.) - Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho - Brasília; Senado Federal, Rio de Janeiro; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1980.
- MACEDO, Henrique Afonso de Araujo - "Parecer sobre um projeto de estrada de ferro de tração elétrica para Matto Grosso" in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. X:484-487. 1905
- MALHADO, Eduardo - A Revolução Paulista em Matto Grosso - Corumbá, Typ. do Comercio, 1925.
- MARQUES, A. Matto Grosso. Seus Recursos Naturais. Seu Futuro Econômico - Rio de Janeiro, Papellaria Americana, 1923.
- MARTINS, Oclécio Barbosa - Pela Defesa Nacional (Estudo sobre a redivisão territorial do Brasil) - s/e, 1944. BPMMA
- MARTINS, Renato Gonçalves - O Problema Econômico do Mato - Rio de Janeiro, Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1949.
- MELO E SILVA, José de - Fronteiras Guaranis - São Paulo,

- Imprensa Metodista, 1939.
- Idem - Canaã do Oeste (Sul de Mato Grosso) - s/e, 1947.
- MENDONÇA, Estevão de - Datas Mato Grossense - Cuiabá, Casa Civil do Governo do Estado de Mato Grosso, 1973, 2 vol.
- MENDONÇA, Rubens de - História das Revoluções em Mato Grosso - Goiânia, Ed. Rio Bonito, 1970.
- Idem - História do Poder Legislativo de Mato Grosso - Cuiabá, Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, 1974, 2 vol.
- Idem - História de Mato Grosso - Cuiabá, Fundação Cultural de Mato Grosso, 1982.
- NOGUEIRA, Júlio - Do Rio ao Iguassú e ao Guayra - Rio de Janeiro, Typ. Editora Carioca, 1920.
- NOGUEIRA, J. F. De Mello - Excursão a Matto Grosso - São Paulo, PocaWeiss & Cia, 1915.
- O Estado de Matto Grosso (Notas e Apontamentos uteis aos imigrantes e industriais europeus - Cuyabá, Typographia Nacional, 1898
- PALERMO, Miguel A. - Nioac. Evolução Política e Revolução de Matto Grosso - Rio de Janeiro, Livraria Cruz Coutinho, 1896.
- PEREIRA, Armando de Arruda - No Sul de Matto Grosso - São Paulo, EGRT, 1928.
- Idem - Heróis Abandonados Peregrinação aos Lugares Históricos do Sul de Matto Grosso - São Paulo, Secção de Obras d' "O Estado de São Paulo", 1925.
- PONCE FILHO, Generoso - Generoso Ponca, um chefe - Rio de

- Janeiro, Pongetti, 1952.
- PROENÇA, M. Cavalcanti - No Termo de Cuiabá - Rio de Janeiro, INL, 1958.
- PUIGGARI, Umberto - Nas Fronteiras de Matto Grosso. Terra Abandonada - São Paulo, Casa Mayença, 1933.
- REZENDE, Astolpho - O Estado de Matto Grosso e as suppostas terras do Barão de Antonina - Rio de Janeiro, Papelaria Sta. Helena, 1924.
- RIBEIRO, Luis Sabóia - Cacadores de Diamantes - Rio de Janeiro, Epasa, 1945.
- RIBEIRO LISBOA, Miguel Arrojado - Oeste de São Paulo - Sul de Matto Grosso - Rio de Janeiro, Typ. do "Jornal do Commercio, 1909.
- SANTOS, Lindalvo Bezerra - "Território de Ponta Porã" in: Boletim do Ministério do Trabalho, Industria e Comercio, Rio de Janeiro, ano XII:227-234. out. 1945
- SEREJO, Hélio (et alli) - Cielo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul (1883-1947) - Campo Grande, Instituto Euvaldo Lodi, 1986.
- SEREJO, Hélio - Homens de Aço: A Luta nos Ervais de Mato Grosso - São Paulo, Typographia Cupolo, 1946.
- Idem - De Galpão em Galpão - Presidente Wenceslau, s/e, s/d.
- Idem - Contas do Meu Rosário - Presidente Wenceslau, s/e, s/d.
- Idem - O Tereré que me inspira - Presidente Prudente, Gráfica Santo Antonio Ltda., 1986..
- Idem - Pelas Orilhas da Fronteira - Curitiba, O Formigueiro, 1981.
- Idem - Balaio de Bugre - Presidente Wenceslau, s/e, s/d.

- Ideu - Prosa Rude - São Paulo, Editora Cupolo Ltda., 1952.
- SILVA, A. C. Simões da - Cartas Mattogrossenses - Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1927.
- SILVA, Hermano Ribeiro da - Garimpos de Mato Grosso - São Paulo, Saraiva, 1954.
- SILVEIRA NETO - Do Guairá aos Saltos do Iguassú - São Paulo, Cia Editora Nacional, 1939.
- SODRÉ, Nelson Werneck - Oeste: Ensaio sobre a grande propriedade pastoril - Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1941.
- SOUZA, João Batista de - Mato Grosso. Terra da Promissão - São Paulo, Revista dos Tribunais, 1953.
- TALMA, João de - Da Fornalha de Nabucodonosor (Correspondência de um revolucionário) - Buenos Aires, s/e, 1926.
- ULRICH, Otto Willi - Nos Sertões do Rio Paraguay (Impressões de Viagem da Expedição Ulrich ao Hinterland Brasileiro-Boliviano) - São Paulo, Editora J. Fagundes, 1937.
- VOLPATO, Maria Luiza Rios Ricci - A Conquista da Terra no Universo da Pobreza - São Paulo, HUCITEC/INL, 1987.
- WACHOWICZ, Ruy C. - Obreiros Mensus e Colonos - Curitiba, Ed. Vicentina, 1982.
- WERNECK, Ruy M. da R. - Legislação Ervateira - Rio de Janeiro, Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1962.
- WHITAKER, Francisco - "Recordações" in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, vol. XLIV:185-203. 1948

3 - Obras de Referência e História em Geral

- ALVIM, Zuleika M. - Brava Gente! Os Italianos em São Paulo. 1870 - 1920 - São Paulo, Brasiliense, 1986.
- ARENDETT, Hanna - Homens em Tempos Sombrios - São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- BAKTHIM, Mikhail - A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento - São Paulo, HUCITEC/ Editora da UNB, 1987.
- BARREIRO, José Carlos - "Instituições, Trabalho e Luta de Classes no Brasil do século XIX" in: Revista Brasileira de História, São Paulo, (14):131-149. mar.-ago. 1987.
- BARTHES, Roland - A Câmara Clara - Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter - Obras Escolhidas (Magia e Técnica. Arte e Política) - São Paulo, Brasiliense, 1985.
- BRESCIANI, Maria Stela Martins - Liberalismo: Ideologia e Controle Social (Um estudo sobre São Paulo de 1850 a 1910) - São Paulo, FFLCH/USP (tese de doutorado em História), 1976, mimeo.
- Idem - "Metrópolis: As faces do monstro urbano (As cidades no século XIX)" in: Revista Brasileira de História, 5 (8-9):35-68. set. 1984-abr.1985
- Idem - Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza - São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Idem - "Lógica e Dissonância - Sociedade de Trabalho: lei, ciência e resistência operária" in: Revista Brasileira de História, 11:7-44. set. 1985-fev.1986

- BURKE, Peter - Cultura Popular na Idade Moderna - São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de - "Terra, Trabalho e Progresso na obra de Monteiro Lobato" in Revista Brasileira de História,(12):65-72. mar.-ago. 1986
- CAMPOS, Daniel - "Lucha por la tierra y politicas publicas: un intento de periodizacion socio-historica. 1811-1954" in: Revista Paraguaya de Sociologia, ano 24,(70): 105-130. set.-dec. 1987.
- CANDIDO, Antonio - Os Parceiros do Rio Bonito - São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1979.
- CAPELATO, Maria Helena - Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista (1920-1945) - São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CASTORIADIS, Cornélius - A Instituição Imaginária da Sociedade - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- Idem - A Experiência do Movimento Operário - São Paulo, Brasiliense, 1985.
- CERTEAU, Michel - "A Operação Histórica" in: GOFF, J. & NORA, P. - História: Novos Problemas - Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- CHALHOUB, Sidney - Trabalho, Lar e Botiquim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Epoque - São Paulo, Brasiliense, 1986.
- CHAUI, Marilena de Souza - Cultura e Democracia - São Paulo, Cortez, 4. ed. rev. e ampl., 1989.
- Idem - Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo - São Paulo, Brasiliense, 1985.

- Idem - Conformismo e Resistência. Aspectos da Cultura Popular no Brasil - São Paulo, Brasiliense, 1986.
- Idem - "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" in: Ideologia e Mobilização Social - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- CLASTRES, Pierre - A Sociedade contra o Estado - Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1986.
- CLEAVER, Harry - Leitura Política de "O Capital" - Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- CUNHA, Euclides da - A Margem da História - São Paulo; Cultrix, Brasília; INL, 1975.
- DECCA, Edgar de - O Nascimento das Fábricas - São Paulo, Brasiliense, 1982.
- Idem - "Ciência da Produção: Fábrica Despolitizada" in: Revista Brasileira de História, (6):47-94. set. 1983.
- DIAS, Maria Odila L. da Silva - Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX - São Paulo, Brasiliense, 1984.
- DUBY, Georges - "História Social e Ideologias das Sociedades" in: GOFF, J. & NORA, P. - História: Novos Problemas - Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- ECHEVERRIA, Mirta - "Formas de Reclutamiento y fijación de la fuerza de trabajo en los verbatales misioneros en la primera mitad del siglo" in: Revista Paraguaya de Sociología, ano 23, (66): 29-37. may.-ago. 1986.
- FAUSTO, Boris - "Controle Social e Criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924)" in: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) - Crime Violência e Poder - São Paulo, Brasiliense, 1983.

- FERRO, Marc - "O Filme. Uma contra-análise da Sociedade?" in:
 GOFF, J. & NORA, P. - História: Novos Objetos - Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- FLECHA, Victor Jacinto - "Movimientos Socio-Políticos en el Paraguay y proyección posterior" in: Revista Paraguaya de Sociología, ano 25,(72): 177-191. may.-ago. 1988.
- FOUCAULT, Michel - Arqueologia do Saber - Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.
- Idem - Vigiar e Punir - Petrópolis, Vozes, 1984.
- Idem - História da Sexualidade - A Vontade de Saber - Rio de Janeiro, Graal, 1985.
- FOWERAKER, Joe - A Luta pela Terra. A Economia Política da Fronteira Pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais - Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho - Homens Livres na Ordem Escravocrata - São Paulo, Atica, 1974.
- GINSBURG, Carlo - O Queijo e os Vermes - São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- Idem - Mitos Emblemas e Sinais. Morfologia e História - São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- GOFF, Jacques le (org.) - Enciclopédia Einaudi (Memória e História) - Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- GORZ, André (org.) - Crítica da Divisão do Trabalho - São Paulo, Martins Fontes, 1980.
- GRAMSCI, Antonio - Maquiavel, a Política e o Estado Moderno - Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

- HARDMAN, Francisco Foot - Trem Fantasma. A Modernidade na Selva - São Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- HOBBSBAWM, Eric J. - A Era do Capital (1848 - 1875) - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- IGNATIEFF, Michael - "Instituições totais e classes trabalhadoras: um balanço crítico" in: Revista Brasileira de História, (14):185-193. mar.-ago 1987.
- LENHARO, Alcir - Sacralização da Política - Campinas, Papyrus/Ed. da UNICAMP, 1986.
- Idem - Crise e Mudança na Frente Oeste de Colonização - Cuiabá, UFMT/ Imprensa Universitária, 1982.
- Idem - Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro Oeste - Campinas, Editora da UNICAMP, 1985.
- Idem - "A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro dos anos 50" in: Revista Brasileira de História, (12): 47-64. mar.-ago 1986.
- LEVI-STRAUSS, C. - Tristes Trópicos - São Paulo, Editora Anhembi, 1957.
- LINEBAUGH, Peter - "Crime e Industrialização. A Grã Bretanha no século XVIII" in: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) - Crime, Violência e Poder- São Paulo, Brasiliense, 1983.
- MACHADO, Arlindo - A Ilusão Especular - São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MARONI, Amnérís - A Estratégia da Recusa - São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MARSON, Adalberto - "Reflexões sobre o procedimento histórico" in: SILVA, Marcos A. - Repensando a História - Rio de Janeiro, Marco Zero, 1984.

- MARTINS, José de Souza - Expropriação e Violência. A Questão Política no Campo - São Paulo, HUCITEC, 1982.
- Idem - O Cativo da Terra - São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- Idem - Os Camponeses e a Política no Brasil - Petrópolis, Vozes, 1981.
- MERLEAU-PONTY, Maurice - "A Linguagem Indireta e as Vozes do Silêncio" in: Os Pensadores - São Paulo, Abril Cultural, 1980.
- PAOLI, Maria Célia - "Os Trabalhadores Urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira" in: Comunicações, Rio de Janeiro, Museo Nacional - UFRJ, (7):16-65. out. 1982.
- PERROT, Michelle - Os Excluídos da História - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- Idem - "De la manufacture à l'usine en miettes" in: Le Mouvement Social, (125):03-12. octobre-décembre 1983
- RAGO, Margareth - Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil. 1890-1930 - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- SALLES, Iraci Galvão - Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada - São Paulo, HUCITEC/INL, 1986.
- SONTAG, Susan - Ensaio sobre a fotografia - Rio de Janeiro, Arbor, 1981.
- STOLCK, Verena & HALL, Michael - "A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo" in: Revista Brasileira de História, (6):80-120. set. 1983.

- STORCH, Robert D. - "O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana" in: Revista Brasileira de História, (8-9):07-33. set. 1984-abr. 1985.
- THOMPSON, E. P. - A Miséria da Teoria - Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- Idem - A Formação da Classe Operária Inglesa - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, 3 vol.
- Idem - Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase - Barcelona, Grijalbo, 1967.
- Idem - Senhores e Caçadores - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- VOVELLE, Michel - Ideologias e Mentalidades - São Paulo, Brasiliense, 1987.
- WILLIAMS, Raymond - O Campo e a Cidade na História e na Literatura - São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- ZALUAR, Alba - "Condomínio do Diabo: as classes populares urbanas e a lógica do 'ferro' e do 'fumo'" in: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.) - Crime, Violência e Poder - São Paulo, Brasiliense, 1983.